UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

MAIANA JUGEND ZUGMAN

“Tem alguém vendo”: visitas monitoradas em Varas de Família sob a perspectiva de operadores do Direito, psicólogas judiciárias e familiares

São Paulo
2019

MAIANA JUGEND ZUGMAN

“Tem alguém vendo”: visitas monitoradas em Varas de Família sob a perspectiva de operadores do Direito, psicólogas judiciárias e familiares

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientadora: Profa. Dra. Belinda Piltcher
Haber Mandelbaum

São Paulo
2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

ZUGMAN, MAIANA JUGEND

"Tem alguém vendo": visitas monitoradas em Varas de Família sob a perspectiva de operadores do Direito, psicólogas judiciárias e familiares / MAIANA JUGEND ZUGMAN; orientadora Belinda Piltcher Haber Mandelbaum. -- São Paulo, 2019.

243 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Visitas monitoradas. 2. Varas de família. 3. Psicologia Jurídica. I. Piltcher Haber Mandelbaum, Belinda, orient. II. Título.

Nome: Maiana Jugend Zugman

Título: “Tem alguém vendo”: visitas monitoradas em Varas de Família sob a perspectiva de operadores do Direito, psicólogas judiciárias e familiares

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em: 24/06/2019

Banca Examinadora

Nome: Belinda Piltcher Haber Mandelbaum

Instituição: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP)

Assinatura:

Nome: Giselle Câmara Groeninga

Instituição: Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM)

Nome: Sidney Kiyoshi Shine

Instituição: Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP)

AGRADECIMENTOS

À Belinda. Desde que a conheci, eu me surpreendi e me encantei com o seu profundo conhecimento e a sua maneira doce e simples de compartilhá-lo. Sou imensamente grata pela oportunidade de realizar o sonho de estudar na USP e por todo o aprendizado que adquiri nesse percurso.

À Profa. Giselle e ao Prof. Sidney, que aceitaram participar da banca de qualificação e dividir suas experiências e saberes, que tanto contribuíram para as reflexões deste trabalho e da minha prática profissional. Muito obrigada, mais uma vez, por aceitarem compor a banca de defesa. Espero que ainda tenhamos muitas oportunidades de encontro e diálogo em nome do crescimento dessa tão complexa área na qual atuamos.

Aos meus pais, por acreditarem e investirem nos meus sonhos. Vocês sempre me deram asas e me permitiram voar.

Ao meu marido, Gabriel, companheiro de todas as horas, mesmo as mais difíceis, de isolamento e tensão, principalmente na reta final do Mestrado. Obrigada pela parceria, pelas preciosas dicas que me guiam em meio à escuridão e pelo amor de sempre. Amo você.

A nossa filha. Obrigada por pacientemente me esperar, enquanto eu também a espero. Já vivemos uma linda troca.

À Rafa, minha querida irmã, por sempre me ouvir, me incentivar e me orientar em meus projetos. Além de, junto ao Dayan, ter nos dado o nosso amado Ilan, que preenche os nossos corações de alegria e foi a minha “válvula de escape” em vários momentos de angústia.

Aos meus familiares de São Paulo, em especial meus tios Jaques e Edna que, semanalmente, me acolheram em sua casa, para que eu pudesse frequentar as aulas do Mestrado. Mais do que uma casa, vocês me deram aconchego e suporte para tornar este sonho realidade. Sinto falta de nossas conversas e do Rocky me fazendo companhia, enquanto eu estudava.

À Anita que, de colega, tornou-se uma grande amiga, quando me convidou para o mundo incerto e misterioso das visitas monitoradas e, com isso, abriu-me tantos caminhos. A sua

companhia e parceria diárias me tornam uma profissional e uma pessoa melhor. Sou eternamente grata a você.

A todos os meus colegas de trabalho, principalmente ao meu coordenador, Gabriel, por me apoiarem neste projeto e compreenderem as minhas ausências durante este período.

As minhas estagiárias, Vanessa e Paula, por “segurarem as pontas” enquanto eu me dedicava ao Mestrado. A competência e profissionalismo de vocês me proporcionaram tranquilidade para poder me afastar em tantos momentos e me concentrar nos estudos. Além das palavras e gestos de admiração, que sempre me deram gás para continuar. Saibam que a admiração é recíproca.

Às juízas diretoras do Fórum onde atuo como psicóloga judiciária, Dra. Joseane e Dra. Lídia, que autorizaram a realização da pesquisa e as minhas faltas ao trabalho, em nome do conhecimento científico e das contribuições que este poderia trazer à prática profissional.

Aos juízes, às promotoras, ao advogado, às colegas psicólogas e aos familiares que, gentilmente, cederam seu tempo e aceitaram participar do estudo. Suas colaborações permitiram profundas reflexões e certamente agregarão ao aprimoramento das visitas monitoradas em nosso país.

À equipe da secretaria do Programa de Psicologia Social da USP, principalmente à Nalva, por me nortear e me acolher em meio a tantas dúvidas. Agradeço enormemente a sua paciência e dedicação, que tornaram o trajeto mais fácil e prazeroso.

“Por que você vigia? Alguém precisa vigiar, é o que dizem. Alguém precisa estar aí”.

(Kafka, 2002, p. 114)

RESUMO

ZUGMAN, M. J. (2019). *“Tem alguém vendo”*: visitas monitoradas em Varas de Família sob a perspectiva de operadores do Direito, psicólogas judiciárias e familiares (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A manutenção da convivência dos filhos com ambos os pais após a ruptura conjugal é uma temática discutida em vários textos, documentos e leis nacionais e internacionais. Todavia, a preservação destas relações se mostra uma tarefa complexa, quando nos referimos às Varas de Família e às separações e divórcios litigiosos que a elas se apresentam. Além dos conflitos parentais, diferentes razões podem causar o distanciamento entre os filhos e o genitor com quem não residem, como alegações de violência – sobretudo sexual – contra a criança, recusa desta em ver o genitor descontinuo e dificuldades impostas pelo genitor contínuo com relação à convivência. Nos casos mais graves, o convívio pode ser regulamentado judicialmente sob a modalidade de visitas monitoradas, isto é, na presença de um terceiro, visando preservar o vínculo entre pais ou outros familiares e crianças e/ou adolescentes e, ao mesmo tempo, garantir a proteção destes. Em nosso contexto de pesquisa, os encontros acontecem dentro dos fóruns e são monitorados por psicólogos judiciários. Estes, porém, atuam sem embasamento técnico ou teórico, dada a escassez de cursos de Psicologia que oferecem a disciplina de Psicologia Jurídica no Brasil, a carência de literatura nacional específica sobre as visitas monitoradas e a falta de uma estrutura adequada, incluindo supervisão e discussão de casos, que permita aos profissionais uma sistematização da prática. O presente trabalho teve por objetivo compreender o significado e a função das visitas monitoradas determinadas judicialmente em Varas de Família para operadores do Direito (juízes, promotoras e advogados), psicólogas judiciárias e familiares. Realizamos a coleta de dados a partir de entrevistas psicológicas semi-estruturadas, por meio do método hermenêutico (Mandelbaum, 2012), com 18 participantes, sendo quatro magistrados, duas promotoras, um advogado, oito psicólogas judiciárias, dois pais e uma mãe. As entrevistas foram transcritas e, no decorrer das transcrições, identificamos temáticas comuns nos discursos dos entrevistados, o que levou à criação de 18 categorias de análise. A partir destas, realizamos uma extensa pesquisa bibliográfica internacional, a fim de conhecermos a prática de visitas monitoradas pelo mundo. Deparamo-nos com ampla quantidade de materiais publicados na Europa, Oceania, América do Norte e Israel, cujas experiências apresentam algumas diferenças daquelas realizadas no Brasil, entretanto, muitas semelhanças, tais como: a variedade de terminologias utilizadas para designar a visitação monitorada; uma diversidade de práticas e formatos de trabalho; problemas de comunicação entre os tribunais e aqueles que monitoram os encontros e dificuldade quanto a uma definição clara da técnica e do lugar do profissional nas visitas monitoradas. A análise das entrevistas foi condizente com os temas encontrados no exterior, o que permitiu uma articulação teórico-prática e a percepção da limitação do procedimento de visitas monitoradas para atender às demandas dos complexos conflitos familiares que rotineiramente chegam às Varas de Família. Concluímos pela importância da viabilização de uma integralização de serviços, que ofereça uma rede de cuidado e suporte às famílias em litígio, cujas necessidades extrapolam a capacidade e mesmo o objetivo das visitas monitoradas.

Palavras-chave: Visitas monitoradas. Varas de Família. Psicologia Jurídica.

ABSTRACT

ZUGMAN, M. J. (2019). *"Someone is watching": supervised visitation in Family Courts through the perspective of legal operators, judicial psychologists and families* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

The maintenance of the children's contact with both parents after the marital breakup is a theme discussed in many texts, documents, and national and international laws. However, the preservation of these relationships is a complex task, when we refer to the Family Courts and the litigious separations and divorces that present themselves to them. In addition to parental conflicts, different reasons may cause the distance between the offspring and the parent with whom they do not reside, such as allegations of violence - especially sexual - against the child, refusal to see the noncustodial parent and difficulties imposed by the custodial parent related to access. In more severe cases, contact can be legally regulated in the form of supervised visitation, i.e., in the presence of a third party, to preserve the bond between parents or other family members and children and/or adolescents and, at the same time, ensuring protection to this children and adolescents. In our research context, the meetings take place within the forums and are supervised by judicial psychologists. These professionals, however, act without technical or theoretical basis, given the shortage of Psychology courses that offer the discipline of Legal Psychology in Brazil, the deficiency of specific national literature about the supervised visitation and the lack of adequate infrastructure, including supervision and case discussion, to allow these professionals a systematization of the practice. The aim of the present study was to comprehend the meaning and function of supervised visitation judicially ordered in the Family Courts for legal operators, (judges, prosecutors and lawyers), judiciary psychologists and family members. We performed the data collection by semi-structured psychological interviews, through the hermeneutic method (Mandelbaum, 2012), with 18 participants, being four magistrates, two prosecutors, one lawyer, eight judicial psychologists, two fathers and one mother. The interviews were transcribed and, during the transcripts, we identified common themes in the respondents' speeches, which led to the creation of 18 categories of analysis. From these, we carried out an extensive international bibliographical research, in order to get to know the practice of supervised visitation around the world. We encountered a broad amount of materials published in Europe, Oceania, North America and Israel, whose experiences show some differences from those performed in Brazil, however, many similarities, such as: the variety of terminology used to designate supervised visitation; a diversity of practices and formats of work; problems of communication between the courts and those who supervise the meetings, and difficulty related to a clear definition of the technique and the role of the professional in the supervised visits. The analysis of the interviews was consistent with the themes found abroad, allowing a theoretical and practical articulation and also the perception of the limits of the supervised visitation procedure to assist the demands of the complex family conflicts that routinely reach the Family Courts. We conclude by the importance of the feasibility of integrated services that could offer a network of care and support to the families in litigation, whose needs exceed the capacity and even the objective of the supervised visitation.

Keywords: Supervised visitation. Family Courts. Legal Psychology.

LISTA DE ABREVIATURAS

APROME	<i>Asociación para la Protección del Menor en los Procesos de Separación de sus Progenitores</i>
ACCSA	<i>Australian Children's Contact Services Association</i>
AFBEA	Associação Feminina Brasileira de Educação e Assistência
AFCCC	<i>Association Française des Centres de Consultation Conjugale</i>
ANZASCS	<i>Aotearoa New Zeland Association of Supervised Contact Services</i>
ASSIA	<i>Applied Social Sciences Index & Abstracts</i>
CCS	<i>Children's Contact Services</i>
CJ	<i>Centre Jeunesse</i>
CEPREP	<i>Confédération Européenne des Points de Rencontre pour le maintien des relations enfants-parents</i>
CEVAT	Centro de Visitação Assistida do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social
EUA	Estados Unidos da América
FEDEPE	<i>Federación Nacional de Puntos de Encuentro para el Derecho de Visitas</i>
FFER	<i>Fédération Française des Espaces de Rencontre</i>
FESER	<i>Fédération des Services Espaces-Rencontres francophones</i>

IFVS	<i>Institute for Family Violence Studies</i>
Ined	<i>Institut national d'études démographiques</i>
Insee	<i>Institut national de la statistique et des études économiques</i>
IPUSP	Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
NACCC	<i>National Association of Child Contact Centres</i>
NCJFCJ	<i>National Council of Juvenile and Family Court Judges</i>
NCJRS	<i>National Criminal Justice Reference Service</i>
NYSPCC	<i>New York Society for the Prevention of Cruelty to Children</i>
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONED	<i>Observatoire national de l'enfance en danger</i>
OVW	<i>U.S. Department of Justice's Office on Violence Against Women</i>
PEF	<i>Puntos de Encuentro Familiar</i>
SAP	<i>Supervised Access Program</i>
SDA	<i>Supervision des Droits d'Accès</i>
SUS	Sistema Único de Saúde
SVN	<i>Supervised Visitation Network</i>
TJES	Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
UNICEF	<i>United Nations Children's Fund</i>

DEFINIÇÃO DE TERMOS UTILIZADOS NA PESQUISA

As definições abaixo esclarecem alguns termos que utilizamos em nosso texto, a partir dos discursos dos entrevistados e das publicações encontradas na pesquisa bibliográfica.

Adolescente: Pessoa entre doze e dezoito anos de idade, conforme o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990)¹.

Alienação Parental:

Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este (art. 2º da Lei n. 12.318, de 26 de agosto de 2010).

Autos processuais: Conjunto de peças que compõem um processo judicial².

Criança: Pessoa até doze anos de idade incompletos, conforme o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990)³.

Despacho judicial: Ato de andamento do processo, que não contém decisão de mérito, isto é, do conteúdo que deu origem ao processo. É usado para pedir que se ouçam as partes, por exemplo, ou em resposta à petição⁴.

Divórcio (consensual e contencioso) e Separação conjugal: No Direito, o divórcio é uma ruptura definitiva, sem possibilidade de reconciliação. Já a separação possui possibilidade de reconciliação, sendo uma ruptura desejada pelas partes, porém, sem caráter definitivo (Leite, 2015). O divórcio pode ser consensual, no qual há concordância do casal com relação aos termos da dissolução do casamento (como o fim do relacionamento, a

¹ “Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.

² Glossário de termos jurídicos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª região – São Paulo. Recuperado de <https://www.trtsp.jus.br/consultas/221-pagina-principal/atendimento-e-servicos-trt2/1422-glossario-de-termos-juridicos>.

³ Idem nota 1.

⁴ Idem nota 2.

partilha de bens, a guarda, a regulamentação de visitas e a pensão alimentícia dos filhos) ou contencioso, isto é, litigioso. As duas formas de divórcio podem transcorrer judicialmente.

Segundo o art. 1571 do Código Civil (Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002)⁵, tanto o divórcio quanto a separação são causas que levam ao término da sociedade conjugal. Por este motivo, ambas as palavras foram utilizadas indiscriminadamente neste estudo, focando nas rupturas conjugais e suas implicações em termos gerais e não em suas especificidades jurídicas.

Equipe técnica: Equipe de funcionários dos Tribunais de Justiça do Brasil, geralmente concursados e, em sua maioria, formada por psicólogos(as) e assistentes sociais. Para fins de nossa pesquisa, são aqueles que atuam nas Varas de Família e Sucessões.

Estudo psicológico: Tem por objetivo responder a uma questão que é dirigida pelo juiz aos psicólogos nos autos processuais, tratando-se, portanto, de uma perícia. O profissional deve se reportar a esta questão, quer para a responder, quer para justificar o porquê de não conseguir elucidá-la o suficiente durante o estudo de caso (Castro, 2013). Todos os envolvidos no processo (operadores do Direito, peritos e partes) têm acesso ao resultado do estudo por meio do **relatório** ou **laudo psicológico** que é produzido ao final do trabalho. Em nossa pesquisa, relatório e laudo psicológico foram tratados como sinônimos, a despeito das recentes mudanças ocorridas na Resolução n. 6, de 29 de março de 2019 do Conselho Federal de Psicologia⁶.

Genitor contínuo e genitor descontínuo: Termos utilizados por Françoise Dolto (1989) para se referir, respectivamente, ao genitor que assegura uma permanência cotidiana aos filhos e que, portanto, possui o “tempo principal” (p. 44) com eles; e ao genitor que possui o “tempo secundário” (idem), aparecendo em datas fixas e tornando a desaparecer. Segundo Inês Angelino⁷, Dolto sempre se recusou a utilizar as nomenclaturas “genitor guardião” e “genitor não-guardião”, cunhando, assim, os termos citados, que foram aqui adotados. Por vezes, em nosso texto, denominamos o genitor descontínuo de “genitor não-residente” ou

⁵ “Art. 151. A sociedade conjugal termina: I – pela morte de um dos cônjuges; II – pela nulidade ou anulação do casamento; III – pela separação judicial; IV – pelo divórcio”. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm.

⁶ Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP n. 15/1996, a Resolução CFP n. 07/2003 e a Resolução CFP n. 04/2019. Recuperado de <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-6-2019-institui-regras-para-a-elaboracao-de-documentos-escritos-produzidos-pela-o-psicologa-o-no-exercicio-profissional-e-revoga-a-resolucao-cfp-no-15-1996-a-resolucao-cfp-no-07-2003-e-a-resolucao-cfp-no-04-2019?origin=instituicao&q=Resolu%C3%A7%C3%A3o%2006%202019>.

⁷ Ver a nota 10 de Inês Angelino In Dolto, 1989, pp.149-150.

“visitante”, conforme apareceram em algumas publicações internacionais. Optamos por reproduzi-los em alguns momentos para evitar mudanças demasiadas de tradução ou mesmo repetições excessivas de termos.

Partes (do processo): São as pessoas envolvidas no processo judicial, cujos interesses são opostos. Convenciona-se chamar de **requerente** aquele que inicia a ação e aquele que a contesta, de **requerido**. Nas Varas de Família e Sucessões, as partes podem se manifestar somente por intermédio de um advogado. A única exceção é quando a parte é advogado e atua em causa própria (Shine, 2010).

Perícia psicológica: É a denominação do procedimento de avaliação psicológica realizada no âmbito da justiça, principalmente nos fóruns. Resulta de uma solicitação judicial e visa subsidiar as decisões dos magistrados. A perícia é um meio de prova e, por isso, oferece contribuições técnico-científicas ao processo judicial, além de auxiliar no esclarecimento de aspectos psicológicos nas demandas configuradas judicialmente (Maciel & Cruz, 2009a).

Nas questões de família, a solicitação da perícia psicológica geralmente tem o objetivo de aclarar os conflitos familiares existentes, de forma de assistir o juiz em sua decisão quanto ao melhor interesse da criança (Rovinski, 2007).

Perito psicólogo: É a denominação do técnico de confiança do juiz, que pode ou não fazer parte dos profissionais do tribunal (Castro, 2013). A posição de perito concede ao profissional a autoridade de convocar oficialmente a presença de todos que entender necessário para a sua avaliação, incluindo familiares e profissionais que atendam a família em questão (como médicos e psicoterapeutas), assim como para realizar outros procedimentos, tais como visitas a escolas, hospitais, entre outros (Shine, 2010).

Petição: É um pedido escrito dirigido ao juiz. A petição inicial, também chamada de exordial, é o pedido para que se inicie um processo. Outras petições podem ser apresentadas durante o processo para requerer o que é de interesse ou de direito das partes⁸.

Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente: Princípio que se pauta pelo reconhecimento da vulnerabilidade da criança e do adolescente, de sua condição física e psíquica de desamparo, conforme previsto no art. 277 da Constituição da República

⁸ Idem nota 2.

Federativa do Brasil⁹ e no art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁰ (Groeninga, 2011).

Processo ou litígio judicial: Quando um conflito é transformado em processo ou litígio judicial, os envolvidos são representados como partes, defendendo seus interesses contrários diante de um juiz, que é um terceiro neutro. O processo judicial se desenvolve conforme procedimentos formalizados, em que as partes apresentam suas pretensões e os dispositivos jurídicos que lhes dão suporte, assim como suas versões dos fatos e suas respectivas provas. Cada parte pode contestar a versão apresentada pela outra e reforçar seus próprios argumentos.

Varas de Família e Sucessões: Órgão judiciário responsável por

. . . processar e julgar litígios relacionados a temas como inventários, testamentos, separação judicial, divórcio, anulação de casamento, investigação de paternidade, ação de alimentos, entre outros. Também existe a possibilidade de se recorrer à conciliação e mediação para solução dos conflitos, sem a necessidade de um longo processo¹¹.

Varas da Infância e da Juventude (e Adoção): Órgão judiciário responsável por receber “. . . processos envolvendo adoção, casos de infração, vagas em creche, entre outras demandas”¹². Em alguns Estados do Brasil, à nomenclatura “Varas da Infância e Juventude” é adicionado “e Adoção”, motivo pelo qual mantivemos esta opção em nosso trabalho.

Violência contra a mulher: Qualquer ato que resulta ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade em público ou na vida privada, assim como castigos, maus tratos, pornografia, agressão sexual e incesto (Werlang, Sá & Borges, 2009).

⁹ “Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

¹⁰ “Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.

¹¹ Recuperado de <https://www.tjsp.jus.br/Especialidade/Especialidade/FamiliaSucessoes>.

¹² Recuperado de <https://www.tjsp.jus.br/Especialidade/Especialidade/InfanciaJuventude>.

Violência doméstica: Qualquer tipo de abuso físico, sexual ou emocional perpetrado por um parceiro contra o outro, em um relacionamento íntimo passado ou atual (Werlang, Sá & Borges, 2009).

Violência intrafamiliar: Aquela que ocorre entre os membros da família, nos diferentes subsistemas (conjugal, parental, fraternal), principalmente no ambiente de casa, porém, não exclusivamente nele (Maciel & Cruz, 2009b).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
1.1. - Motivações da pesquisa.....	26
2. OBJETIVOS	29
2.1. - Objetivo Geral	29
2.2. - Objetivos específicos.....	29
3. REVISÃO DE LITERATURA: UM PANORAMA MUNDIAL DAS VISITAS MONITORADAS	30
3.1. - Breve descrição da pesquisa bibliográfica.....	30
3.2. - Histórico	31
3.3. - Modalidades de Visitação (e dificuldades em diferenciá-las).....	47
3.4. - Encaminhamento dos casos para visitas monitoradas: motivos, procedência e dificuldades ...	61
3.5. - Funcionamento dos centros de visitação monitorada	71
3.6. - Caráter avaliativo x interventivo das visitas monitoradas ao redor do mundo	82
3.7. - Duração da medida: expectativa x realidade	88
3.8. - As diferentes instalações dos centros de visitação monitorada.....	98
3.9. - Visitas monitoradas e violência doméstica	100
3.10. - Neutralidade do juiz e o melhor interesse da criança	107
4. MÉTODO	111
4.1. - Entrevistas	111
4.2. - Sobre os entrevistados	115
4.3. - Categorias e subcategorias de análise	117
5. RESULTADOS: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	119
5.1. - Motivos do encaminhamento para visitas monitoradas.....	119
5.2. - Visitas monitoradas como prova.....	122
5.2.1. - <i>Os entendimentos dos operadores do direito</i>	122
5.2.2. - <i>Os posicionamentos das psicólogas</i>	126
5.2.3. - <i>“Foi muito mais avaliado eu do que a criança”: a (in)satisfação dos familiares</i>	128
5.3. - Avaliação ou intervenção? Sobre a atuação do psicólogo nas visitas monitoradas	129
5.3.1. - <i>“Laboratório de convivência” ou perícia: os olhares das psicólogas sobre o seu trabalho</i>	130
5.3.2. - <i>“A gente começa bem, mas termina muito mal o processo”: a necessidade de avaliar e intervir, segundo os operadores do Direito</i>	134
5.3.3. - <i>As (diferentes) experiências dos genitores</i>	136
5.4. - <i>“Nós vamos fazendo esses remendos”</i> : a (falta de) especificidade do trabalho do psicólogo judiciário e o paralelo com a clínica	137

5.5. - “Acho que não é claro qual é esse limite, onde acaba essa intervenção do Judiciário”: sobre os limites da intervenção	142
5.6. - Os casos eternos	145
5.6.1. - “Se for um psicólogo, a gente tem uma formação específica que, só para ficar vigiando, eu não vejo sentido”: os entendimentos das psicólogas	145
5.6.2. - “O problema não é a visita monitorada. O problema aí é a estrutura”: as visões dos operadores do Direito sobre a eternização dos casos	148
5.7. - Ambiente judiciário	150
5.7.1. - “Na base do improviso”: as (não tão) diferentes realidades das salas de visitas	150
5.7.2. - A artificialidade	154
5.7.3. - “Tem alguém vendo”: as sugestões dos familiares	157
5.8. - “É uma coisa que a gente vai fazendo”: sobre a escassez de literatura nacional	160
5.9. - Terminologia	161
5.10. - “A vida vai resolver”: sentimentos de impotência e frustração	165
5.11. - Sentimento de angústia	168
5.12. - “A juíza deixa a gente bem livre”: sobre a autonomia do psicólogo	169
5.13. - O formato do trabalho: quem define?	170
5.13.1. - O que pensam as psicólogas	171
5.13.2. - O “caso a caso”: sobre as visões dos operadores do Direito	174
5.13.3. - As avaliações dos familiares	176
5.14. - A grande demanda de serviço ou a pouca valorização do Direito de Família	178
5.14.1. - As justificativas da equipe de Psicologia	178
5.14.2. - Os entendimentos dos operadores do Direito	179
5.14.3. - O que falam os familiares?	181
5.15. - “Na maioria dos casos, a sentença não vai solucionar o conflito”: a judicialização e os seus impactos	181
5.16. - A (des)responsabilização dos sujeitos	183
5.16.1. - “Se a ideia é gerar autonomia, ficar dependendo das visitas monitoradas é muito complicado”: as perspectivas dos operadores do Direito	183
5.16.2. - “Não tem que gostar de vir aqui”: os entendimentos das psicólogas	185
5.16.3. - Os familiares e a (des)crença no Judiciário	186
5.17. - Expectativas sobre as visitas monitoradas	187
5.17.1. - “Espero que a gente possa, cada vez mais, fazer alguma diferença na vida dessas famílias”: o que esperam as psicólogas e os operadores do Direito	187
5.17.2. - Quais eram as expectativas dos familiares? Foram supridas?	189
5.18. - Houve modificação?	191
5.18.1. - “Sempre que vem um especialista, ele só traz benefício”: os entendimentos dos operadores do Direito	191
5.18.2. - As percepções das psicólogas judiciais	194

5.18.3. - <i>As avaliações dos familiares</i>	196
6. - DISCUSSÃO	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	229

1. INTRODUÇÃO

A Convenção sobre os Direitos da Criança é considerada, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e, no ano seguinte, oficializada como lei internacional, sendo ratificada por 196 países.

No Brasil, o Documento foi publicado por meio do Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990, e declara, no artigo 9º, parágrafo 3º: “Os Estados Partes respeitarão o direito da criança que esteja separada de um ou de ambos os pais de *manter regularmente relações pessoais e contato direto com ambos* [itálicos nossos], a menos que isso seja contrário ao interesse maior da criança”. No art. 18, parágrafo 1º, aponta: “Os Estados Partes envidarão os seus melhores esforços a fim de assegurar o reconhecimento do princípio de que *ambos os pais têm obrigações comuns com relação à educação e ao desenvolvimento da criança* [itálicos nossos]. . .”.

No mesmo ano, foi sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990), o qual expõe, no art. 16, inciso V, o direito da criança e do adolescente de “*participar da vida familiar* [itálicos nossos] e comunitária, sem discriminação”. No art. 19, descreve: “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a *convivência familiar* [itálicos nossos] e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”.

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o art. 227¹³, proposto pela Emenda Constitucional n. 65 de 2010, igualmente salienta o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança e ao adolescente o direito, entre outros, à *convivência familiar*.

Já o Código Civil (Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002), no art. 1.589, afirma: “O pai ou a mãe, em cuja guarda não esteja os filhos, poderá *visitá-los e tê-los em sua companhia* [itálicos nossos], segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação”. Conforme o artigo 1.632, “a separação judicial, o divórcio e a dissolução da união estável não alteram as relações entre pais e filhos senão quanto ao direito, que aos primeiros cabe, de *terem em sua companhia* [itálicos nossos] os segundos”.

¹³ Idem nota 9.

Por fim, o novo Código de Processo Civil (Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015), por meio dos arts. 693 e 731 (inciso III)¹⁴, aborda, respectivamente, os termos “*visitação*” e “*regime de visitas*” entre pais e filhos em caso de divórcio ou separação consensuais.

As leis brasileiras citadas demonstram a importância da manutenção do vínculo afetivo entre os filhos e ambos os genitores, a despeito da ruptura conjugal.

Em seu livro “Quando os pais se separam”, a psicanalista francesa Françoise Dolto (1989) igualmente afirma que as situações de separação “. . . não enfraquecem o vínculo entre o filho e ambos os pais, sob a condição de que impliquem relações personalizadas e regulares da criança com cada um dos genitores, mesmo que não sejam necessariamente cotidianas” (p. 41). Todavia, a preservação destas relações se mostra uma tarefa complexa, quando nos referimos às Varas de Família e aos divórcios litigiosos que a elas se apresentam. Conviver regularmente com o pai *e* com a mãe, em um contexto no qual, muitas vezes, a guarda dos filhos é unilateral, isto é, conferida a um *ou* a outro, necessariamente implica perdas no convívio com o genitor descontínuo.

Mesmo com a nova lei da guarda compartilhada (Lei n. 13.058, de 22 de dezembro de 2014), segundo a qual “. . . o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido *de forma equilibrada com a mãe e com o pai* [itálicos nossos], sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos” (art. 2º, parágrafo 2º), na experiência prática, a convivência equilibrada é considerada um desafio aos próprios pais e aos profissionais envolvidos nesta atividade.

De acordo com Leite (2015), os estudos sobre o divórcio, a guarda e a visitação são unânimes em afirmar que, na quase totalidade das famílias, os filhos continuaram residindo com a mãe. Neste sentido, o risco da visitação ocorrerá, com maior frequência, para os pais, que precisarão mitigar o direito de visita.

Ao analisar a enquete “Estudo das relações familiares e intergeracionais”¹⁵, realizada em 2005, 2008 e 2011 pelo Instituto Nacional de Estudos Demográficos (Ined)¹⁶ e pelo

¹⁴ “Art. 693. As normas deste Capítulo aplicam-se aos processos contenciosos de divórcio, separação, reconhecimento e extinção de união estável, guarda, *visitação* [itálico nosso] e filiação”; “Art. 731. A homologação do divórcio ou da separação consensuais, observados os requisitos legais, poderá ser requerida em petição assinada por ambos os cônjuges, da qual constarão: I – as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns; II – as disposições relativas à pensão alimentícia entre os cônjuges; III – o acordo relativo à guarda dos filhos incapazes e ao *regime de visitas* [itálicos nossos] e; IV – o valor da contribuição para criar e educar os filhos”. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm.

¹⁵ *Étude des relations familiales et intergénérationnelles*, tradução nossa. Esta enquete procurou interrogar as mesmas pessoas, em três momentos distintos, em um intervalo de três anos. A França, representada pelo Ined e com o apoio do Insee, engajou-se no programa interrogando 10.079 mulheres e homens entre 18 e 79 anos de idade, ao final do ano de 2005. Estas pessoas foram solicitadas a responder a um novo questionário no outono de 2008 (6.534 pessoas) e, posteriormente, no outono de 2011 (5.773 respondentes). Retirado de http://www.ined.fr/fichier/s_rubrique/19577/doc.travail.187.fr.pdf.

Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos (Insee)¹⁷ da França, Régnier-Loilier (2013) também informa que, após a separação conjugal, a residência dos filhos é majoritariamente fixada junto às mães, cabendo aos pais o direito de visita. Todavia, o autor aponta que o exercício da paternidade é posto à prova, dada a ausência da vida cotidiana junto aos filhos.

Conforme Régnier-Loilier (2013), alguns fatores contribuem para esta realidade. A proporção de filhos que nunca veem seus pais é maior quando o pedido de divórcio não foi consensual, mas solicitado por um dos dois cônjuges, independentemente do gênero. O autor também aponta que os encontros paterno-filiais são mais numerosos quando os filhos são mais jovens, principalmente antes dos cinco anos de idade. Apesar disso, a ausência de convívio atinge cerca de um a cada dez filhos menores de idade, proporção que chega a 19% se o filho tem entre 18 e 21 anos e a 32%, quando ele tem entre 30 e 34 anos de idade. No total da pesquisa, para 18% dos filhos (de 0 a 34 anos) de pais separados, o pai diz não os ver nunca.

O tempo de separação igualmente contribui para o afastamento paterno-filial. De acordo com Régnier-Loilier (2013), a proporção de filhos que jamais encontram seus pais é inferior a 6% se a separação remonta há menos de quatro anos, 19% se os pais se separaram entre 10 e 14 anos antes e 32% para além desse tempo. A idade do filho no momento da separação também intervém. Quanto mais novo é o filho, menos ele vê seu pai, posteriormente à separação. Mais de uma a cada quatro crianças entre aquelas que tinham menos de três anos de idade no momento da separação não encontra seu pai, contra uma a cada sete entre aquelas que tinham menos de oito anos.

Outro fator abordado na pesquisa analisada por Régnier-Loilier (2013) é a situação conjugal e familiar do pai após a separação. O enfraquecimento do vínculo com os filhos aumenta quando o pai se envolve em um novo relacionamento afetivo. Se ele vive sozinho, 14% dos filhos não o veem jamais, contra 24% se ele vive em casal e possui um filho proveniente desta nova união. Os motivos para esta situação podem ser diversos, visto que a nova configuração familiar do pai pode conduzir o filho a não querer mais vê-lo, assim como o pai desejar se desvincular do filho ou, ainda, a mãe obstaculizar os encontros paterno-filiais. Ademais, a ruptura do vínculo com o filho pode encorajar o pai a refazer sua vida.

A distância entre domicílios é, ainda, apontada por Régnier-Loilier (2013) como um aspecto central no distanciamento entre pais e filhos após a separação. Isto porque, quanto mais longe eles vivem um do outro, menos eles se veem.

¹⁶ *Institut national d'études démographiques*, tradução nossa.

¹⁷ *Institut national de la statistique et des études économiques*, tradução nossa.

Além disso, o nível de escolaridade, a situação profissional e salarial do pai exerce grande influência sobre a probabilidade de um filho não conviver com ele. Quanto maior o grau de escolaridade ou a posição profissional do pai, menor é a proporção de filhos que nunca os veem. Na França, à época da pesquisa, 8% dos filhos não conviviam com seus pais quando o salário mensal era de 3.000 euros ou mais, contra 30% daquele

s que recebiam menos de 1.000 euros por mês. Segundo o autor, uma renda elevada permite que o pai arque com as taxas de transporte necessárias às visitas e disponha de uma moradia suficientemente grande para acolher os filhos (Régnier-Loilier, 2013).

Finalmente, o autor descreve que as relações paterno-filiais estão fortemente relacionadas ao vínculo que o pai mantém com o seu próprio pai e a sua história familiar passada. A proporção de filhos que jamais veem seus pais é duas vezes maior quando estes não conviveram com seus dois genitores até os 15 anos de idade, sendo 30% contra 15% se eles foram criados por ambos. Assim, a ausência de encontros entre pais e filhos é muito mais frequente se aqueles nunca veem seus próprios pais.

Dolto (1989), ao ressaltar a importância da presença das duas linhagens parentais aos filhos, afirma que, com frequência, a linhagem que desaparece é a do genitor descontínuo. Para a autora, “esse é um fato que parece transcorrer sem danos para muitas crianças no correr da infância, mas que sempre cobra um preço muito elevado quando as crianças tornam-se pais” (p. 91). Corroborar-se, portanto, com o dado apresentado por Régnier-Loilier (2013).

Conforme Boisson e Wisnia-Weill (2012), a vulnerabilidade da relação paterno-filial após a separação é a consequência de uma especialização dos papéis parentais no seio do casal. Enquanto o pai é, muitas vezes, implicado fragilmente na educação dos filhos, ocupando-se sobretudo do lazer e do transporte, a mãe se dedica aos cuidados, ao acompanhamento das tarefas escolares e ao trabalho doméstico. A esta resta a fragilização de sua trajetória profissional e, por consequência, sua inferioridade econômica. A especialização de funções entre homens e mulheres, segundo as autoras, revela-se bruscamente nas decisões relativas à organização da vida dos filhos após a separação conjugal. Neste sentido, Boisson e Wisnia-Weill (2012) propõem uma série de medidas para favorecer a implicação precoce dos homens em sua paternidade, visando uma coparentalidade efetiva após o divórcio.

A despeito disso, as referidas autoras informam que, na França, com a separação dos genitores, a residência dos filhos continua majoritariamente materna, ainda que esteja havendo um recuo desta situação. A maioria dos pais não reivindica a residência principal ou outras modalidades de guarda, por razões pragmáticas de maior disponibilidade da mãe ou por autocensura. Assim, o modo de organização que concede ao pai um direito de visita e de

guarda “clássico” (Boisson & Wisnia-Weill, 2012, p. 4)¹⁸, isto é, finais de semana alternados e metade das férias escolares, continua prevalecendo na maior parte das separações ou divórcios na França, sendo um direito “ampliado” (idem)¹⁹ quando o pai obtém visitas em um dia durante a semana. As autoras pontuam que esta organização geralmente não suscita desacordos, porém, ela pode ser vivida como uma paternidade insuficientemente arraigada ao cotidiano.

Ainda com relação à realidade francesa, Boisson e Wisnia-Weill (2012) destacam que apenas 10% dos filhos têm a residência principal junto aos pais. Entretanto, estas paternidades “solitárias” (p. 4)²⁰ são consideradas atípicas, geralmente associadas a uma severa carência materna, além de continuarem pouco visíveis e, por este motivo, pouco apoiadas. Assim, de acordo com as autoras, globalmente, o impacto da desunião do casal afeta mais a frequência e a qualidade das relações paterno-filiais do que as materno-filiais.

Sellenet (2010) afirma que a manutenção do vínculo entre pais e filhos é um problema presente em muitos países, ainda que as maneiras de responder a ele sejam diferentes. Como proteger a criança e lhe garantir acesso aos seus dois genitores? Como avaliar a qualidade dos laços para que não se tornem destrutivos? Estes são alguns questionamentos que, segundo a autora, perpassam os mais diversos países.

Segundo Sellenet (2010), “quanto mais as nossas sociedades são confrontadas às separações, mais elas tentam encontrar os ‘antídotos’ para manter vivos os laços desfeitos” (p. 12)²¹. Neste sentido, ela defende a pertinência deste tema e a urgência de uma confrontação internacional e transversal de tal questão, nos diferentes campos de intervenção.

Dolto (1989) ressalta que os filhos não podem ser privados de conviver com qualquer um dos pais, por se tratar da anulação de uma parte destas crianças ou adolescentes. Ela destaca que, apesar de liberados da fidelidade um ao outro e da obrigação de viverem sob o mesmo teto, os ex-cônjuges não são liberáveis de seus deveres de parentalidade. Diante disso, a autora salienta a sua contrariedade quanto ao termo “direito” de visita, defendendo ser “. . . um dever de visita que o genitor descontínuo tem de cumprir. Não um direito, em absoluto. Deveriam mudar esses termos” (Dolto, 1989, p. 53).

As maneiras de exercer a convivência regular entre filhos e pais divorciados ou separados são variadas, conforme a situação de cada ex-casal. Bruno (2003) faz a distinção entre a “livre visitação”, as “visitas com esquemas predefinidos” e as “visitas

¹⁸ “*classique*”, tradução nossa.

¹⁹ “*élargi*”, tradução nossa.

²⁰ “*en solitaire*”, tradução nossa.

²¹ “*Plus nos sociétés sont confrontées aux séparations, plus elles tentent de trouver des ‘antidotes’ pour maintenir vivants les liens défaits*”, tradução nossa.

supervisionadas” (pp. 313-316), como possíveis modalidades de visitação. Neste momento, trataremos das duas primeiras.

A “livre-visitação” ocorre, segundo a autora, em separações conjugais consensuais ou quando o juiz considera que os ex-cônjuges são capazes de organizar a convivência dos filhos com ambos os pais sem esquemas previamente definidos. O magistrado também pode determinar este formato livre, por compreender que atende melhor aos interesses das crianças e/ou adolescentes envolvidos. Porém, de acordo com Bruno (2003), nem sempre a “livre-visitação” cumpre a função de proporcionar o convívio dos filhos com os dois genitores, tendo em vista as dificuldades de organização e/ou comunicação entre estes, bem como a interferência que os novos relacionamentos afetivos do ex-casal por vezes exercem sobre as visitas.

Mediante tais dificuldades, as visitas podem ser instituídas por meio de “esquemas predefinidos”, segundo os quais o tempo livre dos filhos é dividido entre os contextos paterno e materno. Neste regime, comumente se estabelece ao genitor contínuo as funções semanais (incluindo escola, cuidados diários e outras atividades) e ao descontínuo os entretenimentos de finais de semana alternados, além de metade das férias escolares e das datas comemorativas. Por ser definido de maneira prévia e, geralmente, homologado em Juízo, tal formato visa facilitar a execução da convivência, a despeito de mudanças que venham a surgir na rotina e na vida de cada um dos pais. Contudo, ele pode ser questionado, já que o genitor descontínuo acaba se tornando apenas um visitante, excluído do cotidiano dos filhos e de demais obrigações parentais (Bruno, 2003).

Neste sentido, a mesma autora questiona se as visitas garantem a convivência e afirma não ter encontrado, em suas pesquisas, a concepção de compartilhamento da vida diária como significado do termo “visita”. Ela expõe que, no sentido literal, não há relação de similaridade ou complementaridade entre visita e convivência e conclui que visitar não implica conviver. Bruno (2003) também aponta: “Só há visita entre quem não convive, pois quem convive mantém uma relação de intimidade, familiaridade e trato diário, sendo desnecessária a visita” (p. 318). Portanto, as visitas seriam compreendidas como uma convivência descontínua, ao passo que a convivência contínua e cotidiana seria privilégio exclusivo dos genitores que detêm a guarda (Groeninga, 2011).

Brito (2003), ao citar uma pesquisa por ela empreendida de 1999 a 2002 com pais e mães separados, residentes em seis municípios do estado do Rio de Janeiro, destacou terem sido recorrentes as queixas de genitores descontínuos, que alegavam: “Não sou visitante, detesto esta palavra, sou pai do meu filho!” (Brito, 2003, p. 332). Conforme a autora, estes pais alegavam que, dos 30 dias de um mês, costumavam manter contato com os filhos por

apenas quatro dias, o que interpretavam como um fator que dificultava a interação entre eles. Brito (2003) menciona outras pesquisas (Gonzalez et al., 1994; Samalim-Amboise, 1996) que, segundo ela, igualmente concluíram pela presença de maior dependência afetiva da criança e/ou adolescente pelo genitor contínuo, por compartilhar o dia-a-dia com este, sendo escassas as influências na educação dos filhos por parte do genitor descontínuo.

No mesmo sentido, D. Silva (2011) aponta que o genitor transformado em “visitante” (p. 5) torna-se enfraquecido diante dos filhos e esvaziado em seu papel parental, dada a redução da convivência. Nesses casos, segundo a autora, frequentemente acontece o distanciamento afetivo entre este genitor e os filhos, tendo em vista a artificialidade na relação que se estabelece entre eles.

Boisson e Wisnia-Weill (2012) também apontam que o exercício da autoridade parental resta, muitas vezes, ligado à coabitação com os filhos. Conforme as autoras, é mais fácil exercer a parentalidade quando os contatos com os filhos são frequentes, o cotidiano é compartilhado e o tempo dispendido com eles não é muito desequilibrado entre os genitores.

Groeninga (2011) corrobora esta compreensão, ao esclarecer a inadequação da expressão “visita” para contemplar as relações entre pais e filhos. Segundo a autora,

visita, termo ainda utilizado em nossa legislação, é o ato de ir a algum lugar para estar com (alguém) ou para ver ou apreciar (algo), sendo o termo comumente usado no caso de ida profissional a algum lugar. Tem também o sentido de cumprimento, lembranças, saudações. A ideia é a de conhecer, inspecionar, tendo o caráter temporário. O termo, em suas acepções, não abriga a ideia de intimidade; há apenas uma referência a visitar-se mutuamente, em que aparece o conviver, dar-se com (Groeninga, 2011, p. 118).

Além do termo “visita”, Groeninga (2011) faz uma reflexão sobre as expressões “convivência”, “contato” e “relacionamento familiar”, encontradas no campo do Direito de Família. Ela concebe o último destes termos como o mais adequado no que concerne às relações familiares, esclarecendo que o relacionamento

é o ato ou efeito de relacionar-se; a capacidade de manter relacionamentos, de conviver bem com os seus semelhantes; relação de amizade, tendo a relação também o sentido de vinculação de alguma ordem entre pessoas. A expressão é mais próxima do termo *vínculo*, que tem o necessário embasamento na Psicanálise, é devidamente carregada com a valoração do que importa na convivência familiar – formação de vínculos –, e é menos carregada valorativamente com a noção de convívio diário e físico (Groeninga, 2011, p. 117).

Para a autora, as expressões “contato”, “visitas” e, inclusive, “convivência” não contemplam a amplitude do relacionamento familiar. Groeninga (2011) acrescenta que estes

termos tampouco efetivam a manutenção da configuração mais próxima o possível do convívio anterior à separação, que, segundo ela, deveria pautar as relações paterno-filiais. Ademais, a autora afirma que tais nomenclaturas são componentes do relacionamento familiar, sendo impossível o exercício daquelas sem a presença deste.

Esta indistinção de termos se torna ainda mais crítica quando abordamos a terceira modalidade de visita descrita por Bruno (2003), e tema de interesse do presente trabalho: as “visitas supervisionadas”. Conforme a autora, este formato de convívio é determinado judicialmente “ora por risco real (violência, abuso, doença mental), ora por uma simples interdição do guardião, que faz com que a criança se ‘recuse’ à visita, ou ainda em casos onde é muito longo o período de afastamento entre o pai ou a mãe e o filho” (p. 316). Chamamos a atenção para a expressão “visitas supervisionadas” utilizada neste trecho, diversamente ao termo “visitas monitoradas”, escolhido para a nossa pesquisa.

Reiteramos, aqui, o questionamento de Bruno (2003) apresentado anteriormente: as visitas garantem a convivência, sobretudo em um contexto tão limitado quanto o das visitas “supervisionadas”? A própria autora conclui: “Embora não seja a situação ideal, as visitas supervisionadas ou acompanhadas podem ser o possível ou o necessário em determinado momento da relação entre pai ou mãe e filho(s)” (Bruno, 2003, p. 316). A título de observação, notamos que, no fragmento citado, além de “visitas supervisionadas”, é empregada a expressão “acompanhadas”.

Na literatura francesa, os autores igualmente abordam a diversidade de nomenclaturas utilizadas para definir a prática do que estamos chamando de visitas monitoradas.

Permingeat (2011) cita a expressão “direito de visita na presença de um terceiro”, conforme está previsto na legislação da França, que exporemos em momento posterior, mas também aponta outras, encontradas em decisões judiciais, como: “direito de visita mediatizada”, “direito de saída mediatizada”, “direito de visita e de saída acompanhadas”, “direito de visita com um profissional de intervenção social e familiar” (p. 9)²², entre outras. O autor pontua haver uma enorme variedade de denominações usadas pelos magistrados para caracterizar o direito de visita e associa esta realidade à multiplicidade de práticas judiciárias relacionadas a tal temática.

Sellenet (2008) faz referência a uma imprecisão semântica com relação à variedade de termos utilizados para definir esta modalidade de convívio, a depender do contexto onde é empregada. Entre as expressões encontradas, ela cita: “visitas em um local neutro, visitas com uma terceira parte, supervisionadas, acompanhadas, reguladas, protegidas, visitas

²² “*droit de visite médiatisée*”, “*droit de sortie médiatisée*”, “*droit de visite et de sortie accompagnées*”, “*droit de visite avec un travailleur en intervention social et familiale*”, tradução nossa.

terapêuticas. . .” (p. 7)²³. A autora também menciona: “visitas mediatizadas, visitas acompanhadas, monitoradas, educativas. . .” (p. 8)²⁴. Sellenet (2008) complementa que a pluralidade de nomenclaturas igualmente aparece nas vozes dos juízes, incluindo: “direito de acesso, acesso com uma terceira parte, acesso acompanhado. . .” (p. 7)²⁵. Em concordância com Permingeat (2011), a autora entende que a vaga terminologia já diz muito sobre as diferentes posturas profissionais possíveis nesta área.

No decorrer do presente estudo, encontramos expressões variadas tanto na revisão de literatura quanto nos discursos de nossos entrevistados, para qualificar o serviço de visitas monitoradas. Estes termos estão preservados ao longo do texto, visando descrever as diferentes práticas com as quais nos deparamos.

No Brasil, a escassa bibliografia denuncia uma igual variedade de nomenclaturas utilizadas. Em São Paulo/SP, por exemplo, as terminologias encontradas foram “visitas supervisionadas” e “visitas assistidas”, ou seja, nomenclaturas diversas à empregada em nossa pesquisa. Ademais, a capital paulista parece ser a única cidade brasileira que conta, há vários anos, com um Plantão da Sala de Visitas (Shine & Castro, 1997), atualmente denominado Centro de Visitas Assistidas de São Paulo – CEVAT (De Paula, Monteiro, Lorenzi, Vallim, & Gonçalves, no prelo), sobre o qual nos debruçamos de maneira mais detalhada posteriormente.

1.1. - Motivações da pesquisa

A presente pesquisa foi motivada pela minha experiência profissional, atuando há oito anos como psicóloga das Varas de Família e Sucessões do foro central de uma capital brasileira. Neste período, seis anos têm sido exclusivamente dedicados à realização de visitas monitoradas – procedimento assim denominado por promotores e magistrados nos pareceres ministeriais e decisões judiciais que, respectivamente, são encaminhados ao setor de Psicologia.

Ao longo do meu período de atuação, as visitas monitoradas foram se configurando como encontros dentro do ambiente judiciário entre crianças e/ou adolescentes com o seu genitor descontínuo ou outros familiares, sob o monitoramento de psicólogos. Atualmente, em meu local de trabalho, há duas psicólogas designadas para tal função. Cada profissional é

²³ “visits in a neutral venue, visits with a third party, supervised, accompanied, regulated, protected, therapeutic visits. . .” (tradução nossa).

²⁴ “visites médiatisées, visites accompagnées, encadrées, éducatives. . .”, tradução nossa.

²⁵ “right of access, access with a third party, accompanied access. . .”, tradução nossa.

responsável por um número determinado de famílias, que são atendidas individualmente, sempre pela mesma psicóloga e por sua respectiva estagiária de Psicologia.

O Fórum aqui retratado conta com duas salas especialmente destinadas à interação familiar, as quais são providas de brinquedos, jogos e outros materiais lúdicos que visam facilitar a aproximação entre os envolvidos. Uma das salas de visitas é acoplada a uma sala de observação, de onde as profissionais podem optar por monitorar os encontros familiares por meio de um espelho unidirecional e equipamento de som.

Neste contexto de atuação, as visitas monitoradas são determinadas judicialmente nos seguintes casos: quando o visitante oferece riscos ao visitado – crianças e/ou adolescentes – em função de seus comportamentos (situação de dependência química, uso abusivo de álcool, histórico de violência, entre outros); com o objetivo de garantir a convivência entre o visitante e o visitado enquanto se avaliam denúncias de maus-tratos e, principalmente, de abuso sexual; buscando a aproximação entre o visitante e o visitado quando houve grande lapso temporal sem convívio; na tentativa de restabelecimento de vínculo afetivo, em situações em que o visitado se nega a conviver com o visitante (como em possíveis casos de alienação parental); de modo a avaliar a qualidade do vínculo e as habilidades do visitante, com a finalidade de ampliar o regime de visitas.

Ainda que as instalações físicas deste Fórum apresentem condições seguras e acolhedoras para os encontros, compreendemos que se trata de um ambiente pouco natural, diverso do contexto familiar e cotidiano. Ademais, as visitas ocorrem, majoritariamente, uma vez por semana, pelo período de uma hora – formato este que veio sendo consolidado pelas determinações judiciais e pela própria equipe de psicólogos ao longo dos anos.

Dadas estas condições, na prática, os profissionais atuam para que o período de monitoramento seja temporário. Para tanto, buscam viabilizar alternativas de convívio em locais diversos ao do ambiente judiciário e mais próximos da rotina dos familiares envolvidos. Esta mudança pode ser realizada de forma gradativa e com o acompanhamento indireto da equipe. Isto é, com encontros externos ao Fórum e sem a presença de psicólogos, intercalados com visitas monitoradas e/ou entrevistas psicológicas que auxiliem na manutenção e nos ajustes necessários à convivência familiar.

Concomitantemente às visitas monitoradas, os seguintes procedimentos técnicos adicionais se fazem, por vezes, necessários: entrevistas (Bleger, 1980) com os sujeitos envolvidos no processo judicial, incluindo crianças e adolescentes; entrevistas com outros familiares que, no decorrer dos atendimentos, apresentem papel significativo na lide judicial, como avós e tios; visitas domiciliares; contatos ou visitas institucionais (escola atual e/ou instituições de ensino anteriormente frequentadas pelas crianças e adolescentes, conselhos

tutelares, profissionais de saúde, entre outros); leitura das peças processuais; e discussão dos casos em equipe.

Embora o formato das visitas monitoradas já esteja, de certa forma, estabelecido pela prática dos psicólogos, os objetivos desta atividade ainda restam incertos. Com vistas ao subsídio das decisões de magistrados, ao final dos atendimentos, são produzidos relatórios psicológicos, que são anexados aos autos processuais. Neste sentido, a função dos profissionais se caracteriza como a de avaliação psicológica.

Entretanto, há situações em que as visitas monitoradas se prolongam por meses e até anos, perdendo seu caráter avaliativo ou mesmo interventivo, tornando-se um espaço de convívio controlado. Surgem aí inúmeros questionamentos acerca das funções e atribuições do psicólogo atuante nas visitas monitoradas.

De acordo com Shine (2002), o Judiciário pode dispor de um profissional para acompanhar as famílias no reencontro e restabelecimento dos laços entre pais e filhos que estão distanciados e estranhados. Assim, as visitas monitoradas configurar-se-iam como uma oportunidade não apenas de convivência familiar, mas de reflexão e possível transformação subjetiva dos envolvidos, a partir da atuação de psicólogos preparados e orientados. Contudo, o que se encontra é uma escassez de literatura nacional sobre o tema das visitas monitoradas, dificultando o embasamento técnico e teórico dos profissionais da área.

Entendemos que a atuação sem referências pode comprometer decisões judiciais, relacionamentos familiares e o próprio profissional de Psicologia, em sua postura ética. Justifica-se, assim, a relevância do presente trabalho, isto é, contribuir para uma prática orientada aos psicólogos que atuam na modalidade de visitas monitoradas.

Para tanto, realizamos um levantamento da literatura nacional e internacional acerca desta temática, a fim de conhecermos as experiências e reflexões a seu respeito publicadas até o momento. Buscamos, ainda, compreender os significados que a visitação monitorada assume para psicólogos judiciários, operadores do Direito (magistrados, promotores e advogados) envolvidos em causas desta natureza e familiares submetidos a tal modalidade de convívio. Ao final, estabelecemos uma discussão entre os discursos dos entrevistados e os autores brasileiros e estrangeiros encontrados, visando enriquecer esta área de atuação que cresce significativamente no âmbito da Psicologia Jurídica.

2. OBJETIVOS

2.1. - Objetivo Geral

Compreender o significado e a função do procedimento de visitas monitoradas determinado judicialmente em Varas de Família para operadores do Direito (juízes, promotores e advogados), psicólogos judiciários e familiares, discutindo-os em diálogo com as publicações nacionais e internacionais encontradas sobre o tema.

2.2. - Objetivos específicos

- Compreender o ponto de vista de magistrados que determinam visitas monitoradas, de promotores que requerem este procedimento e de advogados que atuam em causas desta natureza;
- Conhecer o entendimento de psicólogos judiciários quanto ao seu papel nesses casos;
- Apreender os benefícios, prejuízos e sentidos deste regime de visitação para familiares submetidos às visitas monitoradas;
- Realizar um levantamento bibliográfico nacional e internacional acerca da prática de visitas monitoradas;
- Associar os discursos dos entrevistados às publicações encontradas;
- Fornecer subsídios à Justiça para uma sistematização das visitas monitoradas.

3. REVISÃO DE LITERATURA: UM PANORAMA MUNDIAL DAS VISITAS MONITORADAS

3.1. - Breve descrição da pesquisa bibliográfica

Para a pesquisa bibliográfica, contamos com o auxílio de uma profissional da Biblioteca Dante Moreira Leite, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Inicialmente, tentamos encontrar publicações científicas nacionais sobre as visitas monitoradas na base de dados Scielo, por meio das seguintes buscas: “separação judicial”; “visita(s) monitorada(s)”; visita(s) assistida(s); “visita(s) acompanhada(s)” e “visita(s) supervisionada(s)”. Porém, não obtivemos resultado satisfatório acerca do tema almejado, evidenciando a carência de materiais brasileiros sobre o assunto.

Diante disso, as seguintes bases de dados internacionais foram consultadas: *ProQuest*, a qual agrega várias bases, entre as quais: *Applied Social Sciences Index & Abstracts* (ASSIA), *National Criminal Justice Reference Service* (NCJRS), *Abstracts Database*, *Sociological Abstracts*, que foram acessadas simultaneamente para efetuar a pesquisa; *Scopus*; *Web of Science* e *PsycINFO*. Nestas bases, utilizamos as estratégias de busca: “*supervised child visitation*”; “*child custody (AND) visitation*”; “*child custody (AND) supervised visitation*” e “*child custody (AND) visiting rights*”.

Por meio desta pesquisa, encontramos publicações relacionadas às visitas monitoradas na Europa (França, Bélgica, Reino Unido, Espanha e Suécia), na Oceania (Nova Zelândia e Austrália), na América do Norte (Canadá e Estados Unidos da América) e em Israel.

Dentre os conteúdos acessados, deparamo-nos com publicações científicas, documentos oficiais, *websites* de associações envolvidas na prática de visitação monitorada e materiais diversos produzidos por estas, seja para o público em geral ou para profissionais da área. Estas publicações foram sintetizadas e organizadas por temáticas comuns.

A maioria dos textos se encontrava em suas línguas originais, isto é, francesa, inglesa e espanhola, e foi traduzida por nós no decorrer da pesquisa.

Além das publicações *online*, obtivemos acesso a três livros franceses voltados à modalidade de visitação monitorada, os quais também foram amplamente utilizados.

Ainda que, por meio da pesquisa bibliográfica, não tenhamos encontrado publicações científicas brasileiras sobre o tema, este é citado em alguns livros de Psicologia Jurídica, bem como em textos indicados por colegas que atuam na área. Isso permitiu o diálogo entre as literaturas nacional e internacional nesta subseção do trabalho e também na Discussão.

A partir das leituras efetuadas, verificamos uma distinção entre as visitas monitoradas realizadas em Varas da Infância e da Juventude e Adoção e em Varas de Família e Sucessões, tanto no Brasil quanto no exterior. As publicações referentes às Varas da Infância e da Juventude e Adoção são voltadas principalmente aos casos de crianças em situação de acolhimento em instituições ou em famílias acolhedoras, que mantêm o convívio com seus familiares biológicos por meio de visitas monitoradas. Seu viés é bastante clínico, focado no desenvolvimento psíquico das crianças após vivenciarem situações traumáticas em seus contextos originais. Já os textos relacionados às Varas de Família e Sucessões tratam exclusivamente de situações de separação ou divórcio litigioso, nos quais os filhos se encontram em meio a uma disputa judicial, geralmente contendo graves alegações de violência doméstica, abuso sexual infantil, abuso de substâncias, entre outros.

A fim de mantermos o foco do presente estudo, restringimos a Revisão de Literatura apenas aos materiais relacionados às Varas de Família e Sucessões, pelo fato de este ser o contexto de atuação profissional de onde surgiu a motivação da pesquisa.

3.2. - Histórico

O primeiro centro de visitação monitorada foi aberto em 1982 nos Estados Unidos da América (EUA) e, desde então, esta prática teve um crescimento exponencial por todo o globo (Birnbaum & Allagia, 2006). A maioria dos serviços oferecidos nos anos 1980 era voltada ao setor de proteção à criança, sendo que os programas focados exclusivamente em situações de divórcio conflituoso surgiram no início dos anos 1990 (Thoennes & Pearson, 1999).

A fim de regulamentar os serviços de visitação supervisionada – como é denominada esta prática nos EUA – que foram aparecendo na América do Norte, foi fundada, em 1992, a *Supervised Visitation Network* (SVN). Esta é uma organização internacional, sem fins lucrativos, que atua como uma rede entre agentes e indivíduos interessados em garantir que crianças tenham acesso aos genitores com quem não residem de forma segura e livre de conflitos. A missão da SVN é promover educação e profissionalismo no campo da visitação supervisionada – por meio de materiais, cursos e conferências anuais –, além de estabelecer padrões reguladores para tanto²⁶.

Babb, Danziger, Moran e Mack (2009) destacam que, em 1995, havia 56 programas de visitação supervisionada em 28 estados estadunidenses. Já em 2006, a SVN listou 552 agências afiliadas e membros individuais na América do Norte, sendo 62 apenas na Flórida.

²⁶ Recuperado de <https://www.svnworldwide.org/>.

Pearson e Thoennes (2000) descrevem que, entre as razões que levaram ao aumento do interesse pela visitação supervisionada, estão: o crescente número de disputas conjugais envolvendo questões de acesso aos filhos; a presença de violência doméstica entre os casais divorciados ou separados; e o significativo aumento de nascimentos fora do casamento. Esta última questão, também mencionada por outros autores (Flory, Dunn, Berg-Weger, & Milstead, 2001; Pulido, Forrester, & Lacina, 2011) e somada a mudanças ocorridas na legislação federal norte-americana, incentivou os vínculos legais entre pais e filhos. Consequentemente, houve uma elevação do índice de paternidades estabelecidas e do provimento de pensão alimentícia. Nesses casos, a visitação supervisionada proporcionou oportunidades para regular a periodicidade, as condições e a segurança do contato entre filhos e pais que não se casaram, nunca viveram juntos ou tiveram apenas relacionamentos breves (Pearson & Thoennes, 2000).

No Brasil, a visitação monitorada é citada na lei sobre alienação parental (Lei n. 12.318, de 26 de agosto de 2010), sob o termo de “visitação assistida”. No artigo 4º, a Lei ressalta que, declarado indício ou ato de alienação parental, o juiz determinará, com urgência, “. . . as medidas provisórias necessárias para preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente, inclusive para *assegurar sua convivência com genitor ou viabilizar a efetiva reaproximação entre ambos, se for o caso* [itálicos nossos]”. Para tanto, em parágrafo único, expressa:

Assegurar-se-á à criança ou adolescente e ao genitor garantia mínima de *visitação assistida* [itálicos nossos], ressalvados os casos em que há iminente risco de prejuízo à integridade física ou psicológica da criança ou do adolescente, atestado por profissional eventualmente designado pelo juiz para acompanhamento das visitas (Lei n. 12.318, 2010, p. 1).

Entretanto, a referida lei não fornece explicações sobre a visitação assistida, no que ela consiste ou em quais formatos poderia ser executada. Além disso, trata-se de um regulamento recente, o que, no entanto, não impediu a realização desta modalidade de convívio previamente à promulgação da Lei, no âmbito judiciário brasileiro.

Assim como nos EUA, há vários anos, foi criado o primeiro e único Plantão da Sala de Visitas no Brasil, organizado e promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) – atualmente denominado Centro de Visitação Assistida de São Paulo (CEVAT). Este serviço era destinado à realização de “visita supervisionada da criança pelo genitor descontinuo” (Shine & Castro, 1997, p. 2) e se tratava de uma solução final ou provisória, até que melhores condições de convivência fossem possíveis.

Em trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS), em 2018, De Paula et al. (no prelo), a partir da experiência como psicólogas e assistentes sociais do TJSP, informam que o Plantão da Sala de Visitas passou por algumas localizações distintas: o Fórum João Mendes; o Fórum Hely Lopes Meireles – ambos na região central da capital paulista; uma escola municipal no Bairro Bela Vista; o Fórum do Jabaquara; e, por fim, o Fórum do Tatuapé, onde se situa até a atualidade.

No Plantão da Sala de Visitas, os plantões ocorriam aos sábados e domingos, das 9h às 12h, e eram realizados por um assistente social, um psicólogo, duas agentes de segurança e dois policiais militares. Os profissionais atuavam sob a forma de rodízio, o que representava um plantão a cada três meses e meio para os psicólogos – fazendo com que a maioria dos casos fosse desconhecida pela equipe (Shine & Castro, 1997).

Além da experiência anterior de cada psicólogo e assistente social, a única fonte de consulta a respeito das famílias atendidas era, segundo Shine e Castro (1997), o “livro de registro” (p. 5), gerando um desconhecimento sobre o histórico de cada caso. No livro, anotavam-se os dados de identificação dos familiares e um breve relato dos encontros, que procurava se ater às ocorrências e fatos do período de visitação. Ainda assim, este material poderia ser utilizado como prova pelas partes, nos processos judiciais.

Por meio do Provimento n. 1107 de 2006, foi criado o Centro de Visitas Assistidas (CEVAT) do TJSP, cuja equipe deveria ser composta, no mínimo, por dois assistentes sociais, dois psicólogos, um escrevente técnico judiciário (para funções administrativas), além de um magistrado coordenador. Os plantões aconteceriam em sábados e domingos, no turno da manhã e da tarde, com a capacidade máxima de 12 casos por turno. Dois psicólogos e dois assistentes sociais deveriam atuar em cada período, sendo remunerados pelas horas extraordinárias de serviço prestado. Entre as funções de tais profissionais, estava a elaboração de relatórios das visitas realizadas, “. . . consignando as intercorrências, na ficha individualizada de cada caso sob sua *assistência ou monitoramento* [itálicos nossos]” (art. 4º, parágrafo 3º).

A partir do Provimento n. 2.403 de 2017, que propôs a reformulação do CEVAT, este passou por várias mudanças, entre as quais, o apoio de uma equipe técnica do Núcleo de Apoio Profissional da Coordenadoria da Infância e Juventude. As competências do Núcleo incluem: selecionar os profissionais que comporão a equipe do CEVAT; dar subsídios ao juiz coordenador quanto à inclusão das famílias e o melhor período de atendimento; auxiliar os peritos e as equipes do CEVAT na produção das perícias e dos relatórios periódicos das visitas, respectivamente; estabelecer contatos com instituições públicas e privadas (sobretudo universidades e organizações sociais e não governamentais) que possam contribuir com a

qualidade do serviço por meio de apoio técnico ou financeiro; desenvolver projetos de intervenção junto às famílias usuárias do serviço; assessorar o juiz na elaboração de cartilhas de orientação aos pais, bem como na criação de cursos periódicos de capacitação e supervisão dos casos.

Quanto aos cursos, os profissionais do CEVAT podem ser convocados periodicamente para capacitação, aperfeiçoamento e supervisão sobre os seguintes temas: a forma de acolhimento dos usuários, a elaboração de eventuais oficinas e abordagens terapêuticas, com a finalidade de aproximar visitantes e visitados. Mediação familiar e grupos de escuta e atendimento também podem ser proporcionados, possivelmente em parcerias com instituições públicas ou privadas.

De Paula et al. (no prelo) descrevem que, com a criação do Núcleo de Apoio Profissional da Coordenadoria da Infância e Juventude, passaram a ocorrer: oficinas de discussão de casos entre os profissionais responsáveis pelas visitas e os peritos das Varas de origem, colaborando para o trabalho de ambos; oficinas de laudos; e dinâmicas reflexivas de grupo, supervisionadas pelo Núcleo. Segundo as autoras, estas atividades vêm contribuindo para o aprimoramento do trabalho e da confecção de documentos escritos.

Em relação às funções dos profissionais do CEVAT, o art. 8º do Provimento n. 2.403 de 2017 contempla não apenas os serviços de “assistência e monitoramento”, já previstos anteriormente, mas também de “intervenção terapêutica”²⁷. Contudo, não há esclarecimentos no que consistiria cada uma dessas funções. Tais atividades devem ser executadas por assistentes sociais e psicólogos judiciários das Varas de Família e Sucessões e Varas da Infância e Juventude do TJSP, convocados para plantões em turnos fixos, de modo a atenderem sempre as mesmas famílias. De Paula et al. (no prelo) avaliam positivamente o estabelecimento de equipes fixas, por permitir a vinculação entre profissionais e usuários e favorecer o compartilhamento de “. . . um memorial das situações vivenciadas” (n. p.).

O Estado do Espírito Santo igualmente possui um histórico – embora mais recente – voltado às visitas assistidas entre pais e filhos. Com esta finalidade, foi celebrado, em 2012, o Termo de Cooperação (Termo), entre o Ministério Público do Estado do Espírito Santo, o Poder Judiciário do mesmo Estado e a Associação Feminina Brasileira de Educação e Assistência (AFBA), conhecida como Pensionato São Luiz (Ferrari, 2015).

²⁷ “Art. 8º . A efetiva prestação de serviço de *assistência, monitoramento e de intervenção terapêutica* [itálicos nossos] se dará por assistentes sociais e psicólogos judiciários das Varas de Família e Sucessões e Varas da Infância e Juventude do Foro Central e dos Foros Regionais convocados para plantões em turnos fixos, por um período mínimo de seis meses”. Recuperado de https://www2.oabsp.org.br/asp/clipping_jur/ClippingJurDetalhe.asp?id_noticias=24331.

O objeto do Documento é “disponibilizar um local adequado para os encontros entre filhos e pais sob regime de convivência restrita, que garanta a convivência construtiva de filhos e pais, com o fim de propiciar a (re)construção dos laços de afeto porventura rompidos, se assim indicar o melhor interesse do menor” (Termo de Cooperação MP/002/2012, pp. 1-2). Para tanto, o Pensionato São Luiz disponibilizou um espaço físico em sua sede, contendo brinquedos pedagógicos para a efetivação de encontros familiares. Estes foram previstos para ocorrer aos domingos, com a participação de um assistente social e um psicólogo, disponibilizados pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário, respectivamente.

O Termo (2012) igualmente prevê a formação de uma comissão composta por integrantes de cada um dos órgãos participantes, cujas atribuições são, entre outras:

- a) Aprofundar o conhecimento em relação à situação familiar dos atendidos, identificando os fatores que favorecem ou desaconselham a convivência familiar;
- b) Acompanhar e estimular a convivência entre filhos e pais, garantindo que o regime de ‘visitação’ assistida seja provisório, excepcional e breve, caso esse se afigure o melhor interesse do menor envolvido (Termo de Cooperação MP/002/2012, p. 2).

Em anexo, o Termo (2012) apresenta o Projeto “Convivência Familiar”, o qual discorre sobre a importância da proteção de crianças e adolescentes, sobretudo no que concerne ao direito à convivência familiar após o divórcio, e justifica a necessidade de ambientes adequados para atender a esta demanda.

O Projeto enfatiza que a cidade de Vila Velha/ES não dispunha de instituições públicas ou privadas que prestassem o serviço de visitação assistida para casos considerados suspeitos, os quais necessitariam de acompanhamento por profissionais qualificados para a avaliação do vínculo entre os familiares. O Documento argumenta, ainda, que o local dos encontros deveria ser acolhedor, intimista e apropriado para a situação a ser vivenciada, e complementa:

- c) Ao contrário disso, atualmente, na cidade de Vila Velha, as ‘visitas assistidas’ são realizadas em praças públicas ou praças de alimentação de shoppings, em locais absolutamente inapropriados para tratar a fragilidade emocional da família em ruptura litigiosa. Tais locais em nada ajudam a abrandar um pouco a já combalida estrutura psicológica dos envolvidos naquela ‘visita’.
- d) Saliente-se que a ausência de local adequado para a ocorrência da convivência sujeita ao regime de ‘visitação assistida, monitorada, acompanhada ou em local terapêutico’, muitas vezes constitui motivo de constrangimento, por tolher a necessária espontaneidade que deve haver nas demonstrações de amor e de carinho entre pais e filhos (Termo de Cooperação MP/ 002/2012, p. 6).

Segundo Ferrari (2015), a idealização do Termo (2012) gerou repercussões nos psicólogos e assistentes sociais que seriam os responsáveis pela sua execução, levando-os a formular, naquele ano, manifestações de contrariedade com relação ao mesmo. Nestes documentos, conforme a autora, os profissionais apresentavam a divergência entre o Termo (2012) e os códigos de ética de suas respectivas profissões, alegando que a prática seria policialesca e fiscalizadora, descaracterizando, assim, as suas atividades. Além disso, os psicólogos e assistentes sociais argumentavam que o espaço designado para a realização das visitas tratar-se-ia de “local inadequado, propício à ocorrência de situações de constrangimento e humilhação, capazes de comprometer a pretensa convivência familiar e, portanto, os vínculos de parentalidade” (Ferrari, 2015, p. 53).

Uma dessas notas de contrariedade ao Termo (2012) foi apresentada à presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES), ressaltando que o formato de visitação proposto poderia produzir nas crianças e adolescentes sentimentos de insegurança e ansiedade e não de segurança e fortalecimento da convivência familiar, consequentemente acarretando prejuízos ao seu desenvolvimento psicossocial. Assim, o documento sugeria a suspensão do Termo (2012) e a formulação de propostas alternativas por parte dos psicólogos e assistentes sociais – o que foi aceito pela presidência do TJES. Embora acatadas, ambas as propostas encontraram dificuldades para ser concretizadas (Ferrari, 2015).

No período compreendido entre a formulação de tais propostas e a aprovação do TJES, surgiram demandas pela efetivação de visitas assistidas por psicólogos e assistentes sociais da instituição, algumas das quais acabaram acontecendo nas dependências do próprio ambiente judiciário (Ferrari, 2015).

Ainda no Brasil, encontramos publicações de psicólogos judiciários do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (Miranda Júnior, 1999; Otoni de Barros, 1999; M. Silva, 2011) que evidenciam a prática de visitas monitoradas naquele Estado, ao menos, desde a década de 1990. Em suas obras, os autores se referem a esta atividade de diversas maneiras, como: “visitação acompanhada pelo psicólogo judicial” (M. Silva, 2011, p. 77); “reencontro paterno-filial de modo supervisionado” (idem, p. 84); “possibilidade delas [visitas] acontecerem somente sob os ‘olhos da lei’” (idem, p. 85); “acompanhamento de visitas pelo Serviço de Psicologia Jurídica” (Otoni de Barros, 1999, p. 48).

A despeito das diferenças com relação à nomenclatura, os autores compartilham o viés psicanalítico e interventivo em sua prática enquanto psicólogos judiciários e, inclusive, na atuação em visitas monitoradas. Conforme expressa Otoni de Barros (1999): “No campo da psicologia jurídica poderemos intervir por meio de um acompanhamento de visitas instituído juridicamente. Instituir um espaço para que a convivência familiar tenha um lugar. . . .

garantindo às crianças envolvidas no processo um lugar de convivência com seus pais. . .” (p. 50). E acrescenta que

. . . a psicologia jurídica pode intervir dentro do processo, por determinação judicial, no espaço do Tribunal de Justiça, fazendo um acompanhamento de visitas, ou seja, acompanhando o encontro dos sujeitos aí envolvidos com o mal-estar trazido pelo litígio, escutando suas manobras e dirigindo a operação simbólica que emerge neste tempo de visitação aos diferentes discursos, apostando na possibilidade de construção de um outro laço familiar (Otoni de Barros, 1999, p. 50).

Verificamos, portanto, o foco interventivo da atividade de visitação monitorada no contexto de atuação dos autores citados, o que será retomado adiante em nossa Revisão.

Na Europa, a Suécia se sobressaiu como um país onde a construção da paternidade vivenciou as mais profundas mudanças durante o século XX. O discurso acerca de um pai moderno e engajado teve grande impacto em vários níveis daquela sociedade, quando comparado a vários outros países (Andersson & Bangura Arvidsson, 2008). Ainda assim, a prática de visitação monitorada se desenvolveu por múltiplos cantos do território europeu.

Na França, com a multiplicação de divórcios e separações ocorrida nos anos 1980, os serviços sociais foram confrontados com o sofrimento de crianças e/ou adolescentes que perdiam todo o contato com um de seus pais. Esta constatação suscitou iniciativas diferenciadas e esparsas pelo território francês, tal como a aparição de associações que agrupavam diferentes profissionais, como educadores, psicólogos, assistentes sociais, conselheiros conjugais, advogados e magistrados. Estes profissionais desenvolveram, entre 1988 e 1990, os espaços de encontro²⁸ – a princípio chamados pontos de encontro ou locais de acolhimento para o exercício do direito de visita – e desenvolveram o que denominam “visitas mediatizadas”²⁹ (Bastard, 2010; Neirinck, 2011).

O primeiro espaço de encontro na França foi criado em 1986, em Bordeaux, sendo denominado *Point Rencontre de Bordeaux*. Marie Lajus (2011), membro fundadora, relata que a iniciativa da criação do estabelecimento surgiu a partir do grupo de estudos “A criança no divórcio”³⁰, proposto pela Associação Francesa de Centros de Consulta Conjugal (AFCCC)³¹ a profissionais diversos, como: conselheiros conjugais, terapeutas de casal, psicólogos, pediatras, advogados, juízes e assistentes sociais. Eles notavam que os filhos permaneciam presos em discursos incompatíveis entre os pais e que havia a necessidade da presença de um terceiro para lhes permitir transitar de um para o outro. Foi a partir das

²⁸ *espaces de rencontre*, tradução nossa.

²⁹ *visites mediatisées*, tradução nossa.

³⁰ *L'enfant dans le divorce*, tradução nossa.

³¹ *Association Française des Centres de Consultation Conjugale* (AFCCC), tradução nossa.

experiências plurais destes profissionais que foi criado o projeto de um espaço de acolhimento para os direitos de visita.

Segundo Lajus (2011), um dos sinais de sucesso da instituição foi o fato de diversas famílias continuarem convivendo, após a intervenção realizada. Outro sinal foi, segundo a autora, o desenvolvimento rápido de outros espaços de encontro em toda a França. Para ela, este desenvolvimento respondeu a uma necessidade da sociedade, em plena mutação familiar.

Apesar das diferenças entre os espaços criados, em todos os casos, eles visavam responder às dificuldades dos profissionais no tratamento de situações familiares muito conflituosas. Procurava-se, também, colocar à disposição de pais e filhos um ambiente neutro, distinto do domicílio familiar, seguro e protegido do conflito parental, onde a criança e/ou adolescente pudesse viver e escutar algo diverso dos discursos contraditórios de seus pais (Roudil, 2011). Seria, ainda, um local onde pudessem emergir “. . . as emoções reveladoras deste vínculo humano indispensável à construção identitária da criança”³² (Neirinck, 2011, p. 16).

A despeito da importância dos espaços de encontro, a sua prática permanecia desestruturada na França, constituindo-se em proximidade com a mediação familiar. As numerosas associações que exerciam tal trabalho implementavam simultaneamente os dois tipos de serviços. Para algumas, tratavam-se de atividades claramente distintas, enquanto outras inscreviam ambas as práticas na mesma perspectiva, ou seja, um trabalho de apoio ao ex-casal, visando à redução do conflito, como pré-requisito à aproximação entre pais e filhos (Bastard, 2010). Neste sentido, os pontos de encontro perseguiram um duplo objetivo: um trabalho com o vínculo paterno-filial e um suporte à parentalidade.

Bastard (2010) e Neirinck (2011) descrevem que as atividades desenvolvidas pelos espaços de encontro se apoiavam e ainda se apoiam na Psicanálise, particularmente na “lei simbólica” (Bastard, 2010, p. 56)³³ e na função do terceiro, mas não possuíam qualquer dimensão jurídica. Porém, tendo em vista os excelentes resultados obtidos por meio das visitas mediatizadas, estas acabaram por despertar o interesse dos juízes, os quais, espontaneamente, passaram a adotá-las enquanto modalidade do direito de visita (Neirinck, 2011). Isso se dava de maneira informal, visto que a legislação vigente na França, naquela época, ainda não previa tal dispositivo expressamente (Permingeat, 2011).

A partir dos anos 1995 e 2000, o trabalho dos juízes de família da maior parte dos tribunais franceses foi, progressivamente, determinar os direitos de “visitas mediatizadas,

³² “. . . des émotions révélatrices de ce lien humain indispensable à la construction identitaire de l'enfant”, tradução nossa.

³³ “loi symbolique”, tradução nossa.

acompanhadas”³⁴ (Permigeant, 2011, p. 7). Associava-se a isso a prática clínica, a fim de acompanhar as visitas difíceis junto às crianças e adolescentes.

Os espaços de encontro para a realização das visitas mediatizadas foram mencionados pela primeira vez no processo legislativo da França em 2006 e entraram no Código Civil daquele país no ano seguinte, por meio da lei de 05 de março de 2007, que reforma a proteção da infância (Bastard, 2010; Neirinck, 2010, 2011; Sayn, 2010; Sellenet & Weil-Barais, 2010; Permigeat, 2011; Roudil, 2011).

Os arts. 373-2-1 e 373-2-9 do Código Civil Francês, fazendo menção ao exercício do direito de visita ao genitor descontinuo, afirmam, respectivamente: “. . . Quando a continuidade e a efetividade dos laços da criança com este genitor o exigirem, o juiz de família pode organizar o direito de visita em um *espace de encontro* [itálicos nossos] designado a este efeito. . . ” e “. . . Quando a residência da criança é fixada no domicílio de um dos genitores, o juiz de família determina as modalidades do direito de visita do outro genitor. Este direito de visita, quando o interesse da criança o demanda, pode ser exercido em um *espace de encontro* [itálicos nossos] designado pelo juiz. . . ”³⁵.

Portanto, desde a lei francesa de 05 de março de 2007, a mediatização do direito de visita passou a recobrir duas realidades distintas: por um lado, trata-se de uma abordagem psicológica, que consiste em mobilizar a função simbólica do terceiro, com o objetivo de auxiliar na criação ou na manutenção dos vínculos afetivos; por outro lado, é um instrumento jurídico, que permite aos juizes de família e da infância controlarem o exercício do direito de visita, eventualmente assegurando a proteção da criança e do adolescente (Neirinck, 2011).

Contudo, Neirinck (2011) e Sayn (2010) apontam que, além do princípio de mediatização, a legislação não fixou um formato para a sua execução, não fornecendo qualquer indicação sobre as características de seu público, o estilo de trabalho que seria executado, o terceiro elemento ou o papel que seria esperado deste.

Neirinck (2011) acrescenta que a legislação não exigia qualquer qualidade particular do terceiro, em se tratando dos casos de separação conjugal. Compreendia-se, pelo silêncio da lei, que apenas a presença deste profissional já limitaria as condutas familiares durante a visita e asseguraria um auxílio à criança e ao adolescente. Também não ficava claro se o intermediário deveria entregar um relatório ao juiz sobre a maneira como a visita havia se

³⁴ “*visites mediatisées, accompagnées*”, tradução nossa.

³⁵ “. . . Lorsque la continuité et l’effectivité des liens de l’enfance avec ce parent l’exigent, le juge aux affaires familiales peut organiser le droit de visite dans un espace de rencontre désigné à cet effet. . . ” e “. . . Lorsque la résidence de l’enfant est fixée au domicile de l’un des parents, le juge aux affaires familiales statue sur les modalités du droit de visite de l’autre parent. Ce droit de visite, lorsque l’intérêt de l’enfant le commande, peut être exercé dans un espace de rencontre désigné par le juge. . . ”, tradução nossa. Recuperado de <https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070721>.

desenvolvido, embora se acreditasse que, frequentemente, tal documento fosse esperado. Ademais, a lei francesa não se manifestava sobre a duração da mediatização, sem explicitar se deveria ser breve ou durar vários anos.

Posteriormente, porém, os espaços de encontro na França foram contemplados legalmente pelos seguintes documentos: Decreto n. 2012-1153 de 15 de outubro de 2012; Decreto n. 2012-1312 de 27 de novembro de 2012; Circular n. 2013-240 de 28 de junho de 2013; além de estar regulamentado no Código de Ação Social e das Famílias (art. D216-1). Estes textos fornecem maior detalhamento quanto à função e ao funcionamento dos espaços de encontro no território francês.

Desde 1994, a França conta, ainda, com a Federação Francesa de Espaços de Encontro para a manutenção das relações paterno-filiais³⁶ (FFER). Esta foi criada com a intenção de reunir os espaços de encontro que vinham sendo criados naquele país, agrupar suas forças, confrontar suas diferenças, afinar suas práticas, definir seus princípios éticos, refletir sobre uma deontologia específica e buscar que suas ações fossem melhor reconhecidas e, desse modo, financiadas (Lajus, 2011). A FFER teria, inclusive, contribuído para a inscrição dos espaços de encontro na legislação francesa.

Conforme o código deontológico da Federação³⁷, esta reúne associações e estabelecimentos públicos que colocam à disposição das famílias os espaços de encontro, favorece a criação de novos espaços, representa e fornece suporte aos seus membros em nível local, nacional e internacional, desenvolve relações com seus parceiros institucionais, além de ser um espaço de trocas, reflexão, pesquisa e formação. Nem todos os espaços de encontro disponíveis no território francês fazem parte desta associação, mas apenas aqueles que se filiam a ela. Apesar disso, trata-se de um órgão regulador da qualidade do trabalho desenvolvido e de suporte à categoria.

Assim como nos EUA, a França apresentou amplo crescimento do número de visitas mediatizadas na extensão de seu território. Bastard (2010) e Lajus (2011) citam estatísticas elaboradas pelo Ministério da Justiça francês, segundo as quais, em 2008, mais de 25.000 crianças encontraram seus pais em espaços de encontro. Estes locais acolheram cerca de 20.000 famílias e efetuaram, aproximadamente, 100.000 visitas mediatizadas. Coton e Roy (2017) complementam que, em 2016, 27.582 crianças foram atendidas em espaços de encontro franceses, contra 26.191 em 2015.

Além disso, até 2010, havia cerca de 120 espaços de encontro na França (Bastard, 2010) e, de acordo com o endereço eletrônico da FFER, esta quantidade já supera 220, na

³⁶ *Fédération Française des Espaces de Rencontre pour le maintien des relations enfants-parents*, tradução nossa. Recuperado de <http://www.ffer.org/>.

³⁷ Recuperado de http://www.ffer.org/sites/default/files/Code_d%C3%A9ontologie_FFER_20171019.pdf.

atualidade. Ou seja, tal prática está se ampliando consideravelmente neste país, ainda que, segundo o parecer do Alto Conselho da Família (2014)³⁸, os espaços de encontro estejam distribuídos de forma desigual pelos distritos franceses³⁹.

A despeito dos números apresentados, Permingeat (2011) expõe a dificuldade de se obter dados precisos acerca da quantidade de visitas mediatizadas realizadas, por ser uma medida que pode variar com o tempo. Isto é, para uma mesma criança, pode ser determinado o direito de visita na presença de um terceiro em uma parte do ano e, na outra, um convívio comum. Pode, inclusive, acontecer de os dois formatos serem realizados concomitantemente.

Ainda assim, Permingeat (2011) informa que o Observatório Nacional da Criança em Risco (Oned)⁴⁰ da França procurou obter tal informação através de uma enquête efetuada por meio de um questionário endereçado aos distritos franceses. Dos 57 distritos que responderam à pesquisa, apenas quatro tinham condições de fornecer dados sobre o número de visitas mediatizadas praticadas em seu serviço. A partir das informações obtidas, confirmou-se que a quantidade de visitas mediatizadas continua aumentando, o que, segundo o autor, mereceria ser confirmado por meio de números ou análises melhor analisadas.

Para Sellenet (2011), a grande quantidade de espaços de encontro existentes na França e de pessoas atendidas por este dispositivo revela que as visitas mediatizadas se tornaram uma prática usual e, talvez, “inflacionista” (p. 143)⁴¹, sem, no entanto, serem uma prática teorizada. Conforme já expusemos na Introdução de nosso trabalho, a autora compreende que a denominação “visitas mediatizadas” mascara práticas e posicionamentos distintos, bem como lógicas diversas que interrogam as representações sociais de família, criança e direitos de cada um.

Diante disso, Sellenet e Weil-Barais (2010) citam alguns problemas que, segundo elas, são desencadeados nas visitas paterno-filiais na presença de um terceiro:

- problemas teóricos quanto à definição do que chamamos de vínculos, ao interesse de mantê-los, ao seu impacto no desenvolvimento da criança;
- problemas de intencionalidade: quais os efeitos, com que propósito são introduzidas essas visitas? A manutenção dos vínculos é a única razão que legitima essas visitas?

³⁸ *Avis du Haut Conseil de la Famille sur le rapport Les ruptures familiales: état des lieux et propositions*, tradução nossa.

³⁹ Os distritos (*départements*, em francês) foram criados durante a Revolução Francesa, visando a aproximar os administrados de sua respectiva administração. A divisão departamental foi efetuada de maneira que fosse possível chegar à capital administrativa em um dia, à cavalo. A França é dividida administrativamente em 96 distritos metropolitanos e cinco ultramarinos (DOM). Recuperado de <https://www.vie-publique.fr/decouverte-institutions/institutions/collectivites-territoriales/categories-collectivites-territoriales/qu-est-ce-que-departement.html>.

⁴⁰ *Observatoire national de l'enfance en danger*, tradução nossa.

⁴¹ “*inflationniste*”, tradução nossa.

- problemas éticos: e quanto ao respeito pela privacidade das famílias? Podemos ser pais sob o olhar de um terceiro, ser criança em um contexto criado artificialmente? A criança é suficientemente protegida nesses encontros: protegida do conflito conjugal que a priva de um dos seus pais, protegida da violência, das carências ou das dificuldades pessoais do pai ou da mãe visitante? A criança que se recusa em participar dessas visitas será compreendida? O seu direito de encontrar seus pais pode se tornar uma obrigação se estes querem fazer valer o seu direito de ver os seus filhos?
- problemas práticos: como definir a duração desses encontros, onde acontecerão e qual a periodicidade?
- enfim, problemas de mensuração e problemas de eficiência: como avaliamos a pertinência desta intervenção? Como mensurar as modificações surgidas durante as interações? Quais os indicadores de riscos para a criança? Como medir a qualidade das interações ou seus riscos? (Sellenet e Weil-Barais, 2010, pp. 98-99)⁴².

Procuraremos discutir estas questões ao longo de nosso trabalho.

Bastard (2010) evoca, ainda, a dimensão internacional dos espaços de encontro. Ele relata que, em 1998, foi organizado em Paris o primeiro Colóquio Internacional dos Locais de Acolhimento para a Manutenção das Relações Paterno-filiais, do qual participaram 450 pessoas, provenientes de 11 países. Segundo o autor, este evento demonstrou que, respondendo à problemática do pós-divórcio, os profissionais do Direito, da Psicologia e do Serviço Social conceberam e puseram em prática, no mesmo período, dispositivos semelhantes de trabalho, com vistas a acompanhar, apoiar e controlar o exercício do direito de visita. Assim, após o Colóquio, foram realizadas tentativas de criação de uma organização que reunisse tais iniciativas, que resultaram na inauguração da Confederação Europeia de Pontos de Encontro para a manutenção das relações paterno-filiais (CEPREP)⁴³.

Segundo o *website* da CEPREP, inicialmente, os países europeus se organizaram em federações nacionais. Porém, em 2001, após realizarem algumas trocas de experiências internacionais via internet, manifestaram a intenção de reunir suas forças em torno de certos princípios coletados em uma Carta Europeia sobre Pontos de Encontro para a manutenção das

⁴² “- des problèmes théoriques sur la définition même de ce que nous appelons les liens, l'intérêt de les maintenir, leur impact sur le développement de l'enfant; - des problèmes d'intentionnalité: pour quels effets, dans quels buts sont mises en place ces visites? Le maintien des liens est-il la seule raison qui les légitime? - des problèmes éthiques: qu'en est-il du respect de l'intimité des familles? Peut-on être parent sous le regard d'un tiers, être enfant dans un contexte de rencontre artificiellement crée? L'enfant est-il suffisamment protégé dans ces rencontres: protégé du conflit conjugal qui le prive de l'un de ces parents, protégé de la violence, des carences ou des difficultés personnelles du parent-visiteur? L'enfant qui refuse ces visites sera-t-il entendu, le droit qui est le sien de rencontrer son parent peut-il devenir un contrainte si le parent veut faire valoir le sien de revoir son enfant? - des problèmes pratiques: comment définir la temporalité de ces rencontres, en quel lieu, à quelle distance? - enfin des problèmes de mesure et des problèmes d'efficacité: comment évalue-t-on la pertinence de cette intervention? Comment mesure-t-on les modifications introduites dans les interactions? Quels sont les indicateurs de risque pour l'enfant? Comment apprécier la qualité des interactions ou leur dangerosité?”, tradução nossa.

⁴³ Confédération Européenne des Points de Rencontre pour le maintien des relations enfants-parents, tradução nossa. Recuperado de <http://www.cephrep.org/>.

relações entre filhos e pais⁴⁴. A Carta, finalizada e adotada em 2004, afirma o direito e a necessidade de cada criança se situar em sua história e em relação as suas origens, de modo a construir e manter uma relação pessoal com cada um de seus pais. Para isso, o Documento propõe o espaço de encontro como um espaço terceiro, seguro e transitório, onde o contato possa se estabelecer ou se restabelecer entre os filhos e o genitor com quem não vivem.

Em 2006, a CEPREP foi criada e, atualmente, agrupa federações provenientes da Espanha, França, Bélgica, Luxemburgo, Suíça, Hungria, Reino Unido e Escócia. Além disso, a Confederação conta com federações ou contatos internacionais convidados da Alemanha, Holanda, Itália e Portugal.

Ainda conforme o endereço eletrônico da CEPREP, seus objetivos são: respeitar as diferenças nacionais e culturais; apoiar e promover a ação e a reflexão de seus membros a nível governamental, visando modificações legislativas; auxiliar na criação de espaços de encontro em países da Europa que ainda não possuem tal dispositivo; favorecer trocas de experiências entre os profissionais dos diferentes países; impulsionar a reflexão e a pesquisa sobre a questão da manutenção da relação paterno-filial, principalmente em situações de casais binacionais; desenvolver relações e a cooperação com outros organismos nacionais, europeus e internacionais que trabalham com temáticas semelhantes; elaborar princípios de base de um código deontológico comum, que possam e devam ser sustentados pelos membros da associação.

Além da FFER e a CEPREP, outra federação atuante na Europa é a FESER – Federação de Serviços Espaços de Encontro francófonos⁴⁵, a qual reúne serviços de espaços de encontro de diversas províncias da Bélgica e de Luxemburgo.

No Reino Unido, a única associação dedicada à questão do convívio paterno-filial após a ruptura conjugal é a Associação Nacional de Centros de Contato para Crianças (NACCC)⁴⁶, a qual é membro da CEPREP. Criada em 1985, a NACCC é uma organização voluntária e independente, assim como os centros de contato – como são denominados tais estabelecimentos – que dela são membros. A Associação supervisiona cerca de 400 centros britânicos, comandados por uma rede de, aproximadamente, 4.000 voluntários. Além destes, há profissionais contratados, que atuam de maneira imparcial para viabilizar o contato entre crianças e/ou adolescentes e o genitor descontinuo⁴⁷.

⁴⁴ *Charte Européenne sur les Points de Rencontre pour le maintien des relations enfants-parents*, tradução nossa. Recuperado de <http://www.ceprep.org/pages/charte.html>.

⁴⁵ *Fédération des Services Espaces-Rencontres francophones*, tradução nossa.

⁴⁶ *National Association of Child Contact Centres*, tradução nossa.

⁴⁷ Recuperado de <https://naccc.org.uk/>.

A NACCC também conta com a campanha “#pais perdidos”⁴⁸, que visa promover a conscientização sobre o trabalho realizado pelos centros, no que se refere à manutenção do contato entre pais e filhos.

Nem todos os centros de contato espalhados pelo Reino Unido são acreditados pela NACCC. Contudo, a Associação frisa a importância desta acreditação, a qual, por meio de protocolos endossados por órgãos governamentais e judiciários, procura garantir a segurança dos usuários dos centros. Parte da acreditação é concedida por meio de um programa de treinamento obrigatório de todos os coordenadores, profissionais e voluntários que atuam tanto nos centros de contato.

Assim como o Reino Unido, a Bélgica e a França, a Espanha igualmente possui uma Federação Nacional de Pontos de Encontro para o Direito de Visitas⁴⁹ (FEDEPE), a qual também é uma federação sem fins lucrativos e de caráter social. Fundada no ano 2000, a FEDEPE agrupa e coordena a atuação das instituições associadas, gerenciando a obtenção de recursos humanos, técnicos e econômicos. A Federação desenvolve e participa de projetos e programas de cooperação nacionais e internacionais, relacionados à proteção e ao bem-estar da criança, proporcionando, principalmente, um espaço neutro de acolhida para o direito de visita⁵⁰.

Maria Luisa Sacristán (2002), presidente da Associação para a Proteção do Menor em Processos de Separação de seus Progenitores (APROME)⁵¹, salienta que, por mais que os tribunais de família contem com instrumentos coercitivos para fazer cumprir as suas determinações, muitas vezes são encontradas grandes dificuldades para que os genitores descontínuos possam exercer o seu direito de visita. Assim, segundo a autora, os Pontos de Encontro Familiar (PEF) se mostram um recurso eficaz “para modificar atitudes guiadas pela inércia de acessar a separação através de um procedimento judicial contencioso”⁵² (p. 133).

Para além da Europa e das Américas, a visitação monitorada também se estabeleceu na Oceania no início dos anos 1990. Na Nova Zelândia, o “contato supervisionado”⁵³ – como é chamado naquela região – surgiu como uma resposta à violência e aos conflitos entre os pais,

⁴⁸ “#lost parentes Campaign”, tradução nossa. Recuperado de <https://naccc.org.uk/lostparents>.

⁴⁹ *Federación Nacional de Puntos de Encuentro para el Derecho de Visitas*, tradução nossa.

⁵⁰ Recuperado de <http://www.fedepe.org/>.

⁵¹ *Asociación para la Protección del Menor en los Procesos de Separación de sus Progenitores*, tradução nossa. Organização espanhola sem fins lucrativos, de caráter social e com atuação nacional, criada em 1994. Dedicada à gestão de centros de intervenção social dependentes de organismos públicos, assim como à colaboração com universidades e centros educativos em programas de formação de nível superior. É uma entidade de referência no âmbito da família, atuando, entre outros projetos, junto ao Programa Ponto de Encontro Familiar. Foi pioneira na criação do primeiro PEF na Espanha, em 1996, na cidade de Valladolid. É membro fundadora da (CEPREP) e da (FEDEPE). Recuperado de <http://www.aprome.org/index.html>.

⁵² “para modificar actitudes guiadas por la inercia de acceder a la separación a través de un procedimiento judicial contencioso”, tradução nossa.

⁵³ *supervised contact*, tradução nossa.

às preocupações com relação à segurança de mães e crianças e ao reconhecimento crescente acerca da importância da preservação da relação dos filhos com os dois genitores (Gibbs & MacKenzie, 2006; Gibbs, McKenzie & Dempster, 2007).

As autoras fazem uma observação com relação à terminologia, para esclarecer que os termos previamente utilizados pela legislação neozelandesa⁵⁴ eram “acesso supervisionado”, “genitor guardião” e “genitor não guardião”⁵⁵. Todavia, o *Care of Children Act 2004*⁵⁶ substituiu tais nomenclaturas por “contato supervisionado”, “cuidador do dia-a-dia” e “genitor visitante ou de contato”⁵⁷, respectivamente.

O contato supervisionado está previsto no *Care of Children Act 2004* como um contato direto, isto é, face a face, entre uma parte e uma criança, que ocorre sob a supervisão de um prestador de serviço ou de outra pessoa aprovada pelo tribunal, como um parente, um amigo da família ou qualquer outra pessoa que a Corte considerar adequada. Conforme esta lei, compete ao tribunal determinar os momentos nos quais o contato acontecerá, bem como o número de sessões que será financiado pelo dinheiro público.

A Nova Zelândia conta com duas grandes associações voltadas ao contato supervisionado: a Associação Aotearoa Nova Zelândia de Serviços de Contato Supervisionado (ANZASCS)⁵⁸ e a Barnardo's.

A ANZASCS foi criada em 1997 e fornece informações aos indivíduos, organizações e outros prestadores de serviço sobre o contato supervisionado na Nova Zelândia. As propostas da Associação são: estabelecer um conjunto consistente de procedimentos e arranjos entre o Tribunal de Família e os prestadores de contato supervisionado; assegurar a proteção e a segurança de qualquer criança utilizando este serviço; garantir o bem-estar e o melhor interesse da criança⁵⁹.

Já os objetivos da ANZASCS são: estabelecer uma rede entre os envolvidos com o contato supervisionado de crianças; disseminar informações sobre esta prática; formular padrões de competências, habilidades e qualificações para pessoas atuantes em serviços de contato supervisionado; proporcionar um fórum onde a ação coletiva para a promoção do contato supervisionado de crianças possa ser facilitada; incentivar o financiamento governamental e não governamental para esta atividade; encorajar a pesquisa relacionada ao

⁵⁴ *The Guardianship Act 1968* e *The Domestic Violence Act 1995*.

⁵⁵ “supervised access”, “custodial parent” e “non-custodial parent”, tradução nossa.

⁵⁶ Recuperado de <http://www.legislation.govt.nz/act/public/2004/0090/latest/DLM317629.html>.

⁵⁷ “supervised contact”, “day-to-day caregiver” e “visiting or contact parent”, tradução nossa.

⁵⁸ *Aotearoa New Zealand Association of Supervised Contact Services*, tradução nossa.

⁵⁹ Recuperado de <https://www.anzascs.org.nz/>.

contato supervisionado e ao desenvolvimento do serviço oferecido; publicar qualquer informação que a sociedade considere desejável para a promoção desta medida⁶⁰.

A Barnardo's, por sua vez, é uma organização britânica não governamental focada em crianças que, desde o início dos anos 1990, coordena, entre outros projetos, a maioria dos centros de contato supervisionado na Nova Zelândia (Gibbs & MacKenzie, 2006; Gibbs, McKenzie & Dempster, 2007). Conforme as autoras, por meio de uma pesquisa desenvolvida junto a centros comandados pela Barnardo's, em 2005, havia mais de 40 estabelecimentos desta natureza espalhados pelo território neozelandês, dos quais mais de 30 estavam sob a coordenação desta organização. Ademais, entre 2004 e 2005, os centros de contato supervisionado subordinados à Barnardo's haviam proporcionado 1.079 visitas a 841 famílias.

Na Austrália, assim como na Nova Zelândia, o termo utilizado para definir a convivência supervisionada dos filhos com os pais após o divórcio é “contato supervisionado”. Os locais que acolhem este tipo de demanda denominam-se Serviços de Contato de Crianças (CCS)⁶¹ e funcionam como espaços neutros para o atendimento das famílias. Estes estabelecimentos podem ser privados, financiados por organizações não governamentais ou pelo governo australiano.

A Austrália conta com a Associação Australiana de Serviços de Contato de Crianças⁶² (ACCSA), a qual, assim como as demais já citadas, é uma associação voluntária, independente e sem fins lucrativos, que proporciona a análise e a profissionalização do setor de CCS naquele país.

Formada em 1994, a Associação possui os seguintes objetivos: viabilizar uma sólida análise sobre o papel e as limitações dos CCS; atuar como um centro coordenador de informações relacionadas aos CCS; promover uma rede de contato entre os envolvidos em estabelecer ou operacionalizar os CCS; encorajar os governos a fornecer financiamento para a criação de CCS; identificar padrões mínimos de funcionamento dos centros. A ACCSA aceita como membros apenas os CCS supervisionados e financiados pelo governo australiano e não os privados, financiados por organizações não governamentais, os quais não têm obrigação de seguir qualquer documentação reguladora, embora sejam incentivados a fazê-lo⁶³.

Visando cumprir tais objetivos, em setembro de 1994, a Associação lançou um esboço de padrões a serem adotados pelos CCS a ela vinculados. Estes padrões foram rediscutidos, postos em prática no ano seguinte e, em 2008, revisados, buscando refletir as mudanças e desenvolvimentos que haviam ocorrido neste setor desde o primeiro esboço.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ *Children's Contact Services*, tradução nossa.

⁶² *Australian Children's Contact Services Association*, tradução nossa.

⁶³ Recuperado de <http://accsa.org.au/>.

Uma das mudanças apontadas nos Padrões para os CCS (2008)⁶⁴ se refere à terminologia utilizada pelo Direito de Família australiano, a qual fora alterada desde a promulgação do *Family Law Amendment (Shared Parental Responsibility) Act 2006*. A partir desta lei, o termo “genitor residente” foi substituído por “genitor com quem a criança vive” e o “genitor não residente” passou a ser tratado como “genitor com quem a criança passa um tempo junto” ou “genitor com quem a criança se comunica”⁶⁵.

Conforme os Padrões (2008), estes têm a intenção de promover uma prática consistente e de qualidade nos CCS membros. Todavia, eles também pretendem ser suficientemente flexíveis para permitir que cada serviço se desenvolva, realize e mantenha programas que vão ao encontro e reflitam as necessidades e valores das comunidades onde estiverem inseridos. Neste sentido, os Padrões (2008) são definidos em termos gerais.

Após fazermos um levantamento do histórico das visitas monitoradas por diversos países, passemos, agora, às modalidades de visitação encontradas ao redor do mundo.

3.3. - Modalidades de Visitação (e dificuldades em diferenciá-las)

No território francês, o funcionamento dos espaços de encontro é bastante variável. Isso porque, conforme Bastard (2010), estes locais possuem origens diferentes, afiliações diversas e os membros das equipes provêm de profissões distintas, sendo majoritariamente psicólogos e assistentes sociais. Diante disso, a forma segundo a qual são organizados os contatos paterno-filiais e mesmo as maneiras utilizadas para tratar e avaliar as situações vivenciadas se altera de um lugar a outro.

O modelo de trabalho apontado por Bastard (2010) e também por Konicheckis (2011) como o mais frequente na França é aquele cujos encontros se passam em um espaço coletivo. Neste formato, várias situações são atendidas ao mesmo tempo, os profissionais circulam entre os pais e os filhos presentes nestes espaços “. . . mais ou menos segmentados, assegurando uma presença mais ou menos intensa em função das necessidades”⁶⁶ (Bastard, 2010, p. 61). Quanto a isso, o autor levanta uma reflexão quanto aos casos de genitores com transtornos psiquiátricos graves e que são capazes de “incendiar”⁶⁷ (idem, p. 64) as relações entre os demais usuários e os profissionais. Bastard (2010) afirma que o crescimento de tais

⁶⁴ *Standards for Children's Contact Services*, tradução nossa. Recuperado de <http://accsa.org.au/wp-content/uploads/2013/02/ACCSA-Standards.pdf>.

⁶⁵ “the residential parent”, “the parent who the child lives with”, “the non-residential parent”, “the parent who the child spends time with” e “the parent who the child communicates with”, respectivamente. Tradução nossa. Recuperado de <https://www.legislation.gov.au/Details/C2006A00046>.

⁶⁶ “. . . plus ou moins segmentés, en assurant une présence plus ou moins intense en fonction des besoins”, tradução nossa.

⁶⁷ “flamber”, tradução nossa.

situações – seja devido à carência de instituições psiquiátricas, seja porque, para os juízes, os filhos destes pais e os próprios pais têm os mesmos direitos que os outros – leva a questões relativas ao equipamento dos espaços de encontro. Isto é, se as competências da equipe e os modos de trabalho adotados são adequados para lidar com tais situações.

Já as visitas podem ocorrer de diferentes formas nos espaços de encontro franceses: encontros organizados exclusivamente nas dependências do estabelecimento, com ou sem a presença obrigatória de um profissional dedicado especificamente à determinada visita; encontros dentro dos espaços, com a possibilidade de saídas com ou sem a presença do terceiro; a entrega da criança de um genitor a outro ou entre um terceiro e um genitor⁶⁸.

Um documento produzido conjuntamente pela CEPREP e pela FFER⁶⁹ (2009) estabelece uma comparação entre as práticas dos espaços de encontro europeus, entre os anos 2007 e 2010. O Documento expõe que, em certos países (como Hungria e Alemanha), o atendimento ocorre prioritariamente de forma individual – isto é, uma família por vez – enquanto que, em outros (como Suíça e Bélgica francófona), a atuação é, de modo geral, coletiva – ou seja, diversas famílias atendidas concomitantemente. Já na França e no Reino Unido, as duas abordagens são comumente utilizadas.

Com relação à diferença entre as duas práticas, o Documento esclarece que, na intervenção coletiva, pais e filhos se sentem menos estigmatizados, pois: percebem que outras pessoas se encontram na mesma situação; é uma solução econômica e prática, já que mais famílias são atendidas pela equipe concomitantemente; há mais espaço para que familiares e profissionais se movimentem livremente, visto que os ambientes são maiores; os usuários se sentem contidos e seus comportamentos melhor controlados; os genitores aprendem uns com os outros, por meio do exemplo; é um formato menos artificial, o que contribui para reduzir a tensão entre pais e filhos; o coletivo é apreendido como um valor, isto é, uma filosofia comunitária, que inclui a família em um contexto amplo; os profissionais atuam mais como facilitadores e menos como vigilantes; há mais segurança, dada a quantidade de adultos no ambiente; há um trabalho de equipe entre os profissionais.

Por outro lado, a abordagem individual: oferece proteção com relação às perturbações durante o desenvolvimento dos encontros, uma vez que alguns usuários podem se assustar com outros; acompanhamento mais específico e preciso, visto que os profissionais estão constantemente para e com os familiares; confidencialidade, dada a possibilidade de falar

⁶⁸ *Référentiel National des espaces de rencontre*, tradução nossa. Recuperado de <https://www.caf.fr/sites/default/files/caf/851/PARTENAIRES/gestionnaire%20structure/ESPACE%20DE%20RENCONTRE/R%C3%A9f%C3%A9rentiel%20national%20espaces%20de%20rencontre%20.pdf>.

⁶⁹ *Comparer les pratiques des espaces de rencontre en Europe: compte rendu des travaux de la CEPREP entre 2007 et 2010. Réalisé par la FFER*. Recuperado de http://www.ceprep.org/documents/ceprep_2009_synthese_comparer_nos_pratiques.pdf.

livremente sem ser ouvido ou julgado por outras pessoas; intimidade, isto é, não ser visto por outros e não ter sentimento de vergonha, o que permite maior interação paterno-filial; segurança aos filhos, por haver mais proteção física e emocional; segurança aos pais, no caso de adolescentes que se mostrem agressivos; um formato mais apropriado aos jovens.

A Bélgica oferece modalidades semelhantes de visitação às francesas, mas, no caso de filhos adolescentes, geralmente, nenhum profissional acompanha as saídas. Assim, o jovem é encaminhado ao espaço de encontro pelo genitor contínuo e o genitor descontínuo o busca naquele local. Da mesma forma, ao final do horário previsto, o genitor descontínuo devolve o filho ao estabelecimento. Na maioria dos casos, as saídas são compreendidas como momentos importantes, etapas positivas na evolução do convívio. Considera-se que as saídas conjuntas fazem bem para estes pais e filhos adolescentes, que podem se encontrar em condições mais próximas da vida cotidiana⁷⁰.

Na Espanha, conforme o Documento Marco de Mínimos para Assegurar a Qualidade dos Pontos de Encontro Familiar (2008)⁷¹, o cumprimento do regime de visitas pode ser executado por meio de modelos bastante similares aos franceses e belgas, quais sejam: entregas e devoluções dos filhos nos PEF (intercâmbios); visitas tuteladas, que são efetuadas integralmente dentro das dependências dos centros e sob a supervisão de um membro da equipe técnica; visitas não tuteladas, realizadas dentro do estabelecimento, mas sem a necessidade da presença constante de um profissional; acompanhamento, o qual se dá externamente aos PEF, mas é entendido como uma situação excepcional, sendo necessária a prévia avaliação da equipe técnica acerca de sua adequação e da disponibilidade de pessoal.

Segundo o Documento, as equipes técnicas dos PEF têm autonomia para desenvolver as práticas que considerarem mais adequadas, planejando sua intervenção sempre dentro das atribuições que lhe são próprias e conforme o que for requerido pela autoridade judicial. Além das visitas, podem ser oferecidos os serviços de: intervenção psicossocial individual ou familiar; intervenção por meio de técnicas de mediação; e elaboração de registros e documentos periódicos para o próprio uso da equipe ou para serem fornecidos às autoridades, quando necessário.

No Reino Unido, conforme já expusemos, os espaços de encontro são denominados centros de contato⁷². Eles se dividem em centros de acompanhamento⁷³, que acolhem famílias

⁷⁰ “*Comment on s’ parle?! L’accueil des adolescents dans les Services Espaces-Rencontres*. Recuperado de <http://www.ceprep.org/pages/realisations.html>.

⁷¹ Documento Marco de Mínimos para Asegurar la Calidad de los Puntos de Encuentro Familiar, tradução nossa.

⁷² *contact centres*, tradução nossa.

⁷³ *supported centres*, tradução nossa.

coletivamente, e centros de supervisão⁷⁴, cujo atendimento é efetuado de maneira individual, sobretudo em situações em que há risco envolvido. Ambos os centros são compreendidos como uma solução temporária para as dificuldades de convívio e não um arranjo permanente. Ou seja, como um precursor para um formato mais amplo e flexível de contato.

Os centros de acompanhamento oferecem exclusivamente o serviço de contato acompanhado, isto é, a observação e a assistência prática (por exemplo, tranquilizando uma criança que estiver chorando) a diversas famílias concomitantemente. Já os centros de supervisão, além de atenderem cada família de forma individualizada, prestam, ainda, os seguintes serviços: espaço de entrega e devolução de filhos, de modo que os genitores não se encontrem; avaliações para identificar os motivos pelos quais o contato se encontra prejudicado; contato indireto por meio de cartas, cartões, presentes, *e-mails* ou *Skype*, quando o contato direto é considerado inseguro, inviável ou diverso ao melhor interesse da criança; visitas acompanhadas por profissionais em locais públicos, como parques, lojas e restaurantes, uma vez observado o estabelecimento de um padrão regular, seguro e sustentável de contato; acompanhamento em casos de crianças que não conhecem ou nunca tiveram contato com o genitor descontinuo⁷⁵.

Perry e Rainey (2007) apresentam um estudo desenvolvido por pesquisadores da Universidade de Wales Swansea, no Reino Unido, entre junho de 2003 e dezembro de 2005, e expõem, entre outros aspectos, a dificuldade na distinção entre os formatos de contato determinados judicialmente. Conforme as autoras, embora haja uma discriminação na literatura e entre os profissionais da área com relação aos termos “supervisionado” e “acompanhado”, esta diferenciação terminológica nem sempre é rigorosamente aderida na prática. Elas explicam que contato supervisionado, em seu sentido estrito, refere-se ao contato altamente vigiado, no qual a interação e a conversação entre pais e filhos são monitoradas de perto, em um centro de contato especializado. Já o contato acompanhado geralmente diz respeito ao contato que acontece em um centro, no qual um terceiro neutro está presente. Porém, esta forma de contato não inclui um monitoramento próximo das interações paterno-filiais.

Ainda segundo Perry e Rainey (2007), os tribunais britânicos fazem uso de um terceiro tipo de contato supervisionado/acompanhado, no qual determinam que este deva acontecer somente na presença de um terceiro nomeado, geralmente, um membro da família ou um amigo. Para as autoras, esta medida não faz parte da definição técnica de “supervisionado” e tampouco envolve uma supervisão no sentido não técnico. Assim, elas concluem que a falta

⁷⁴ *supervised centres*, tradução nossa.

⁷⁵ Idem nota 47.

de especificidade na informação disponível nos arquivos judiciais demonstra a dificuldade em distinguir os casos nos quais a Corte ordenou tecnicamente um contato supervisionado, daqueles em que foi determinado um formato de contato acompanhado ou informalmente supervisionado. Desse modo, os termos “contato supervisionado/acompanhado” acabam sendo utilizados para cobrir os três tipos de organização de contato, o que, na prática, gera confusões (Perry & Rainey, 2007).

Em um estudo realizado por Aris, Harrison e Humphreys (2002), também no Reino Unido, igualmente se percebeu esta dificuldade. Segundo as autoras, os entendimentos dos envolvidos no processo de estabelecimento de contato, com relação aos conceitos de “acompanhado” e “supervisionado”, são cruciais na formatação dos encontros. Quaisquer ambiguidades ou diferenças de percepção entre a equipe de profissionais dos centros, os voluntários, o Judiciário, os genitores e os filhos podem afetar significativamente a qualidade e os resultados da experiência. Podem, ainda, comprometer a segurança e o bem-estar de crianças e mulheres, em casos de violência doméstica. Neste sentido, Aris et al. (2002) levantam a possibilidade de uma alteração dos termos para alto, médio ou baixo nível de vigilância, visando clarear e não tornar obscuros os diferentes formatos de contato oferecidos pelos centros britânicos.

A pesquisa desenvolvida pelas mesmas autoras incluiu entrevistas e questionários com profissionais e familiares de centros de contato na Inglaterra e no País de Gales. O coordenador de um dos centros, ao abordar a problemática da terminologia, afirmou haver muitas pessoas, inclusive, juízes e advogados, que não compreendem as diferenças entre os contatos acompanhados e supervisionados. Os próprios magistrados demonstraram dificuldades em distinguir entre situações que requeriam contato acompanhado ou supervisionado, ou, ainda, aquelas em que não havia indicação para manutenção do contato, o que, muitas vezes, era retratado em suas decisões.

Da mesma forma, as respostas dos pais aos questionários mostraram um alto nível de confusão acerca da diferenciação entre os termos “supervisionado” e “acompanhado”, principalmente no que se refere ao grau de vigilância empregado em cada serviço. Enquanto as mães geralmente se mostravam insatisfeitas com o que consideravam uma supervisão inadequada, os pais se incomodavam com o que entendiam como uma vigilância desnecessária. Neste sentido, os pais estavam ansiosos para evoluir para um formato de contato menos supervisionado, ao passo que as mães almejavam manter a segurança parcial que haviam obtido por meio dos centros. Esta situação levava a equipe dos estabelecimentos a avaliar as mães como obstrutivas, sobretudo quando se mostravam relutantes em ampliar o

convívio paterno-filial – ainda que, muitas vezes, elas ativamente se envolvessem na facilitação do contato dentro dos centros.

Aris et al. (2002) concluem acerca da importância da realização de entrevistas com os genitores e os filhos, anteriormente ao início dos encontros, para que a equipe conheça a história familiar e se prepare adequadamente em termos de segurança e vigilância, em casos de violência doméstica. Conforme as autoras, esta falta de conhecimento acerca do histórico da família é exacerbada em centros onde há alta taxa de *turnover* dos profissionais. Em situações em que a história nunca foi completamente contada aos membros da equipe ou a gravidade da situação se atenuou ao longo do tempo, os funcionários correm o risco de focar a sua atuação no comportamento apresentado pelos genitores durante o acompanhamento, ao invés de compreenderem o contexto.

Portanto, a literatura britânica frisa a importância dos treinamentos, preconizados pela NACCC (Aris et al., 2002), bem como a necessidade de mais centros de supervisão, que deem conta de casos que envolvam risco. Entende-se que, desse modo, tais demandas não seriam encaminhadas a centros de acompanhamento, que são inadequadamente equipados para atuar em situações desta complexidade (Boyd-Carpenter et al., 1999).

A Suécia, assim como o Reino Unido, possui uma problemática relacionada aos diferentes tipos de visitação e seus respectivos nomes. Naquele país, o termo atual utilizado é “visitação acompanhada”⁷⁶, diferenciando-se da “visitação supervisionada”⁷⁷, empregada anteriormente.

De acordo com Andersson e Bangura Arvidsson (2008), os relatórios oficiais suecos frisam que a convivência entre pais e filhos não deveria ocorrer sob qualquer circunstância e foi neste contexto que surgiu, em 1980, a medida de visitação supervisionada por uma pessoa de contato⁷⁸ – a qual seria indicada por assistentes sociais. Segundo as autoras, esta prática marcou a introdução na legislação sueca da oportunidade para crianças e famílias receberem suporte dos serviços sociais, mediante uma determinação judicial.

De modo geral, a pesquisa desenvolvida por Andersson e Bangura Arvidsson (2008) evidenciou os seguintes arranjos de visitação supervisionada: a pessoa de contato poderia levar a criança à casa do genitor não residente; caso a visita na moradia do genitor descontínuo não fosse autorizada, eles poderiam se encontrar em locais públicos da cidade; a pessoa de contato também poderia acompanhar o genitor descontínuo ao domicílio da criança, em momentos em que o genitor contínuo não estivesse presente; encontros na residência da pessoa de contato poderiam igualmente acontecer; a pessoa de contato poderia, ainda,

⁷⁶ *supported visitation*, tradução nossa.

⁷⁷ *supervised visitation*, tradução nossa.

⁷⁸ *contact person*, tradução nossa.

supervisionar a entrega e a devolução da criança na moradia do genitor contínuo, na escola ou em outro local considerado neutro. Em um dos contextos analisados pelas autoras, um *flat* passou a ser utilizado para a realização da visita supervisionada ou para as entregas e devoluções das crianças.

Contudo, na referida pesquisa, verificou-se que a comunicação entre os serviços sociais e os tribunais apresentava deficiências. Embora não competisse aos assistentes sociais se queixar ou reexaminar as decisões judiciais, eles desejavam estabelecer uma comunicação prévia com a Corte, a fim de expressar suas dúvidas, caso a ordem relativa à pessoa de contato não parecesse suficientemente realista para ser implementada. O problema mais mencionado entre os profissionais abordados no estudo eram decisões para visita supervisionada durante muitas horas seguidas ou contatos demasiadamente frequentes. Era difícil encontrar uma pessoa de contato disponível por seis ou oito horas consecutivas. Neste sentido, quatro horas por encontro era a recomendação dos profissionais, caso fossem indagados a este respeito. Além disso, havia poucas pessoas de contato disponíveis para trabalhar em todos os finais de semana ou em locais distantes e por alguns dias seguidos. Finais de semana alternados eram avaliados como o formato mais realista pelos assistentes sociais e estes também opinavam que o genitor não residente deveria se dirigir à moradia da criança, de forma que a pessoa de contato e a própria criança não precisassem viajar longas distâncias.

Outra problemática apontada por Andersson e Bangura Arvidsson (2008) era a incerteza quanto à finalização da medida. Isso porque as decisões judiciais não costumavam definir um limite de tempo para a intervenção da pessoa de contato, por compreender que competia aos serviços sociais acompanhar as intervenções e as encerrar no momento apropriado. Contudo, alguns profissionais abordados citaram casos que perduraram por mais de cinco anos, salientando, ainda, que a medida poderia se tornar ilimitada. Outros assistentes sociais afirmaram que a continuidade da visita supervisionada se devia ao fato de ninguém protestar e os familiares se sentirem obrigados a cumprir a decisão judicial, mesmo se o contato entre a criança e o genitor não residente não funcionasse bem. Por outro lado, o contato poderia ser descontinuado, se os serviços sociais encontrassem dificuldades para encontrar uma nova pessoa de contato, quando a primeira encerrava a sua atuação, ou ainda, por iniciativa de algum dos envolvidos.

As pessoas de contato se queixavam, também, de situações em que eram convocadas como testemunhas de determinados casos. Para elas, era difícil não ofender um dos pais, embora sua obrigação fosse fornecer informações sobre a criança e não sobre aqueles. Diante disso, algumas pessoas de contato preferiam finalizar sua função a serem chamadas como testemunhas nos tribunais (Andersson & Bangura Arvidsson, 2008).

Outro desafio apontado pelos serviços sociais abordados na pesquisa era encontrar pessoas de contato apropriadas, uma vez que se tratavam de leigos, que possuíam outros empregos. Estas pessoas também precisavam adquirir qualificação apropriada para manter o equilíbrio entre os dois pais em conflito e, ao mesmo tempo, privilegiar o melhor interesse da criança. Neste sentido, os assistentes sociais compreendiam a necessidade de que as pessoas de contato passassem por supervisões individuais ou grupais. Alguns profissionais entrevistados mencionaram ter boas experiências com grupos de supervisão que eles mesmos conduziram, afirmando que as pessoas de contato apreciavam trocar experiências umas com as outras. Todavia, tais pessoas sentiam, por vezes, que não recebiam as informações necessárias sobre os casos por parte dos assistentes sociais e que não possuíam qualificação suficiente para manejar os conflitos parentais (Andersson & Bangura Arvidsson, 2008).

Frente às dificuldades encontradas na visitação supervisionada, esta foi gradualmente substituída pela visitação acompanhada, por meio de reformas legais realizadas na Suécia entre os anos 2006 e 2010 (Bergman & Eriksson, 2018). Conforme os autores, o que sustentou a mudança da visitação supervisionada para acompanhada foram os problemas relacionados à proteção das crianças durante a convivência. Antes da reforma de 2010, as medidas utilizadas pelos serviços sociais não incluíam qualquer prática que prevenisse a criança de ser sequestrada ou sujeita a algum tratamento abusivo no decorrer do convívio. Isso porque, na Suécia, o uso da força para assegurar a proteção é compreendido como uma tarefa da polícia e não dos serviços sociais.

Já a partir de 2010, com a mudança na legislação para a visitação acompanhada, emendas adicionais esclareceram as responsabilidades dos serviços sociais. Além disso, o novo modelo de visitação foi configurado como uma solução temporária, durante um período específico de tempo, razão pela qual, de acordo com Bergman e Eriksson (2018), habitualmente se espera que a visitação desacompanhada se torne possível, ou seja, que a situação seja “normalizada”⁷⁹ (p. 380), dentro de um ano. Para tanto, a Suécia passou a contar com alguns centros para a prática deste formato de convívio.

Entretanto, Bergman e Eriksson (2018) frisam que a visitação acompanhada não deve ser entendida como uma garantia contra condutas prejudiciais por parte de um dos genitores. Isto é, não se espera que esta medida seja uma opção, quando não se puder garantir a segurança da criança, tal como em casos em que haja risco de agressão ou sequestro. Se for avaliada a necessidade de tal nível de prevenção, a visitação face a face não deve ser uma alternativa. Para tais situações, os documentos oficiais da Suécia esclarecem que, desde 2010,

⁷⁹ “*be ‘normalized’*”, tradução nossa.

há a possibilidade de a visitação ser realizada de forma indireta (via telefone ou carta, por exemplo) ou mesmo suspensa (Bergman & Eriksson, 2018).

A despeito das mudanças promovidas pela legislação sueca, as autoras citadas salientam que, na prática, tanto pais quanto profissionais da área continuam utilizando o termo “visitação supervisionada”, ainda que este conceito já não seja mais empregado nas leis daquele país. A própria Corte parece fazer uso da visitação acompanhada enquanto visitação supervisionada, ao ordenar a primeira em casos em que há risco para a criança e cuja normalização da visitação em um futuro próximo é pouco provável.

Na Austrália, segundo os Padrões para os CCS⁸⁰ (2008) lançados pela Associação Australiana de Serviços de Contato de Crianças (ACCSA), os CCS devem manter um detalhado processo de avaliação, que ofereça a base para o desenvolvimento de um plano de serviço específico para cada caso. A partir desta avaliação, o grau de vigilância, a quantidade de profissionais disponíveis, os objetivos da supervisão e os encaminhamentos para outros serviços são definidos conforme as necessidades individuais das famílias atendidas.

Apesar de a maioria dos casos ser endereçada por ordem judicial aos CCS, estes têm autonomia para decidir quais deles aceitarão e quais recusarão. Tal decisão deve ser tomada a partir da capacidade e da disposição de cada centro para atender às demandas da família, após a avaliação realizada. No mesmo sentido, o CCS pode declinar a continuidade do serviço a determinados casos a qualquer momento, sobretudo quando verificado que a criança está ou pode ser posta em risco, como em situações em que há alegações de violência doméstica ou abuso sexual. Nestas ocasiões, devem haver ponderações com relação à confidencialidade do serviço prestado.

Conforme o Documento, as modalidades de supervisão são estabelecidas a partir de uma avaliação inicial, que verifica a gravidade do risco dos encontros e a capacidade do centro para a efetivação dos mesmos. Esta avaliação é efetuada por meio do acesso aos documentos pertinentes a cada caso, dos dados fornecidos pelas partes em entrevistas individuais e da familiarização realizada previamente com as crianças. Os casos podem ser categorizados em: fatores de baixo risco; fatores de alto risco; fatores de maior risco e supervisão terapêutica. Cada um destes será explicado resumidamente, a seguir.

Caracterizam-se fatores de baixo risco apenas os casos que passaram por uma avaliação e por uma série de visitas positivas, que dão suporte à conclusão de que os riscos são mínimos. Nestas situações, os serviços devem ser providenciados preferencialmente dentro dos centros e devem incluir a supervisão do contato ou da transição das crianças entre os pais. O objetivo, em tais situações, é promover relações saudáveis e aprimorar ou

⁸⁰ Idem nota 64.

desenvolver a habilidade dos envolvidos para organizar os arranjos de contato de forma independente. Para tanto, os CCS funcionam em cooperação com outros serviços, como programas para pais e centros de relações familiares, que auxiliam os usuários na conquista deste objetivo.

Os fatores de alto risco são um tipo de supervisão para casos envolvendo altos níveis de conflito entre os genitores, capacidade parental inadequada, riscos gerenciáveis de sequestro, casos de baixo risco de potencial violência, de abuso de substâncias ou problemas psicológicos dos pais. O serviço raramente é realizado externamente às dependências dos centros e pretende garantir a segurança dos envolvidos, o bem-estar das crianças e o acompanhamento das relações familiares durante as visitas. Em alguns casos, arranjos independentes de contato poderão ser viabilizados a médio ou longo prazo.

Já os serviços providenciados para situações de maior risco devem, necessariamente, ser prestados dentro dos centros. Tratam-se de casos que exigem supervisão de maior vigilância, por envolver dificuldades ou riscos mais sérios do que os anteriores. Apenas os centros equipados para atender demandas com tal grau de conflito devem acolher estas famílias, incluindo equipes com habilidade e treinamento específicos para supervisionar de perto as visitas. Os casos incluem alegações de violência doméstica ou abuso sexual e os familiares raramente atingirão independência a médio ou longo prazo para manejar os contatos. Assim, os centros devem ter capacidade para oferecer seus serviços por longos períodos.

Por fim, a supervisão terapêutica é proporcionada nos estabelecimentos por um profissional qualificado em saúde mental, certificado a nível nacional, além de ter completado um treinamento minucioso do CCS.

Ainda na Austrália, o Guia de Princípios Estruturais para a Boa Prática dos Serviços de Contato de Crianças (2014)⁸¹, lançado pelo Departamento da Procuradoria Geral daquele país, define as modalidades de supervisão que os CCS podem oferecer. Entre elas, estão previstas “visitas acompanhadas/monitoradas” e “visitas no local sem supervisão”⁸². As primeiras, conforme o Guia, são:

visitas no local com uma ou mais famílias que foram avaliadas pelo CCS como requerendo baixa supervisão vigiada e capazes de usar o serviço com a mínima supervisão ou intervenção pela equipe do serviço. A equipe irá monitorar a visita por circuito fechado de televisão ou fisicamente entrando no ambiente. Notas serão mínimas detalhando principalmente os momentos de chegadas e partidas (pp. 5-6)⁸³.

⁸¹ *Children's Contact Services Guiding Principles Framework for Good Practice*, tradução nossa.

⁸² “supported/monitored visits” e “unsupervised on site visits”, tradução nossa.

⁸³ “On site visits with one or more families who have been assessed by the CCS as requiring low vigilance

Já as “visitas no local sem supervisão” são caracterizadas como “visitas no local em que a equipe não supervisiona ou monitora a visita, mas está no prédio e disponível durante o momento da visita” (p. 6)⁸⁴.

Aqui vale assinalarmos o termo “monitorada” utilizado no referido documento. Na primeira modalidade, esta nomenclatura é tratada como sinônimo de “acompanhada” – e, de fato, sua descrição apresenta semelhanças com as visitas acompanhadas realizadas em outras localidades e já detalhadas em nosso estudo, como o Reino Unido. Entretanto, na segunda modalidade, “monitorar” aparece com o mesmo significado de “supervisionar” – o que, por sua vez, difere-se da literatura internacional apresentada, cuja vigilância seria mais estrita. Portanto, o Guia (2014) parece apresentar uma indistinção com relação ao uso das referidas expressões.

Nos EUA e no Canadá, os Padrões para a Prática da Visitação Supervisionada⁸⁵ (2006) da *Supervised Visitation Network* (SVN) definem a visitação supervisionada como um termo genérico, que descreve o contato entre pais e filhos supervisionado por um terceiro. Os tipos de visitação supervisionada contemplados no Documento são: contatos face a face; por correspondência e/ou *e-mail*, telefone, videoconferência ou outros meios de comunicação; supervisão em grupo ou com múltiplas famílias, segundo a qual mais de uma família é supervisionada por um ou mais supervisores; supervisão intermitente, quando os familiares são supervisionados por alguns instantes e propositalmente deixados desacompanhados por certos períodos de tempo; supervisão um a um, isto é, realizada por ao menos um supervisor para cada família; supervisão externa, quando acontece em locais diversos às instalações do serviço; supervisão no local, ou seja, nas dependências dos centros responsáveis; intercâmbio supervisionado – também denominado transferência supervisionada, intercâmbio seguro, entrega e devolução neutra, monitoramento do intercâmbio ou intercâmbio monitorado –, o qual se dá nas entregas e devoluções das crianças entre os genitores e pode acontecer dentro ou fora dos estabelecimentos (interessante notar que, aqui, os termos “supervisionado” e “monitorado” são utilizados como sinônimos); visitação supervisionada de apoio, segundo a qual o supervisor se envolve ativamente em promover mudanças comportamentais nas relações paterno-filiais – podem igualmente ser referidas como visitação direta, educacional ou facilitada; supervisão terapêutica, isto é, terapia conjunta para pais e filhos, conduzidas por

supervision and able to use the service with minimal supervision or intervention by the service's staff. Staff will monitor the visit via CCTV camera or by physically entering the room. Notes will be minimal detailing mainly arrival and departure times”, tradução nossa.

⁸⁴ “On site visits where staff do not supervise or monitor the visit, but are in the building and available during the time of the visit”, tradução nossa.

⁸⁵ “Standards for Supervised Visitation Practice”, tradução nossa.

profissionais de saúde mental licenciados ou certificados e treinados para promover a visitação supervisionada.

A despeito dos padrões oferecidos pela SVN, Saini, Van Wert e Gofman (2012) afirmam que, no Canadá, continuam não havendo mecanismos que imponham a padronização e a qualificação do serviço de visitação supervisionada e intercâmbio monitorado. Assim, conforme estes e outros autores (Birnbaum & Alaggia, 2006; Comtois, 2013; Bala, Saini & Spitz, 2016), permanece havendo uma variedade de abordagens e serviços supervisionados oferecidos naquele país.

Na província de Ontário, por exemplo, Saini et al. (2012) explicam que o Ministério da Procuradoria Geral opera os programas denominados Programas de Acesso Supervisionado (SAP)⁸⁶. Porém, há outros serviços de visitação supervisionada que são operados por agências privadas e que não se encontram sob a responsabilidade do governo provincial. Já na província do Québec, os programas de visitação supervisionada são chamados serviços de Supervisão dos Direitos de Acesso (SDA)⁸⁷, sendo o primeiro deles criado em 1988. Os SDA podem ser oferecidos pelos Centros da Juventude⁸⁸, sendo, neste caso, voltados a situações de proteção à infância e juventude, ou por organismos comunitários e, assim, focados em situações de separação ou divórcio conflituoso (Beaudry, Simard & Jacob, 2010; Comtois, 2013). Enquanto as visitas proporcionadas pelos Centros da Juventude são chamadas “visitas determinadas”⁸⁹ e não contam com a presença de um terceiro, a visitação provida pelos organismos comunitários é a visitação supervisionada, realizada em moldes similares aos já apresentados em nossa pesquisa.

Nos EUA, Babb et al. (2009) informam que treze Estados, incluindo Califórnia, Colorado, Connecticut, Flórida, Idaho, Illinois, Kansas, Kentucky, Minnesota, Nova Jersey, Novo México, Oklahoma e Utah possuem estatutos específicos endereçados aos programas de visitação supervisionada. Pulido et al. (2011) acrescentam a estes a Louisiana, o Havaí e Massachusetts.

Babb et al. (2009) também pontuam que todos os Estados, com exceção de Kentucky e Nebraska, incluem referências à visitação nos códigos estaduais direcionados ao divórcio, à violência, à agressão e à negligência infantil. Os autores destacam que, embora não tenham sido criados padrões nacionais para o funcionamento dos centros, algumas organizações produziram materiais identificando os componentes necessários para um programa efetivo de visitação supervisionada. Entre eles, citam os Padrões para a Prática da Visitação

⁸⁶ *Supervised Access Program*, tradução nossa.

⁸⁷ *Supervision des Droits d'Accès*, tradução nossa.

⁸⁸ *Centre Jeunesse*, tradução nossa.

⁸⁹ *visites déterminées*, tradução nossa.

Supervisionada, da SVN⁹⁰ (2006), o Padrão 5.20 das Regras Judiciais da Califórnia, de 2007 – cuja versão atualizada data de 2019⁹¹ – e os Padrões Mínimos para os Contratos dos Programas de Visitação Supervisionada⁹², da Suprema Corte da Flórida, publicados em 1999 e utilizados até a atualidade.

Pulido et al. (2011) apontam, ainda, as Diretrizes para as Práticas Judiciais para Visitação Supervisionada⁹³ e a Avaliação de Risco na Visitação Supervisionada para Juízes⁹⁴, ambas publicadas em 2005, pela Corte de Massachusetts.

A despeito das similaridades entre os documentos desenvolvidos pelos Estados norte-americanos, um aspecto relacionado à terminologia nos Padrões Mínimos para os Contratos dos Programas de Visitação Supervisionada, da Suprema Corte da Flórida, parece se diferenciar dos demais. Por mais que utilize os termos “visitação supervisionada” e “intercâmbio monitorado”, já encontrados em outros materiais, o Documento menciona a nomenclatura “contato supervisionado”⁹⁵, o qual inclui as modalidades anteriores e quaisquer outros serviços de intercâmbio realizados por um programa, atendendo a uma ordem judicial. Além disso, os programas de visitação supervisionada da Flórida contam, entre os membros da equipe, com “monitores/observadores da visitação” e “supervisores da visitação”⁹⁶ – distinções de cargos que, igualmente, não se havia verificado em outros manuais. Os primeiros são os indivíduos treinados e autorizados pelo programa para observar o contato entre o genitor descontinuo e a criança, bem como para documentar estas observações. Já os últimos se tratam dos profissionais autorizados para facilitar, intervir e encerrar as visitas, se necessário. Todavia, os supervisores da visitação também podem ser os monitores/observadores e é exigido de ambos o mesmo nível de qualificação e treinamento para exercer suas respectivas funções.

Da mesma forma, as Diretrizes para as Práticas Judiciais para Visitação Supervisionada de Massachusetts (2005) utilizam, além do termo “visitação supervisionada”, a definição “visitação supervisionada de apoio”, também denominada “visitação supervisionada educacional”⁹⁷ – nomenclaturas já previstas nos Padrões da SVN (2006). Na última modalidade, diferentemente da primeira, especifica-se que o supervisor assume uma postura ativa para educar o genitor visitante quanto às maneiras de interagir com a criança, com objetivo de promover a relação paterno-filial.

⁹⁰ Idem nota 85.

⁹¹ *California Rules of Court, Standard 5.20*, tradução nossa.

⁹² *Minimum Standards for Supervised Visitation Program Agreements*, tradução nossa.

⁹³ *Guidelines for Court Practices for Supervised Visitation*, tradução nossa.

⁹⁴ *Supervised Visitation Risk Assessment for Judges*, tradução nossa.

⁹⁵ *supervised contact*, tradução nossa.

⁹⁶ *visitation monitors/observers* e *visitation supervisors*, respectivamente, tradução nossa.

⁹⁷ *supportive supervised visitation* e *educational supervised visitation*, respectivamente, tradução nossa.

As Diretrizes (2005) discriminam, também, a “supervisão terapêutica”⁹⁸, a qual possui as mesmas funções da visitação supervisionada de apoio, mas, por ser promovida por um profissional licenciado em saúde mental – o “supervisor profissional terapêutico”⁹⁹ –, tem fins terapêuticos. Quanto a esta modalidade de supervisão, o documento adverte que a confidencialidade, além de já sofrer os limites característicos dos outros formatos de visitação supervisionada – dada a possibilidade de serem entregues arquivos dos clientes e relatórios das interações à Corte, mediante determinação desta –, não está sujeita ao sigilo entre psicoterapeuta e paciente.

Além dos padrões e princípios já comentados, Stern e Oehme (2002) citam as Diretrizes da Procuradoria Geral do Kansas sobre centro de intercâmbio e visitação de crianças¹⁰⁰ (2009). Neste material, há uma distinção entre visitação monitorada e visitação supervisionada. A primeira é descrita como “. . . a supervisão intermediada do contato entre um genitor não residente e a criança”¹⁰¹ (p. 4). Já a segunda é definida como “. . . o contato entre um genitor não residente e a criança que ocorre na presença de um supervisor de visitação/intercâmbio. Visitação supervisionada também pode ter componentes de apoio, educacional ou modelagem”¹⁰² (p. 5). A diferença entre ambas parece estar nos componentes interventivos presentes na visitação supervisionada e ausentes no formato monitorado, conforme este documento.

Tendo em vista estas e outras diferenciações que ocorrem a despeito dos diversos documentos reguladores da prática de visitação supervisionada, Pulido et al. (2011), membros da Sociedade de Nova Iorque para a Prevenção da Crueldade com Crianças (NYSPCC)¹⁰³, defendem a necessidade de um processo de certificação formal e universal para os prestadores deste serviço, dados os riscos envolvidos nos casos atendidos. Os autores propõem a promulgação de leis que tornem tal processo obrigatório, entendendo que este mecanismo protegeria o público, proporcionaria avanços e credibilidade a este ramo profissional, identificaria indivíduos qualificados para oferecer os serviços de visitação supervisionada e, ainda, ofereceria aos tribunais de família uma medida objetiva para avaliar o serviço prestado.

O Estado da Flórida igualmente busca um processo de certificação formal e de financiamento estável para os seus programas de visitação supervisionada. Embora ainda não tenha atingido tal objetivo, este Estado é, conforme o Manual de Treinamento para os

⁹⁸ *therapeutic supervision*, tradução nossa.

⁹⁹ *therapeutic professional supervisor*, tradução nossa.

¹⁰⁰ *Kansas Attorney General's Child Exchange and Visitation Center Guidelines*, tradução nossa.

¹⁰¹ “. . . the intermediate supervision of the contact between a non-residential parent and child”, tradução nossa.

¹⁰² “. . . is the contact between a non-residential parent and a child which occurs in the presence of an exchange/visitation supervisor. Supervised visitation also may have supportive, educational, or modeling components”, tradução nossa.

¹⁰³ *The New York Society for the Prevention of Cruelty to Children* (NYSPCC), tradução nossa.

Programas de Visitação Supervisionada da Flórida¹⁰⁴ (2017), o que possui os sistemas mais estruturados e transparentes para o serviço de visitação supervisionada dos EUA, contando com diversos guias e documentos reguladores desta prática. Segundo o Manual, em 2017, havia aproximadamente 100 programas desta natureza naquele estado.

O Estado da Flórida possui, ainda, uma *Clearinghouse*¹⁰⁵ de Visitação Supervisionada¹⁰⁶, uma entidade situada dentro do Instituto de Estudos em Violência Familiar¹⁰⁷ (IFVS), pertencente à Escola de Serviço Social da Universidade do Estado da Flórida. A organização serve como um recurso de âmbito estadual acerca de questões relacionadas à visitação supervisionada, oferecendo assistência técnica, treinamento e pesquisa nesta área (Oehme, 2018).

Por fim, no Brasil, a única descrição que encontramos sobre as modalidades de visitação oferecidas diz respeito à época do Plantão da Sala de Visitas, em São Paulo/SP. Neste, os formatos variavam entre a utilização das dependências do serviço para a realização dos encontros, ou apenas como local de entrega e devolução de crianças entre os genitores contínuo e descontínuo, o que poderia ser feito no mesmo dia ou no dia seguinte, caso estivessem previstos pernoites. Além dos pais, outros familiares poderiam constar como visitantes (Shine & Castro, 1997).

A partir do Provimento n. 2.403 de 2017, que reformulou o Centro de Visitação Assistida de São Paulo (CEVAT), sabemos que, atualmente, o serviço disponibiliza 12 vagas por turno, cada qual contando com, ao menos, duas psicólogas e duas assistentes sociais – o que nos faz denotar que a prática oferecida pelo Centro é a supervisão coletiva.

3.4. - Encaminhamento dos casos para visitas monitoradas: motivos, procedência e dificuldades

Em diversos textos pesquisados, verificamos que as visitas monitoradas são compreendidas como “um último recurso para ser usado somente em ‘circunstâncias extremas’” (Bala et al., 2016, p. VI)¹⁰⁸, “um último recurso em uma longa linha de

¹⁰⁴ *A Training Manual for Florida's Supervised Visitation Programs*, tradução nossa.

¹⁰⁵ *Clearinghouse*: uma organização que coleta e troca informações em prol de pessoas ou outras organizações. Traduzido de Oxford Advanced Learner's Dictionary (2000). Dada a dificuldade de encontrarmos um termo correlato para *Clearinghouse* na língua portuguesa, optamos por mantê-lo na língua inglesa.

¹⁰⁶ *Clearinghouse on Supervised Visitation*, tradução nossa.

¹⁰⁷ *Institute for Family Violence Studies* (IFVS), tradução nossa.

¹⁰⁸ “a last resort to be used in only ‘extreme circumstances’”, tradução nossa.

tratamentos interventivos” (Flory et al., 2001, p. 480)¹⁰⁹ ou “um último recurso depois que outros formatos falharam” (Gibbs & McKenzie, 2006, p. 52)¹¹⁰.

Entre os formatos utilizados previamente ao monitorado em centros especializados, está a visitação supervisionada por parentes ou amigos. Na literatura internacional, encontramos alguns aspectos positivos relacionados a este modelo de supervisão, em comparação àquele. Um destes aspectos é o fato de ser menos intrusiva e poder ocorrer em ambientes mais naturais, como em casa ou na comunidade, o que deixa o genitor visitante e a criança mais confortáveis na presença do supervisor. Outros fatores favoráveis são: evitar os custos e as longas filas de espera que, por vezes, os programas apresentam; horários mais flexíveis do que os períodos limitados de operação dos centros; não ter prazo para encerrar (O’Sullivan, King, Levin-Russell, & Horowitz, 2006; Bala et al., 2016).

Por outro lado, as publicações apontam diversos problemas relacionados ao monitoramento efetuado por familiares e amigos, entre os quais: a dificuldade de encontrar uma pessoa considerada neutra por ambas as partes e que esteja disposta a dedicar uma quantia significativa de seu tempo para supervisionar as visitas; a possibilidade de o familiar ou amigo não acreditar na necessidade de um monitoramento tão próximo, mostrando-se relutante em proporcionar o grau de segurança que a situação exige; ou, pelo contrário, o supervisor se tornar hostil e excessivamente vigilante com relação ao genitor visitante, tornando o ambiente desconfortável para todos os envolvidos; a possível falta de experiência da pessoa eleita para lidar com a complexidade dos casos, por vezes ficando sujeita à manipulação, à intimidação, ao controle e às ameaças do genitor visitante – principalmente se este tiver histórico de violência doméstica –, comprometendo, assim, a sua segurança e a da criança (Clement, 1998; Chetwin, Knaggs, & Young, 1999; Stern & Oehme, 2002, 2006; Tutty, Barry, Weaver-Dunlop, Barlow, & Roy, 2006).

Diante das dificuldades apontadas, os autores salientam que, caso seja determinado judicialmente que um parente ou um amigo supervisione os encontros, esta pessoa deverá compreender o seu papel enquanto supervisor e estar preparado para a responsabilidade envolvida nesta tarefa. Para tanto, o supervisor escolhido deverá receber instruções sobre as condições com as quais se deparará (O’Sullivan et al., 2006; Bala et al., 2016).

No mesmo sentido, o Código Modelo sobre Violência Doméstica e Familiar¹¹¹, publicado em 1994 pelo Departamento de Violência Doméstica do Conselho Nacional dos

¹⁰⁹ “*a last resort in a long line of treatment interventions*”, tradução nossa.

¹¹⁰ “*a last resort after the previous arrangements had broken down*”, tradução nossa.

¹¹¹ *Model Code on Domestic and Family Violence*, tradução nossa.

Juizes da Juventude e da Família (NCJFCJ)¹¹² dos EUA, defende, no item 5 da seção 405 (“Condições de visitação em casos envolvendo violência doméstica e familiar”¹¹³): “Se uma Corte permite que a família ou um familiar supervisione a visitação, a Corte deve estabelecer condições a serem seguidas durante a visitação”¹¹⁴ (p. 35). No comentário deste item, adiciona-se a necessidade de claras orientações relacionadas à responsabilidade e à autoridade do familiar eleito durante a supervisão.

No contexto brasileiro, Amendola (2009), em uma pesquisa efetuada com psicólogos que atuam em instituições de referência na avaliação de casos de suspeita de abuso sexual contra crianças no Estado do Rio de Janeiro, bem como com pais acusados, igualmente cita situações em que a visita fica sob responsabilidade de pessoas de confiança da parte denunciante. Quanto a esta modalidade de convívio, a autora se posiciona:

Entendemos que a visitação assistida necessita de maiores estudos a fim de nortear o psicólogo no exercício dessa prática, de modo que consideramos grave deixar essa incumbência a parentes, vizinhos ou amigos do denunciante, pois, como asseveraram os psicólogos entrevistados, o propósito de reaproximar pais e filhos tende a se frustrar Os pais relataram que, não raro, tais ocasiões de visita assistida, especialmente aquelas marcadas fora do espaço do Fórum, com a presença de parentes e amigos das mães-guardiãs, eles se deparam com um cenário montado pelas denunciantes para filmar e registrar o momento em que as crianças se recusam a ficar com os pais, a fim de produzirem provas. Assim, tais modelos têm se mostrado, em longo prazo, eficientes em sua ineficiência, ou seja, ao invés de efetivarem a aproximação entre pais e filhos, garantindo o direito de convivência entre eles, por vezes promovem um mal-estar, capaz de acirrar ainda mais o litígio entre o ex-casal (Amendola, 2009, p. 175).

Portanto, são diversos os problemas relacionados à visitação supervisionada por parentes e amigos, isto é, pessoas não profissionais. É neste contexto que as visitas monitoradas se tornam necessárias.

Em nossa pesquisa bibliográfica, encontramos as seguintes razões para o encaminhamento de famílias à visitação monitorada: histórico de violência doméstica; alegações de violência física ou principalmente sexual contra a criança; abuso sexual contra outras crianças; abuso de substâncias (álcool e drogas); conflitos parentais, sobretudo nos momentos de entrega e devolução dos filhos entre os genitores; falta de habilidades parentais do genitor descontínuo; ausência do genitor descontínuo por certo período de tempo por

¹¹² *Family Violence Department of The National Council of Juvenile and Family Court Judges (NCJFCJ)*, tradução nossa.

¹¹³ “*Conditions of visitation in cases involving domestic and family violence*”, tradução nossa.

¹¹⁴ “*If a court allows a family or household member to supervise visitation, the court shall establish conditions to be followed during visitation*”, tradução nossa.

razões diversas (afastamento, detenção, doenças); transtornos psiquiátricos; ameaça e/ou risco de rapto da criança; interferência no acesso por parte do genitor contínuo; alienação parental; medo ou recusa da criança para visitar o genitor descontínuo; negligência; e falta de moradia adequada dos genitores descontínuos na cidade onde vivem os filhos, precisando utilizar as instalações dos serviços para as visitas (Tortorella, 1996; Clement, 1999; Bala, 2000; Sacristán, 2002; Stern & Oehme, 2002; Segura, Gil, & Sepúlveda., 2006; Sheehan et al., 2007; Andersson & Bangura Arvidsson, 2008; Defensoria da Criança da República Francesa¹¹⁵, 2008; Parker, Rogers, Collins, & Edleson, 2008; Pulido et al., 2011; Buchbinder, 2015; Saini, Newman, & Christensen, 2017; Bergman & Eriksson, 2018; Ministério da Justiça da Nova Zelândia¹¹⁶).

Tanto no Brasil quanto no exterior o encaminhamento dos casos para visitas monitoradas é efetuado exclusiva ou prioritariamente pelos tribunais. No extinto Plantão da Sala de Visitas e no atual CEVAT, as famílias são atendidas somente mediante determinação judicial (Shine & Castro, 1997; Provimento n. 1107 de 2006, art. 2º¹¹⁷; Provimento n. 2.403 de 2017, art. 8º, parágrafo 5º, inciso III¹¹⁸), a qual, geralmente, segue a indicação das perícias social e psicológica realizadas nas Varas de origem, recomendando tal serviço.

Antigamente, a decisão judicial endereçando os casos para visita em São Paulo deveria estabelecer quem seriam os familiares atendidos, em qual dia da semana e com qual frequência (Shine & Castro, 1997). Já no Provimento n. 1107 de 2006, o art. 6º especifica que: “Após se informar sobre os dias e horários disponíveis, o Juízo encaminhará ofício padronizado ao ‘CEVAT’, instruído com cópias de eventuais estudos periciais ou psicossociais, manifestações do Ministério Público e da decisão que determinou a visita”. Assim, além do “livro de registro” citado por Shine e Castro (1997, p. 5), os profissionais passaram a ter acesso a mais informações pertinentes às famílias.

Finalmente, o Provimento n. 2.403 de 2017, utilizado até a atualidade, define que o ofício de encaminhamento dos casos para visita deve conter: uma cópia da petição inicial formulada pela parte requerente nos autos; a resposta da parte requerida; relatórios psicossociais prévios; parecer do Ministério Público; decisão determinando as visitas “assistidas”; outras decisões relevantes à compreensão do caso; indicação da preferência das

¹¹⁵ *Rapport Thématique 2008 de la Défenseure des Enfants de la République Française: “Enfants au coeur des séparations parentales conflictuelles”*.

¹¹⁶ *Ministry of Justice*, tradução nossa.

¹¹⁷ “Art. 2º: O ‘CEVAT’ prestará serviços de assistência e monitoramento nas visitas de crianças e adolescentes por seus genitores, decorrentes de ordem dos Juízes das Varas de Família e Sucessões da Comarca da Capital”. Recuperado de https://www2.oabsp.org.br/asp/clipping_jur/ClippingJurDetalhe.asp?id_noticias=17907&AnoMes=20063.

¹¹⁸ “III. Permitir o ingresso no CEVAT somente das famílias previamente incluídas pelo Juiz Coordenador do CEVAT”. Recuperado de https://www2.oabsp.org.br/asp/clipping_jur/ClippingJurDetalhe.asp?id_noticias=24331.

partes com relação ao período de visitação; e informações significativas sobre a(s) crianças e/ou adolescente(s) que participarão das visitas, relacionadas a limitações físicas e de saúde ou quaisquer outras situações específicas, que exijam maior atenção e monitoramento por parte da equipe técnica. Portanto, o documento prevê a ampliação da gama de informações às quais a equipe técnica pode acessar antes de iniciar o atendimento dos casos.

Ainda no Brasil, o Projeto “Convivência Familiar”, idealizado junto ao Termo de Cooperação MP/002/2012, do Estado do Espírito Santo, previa que a demanda de atendimento ocorresse por encaminhamentos do Poder Judiciário, via Varas de Família ou Ministério Público, ou originada pela própria família.

Na França, em princípio, é incumbido ao juiz fixar o direito de visita, a sua frequência e duração, levando em conta a situação particular do genitor em questão, a fim de que este direito seja efetivo – tal como está previsto no Decreto n. 2012-1312 de 27 de novembro de 2012 daquele país. Já o Tribunal de Cassação, a mais alta instância do Judiciário francês, concede aos serviços sociais a liberdade de fixar as modalidades do direito de visita (Neirinck, 2011).

Roudil (2011), igualmente com relação à realidade francesa, aponta que, salvo exceções, os genitores podem acordar formatos particulares para o exercício do direito de visita mediatizado, que serão aplicados no espaço de encontro ou fora dele. Podem ocorrer modificações de calendário ou de horário, flexibilização das condições do encontro, possibilidade de sair dos locais, entre outras. Estes acordos, segundo o autor, podem ser considerados válidos, dado o direito dos pais de o fazerem, mas possuem apenas um caráter precário e revogável, se não forem homologados por uma decisão jurisdicional.

Em um relatório produzido pela Defensoria da Criança da República Francesa (2008)¹¹⁹, apresentou-se uma pesquisa realizada pelo mesmo órgão, que contatou cerca de 75 espaços de encontro distribuídos pelo território francês. De acordo com o estudo, a determinação judicial para a utilização de tais espaços provinha principalmente dos juízes de família e minoritariamente dos juízes da infância (para casos de acolhimento institucional ou familiar). Além disso, uma pequena porcentagem decorria de ações voluntárias que partiam dos próprios pais.

O mesmo foi constatado por Jabet e Lussac (2011) no *Point Rencontre de Bordeaux*, onde os direitos de visita são fixados, majoritariamente, por uma ordem judicial, sendo apenas alguns provenientes de iniciativas próprias dos pais. Os autores informam que, em 2010, o *Point Rencontre de Bordeaux* atuou em 298 situações, das quais 127 haviam sido iniciadas no mesmo ano. Destas, 88% eram provenientes de decisões de juízes de família, 4% de juízes da

¹¹⁹ Idem nota 115.

infância e 6% de decisões recursais. Ou seja, os juízes de família possuem, naquele contexto, uma posição de “‘prescriptores’ quase exclusivos”¹²⁰ (Jabet & Lussac, 2011, p. 35), o que indica, para os autores, a importância do vínculo de trabalho institucional com os magistrados.

No Reino Unido, mediante uma decisão judicial para a utilização de centros de contato, os familiares podem, eles próprios, solicitar o seu encaminhamento por meio de um formulário. Este também pode ser realizado por magistrados, advogados, mediadores familiares ou outros.

Na Espanha, segundo o Documento Marco de Mínimos para Assegurar a Qualidade dos Pontos de Encontro Familiar (2008)¹²¹, há duas formas de acesso das famílias aos Pontos de Encontro Familiar (PEF), sendo ou por via judicial ou por entidades públicas com competências em proteção de crianças. Sacristán (2002) acrescenta haver a possibilidade de serem atendidas as famílias que, por acordo de ambos os progenitores, solicitem a inclusão no programa.

Em todos os casos, é necessária uma comunicação prévia ao encaminhamento, com o objetivo de informar as características do caso e avaliar a sua adequação ao uso dos PEF, bem como verificar os horários e a disponibilidade de tal recurso. Posteriormente, é efetuado um encaminhamento por escrito, através de um protocolo de encaminhamento, o qual deve conter: os dados de identificação dos familiares; os fatores que motivaram o encaminhamento ao PEF; a especificação do tipo de intervenção solicitada; a periodicidade e o horário das visitas, considerando os períodos de funcionamento dos PEF; a frequência com a qual os PEF devem emitir informes sobre o cumprimento ou o desenvolvimento das visitas; um trecho ou a cópia integral das resoluções que fixam os encontros; a possibilidade de realizar adaptações entre as partes, com vistas ao efetivo cumprimento da convivência¹²².

O critério de definição do PEF é estipulado pela comunidade autônoma¹²³ ou pela entidade pública competente, mas, em ambos os casos, busca-se designar o PEF mais próximo do domicílio da criança. Compete à comunidade autônoma, ainda, determinar os critérios que considere adequados para a gestão de listas de espera ao acesso aos PEF, quando for o caso.

No caso dos serviços membros da *Supervised Visitation Network* (SVN), nos EUA e no Canadá, os encaminhamentos são feitos por ordem judicial, por agências de proteção à

¹²⁰ “‘prescripteurs’ quasi exclusifs”, tradução nossa.

¹²¹ Idem nota 71.

¹²² Idem.

¹²³ A Espanha conta com 17 comunidades autônomas, além de duas cidades autônomas. A Constituição Espanhola de 1978 marcou a ruptura com um modelo de organização territorial centralizado pré-estabelecido, ao transmitir as competências da Administração Geral do Estado para as comunidades autônomas, as quais possuem parlamento e governos próprios. Esta mudança converteu a Espanha em um dos países mais descentralizados da Europa. Recuperado de https://www.spain.info/pt/informacion-practica/sobre-espana/politica-administracion/organos_administrativos.html.

criança ou outros profissionais (de saúde mental, mediadores ou advogados). Quando não for feito por determinação judicial, o documento deve conter as assinaturas de ambos os pais. Os encaminhamentos devem incluir as razões pelas quais o serviço foi requerido, bem como informações sobre quaisquer questões familiares que possam impactar no contato paterno-filial ou na segurança dos participantes. Caso o encaminhamento não cubra a frequência e a duração do contato, o tipo de serviço e as discordâncias dos pais acerca do trabalho a ser efetuado, o prestador deve devolvê-lo à Corte ou à agência que o enviou, para esclarecimentos. Enquanto espera a resposta, o prestador pode definir condições temporárias para o uso do serviço, mediante o consentimento dos genitores. O centro deve, também, recusar qualquer caso em que as necessidades e riscos apresentados pela família não possam ser gerenciados¹²⁴.

Embora o tipo de monitoramento a ser efetuado (individual, grupal, com ou sem permissão de saídas, intercâmbios), a frequência e o tempo de duração da medida devam, supostamente, vir especificados nos encaminhamentos, alguns problemas são constatados pelos programas, no momento de executar os serviços.

Na pesquisa efetuada por Aris et al. (2002) na Inglaterra e no País de Gales, em um grande número de centros de contato, foram verificadas dificuldades de comunicação entre as equipes dos estabelecimentos e os tribunais, tendo em vista que os encaminhamentos recebidos não eram suficientemente detalhados. Por vezes, as equipes percebiam o desconhecimento da Corte acerca dos tipos de monitoramento oferecidos em determinados centros. Neste sentido, as ordens recebidas eram vagas, sem especificar o nível de vigilância que deveria ser assegurado para certos casos. Além disso, havia diferenças de opinião entre os agentes judiciários e os funcionários das equipes acerca da forma de supervisão que deveria ser implementada. Assim, por vezes, as equipes dos centros realizavam suas próprias avaliações da situação e decidiam alterar os níveis de supervisão, sem consultar o tribunal.

Em Ontário, no Canadá, Saini et al. (2017) verificaram, a partir dos discursos dos entrevistados em seu estudo, que ordens judiciais claras, detalhadas e progressivas – isto é, com previsão de progressão entre regimes de monitoramento mais restritos para formatos mais flexíveis – resultavam em famílias evoluindo mais rapidamente nos programas. Diante disso, os autores concluíram que as Cortes deveriam realizar determinações temporárias de visita supervisionada, com datas específicas de retorno, para que o uso dos serviços pudesse ser reavaliado, assim como a possibilidade de progresso.

Ainda em Ontário, Bala et al. (2016) igualmente averiguaram a necessidade de se aprimorar a comunicação entre as Cortes e os centros de acesso supervisionado. De acordo

¹²⁴ Idem nota 85.

com os autores, advogados e juízes deveriam conhecer a disponibilidade e os recursos dos centros de acesso, bem como outras opções que se mostrassem mais apropriadas, caso o cliente não tivesse condições de viajar até o centro ou, ainda, se não se tratasse de uma situação indicada para o serviço. Para tanto, Bala et al. (2016) afirmam que seria útil que operadores do Direito que frequentemente trabalham com esta temática visitassem os centros de suas regiões. Da mesma forma, os serviços de acesso supervisionado deveriam fornecer informação aos juízes e advogados locais, a respeito dos tipos de casos que eles estão capacitados para manejar, quais situações requerem considerações especiais ou simplesmente não podem ser absorvidas. Os autores propõem, por fim, a utilização de determinações padronizadas para acesso supervisionado ou intercâmbio monitorado, por entenderem que esta prática aprimoraria a consistência dos encaminhamentos e a comunicação entre os tribunais e os centros.

A partir de uma análise dos programas de visita supervisionada e intercâmbios monitorados oferecidos em todo o território canadense, realizada por Tutty et al. (2006), determinados serviços expressaram frustração com relação a ordens judiciais consideradas inapropriadas, pelo fato de alguns juízes não compreenderem a melhor opção de visita supervisionada para cada caso. Segundo Tutty et al. (2006), geralmente, não há mecanismos de revisão relacionados às ordens de acesso, o que, segundo as autoras, acaba deixando muitas famílias estagnadas desnecessariamente em formatos de supervisão, quando poderiam prosseguir para um esquema menos intrusivo de visita.

Por meio de uma revisão bibliográfica acerca da variedade de traumas vivenciados por crianças que utilizam a visita supervisionada, Johnston e Straus (1999) perceberam que o encaminhamento inicial de algumas crianças a este serviço cria profundos dilemas sobre qual tipo de ajuda elas precisam para lidar com os relacionamentos problemáticos com seus pais. Frente a isso, os autores questionam: “Sob quais condições as crianças devem ter acesso a genitores não guardiões disfuncionais? As crianças deveriam ser forçadas a visitar os pais contra a sua vontade? Sob quais circunstâncias e a qual custo para a criança o contato com o genitor não guardião deve ser terminado?”¹²⁵ (p. 145). Segundo Johnston e Straus (1999), os serviços de acesso supervisionado não estão preparados para responder a estas perguntas, já que “a função deles não é serem avaliadores de custódia e visita”¹²⁶ (idem). Isso porque, de acordo com os autores, as equipes geralmente não possuem psicólogos com o treinamento necessário para fazer tais recomendações.

¹²⁵ “Under what conditions should children have access to dysfunctional noncustodial parents? Should children be forced to visit parents against their will? Under what circumstances and at what cost to the child should contact with a noncustodial parent be terminated?”, tradução nossa.

¹²⁶ “Their function is not to be custody and visitation evaluators”, tradução nossa.

Assim como os demais pesquisadores mencionados, Jonhston e Straus (1999) propõem que os prestadores dos centros de visitação supervisionada encorajem os serviços sociais e sistemas legais para que façam encaminhamentos apropriados, baseados em uma avaliação adequada das necessidades das crianças. Sugerem, também, que os centros declinem encaminhamentos inapropriados para o acesso supervisionado. Os autores alertam, porém, que esta sugestão não significa que os prestadores dos serviços deveriam revisar e questionar as ordens judiciais. Conflitos com a autoridade judicial poderiam ser evitados, desde que os responsáveis pelos centros adequadamente mostrassem que eles não estão preparados para providenciar o serviço requerido, quando a criança ou a família apresentarem excessivas necessidades (Johnston & Straus, 1999).

Retomando a realidade do CEVAT, na cidade de São Paulo, mesmo após a promulgação do Provimento n. 2.403 de 2017, que prevê a ampliação da gama de informações sobre as famílias às quais a equipe técnica poderá ter acesso, a fim de conhecer antecipadamente os casos que serão atendidos (conforme define o art. 8º, parágrafo 5º, inciso I), De Paula et al. (no prelo) pontuam que

. . . até o momento esse acesso não está disponível na plataforma do CEVAT, sendo esta uma dificuldade histórica, que continua causando impactos negativos no atendimento realizado em situações cada vez mais complexas e quase sempre desconhecidas, em que os profissionais ficam expostos as complexidades dos litígios familiares sem condições de conhecimento da realidade social que perfaz a manutenção dos conflitos (De Paula et al., no prelo).

Shine (2009), a partir da realidade brasileira e discorrendo sobre o laudo psicológico, afirma que este documento é um produto técnico de um campo profissional diverso ao do Direito, com metodologia e objeto próprios. Assim, ele questiona se estaria aí um dos motivos de problemas de comunicação e desencontros entre a demanda do operador do Direito e o serviço prestado pelo psicólogo: “Não seria, por acaso, a ignorância recíproca quanto a expectativas de ambas as categorias que resultaria em um diálogo de surdos e mudos?” (Shine, 2009, p. 32).

O programa Heritage House, localizado na cidade norte-americana de Saint Louis/Missouri, parece já ter implementado diversas das medidas propostas pelos autores acima, o que tem lhe garantido sucesso (Flory et al., 2001). O Programa atua em colaboração com uma agência privada de saúde mental – motivo pelo qual a equipe é altamente qualificada –, mas funciona como um serviço adjunto do tribunal, incluindo um mecanismo de supervisão por parte deste. Por tal motivo, 100% das famílias entram no Programa por meio de encaminhamento judicial e os membros da equipe são considerados “os

olhos e ouvidos da Corte”¹²⁷ (idem, p. 474). Eles transmitem a esta informações pertinentes sobre os comportamentos verbais e não verbais observados a partir da observação direta das famílias, além de comunicarem acerca das habilidades dos genitores para exercerem a coparentalidade. Segundo os autores, este método esclarece “os problemas de “‘ele disse/ela disse’”¹²⁸ (idem, p. 480), comuns entre os pais, o que contribui para que o julgamento final reflita de forma mais acurada as necessidades da família e seja mais duradouro.

Por reconhecer que o encaminhamento ao Programa não é a medida final para esses familiares e sim temporária, audiências de revisão regularmente programadas asseguram um método de progressão de visitas mais restritivas para menos restritivas. Além disso, a equipe do Heritage House é encarregada de implementar a ordem judicial exatamente como estiver escrita e de monitorar o cumprimento da mesma por parte dos pais. Qualquer dificuldade na execução é reportada semanalmente ao Juízo, o qual é responsável por tomar as medidas cabíveis. Para Flory et al., 2001, esta proximidade entre a equipe do Programa e a Corte confere autoridade a um processo que, de outra maneira, seria impotente.

Outra experiência bem-sucedida, no que concerne à comunicação entre os tribunais e o serviço de visitação monitorada, é o *Point Rencontre de Bordeaux*, na França. Conforme Jabet e Lussac (2011), a prática deste estabelecimento sempre esteve acompanhada de um trabalho de reflexão junto aos juízes e juristas, com os quais, durante um longo período, realizou-se um grupo de pesquisa pluridisciplinar. Os autores descrevem que o *Point Rencontre* procura manter encontros com as equipes de juízes de família ao menos uma vez por ano, com a intenção de lhes transmitir estatísticas que lhes permitam efetuar suas decisões em função das possibilidades concretas de atendimento do local. Além disso, um dos profissionais se direciona regularmente ao tribunal para fazer o balanço do trabalho e destacar as decisões que, eventualmente, causam embaraço à prática do *Point Rencontre*. As autoras esclarecem, ainda, que este trabalho de articulação não tem como objetivo resolver situações particulares, mas trabalhar questões do enquadre institucional e seus ajustes. Graças a isso que, até 2010, o estabelecimento conseguiu evitar certas dificuldades, como listas de espera – contrariamente à realidade do restante da França (Jabet & Lussac, 2011).

Na mesma linha, Sheehan et al. (2007), na Austrália, concluem que é por meio de um trabalho conjunto entre os serviços de contato e os tribunais, enquanto atores independentes, que o bem-estar da criança pode ser promovido da melhor maneira.

¹²⁷ “*the eyes and ears of the court*”, tradução nossa.

¹²⁸ “*‘he said/she said’ issues*”, tradução nossa.

3.5. - Funcionamento dos centros de visitação monitorada

De maneira geral, os centros de visitação monitorada ao redor do mundo funcionam com princípios, regras e práticas bastante semelhantes, estabelecidos pelas associações e federações que regulam esta atividade em cada país. Inicialmente, utilizaremos a França como exemplo para representar o que encontramos na maioria das experiências internacionais.

Os princípios dos espaços de encontros definidos pela Federação Francesa de Espaços de Encontro para a manutenção das relações paterno-filiais (FFER) são: caráter excepcional, temporário e transitório da intervenção, sendo os recursos e competências dos espaços utilizados para que a relação entre os envolvidos evolua e passe a acontecer externamente; autonomia dos espaços de encontro com relação às instituições judiciárias, administrativas e órgãos financiadores; neutralidade da prática, tendo em vista que se trata de um local independente e diferenciado dos ambientes de vida dos familiares; responsabilidade dos pais pelos filhos, durante as visitas; profissionalismo da intervenção; gratuidade dos encontros, ainda que alguns locais aceitem contribuições simbólicas dos familiares.

Além destes princípios, as seguintes regras devem ser seguidas pelos espaços: os usuários devem ser informados, previamente às visitas, quanto aos objetivos do espaço de encontro, o seu regulamento interno e as relações que o local mantém com as instituições judiciárias e administrativas; a manutenção da confidencialidade com relação ao que se passa dentro dos estabelecimentos, salvo se, excepcionalmente, as disposições legais obrigarem a quebra do sigilo. No que se refere às relações entre os espaços de encontro e as instituições judiciárias e administrativas, o código deontológico da FFER é claro em afirmar que aqueles não se tratam de locais de investigação ou de perícia e sequer substituem estas práticas. Assim, tais estabelecimentos se abstêm de fornecer àquelas instituições qualquer informação escrita ou oral sobre o conteúdo das relações entre os usuários.

Apesar disso, os espaços de encontro podem receber uma cópia das decisões judiciais que os designam como locais de convívio entre os familiares. Eles também podem enviar às instâncias judiciárias e administrativas cópias de correspondências endereçadas às partes, que contenham propostas de mudanças às condições dos encontros ou relatos pontuais de incidentes graves que eventualmente tenham ocorrido nas visitas – quebrando parcialmente, portanto, o princípio de confidencialidade. A transmissão de tais informações aos órgãos judiciários e administrativos deve, anteriormente, ser comunicada aos genitores. Ademais, não é admitida a presença de profissionais que não façam parte da equipe dos espaços de encontro (como magistrados, advogados, oficiais de justiça, assistentes sociais, médicos, etc.), durante a realização das visitas. Ainda, cabe aos espaços se inscreverem em uma rede de parceiros que

ofereçam atendimentos complementares aos usuários, como serviços de mediação familiar, aconselhamento conjugal, violência contra a mulher, entre outros.

A maior parte dos programas pesquisados salienta a importância de possuir um regulamento interno, que exponha claramente as regras de funcionamento do serviço aos usuários. Estes devem ser comunicados antecipadamente acerca do regulamento e o aceitar, às vezes, por meio de suas assinaturas.

No Canadá, embora seja esperado que as visitas se pareçam o mais natural possível, dadas as circunstâncias singulares dos casos atendidos, a maior parte dos programas contemplados na pesquisa de Tutty et al. (2006) possui políticas com relação aos presentes, os alimentos, cartas, vídeos, telefones celulares, medicação e convidados. Caso estes aspectos não tenham sido inteiramente esclarecidos e aceitos pelos familiares no início do atendimento, problemas podem ser criados no decorrer dos procedimentos. Para tanto, no processo de admissão, as políticas do programa são expostas às famílias, além de que estas costumam levar consigo cópias das regras e regulamentações do serviço por escrito.

Na Espanha, o Documento Marco de Mínimos para Assegurar a Qualidade dos Pontos de Encontro Familiar (2008)¹²⁹ descreve os aspectos que devem ser contemplados em tais normas, dentre os quais destacamos: não consumir qualquer substância que possa alterar suas faculdades mentais antes ou durante os encontros; manter uma conduta baseada em mútuo respeito, a fim de facilitar a convivência; utilizar de maneira responsável o material e as instalações do centro; respeitar a privacidade dos demais usuários; cumprir pontualmente as datas e horários acordados para as visitas ou para a entrega e devolução das crianças.

Além dessas, outras regras são apresentadas: o tempo de espera para anular uma visita é de quinze minutos, caso não haja justificativa prévia; as crianças permanecem sob a responsabilidade e o cuidado de quem as leva ao PEF, até a chegada do outro familiar; o genitor contínuo ou familiar responsável não tem autorização para permanecer no PEF durante as visitas; o visitante não pode deixar o PEF até que assim seja indicado pela equipe técnica; o visitante deve levar os elementos necessários para os encontros, como lanches, chupetas e fraldas; a equipe técnica se reserva a possibilidade de intervir em qualquer momento da visita, conforme a necessidade dos envolvidos e do bom funcionamento do centro.

Salvo algumas variações entre os programas dentro da própria Espanha e nos demais países – como o tempo de tolerância para cancelar uma visita, a permissão ou proibição quanto à permanência do genitor contínuo no estabelecimento durante os encontros e o que é

¹²⁹ Idem nota 71.

autorizado ou não ao genitor descontínuo levar para as visitas –, de modo geral, eles funcionam conforme descrito no Documento espanhol.

No Canadá, o fato de alguns clientes não comparecerem regularmente às visitas agendadas é um problema apontado por um grande número dos programas avaliados por Tutty et al. (2006). A maioria destes requer, no mínimo, 24 horas de antecedência para que seja notificado um cancelamento, embora muitos aceitem ser comunicados até sete horas antes. Alguns solicitam que os pais confirmem presença por telefone com 48 horas de antecipação e, caso não o façam, a visita é cancelada o quanto antes, para evitar o transporte desnecessário das crianças e o seu consequente desapontamento. Para os serviços com alta demanda, a ausência dos participantes nos encontros reduz o potencial para atender outras famílias. A metade dos programas, aproximadamente, encerra ou suspende os serviços após três ausências não justificadas, cuidando, porém, para não penalizar o genitor descontínuo, caso haja relutância do genitor contínuo em se fazer presente. Determinados serviços comunicam o não comparecimento aos tribunais e aguardam novas determinações.

A estrutura organizativa dos centros de visitação monitorada se parece nas diversas localidades estudadas. Uma vez mais, o Documento Marco de Mínimos para Assegurar a Qualidade dos Pontos de Encontro Familiar (2008) discorre detalhadamente sobre esta questão e, portanto, será utilizado para ilustrar as demais regiões.

Segundo o Documento, cada PEF deve contar com um coordenador e uma equipe técnica. O coordenador é a pessoa que assume a responsabilidade de manter o correto funcionamento de cada centro, além de ser encarregado de dirigir os trabalhos da equipe de profissionais e voluntários. A coordenação também deve garantir uma comunicação constante e fluida com todas as instâncias que intervenham junto à proteção e à garantia do bem-estar da criança.

Já a equipe técnica se responsabiliza, juntamente ao coordenador, pela planificação, intervenção e acompanhamento dos casos encaminhados ao PEF. A equipe deve ser composta por pessoal técnico com diferentes perfis profissionais, provenientes das áreas psicológicas, sociais, jurídicas e educativas. Todos os membros da equipe devem possuir formação específica e experiência na área e, além disso, a formação complementar deve incluir conteúdos relativos à mediação, orientação familiar, terapia familiar e violência contra a mulher. Ainda, os PEF podem contar com voluntários para desenvolver trabalhos complementares de apoio à equipe técnica, devendo estar sempre sob a supervisão desta. É necessário que os voluntários possuam, ao menos, a titulação acadêmica apropriada para intervir nos PEF. Ainda assim, em todo caso, deve-se sempre garantir a presença de ao menos um membro da equipe técnica dentro do serviço.

Além dos profissionais e voluntários, diversos programas contam com estagiários de graduação para suprir a grande demanda dos serviços e o baixo financiamento a eles destinados.

Tutty et al. (2006) esclarecem que a contratação de tais profissionais é um problema recorrente para muitos programas canadenses, sobretudo aqueles localizados em pequenos centros urbanos. Nestes, há grande dificuldade para se encontrar supervisores satisfatoriamente qualificados, tanto em termos de experiência e/ou conhecimento, quanto em questões pessoais não resolvidas. Reter os profissionais no serviço é considerado outro problema significativo, pelo fato de se tratar de um trabalho voluntário ou com baixos salários, para atuar em turnos irregulares, em meio-período, incluindo finais de tarde e finais de semana. De acordo com Tutty et al. (2006), a falta de atratividade para estes cargos pode ser compreendida quando se adiciona aos fatores já apresentados a complicação de se trabalhar com adultos que podem ser potencialmente difíceis de lidar ou agressivos.

O mesmo foi verificado no Plantão da Sala de Visitas, em São Paulo, onde havia “. . . dificuldades quanto ao horário de trabalho e o tipo de tarefa que é muito desgastante e pouco gratificante” (Shine & Castro, 1997, p. 15).

Retomando o estudo desenvolvido por Tutty et al. (2006), dependendo da filosofia de cada programa acerca do valor atribuído a visitas supervisionadas individuais ou grupais, varia a proporção de supervisores para cada família atendida. Os serviços que defendem a visitação individual designam um supervisor para cada família, ao passo que, em grupo, cada profissional supervisiona até três ou quatro famílias simultaneamente – proporção semelhante foi verificada no estudo de Chetwin et al. (1999), na Nova Zelândia. O custo do serviço, a disponibilidade de supervisores e as necessidades das famílias são aspectos considerados, quando se estabelece a proporção equipe/família (Tutty et al., 2006).

Quanto aos fundos destinados ao serviço de visitação supervisionada, há algumas variações entre os países e mesmo dentro de cada país.

Na Nova Zelândia, o governo financia no máximo 14 sessões de contato nos centros associados à Barnardo's. Nos casos em que são realizados mais encontros ou quando o serviço é efetuado a partir de uma demanda dos pais – e não de uma ordem judicial –, o visitante deve arcar com valores compreendidos entre cinco e 20 dólares neozelandeses para cada contato efetuado (Gibbs e MacKenzie, 2006; Gibbs, McKenzie e Dempster, 2007).

No Reino Unido, conforme o *website* da Associação Nacional de Centros de Contato para crianças (NACCC), os centros de contato geralmente não recebem verbas do governo. O levantamento de fundos é, em alguns casos, efetuado por meio de taxas cobradas aos usuários,

mas a maioria dos serviços é mantida por meio de doações ou uma variedade de fontes, incluindo iniciativas da comunidade local.

Na pesquisa realizada por Tutty et al. (2006), verificou-se que a maioria dos programas canadenses obtém fundos para operar por parte dos governos provinciais. Alguns deles recebem arrecadações de corporações privadas e outros cobram taxas dos clientes ou dos próprios governos. Nos programas financiados pelos governos provinciais, as taxas cobradas dos usuários variam de dois a 25 dólares canadenses por visita efetuada ou, em alguns serviços, há taxas mensais ou anuais previamente estipuladas, independentemente da quantidade de visitas realizadas. Conforme as autoras, há um consenso entre os representantes dos programas de que mesmo uma pequena taxa encoraja o comprometimento dos pais e auxilia na continuidade das visitas.

Nos casos em que os clientes não possuem condições de pagar, a taxa pode ser inteiramente dispensada ou os familiares são incentivados a contribuir com doações para os estabelecimentos, como brinquedos ou lanches. Apesar disso, a maioria dos representantes dos centros salienta que as taxas nunca devem ser uma barreira para a provisão do serviço. Nas agências privadas, por sua vez, as taxas geralmente são inegociáveis, variando entre 17 e 35 dólares canadenses por hora. Um dos serviços privados analisados pela pesquisa cobra uma taxa inicial de admissão que chega a 75 dólares.

Ainda com relação ao financiamento, Tutty et al. (2006) informam que a maioria dos programas que consegue se sustentar financeiramente é vinculada a agências maiores, que possuem infraestrutura, orçamento e administrações consistentes. Já os prestadores menores encontram dificuldades para se manter, enquanto aguardam os fundos do governo.

No que se refere ao horário de funcionamento dos centros e o tempo destinado aos encontros, o levantamento efetuado por Tutty et al. (2006) apontou que a maior parte dos programas canadenses funciona de sexta-feira à noite à domingo à tarde, sendo estes os horários preferenciais das famílias. Embora os trabalhos administrativos dos serviços aconteçam, comumente, das 8h30 às 16h30 durante a semana, as visitas e intercâmbios ocorrem, em geral, após o horário escolar, isto é, até as 19h, aproximadamente. As famílias devem, assim, adaptar-se a tais horários, quando as visitas e intercâmbios se passam dentro dos centros. Por outro lado, quando os encontros acontecem externamente aos estabelecimentos, os horários costumam ser mais flexíveis, de modo a se adaptarem às necessidades e à disponibilidade das famílias. Por mais que haja demanda para que os programas funcionem em férias escolares e feriados, muitos deles, principalmente em Ontário, permanecem fechados, devido à baixa utilização.

Além disso, nos serviços canadenses analisados por Tutty et al. (2006), o tempo de duração de cada visita varia de uma a três horas, dependendo da disponibilidade do programa, da relação estabelecida entre pais e filhos e da idade e da vontade destes. A maioria dos centros possui uma agenda estruturada, que não permite a ampliação do tempo dos encontros, ao passo que as visitas efetuadas externamente costumam ser mais longas, chegando a durar um dia inteiro, caso haja recursos humanos e financeiros para tanto.

Na Nova Zelândia, Gibbs, McKenzie e Dempster (2007) e Gibbs e McKenzie (2006) descrevem que, usualmente, os centros de contato associados da Barnardo's promovem encontros em sábados ou domingos, semanal ou quinzenalmente, por um período que varia de uma a quatro horas, conforme a situação e as condições do espaço. Configurações semelhantes foram evidenciadas em pesquisa anterior, desenvolvida por Chetwin et al. (1999), no mesmo país. Em alguns centros, é sempre o mesmo profissional que supervisiona a mesma família, porém, em outros, diferentes membros da equipe podem ser alocados para supervisionar cada família, nas vezes em que elas se visitam (Gibbs & McKenzie, 2006).

Com relação à experiência do *Point Rencontre de Bordeaux*, Jabet e Lussac (2011) descrevem que o atendimento é realizado em todos os sábados do ano, mesmo nos feriados, em dois turnos, na presença de três ou quatro profissionais, que trabalham de forma rotativa. Por meio de dados obtidos e analisados em 2010, as autoras informam que o serviço é oferecido a mais de uma centena de crianças e/ou adolescentes por sábado. Bédère (2011) acrescenta que o *Point Rencontre* acolhe 2.500 direitos de visita por ano, sendo cerca de sessenta famílias por sábado.

Segundo Jabet e Lussac (2011), o horário de expediente do *Point Rencontre* permite uma gama de possibilidades aos usuários, que vai desde a permanência do local por algumas horas, até formatos mais flexíveis, com saídas que podem incluir almoços na cidade ou passeios durante o dia. Ainda assim, conforme as autoras, a prática no *Point Rencontre* levou a equipe a considerar que as visitas no interior do estabelecimento devem se limitar à duração de duas horas.

Pelas estatísticas coletadas por Jabet e Lussac (2011), a duração das visitas era, em 2010, majoritariamente, de duas a três horas (58% das situações), seguida de encontros de três a quatro horas (20% das situações) e de mais de quatro horas (14% das situações). As autoras notaram, ao longo dos anos, uma diminuição do número de situações que utiliza a amplitude máxima de horário oferecida pelo local, isto é, a jornada completa. Aqui, Jabet e Lussac (2011) se questionam sobre os possíveis motivos que levaram a tais mudanças: se seriam devido às configurações familiares mais complexas, que necessitam da redução do tempo na presença do genitor descontínuo; ou em decorrência de uma alteração no entendimento dos

magistrados quanto à importância ou a necessidade da presença do genitor ausente; ou, ainda, por que um tempo de visita mais curto seria, agora, entendido como suficiente. Ainda assim, elas indagam: suficiente para os filhos ou para o genitor visitante?

Em relação à periodicidade com a qual cada família frequenta os centros, o *Point Rencontre de Bordeaux* registrou, em 2010, que 56% dos casos atendidos realizavam visitas a cada quinze dias, 30% se visitavam mensalmente e 11% em mais de duas vezes por mês. Estas modalidades e o seu progresso são detalhados nas decisões judiciais, de modo que as condições de desenvolvimento das visitas são condicionadas à ordem judicial e às regras de funcionamento do espaço (Jabet & Lussac, 2011). Em outras localidades, a periodicidade semanal também acontece (Chetwin et al., 1999).

Já no CEVAT do TJSP, o Provimento n. 2.403 de 2017 define a capacidade de atendimento para 12 vagas, sendo o serviço oferecido em dois turnos, em sábados e domingos alternados, divididos em finais de semana I e II, totalizando 96 famílias atendidas. As equipes, por sua vez, passaram a ser fixas, conforme já expusemos previamente em nosso texto.

O acolhimento inicial aos usuários é outra prática comum entre os centros de visitação de variadas partes do mundo, mesmo no Brasil.

No CEVAT, De Paula et al. (no prelo) citam, a partir do Provimento atual, a implementação de entrevistas anteriores ao início das visitas, o que possibilitou “. . . o acolhimento das partes, o levantamento de informações relevantes não contidas no processo, o esclarecimento de dúvidas” (n. p.). As autoras complementam que este acolhimento inicial permitiu que os usuários visitem o estabelecimento previamente ao início dos encontros, conheçam os profissionais que os acompanharão, recebam informações e esclareçam dúvidas acerca do serviço a ser prestado.

Na França, alguns serviços se limitam a uma explicação inicial aos usuários sobre o que irá acontecer, em função das referências teóricas adotadas ou da indicação do juiz. Já outros modificam o enquadramento da visita a partir das problemáticas que surgem, chegando a realizar verdadeiras discussões, que culminam, eventualmente, com a assinatura de um protocolo que retoma ou especifica a decisão judicial (Sellenet, 2008; Bastard, 2010).

Na entrevista inicial realizada no *Point Rencontre de Bordeaux*, segundo Bédère (2011), os profissionais se declaram submetidos à decisão judicial e sem qualquer competência ou qualificação sobre ela. Neste sentido, é esclarecido aos familiares que iniciativas para modificar a determinação do juiz devem ser tomadas em outro lugar e com outras pessoas e não junto à equipe do *Point Rencontre*. Todavia, os profissionais procuram expor a possibilidade de que os genitores estabeleçam acordos amigáveis entre si, dos quais a equipe se torna testemunha, sempre mantendo em mente a noção de que a decisão judicial é

válida, salvo se houver um “melhor acordo entre as partes” (Bédère, 2011, p. 68)¹³⁰. Isto é, as modalidades da ordem judicial perdem o valor se os pais superam o conflito que originou a determinação do magistrado. Assim, o autor ressalta que a intervenção e a decisão do juiz não destituem os genitores de suas funções parentais, o que, a seu ver, é muito importante manter presente durante a prática no espaço de encontro.

Na Espanha, é nas entrevistas individuais realizadas com os membros da família que os profissionais dos PEF fixam o dia e o horário em que se dará o início do regime de visitas, levando em consideração, entre outros aspectos, a situação econômico-laboral de cada família (Sacristán, 2002).

É nas entrevistas, ainda, que a equipe técnica avalia a situação familiar – dando especial atenção aos casos de violência – durante o tempo que considerar necessário, a fim de conhecer as necessidades físicas e psíquicas das crianças e dos demais envolvidos, as habilidades parentais e a cooperação entre os familiares na resolução da situação conflitiva. Também é explicado o funcionamento dos PEF e sua finalidade, bem como sanadas as dúvidas e expectativas que possam surgir por parte dos usuários. Por meio desta avaliação, é analisada a possibilidade de o PEF aceitar ou não o caso, em função do risco ou da dificuldade dos recursos disponíveis no local. Caso a família seja aceita, é definida a intervenção que se considerar mais adequada¹³¹.

Orgilés, Espada e Piñero (2007) efetuaram uma pesquisa em um PEF situado em uma comunidade valenciana. Neste centro, após as entrevistas efetuadas com os pais na fase de avaliação, é dedicado um tempo para que a criança participe de atividades e jogos, a fim de se familiarizar com o ambiente e com os profissionais que trabalham no local.

No Canadá, também há orientações destinadas especialmente às crianças, que variam desde diálogos informais para construir confiança e criar um sentimento de segurança, até tours pelas instalações do estabelecimento e apresentações de vídeos voltados às temáticas dos conflitos parentais e da visitação segura (Tutty et al., 2006).

Um aspecto muito destacado nas publicações internacionais diz respeito aos métodos utilizados para garantir a segurança dos profissionais e usuários que frequentam os centros de visitação monitorada. No documento produzido conjuntamente pela Confederação Europeia de Pontos de Encontro (CEPREP) e pela Federação Francesa de Espaços de Encontro (FFER)¹³², mencionado anteriormente, apresenta-se um resumo das práticas encontradas nos países europeus, entre as quais: leitura e assinatura do regulamento do espaço por parte dos familiares; envio de cartas aos pais e/ou ao juiz responsável, no caso de descumprimento das

¹³⁰ “*meilleur accord entre les parties*”, tradução nossa.

¹³¹ Idem nota 71.

¹³² Idem nota 69.

regras, com a possibilidade de interrupção dos encontros; horários diferenciados de chegada e saída entre os genitores contínuo e descontínuo, a fim de evitar que se encontrem, incluindo locais que dispõem de dois estacionamentos distintos, um para cada ex-cônjuge; dois acessos diversos, um para a entrada e outro para a saída; portas fechadas; acionamento da polícia, se necessário; tolerância zero quanto ao consumo de álcool e drogas nos espaços; sistema de alarme conectado a uma central; espelho unilateral em algumas salas; câmeras de monitoramento; espaços amplos, com mobílias e jogos apropriados; presença de guardas; formação adequada dos profissionais; trabalho realizado na presença de, ao menos, dois profissionais; no mínimo um membro da equipe ter formação em primeiros socorros; sessões de mediação com os pais.

A estas medidas de segurança, Tutty et al. (2006) acrescentam outras, verificadas nos programas canadenses: botões de pânico e/ou pingentes de alarme usados ao redor do pescoço dos funcionários, que ativam serviços de emergência; telefones celulares ou *walkie-talkies* carregados pelos supervisores; salas de espera ou outros recintos protegidos do restante das instalações por meio de sistemas de código, trancas ou campainhas; inspeção de bolsas na entrada dos locais; transporte das crianças aos centros; políticas que assegurem aos supervisores nunca permanecerem sozinhos durante as visitas, além da presença de um coordenador no estabelecimento; muros altos para prevenir o sequestro de crianças; políticas que impeçam os pais de conduzirem os filhos ao banheiro, onde não se possa efetuar uma supervisão apropriada, sendo esta função executada pelos profissionais.

Ainda com relação ao funcionamento dos programas, um aspecto apontado em inúmeros textos diz respeito à confecção de relatórios à Corte. Os padrões e regulamentos internacionais convergem no entendimento de que tais documentos devem ser produzidos somente se houver uma intimação judicial para tanto. Ainda assim, defendem que os relatórios tenham caráter observacional e factual, e não avaliativo. Isso porque a maioria dos serviços ao redor no mundo compreende que o seu principal objetivo é proporcionar as visitas supervisionadas e não fornecer avaliações com fins legais.

Além destas questões, na Austrália, os Padrões para os CCS (2008)¹³³ consideram a preparação de relatórios uma prática trabalhosa, de modo que cada centro deve avaliar a sua capacidade para confeccionar tais documentos, sem que isso impacte na qualidade do atendimento oferecido. Ademais, uma vez que os relatórios contêm conteúdos sensíveis, os serviços devem analisar se o acesso aos mesmos por parte dos pais não acarretará prejuízos ou dificuldades na continuidade do atendimento, dada a possível redução no nível de confiança na confidencialidade fornecida pelo estabelecimento. Para lidar com tais questões,

¹³³ Idem nota 64.

recomenda-se que os CCS contem com uma assessoria jurídica, inclusive para verificar a possibilidade de entrar com objeções junto ao tribunal quanto à produção de relatórios.

Caso entendam que devam providenciá-los, os CCS precisam estar cientes de que têm acesso a apenas uma parte do histórico das famílias, a partir de em um ambiente estruturado, o que pode ser demasiadamente limitado para validar uma avaliação mais ampla. Ademais, segundo os Padrões (2008), os relatórios devem ser de natureza observacional e restritos a considerações pontuais, como os horários definidos para cada genitor, a assiduidade destes e quantas vezes o serviço foi utilizado.

O Documento frisa que opiniões sobre as famílias atendidas devem ser fornecidas somente por profissionais adequadamente qualificados para tanto. Neste caso, tratam-se de relatórios com caráter avaliativo, que opinam sobre a necessidade da continuidade da supervisão, da frequência apropriada para as visitas e se os encontros estão de acordo com o interesse da criança. Os relatórios avaliativos podem, ainda, incluir uma avaliação profissional sobre as causas de determinados comportamentos, as consequências de certas ocorrências à criança, entre outros.

A despeito disso, as práticas divergem a cada região, no que diz respeito à produção de documentos por parte dos serviços de visitação monitorada.

No Reino Unido, enquanto a equipe dos centros de acompanhamento geralmente não fornece relatórios ou declarações à Justiça, a não ser que se avalie que a criança se encontra em risco, os profissionais dos centros de supervisão o fazem periodicamente¹³⁴.

No Canadá, a grande maioria dos serviços faz registros regulares de cada visita efetuada, alguns deles utilizando um método de *checklist*, ao invés de narrativas. Certos programas não fornecem tais anotações aos tribunais, outros o fazem tal como documentado durante os atendimentos, enquanto diversos deles sintetizam suas anotações sob a forma de relatórios formais, a serem entregues às Cortes. Todavia, taxas extras podem ser cobradas para a entrega de relatórios (Tutty et al., 2006).

Nos EUA, Stern e Oehme (2002) citam as Diretrizes da Procuradoria Geral do Kansas sobre centro de intercâmbio e visitação de crianças¹³⁵ (2009), cuja especificidade é o detalhamento dado aos diferentes tipos de registros a serem produzidos pelos supervisores dos programas, os quais incluem: registros dos clientes; anotações das observações, que podem ser detalhadas ou de incidentes; e relatórios avaliativos.

Segundo as Diretrizes, todos os serviços financiados pelo Escritório da Procuradoria Geral do Kansas devem possuir um registro dos clientes, contendo as informações principais

¹³⁴ Idem nota 47.

¹³⁵ Idem nota 100.

destes – como as informações obtidas no processo de admissão, incluindo telefones e endereços atualizados –, os quais devem ser arquivados de forma segura. Estes registros devem ser limitados a fatos, observações e declarações diretas feitas pelos clientes, não devendo apresentar conclusões pessoais, sugestões ou opiniões do prestador do serviço.

No que se refere às anotações das observações, o Documento especifica que devem ser detalhadas e conter, no mínimo: meios de identificar quem prestou o serviço; data, horário e duração; sumário das atividades realizadas; comentários e/ou pedidos relevantes feitos pelas crianças e/ou pelos pais; intervenções realizadas durante o acompanhamento, incluindo o término precoce das visitas e as razões para a intervenção; relato de alterações físicas ou verbais, ameaças, violação de medidas de proteção ou de decisões judiciais referentes à visitação; descrição de qualquer falha em cumprir os termos e condições para a participação, conforme estabelecido pelo serviço; incidência de abuso ou negligência. As Diretrizes destacam que as observações detalhadas têm como objetivo oferecer um relato dos eventos, que inclua o nível de aderência dos genitores às normas do serviço, além de uma descrição objetiva dos comportamentos de pais e filhos nas interações. O material acrescenta uma nota ao texto, esclarecendo que o formato das observações não deve ser no estilo *checklist*, o qual é considerado apropriado apenas para os intercâmbios.

Os relatórios de incidentes devem apresentar à Corte, igualmente de maneira detalhada, os comportamentos potencialmente prejudiciais exibidos durante o serviço, bem como os incidentes ocorridos. Todavia, tanto os relatórios de incidentes quanto as observações detalhadas são proibidas de oferecer avaliações ou opiniões profissionais, já que estas somente podem ser fornecidas por profissionais qualificados e com experiência, por meio dos relatórios avaliativos – conforme corroborado pelos demais guias.

A despeito disso, o Documento aponta inadequações com relação aos relatórios avaliativos, justificando que a prestação destes leva os centros a serem utilizados primeiramente para avaliação e para propósitos legais, ao invés de serviços de supervisão. Além disso, as Diretrizes do Kansas – assim como os Padrões para os CCS australianos – destacam que os prestadores observam apenas parte da história das famílias, o que é muito limitador para validar qualquer tentativa de ampliar a avaliação. Por fim, argumenta-se que os funcionários da equipe possuem uma variedade de *backgrounds* e experiência, podendo produzir relatórios inapropriados e afetar a credibilidade dos centros.

Ainda de acordo com Stern e Oehme (2002), originalmente, a visitação supervisionada foi estabelecida para providenciar um serviço fundamental, isto é, o acesso entre pais e filhos, e não para realizar avaliação parental. Segundo os autores, quando um tribunal permite que o relatório de observação de um programa se torne prova, está efetivamente substituindo uma

simples narrativa por uma avaliação formal. Isso faz com que os pais queiram utilizar o comportamento durante as visitas para reforçar seus pedidos judiciais. Assim, um genitor descontínuo pode fazer uso dos relatórios para obter um formato de visitação menos estruturado, sem supervisão ou, ainda, a guarda dos filhos. Já o genitor contínuo pode, a partir do documento, querer justificar os seus pedidos pela proibição do contato. Dois agravantes a esta situação, de acordo com Stern e Oehme (2002), são o fato de tais relatórios usualmente serem produzidos por profissionais pouco qualificados e a natureza artificial da visitação supervisionada. Apesar disso, os autores pontuam que muitos serviços de visitação ou sucumbem à pressão exercida pela Justiça ou erroneamente acreditam ser suficientemente qualificados a fazer recomendações à Corte.

No Canadá, Bala (2002) informa que alguns supervisores mantêm registros das visitas e podem testemunhar judicialmente a respeito da qualidade da interação paterno-filial durante os encontros. Em certos casos, conforme o autor, há evidência suficiente de hostilidade ou estresse por parte da criança durante o acesso supervisionado, o que permite o encerramento da medida. Contudo, Bala (2000) frisa que este tipo de evidência geralmente requer que o supervisor seja uma pessoa qualificada para expressar uma opinião acerca das relações entre pais e filhos.

De modo geral, porém, os supervisores das interações paterno-filiais costumam registrar observações factuais e objetivas das visitas, de maneira que esta informação seja utilizada por juízes, advogados e outros profissionais de saúde mental na avaliação da convivência entre pais e filhos (Saini et al., 2012). Conforme os autores, em instâncias onde a premissa é de que a visitação supervisionada deve prover relatórios imparciais às Cortes, a neutralidade e a objetividade do supervisor são da máxima importância. Alternativamente, em instâncias onde a premissa é de que a visitação supervisionada deve auxiliar no desenvolvimento da relação paterno-filial, a função neutra adquire importância secundária.

Seguimos apresentando esta problemática na subseção seguinte.

3.6. - Caráter avaliativo x interventivo das visitas monitoradas ao redor do mundo

No Brasil, a diáde avaliação-intervenção é bastante explorada entre os pesquisadores e profissionais que atuam na área da Psicologia Jurídica.

Segundo Miranda Júnior (2010), a função do psicólogo judiciário “oscila entre limitar-se à tarefa de avaliar o indivíduo e a família ou intervir no conflito familiar e, assim,

transcender o dualismo certo/errado, ganhador/perdedor, inocente/culpado esperado pelo Judiciário” (p. 22).

A esse respeito, segundo o autor, os teóricos e profissionais da área basicamente se dividem em três posições:

Um primeiro grupo defende que a prática do psicólogo junto às Varas de Família tem caráter pericial, não mantendo uma distância muito grande em relação à perícia propriamente dita. Nesse grupo se inserem mais explicitamente os psicólogos que utilizam testes para a avaliação psicológica. Um segundo grupo, em geral influenciado pela psicanálise, defende que o trabalho do psicólogo não é pericial, devendo pautar-se pela escuta da singularidade e pela intervenção na dinâmica familiar. Nesse grupo também podem ser incluídos os psicólogos com formação em teoria sistêmica, presentes também na literatura que defende a intervenção no conflito. O terceiro grupo oscila entre os dois primeiros. Os autores defendem a prática em seu caráter pericial, mas procuram delimitá-la em função de peculiaridades do campo e do exercício da psicologia, em um esforço para indicar as particularidades da perícia psicológica. Em tal grupo podem encontrar-se autores de perspectivas e orientações diversas, sejam de cunho estritamente clínico-psicológico, seja de cunho social (Miranda Júnior, 2010, p. 23).

Após esta exposição, o autor afirma que sua posição se situa no segundo grupo, isto é, voltado à intervenção, o que podemos verificar em seu trabalho intitulado “O acompanhamento de visitas nos processos judiciais em varas de família”, apresentado no III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica (1999). Neste, o referido autor discorre sobre o acompanhamento de visitas no Fórum Lafayette, onde atua como psicólogo judiciário, na cidade de Belo Horizonte/MG. Segundo Miranda Júnior (1999), o “‘acompanhamento psicológico’ de visitas” (p. 168) era um termo provisório, criado a partir da experiência vinculada principalmente aos casos mais delicados de regulamentação de visitas.

Ao partir da noção de que o processo judicial é apenas uma das faces do litígio familiar e que o término do processo não significa o fim do conflito e do sofrimento vivenciado pela família, os psicólogos da Central de Serviço Social e Psicologia do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais concluíram que não era possível reduzir o seu trabalho à prática pericial. Os profissionais compreenderam a necessidade de ir além e tentar realizar um trabalho de intervenção clínica junto às famílias no espaço jurídico.

Conforme Miranda Júnior (1999),

o psicólogo que assume tal atividade, em geral por recomendação dele próprio sendo avalizada pela determinação judicial, atuará como terceiro no litígio conjugal, modulando as relações e as construções subjetivas dos envolvidos. Será uma referência. Não uma referência da verdade científica e nem do olhar vigilante, mas da

escuta e do retorno ao sujeito de sua própria palavra, visando produzir a ruptura dos sentidos construídos e a busca de outros (p. 170).

O autor aponta que, apesar de responder positivamente a algumas questões, a proposta de acompanhamento também apresentava limites. Um destes dizia respeito à sala utilizada, a qual, apesar de útil, não era considerada adequada para o acompanhamento. Muitas vezes, havia a falta de materiais de consumo para os atendimentos de crianças e para as atividades que elas e seus pais realizavam juntos (Miranda Júnior, 1999) – realidade que muito se parece com a do CEVAT, conforme será exposto posteriormente. Outra questão apontada pelo autor é que “tal experiência ainda precisa ser aprimorada teoricamente e também na prática cotidiana” (idem, p. 169). Este aspecto é igualmente corroborado por Shine e Castro (1997) e por nós confirmado, dada a escassez de bibliografia nacional sobre o tema, até os dias de hoje.

Retomando o aspecto avaliativo X interventivo da prática de visitas monitoradas, Shine e Castro (1997), discorrem que aos psicólogos que atuavam no Plantão da Sala de Visitas do TJSP, competia às funções tanto de vigilância e controle, em nome da proteção das crianças e adolescentes que frequentavam o local, quanto de facilitação das visitas, por meio de intervenções pontuais, almejando auxiliar na aproximação entre os familiares. Ambas as atividades se distinguem do papel de perito, isto é, avaliador do caso, que era efetuado pelo serviço de Psicologia das Varas de origem.

Todavia, a regulamentação atual do serviço (Provimento n. 2.403 de 2017, art. 8º, parágrafo quinto), expressa tanto a função interventiva quanto avaliativa dos profissionais do CEVAT. No inciso II do referido parágrafo, uma das atribuições da equipe é “intervir sempre que necessário para garantir a ocorrência de uma visita com qualidade . . .”, ao passo que, no inciso IV, define-se como tarefa dos profissionais “elaborar, ao cabo da visita, relatórios individuais descritivos minuciosos, com anotações das principais intercorrências e intervenções procedidas, disponibilizando-os no sistema digital, conforme padronização”. Além disso, o inciso VII expõe que igualmente compete aos plantonistas “relatar no livro de ocorrências qualquer fato relevante para as necessárias providências”. Ou seja, enquanto a primeira competência tem caráter interventivo, as duas seguintes apresentam viés avaliativo, uma vez que se tornam acessíveis a todos os envolvidos na lide processual, inclusive, as partes.

Apesar disso, De Paula et al. (no prelo) caracterizam o CEVAT como um serviço voltado à intervenção e não à avaliação dos casos:

Se historicamente a atuação profissional de assistentes sociais e psicólogos(as) ao longo das décadas assumiu um caráter muito mais pericial que de acompanhamento,

no CEVAT a atuação profissional vai na contramão, percorrendo um caminho inverso, adotando um aspecto interventivo, principalmente naqueles casos em que há resistência das crianças ou adolescentes em adentrarem o espaço das visitas (De Paula et al., no prelo).

Sobre a experiência de visitas monitoradas no Estado do Espírito Santo, Ferrari (2015), a partir de sua prática como assistente social das Varas de Família e Sucessões do TJES, retoma a contrariedade apresentada pelos profissionais para a execução de tal atividade. Contudo, a autora pontua que

. . . ironicamente, a crença de que as ‘visitas assistidas’ no interior dos fóruns fatalmente incorreriam em atuações profissionais fiscalizatórias, afinadas com a judicialização das vidas dos sujeitos a quem se destinariam, esteve acompanhada da dificuldade de fazer de sua realização um campo possível à inauguração de práticas de caráter mais interventivo, favoráveis à superação da exclusividade da atuação como pareceristas, com a qual, de maneira geral, os profissionais revelam insatisfação (Ferrari, 2015, p. 60).

Assim, a autora explicita o viés interventivo que se revelou a partir da experiência com visitas monitoradas, o que “... autorizou esses profissionais a falarem diferentemente e fazerem emergir novas competências e novas maneiras de articularem suas práticas” (idem, p. 62).

Portanto, as experiências brasileiras parecem compreender a visitação monitorada como uma atividade prioritariamente interventiva. Já nas publicações internacionais encontramos divergências a esse respeito.

Na pesquisa empreendida por Tutty et al. (2006), no território canadense, a maioria dos representantes dos centros de visitação informou que a atribuição formal de seus programas era predominantemente observar a interação familiar sem intervir, a não ser que a intervenção fosse necessária para garantir o bem-estar ou a segurança da criança. Ainda assim, um determinado número de respondentes esclareceu que, em certos casos, tais como quando os pais não sabem como brincar com seus filhos, ou quando nunca conviveram, os monitores podem, por exemplo, direcionar os genitores aos jogos, com mínima intervenção.

Dois programas contemplados no estudo de Tutty et al. (2006) possuíam tanto visitas supervisionadas interativas quanto não interativas, dependendo das habilidades e da experiência do genitor. Outros dois programas abrangiam uma abordagem mais interativa e questionaram a ética de simplesmente assistir aos pais se debaterem, sem lhes oferecer estratégias mais efetivas. Alguns representantes de centros indicaram, ainda, que, quando a

necessidade de assistência parental era aparente, eles faziam encaminhamentos a programas parentais oferecidos como parte da infraestrutura de suas agências ou para outras agências.

Scott, Gaier e Thomas (1984) descrevem que, em um programa desenvolvido em 1980 e patrocinado pelo Tribunal de Família de Buffalo, no estado norte-americano de Nova Iorque, a intervenção por parte dos profissionais variava amplamente conforme o caso. Quando havia falta significativa de habilidades parentais, o supervisor participava ativamente das visitas, de modo a modular um contexto apropriado de limites, disciplina e brincadeiras. Apesar da atividade interventiva, um relatório de cada visita era realizado, descrevendo a cooperação ou não cooperação dos genitores, bem como a qualidade do contato paterno-filial durante as visitas. Estes relatórios e recomendações para futuros formatos de visitação eram enviados ao juiz de referência (Scott et al., 1980). Ou seja, a conciliação das práticas interventiva e avaliativa já acontecia no contexto judiciário norte-americano desde a década de 1980.

Bailey (1999), em um estudo sobre casos de longa duração, observou que diversos prestadores de serviço de Ontário expressaram o entendimento de que não deveriam assistir ativamente as partes em direção ao acesso sem supervisão, mas, ao contrário, deveriam assumir um papel mais passivo e não intervencionista. Uma das prestadoras entrevistadas declarou que a sua função era supervisionar e ser o menos intrusiva o possível, não fazendo parte de suas atribuições o auxílio às famílias a evoluírem para um formato de convívio sem supervisão. Outra funcionária expressou o desejo de adotar um papel mais ativo e se mostrou frustrada, porque o governo daquela província não recomendava aos supervisores “facilitarem” (p. 484)¹³⁶ as visitas, mas somente observar. Dois estabelecimentos em Vermont/EUA, por sua vez, salientaram que eles apenas supervisionam as visitas, mas ativamente buscam endereçar os problemas parentais e auxiliar as famílias a progredirem para o autogerenciamento do convívio. Ambos os programas fortemente defendiam o seu papel mais ativo – diferenciando-se, portanto, dos demais serviços analisados.

Apesar dos exemplos citados, cujo foco do trabalho é prioritariamente avaliativo, em detrimento do interventivo, diversos programas internacionais salientam o caráter independente e autônomo de suas práticas, com a finalidade de garantir a confidencialidade do serviço. Por mais que a maioria dos centros de visitação emita relatórios às Cortes, estes documentos costumam ser esporádicos e factuais, com vistas a comprometer minimamente o trabalho de supervisão e acompanhamento realizado junto às famílias. A prioridade é, portanto, interventiva e não avaliativa.

¹³⁶ “*to facilitate*”, tradução nossa.

Wall et al. (2002) salientam a necessidade de os centros de contato do Reino Unido permanecerem autônomos em relação à Corte, a fim de proteger sua independência e sua posição em facilitar o contato, isto é, intervir junto às famílias.

Ainda no Reino Unido, Aris et al. (2002) compararam as perspectivas de coordenadores de centros de contato e as agências de encaminhamento para o serviço de visitas supervisionadas e perceberam que uma das áreas de maior desacordo dizia respeito ao fornecimento de relatórios à Corte como parte integral do serviço. Segundo os autores, embora os guias da Associação Nacional de Centros de Contato para Crianças (NACCC) orientassem que se evitasse o envio de relatórios às agências ou ao tribunal, a maioria dos coordenadores informou que endereçar relatórios era uma característica do contato supervisionado.

Apesar disso, vários centros destacaram que esta prática prejudicaria sua neutralidade e que eles buscavam manter distância do processo judicial. Por outro lado, este posicionamento apresentava dilemas entre os coordenadores. Um deles comentou que não enviar relatórios ao tribunal poderia se tornar um risco em situações em que, por exemplo, uma criança exibisse um comportamento difícil de lidar, mas que, tendo em vista a prática de não comunicar o Juízo, não houvesse maneiras de solucionar a situação, o que tornaria os pais ainda mais vulneráveis. Outra coordenadora mencionou que se reportar à Corte era uma prática corriqueira no centro onde atuava, caracterizando-o como um centro de avaliação. Contudo, reconheceu que isso era minoria entre os estabelecimentos e citou a importância de ambos os tipos de serviços – avaliativo e interventivo (Aris et al., 2002).

Alguns coordenadores entrevistados pelos referidos autores defenderam, ainda, a possibilidade de serem realizadas avaliação e supervisão simultaneamente, sendo as sessões de contato utilizadas tanto para aprimorar o convívio familiar quanto para escrever um relatório ao final.

Aris et al. (2002) concluem seu estudo com uma questão importante: dadas as dificuldades de financiamento da prática de visitação supervisionada, seria difícil imaginar que o aumento no fornecimento de fundos seria disponibilizado sem um mecanismo de *feedback* à Corte e a outros profissionais. Para eles, portanto, a falta de fundos poderia ser uma das formas de dependência dos serviços de monitoramento em relação aos tribunais.

Na realidade sueca, Bergman e Eriksson (2018) destacam outra problemática: situações em que os tribunais determinam a visitação acompanhada como uma forma de ganhar informação sobre o caso. Nestas ocasiões, não fica claro se a visitação acompanhada deve contemplar a realização de um relatório investigativo e se o uso desta medida com finalidade avaliativa pode preceder ou mesmo substituir uma investigação formal por parte

dos serviços sociais competentes. Para as autoras, se a última possibilidade prevalecer, trata-se de uma prática preocupante, já que decisões que ordenam visitação acompanhada “para ver como vai ser”¹³⁷ (p. 390) por vezes envolvem casos de violência. Neste sentido, elas questionam: se a proteção não é o primeiro objetivo da política de visitação acompanhada, quais seriam as razões por trás das determinações judiciais relativas a esta modalidade de convívio?

O sociólogo francês Benoit Bastard (2010) faz uma reflexão interessante sobre a contradição entre avaliar e intervir e as consequências disso. Ele afirma que, quaisquer que sejam as modalidades específicas de cada serviço, os encontros paterno-filiais nos espaços de encontro evidenciam comportamentos particulares daqueles que participam dos mesmos. São relações privadas às quais os genitores aceitam se submeter em espaços semipúblicos, sob o olhar de profissionais externos. Assim, segundo o autor, os espaços de encontro se desenvolveram em um lugar particular, que os situa entre a sociedade civil e a instituição.

De um lado, estes espaços reivindicam o seu pertencimento à sociedade civil e à dimensão privada resultante desta, dado o seu caráter de confidencialidade. Por este motivo, em princípio, tais estabelecimentos não produzem relatórios sobre o conteúdo das visitas, visto que pretendem oferecer uma oportunidade à criança e/ou adolescente e ao seu genitor. De outro lado, conforme Bastard (2010), os espaços de encontro construíram um forte vínculo com as instituições, a Justiça e os serviços sociais, em particular, os da infância. É a partir destas instituições que eles têm sua clientela e suas fontes. É delas, tanto quanto dos pais e dos filhos, que eles esperam um reconhecimento do trabalho efetuado. Além disso, é das instituições que partem as ações dos profissionais e que lhes dão suporte para orientar os genitores quanto ao momento de comparecerem, trazerem as crianças e/ou adolescentes ou partirem, a fim de permitir o encontro com o outro genitor. Ainda, é com as instituições que os espaços de encontro são levados a refletir se devem ou não confeccionar relatórios aos juízes – o que atribuiria à prática uma configuração de avaliação.

Damos sequência a esta reflexão entre avaliação e intervenção na Discussão de nosso trabalho.

3.7. - Duração da medida: expectativa x realidade

Conforme expusemos, um dos princípios compartilhados pelos centros de visitação monitorada pelo mundo é a temporalidade da medida. Isto é, espera-se que ela não se estenda por períodos demasiadamente longos, buscando-se sempre que a família encontre meios de

¹³⁷ “to see how it goes”, tradução nossa.

passar para formatos mais flexíveis de convívio. Para tanto, almeja-se que as ordens judiciais que determinam as visitas monitoradas definam, também, a extensão desta medida ou prevejam revisões das decisões após certo período de tempo, a fim de avaliar a necessidade da continuidade ou modificação do serviço. Outras possibilidades de encerramento dos encontros provêm dos próprios genitores ou por proposta das equipes dos programas.

Estas definições estão contempladas em diversos regulamentos internacionais, como os Padrões da SVN (2006)¹³⁸, vigente nos EUA e no Canadá, e o Documento Marco de Mínimos para Assegurar a Qualidade dos Pontos de Encontro Familiar (2008)¹³⁹, na Espanha. Em ambos os documentos se prevê que a suspensão do serviço por parte da equipe pode acontecer pelos seguintes motivos: quando os pais se mostrarem capazes de realizar por si mesmos o regime de visitas estabelecido; em caso de descumprimento dos deveres próprios dos usuários ou das normas de funcionamento interno; frente à existência de alguma situação de risco para a criança, sua família, usuários ou profissionais; mediante a possibilidade de que a intervenção esteja provocando prejuízos à integridade física ou psíquica da criança, conforme o juízo da equipe técnica, sobretudo, em casos de violência; por falta de colaboração ou atitude obstrucionista por parte de algum familiar na efetivação do desenvolvimento das visitas. Razões práticas também são expostas, como quando houver demanda excessiva de serviço ou as taxas do programa não estiverem sendo pagas.

Na pesquisa realizada por Orgilés et al. (2007) em um PEF localizado em uma comunidade valenciana, 24% das famílias usuárias prescindiram do serviço em menos de um ano. Todavia, em um estudo desenvolvido por Tornero, Ruiz e López (2011) em um PEF da cidade de Múrcia, constatou-se que 31,8% dos usuários entrevistados frequentavam o local há mais de três anos e 18,2%, de seis meses a um ano – o que demonstra diferenças entre as práticas dos PEF espalhados pelo território espanhol.

Nos espaços de encontro da Bélgica¹⁴⁰ e também nos centros de acompanhamento do Reino Unido¹⁴¹, o período durante o qual as famílias devem frequentar os estabelecimentos é revisado em ordens judiciais ou definido junto ao coordenador do local. Todavia, no Reino Unido, o tempo médio de permanência é de três meses e, em ocasiões especiais, seis meses.

Da mesma forma, no CEVAT/SP, antigamente se previa que cada família permanecesse em atendimento por, no máximo, seis meses, competindo ao Juízo que havia determinado as visitas a reavaliação da necessidade da manutenção do serviço, após este período. No art. 10, inciso VI, definia-se que “a critério dos técnicos poderá ser interrompida

¹³⁸ Idem nota 85.

¹³⁹ Idem nota 71.

¹⁴⁰ Idem nota 70.

¹⁴¹ Idem nota 47.

a visita, fato que será comunicado ao Juiz do processo no primeiro dia útil após o ocorrido” (Provimento n. 1107 de 2006). O Provimento atual (n. 2.403 de 2017) endossa tais regulamentações, mas acrescenta que o tempo do atendimento poderá ser prorrogável por mais seis meses, a critério do juiz que determinou a medida.

Entretanto, De Paula et al. (no prelo) destacam uma dificuldade vivenciada na prática do CEVAT, no que se refere à duração da medida. Segundo as autoras, nem todas as indicações para o Centro são provenientes das perícias social e psicológica efetuadas nas Varas de origem, de modo que, por vezes, os juízes encaminham os casos para visita assistida justamente pelo fato de ainda não terem passado por perícia. Esta realidade, conforme De Paula et al. (no prelo), ocorre devido à grande demanda de atendimento e à falta de pessoal para a atender, fazendo com que as perícias determinadas judicialmente levem longos períodos de tempo para ser concretizadas – estendendo, consequentemente, a “estadia” das famílias no CEVAT.

Nestes casos, ainda conforme De Paula et al. (no prelo), os juízes pretendem garantir a segurança das crianças e, ao mesmo tempo, evitar o distanciamento entre pais e filhos, até que se conclua a investigação do caso. Contudo, as autoras pontuam que tal medida pode desencadear sofrimento à criança, pelo fato de ainda não ter sido ouvida pelo profissional responsável pela avaliação do caso. Esta situação torna fundamental o papel da equipe do CEVAT, que, ao conhecer a realidade e a dinâmica das famílias, pode sugerir a interrupção das visitas, quando necessário (De Paula et al., no prelo).

Ainda no Brasil, Amendola (2009) faz uma exposição da realidade vivenciada por muitas famílias em que há suspeita de violência sexual contra crianças – tema de sua pesquisa:

Mediante a morosidade da Justiça, que estende indefinidamente a condição de ‘*suspeito*’, ofertada a esses pais em função da denúncia, não há possibilidade para se promover o resgate efetivo da paternidade, como querem alguns profissionais e apelam os pais acusados. Conforme os dados da pesquisa, alguns pais mantiveram visitas monitoradas pelos profissionais de Psicologia do Fórum por até cinco anos, mas de forma esporádica, quando o modelo deu sinais de desgaste pela ineficiência, culminando com a ausência total de contato ou afetividade entre pais e filhos (Amendola, 2009, p. 175).

Na França, o Decreto de 27 de novembro de 2012 estabelece que o juiz que determinar o convívio nos espaços de encontro deve também fixar a extensão desta medida, bem como a periodicidade dos encontros e o tempo de duração de cada um deles. Além disso, o juiz pode, a todo momento, modificar a sua decisão, quando houver o pedido conjunto das partes, de

apenas uma delas ou do Ministério Público. Em caso de dificuldade para realizar as visitas, o gestor do espaço de encontro designado deve imediatamente informar o magistrado.

A partir da prática no *Point Rencontre de Bordeaux*, os profissionais compreendem que as visitas não devem exceder um período de seis meses. O levantamento de Jabet e Lussac (2011) apontou que, em 2009, dos 117 dossiês encerrados, 38% ocorreram em um tempo igual ou inferior a seis meses e 35% entre seis meses e um ano. Ademais, 14% dos atendimentos realizados duraram entre um e dois anos e 11% tiveram duração superior a dois anos. As autoras concluem que a duração média de utilização do *Point Rencontre* coincide com a tendência nacional, segundo a qual 70% das situações são acompanhadas durante um ano.

Além disso, Jabet e Lussac (2011) descrevem que, entre 1986 e 2006, 72% dos genitores visitantes frequentaram o *Point Rencontre* por menos de seis meses e explicam que esta duração, considerada por elas como curta, pode ser explicada por três motivos: alguns raros genitores efetuam um acordo rapidamente, após passarem pela primeira visita; pais e mães frágeis, sem suporte social, familiar e/ou psicológico e que logo desistem da medida; devido a um genitor contínuo que não cede e cria numerosos incidentes para não levar os filhos ao encontro, o que faz com que o pai visitante, mais que a mãe, deixe de comparecer ao *Point Rencontre*. Apesar disso, Jabet e Lussac (2011) pontuam que a visita dos pais costuma durar mais tempo que a visita das mães e analisam que, para alguns, esta pode ser a única forma de verem seus filhos crescerem. Porém, para outros, arrisca-se de se encrustar uma situação a qual não se encontra mais solução.

Ainda de acordo com Jabet e Lussac (2011), o *Point Rencontre de Bordeaux* vem enfrentando algumas situações preocupantes, como um aumento importante do número de encontros sem autorização para saídas, totalizando 56% das situações em 2010, ao passo que, vinte anos antes, este número era equivalente a 20%. Ademais, desde 2002, houve um aumento significativo de casos cuja decisão judicial não comporta uma evolução, ficando, de certa forma, bloqueados. As autoras questionam se o maior controle das visitas no *Point Rencontre* seria devido a configurações familiares mais delicadas ou como forma de precaução às famílias. Para Jabet e Lussac (2011), estas são questões a se pensar em termos históricos e sociais.

No Canadá, em diversos programas analisados por Tutty et al. (2006), ora não havia mecanismos de revisão judicial, ora a revisão era baseada não em um período de tempo, mas em um número de visitas. Assim, uma ordem poderia definir que, após oito ou doze encontros, não seriam providenciadas mais visitas, a não ser que uma futura decisão judicial fosse proferida. Porém, conforme as autoras, isso pode ser bastante problemático, dada a

demora entre o término de uma determinação judicial e a emissão de outra, período durante o qual o genitor descontinuo não possui autorização para ver a criança.

Quanto ao número de encontros, os pesquisadores britânicos Hunt e Roberts (2004) afirmam que uma ampla gama de publicações internacionais tende a mostrar que é a natureza e a qualidade da parentalidade do genitor descontinuo que é crucial após a separação, e não o contato em si.

Groeninga (2011) corrobora com esta compreensão, quando esclarece que “. . . ver ou comunicar-se com alguém não equivale à totalidade de um relacionamento. Este consiste em diferentes dimensões, incluindo a *qualidade* [itálico nosso] da interação. O Poder Judiciário pode definir a duração e a frequência do contato, o que não descreve a qualidade do relacionamento, nem garante que este seja suficientemente bom” (pp. 131-132). Na sequência, porém, a autora pondera:

É razoável supor que o desenvolvimento de vínculos familiares saudáveis dependa também do fator temporal, mas a relação não é de linearidade, nem de causalidade exclusiva. Assim, não devem ser considerados como excludentes a qualidade e quantidade, e sim complementares, aliás, como em qualquer relacionamento humano em que se vise à influência recíproca e o exercício pleno das funções da personalidade (Groeninga, 2011, p. 133).

Os coordenadores e supervisores dos centros de contato abordados no estudo de Aris et al. (2002), no Reino Unido, reconheceram que costumam encorajar os usuários a buscar os próprios meios de se desvincular dos programas e estabelecer uma modalidade de convivência sem supervisão, por entenderem que eles não podem utilizar os serviços dos centros eternamente. Os funcionários também admitiram que as mulheres vítimas de violência doméstica nunca demonstram a intenção de deixar os estabelecimentos de contato e, ainda assim, são pressionadas a tomar uma decisão na direção da ampliação da convivência – caso contrário, são vistas como hostis e obstrutivas. Neste sentido, os centros geralmente são interpretados por estas mulheres como um arranjo temporário, durante o qual elas são cada vez mais obrigadas a permitir contatos mais amplos e frequentes, dos quais discordam.

Da mesma forma, na Austrália, o contato supervisionado geralmente não é considerado pelas Cortes como uma medida de longo prazo. Na prática, porém, as prolongadas durações das ordens provisórias de contato supervisionado podem levar os familiares a utilizar os centros por longos períodos de tempo (Sheehan et al., 2007).

Na Nova Zelândia, por sua vez, o Ministério da Justiça¹⁴² expõe que o contato supervisionado deve continuar até que o tribunal decida o contrário. O visitante deve solicitar judicialmente o contato sem supervisão, o que será concedido pela Corte, desde que se convença de que a criança estará em segurança. Em vários casos, o relacionamento entre o adulto e a criança progride rapidamente, ao ponto de a supervisão não ser mais necessária. Porém, em outros, o contato supervisionado segue por vários anos.

Ainda na Nova Zelândia, segundo Gibbs e MacKenzie (2006) e Gibbs, McKenzie e Dempster, (2007), não há prazos segundo os quais o contato supervisionado deva ocorrer ou passar para um contato sem supervisão. Nos centros da Barnardo's, as famílias podem receber o serviço por anos, embora o período de meses seja o mais comum. Cada caso é revisado após aproximadamente três meses, quando algumas famílias mudam para formatos mais flexíveis de convívio. Em certas situações, os genitores começam a dialogar e entram em acordo com relação ao contato sem supervisão, assumindo o controle sobre seus próprios arranjos. Estes, porém, eventualmente falham e o contato supervisionado se reinicia nos centros.

Assim como verificado na pesquisa efetuada no Reino Unido por Aris et al. (2002), Gibbs e Mckenzie (2006) constataram, na Nova Zelândia, a resistência dos genitores contínuos em deixarem o contato supervisionado, contrariamente à intenção dos coordenadores dos centros, das equipes de supervisores e da maioria dos genitores descontínuos. Isso porque os genitores contínuos consideravam que o formato supervisionado, em longo prazo, seria o que melhor atenderia suas necessidades de segurança. Contudo, as autoras pontuam que esta situação acarretava significativas implicações financeiras tanto para os serviços quanto para os pais, quando a medida se alongava no tempo.

Cerca de dois terços dos programas canadenses abordados na pesquisa de Tutty et al. (2006) não possuíam duração máxima para o atendimento dos casos, uma vez que, para algumas crianças, a supervisão era considerada necessária até que ela atingisse a maioridade. Ainda assim, a duração média de permanência nos programas em Ontário era de 18 meses. Alguns profissionais entrevistados no estudo comentaram que, se a visitação supervisionada não for oferecida como um serviço contínuo, progredindo de supervisão completa, para supervisão intermitente, intercâmbio monitorado e, finalmente, visitação externa sem supervisão, após aproximadamente um ano, tanto as crianças quanto o genitor descontínuo começam a perder o interesse e passam a faltar às visitas. O representante de um dos programas defendeu que uma ordem de visitação supervisionada nunca deveria ser uma ordem por si mesma, isto é, deveria ser sempre um passo intermediário para uma ordem permanente.

¹⁴² Idem nota 116.

Birnbaum e Alaggia (2006) afirmam que alguns genitores entram no sistema de visitação supervisionada com dificuldades de agendamento, que são facilmente resolvidas por meio de intervenções, como mediação e aconselhamento em curto prazo. Contudo, conforme as autoras, estes casos são a minoria, já que, para muitas famílias usuárias dos programas, problemas mais sérios e complexos estão na raiz dos conflitos relacionados ao acesso, o que implica acompanhamentos em longo prazo.

Entretanto, Saini et al. (2012) pontuam que nem sempre os programas de visitação supervisionada possuem recursos para fornecer às famílias as condições necessárias para modificar os complexos fatores que levaram à demanda pelo serviço. Isso ocorre, pois, geralmente, o foco da visitação supervisionada é promover a relação entre o genitor descontinuo e seus filhos, sem se considerar o relacionamento entre os pais. Porém, pelo fato de o conflito parental usualmente ser o motivo que leva à visitação supervisionada, esta medida parece ignorar justamente a raiz do problema (Saini et al., 2012, 2017). Para os autores, isso é problemático, dado o entendimento de juízes e administradores de agências envolvidas no contexto de disputa de guarda de que a visitação supervisionada é um auxílio apenas em curto prazo para as famílias. Há, portanto, uma lacuna entre as complexas demandas dos casos, o tempo e os recursos viabilizados para atendê-los.

Bailey (1999) igualmente aponta para a divergência entre a expectativa das Cortes e de estudiosos de que o acesso supervisionado não seja uma medida em longo prazo e as reais necessidades das famílias atendidas, que requerem tempo prolongado e serviços específicos para auxiliar na resolução de seus conflitos. Em entrevistas realizadas com prestadores de serviços de Ontário (Canadá), Vermont e New Hampshire (EUA), a autora constatou que a maioria deles considerava adequado o acesso supervisionado em longo prazo, mesmo quando o acesso sem supervisão não era uma opção viável no futuro. Uma vez mais, verificou-se uma lacuna entre o entendimento dos responsáveis pelos programas e aquele de estudiosos e dos tribunais.

Para Bailey (1999), as visitas em longo prazo deveriam ser determinadas judicialmente, mesmo quando há escassa ou nenhuma expectativa de que o acesso sem supervisão seja uma possibilidade futura, desde que corrobore com o melhor interesse da criança. Segundo a autora, há uma proibição por parte do Ministério da Procuradoria Geral de Ontário quanto à limitação de tempo que as famílias possam usar o serviço, nos programas vinculados ao governo daquela província. Todavia, em programas privados, esta não é a lógica de atuação, sendo restritos em curtos prazos os períodos de acompanhamento dos casos (Bailey, 1999). Esta realidade novamente explicita a diversidade de práticas de visitação supervisionada dentro do mesmo país.

Um dos motivos pelos quais alguns casos duram mais do que outros, conforme Bailey (1999), é a falta de recursos dos centros para auxiliar as famílias na transição para um formato de acesso sem supervisão. Outra razão apontada é, conforme já vimos anteriormente, o fato de alguns genitores descontínuos não possuírem outro local para conviver com os filhos, a não ser nas instalações dos serviços. Por fim, a autora menciona a falta de motivação ou de condições financeiras dos pais em retornar aos tribunais em busca de uma nova ordem judicial, que permita o acesso sem supervisão.

Um estudo desenvolvido por Saini et al. (2017), também em Ontário, identificou que a duração da participação das famílias nos programas do governo (SAP) variava entre zero e 12,9 anos. Já a média de tempo entre a primeira e a última visita supervisionada e/ou intercâmbio monitorado era de 304 dias, isto é, menos de um ano. Neste sentido, a maioria dos participantes da pesquisa definiu como clientes de longo prazo as famílias utilizando os serviços entre um e dois anos.

Os entrevistados no estudo de Saini et al. (2017) reportaram que os clientes de longo prazo tendem a exibir maiores níveis de transtornos mentais, mais problemas com o uso de substâncias e, geralmente, as taxas mais altas de conflito parental, quando comparados àqueles que permanecem nos programas por menos de um ano. Além disso, assim como já mencionado por Bailey (1999), os usuários dos centros pesquisados são caracterizados pela falta de condições financeiras para retornar à Corte – por meio da contratação de advogados, por exemplo – para a revisão de sua medida judicial, bem como pela pouca motivação para dar os passos necessários à transição para fora do serviço.

Outro aspecto apontado por Saini et al. (2017) como característico de clientes de longa duração é o fato de possuírem decisões judiciais carentes de detalhes acerca do uso a ser feito dos SAP e inespecíficas quanto à definição de um cronograma de utilização dos serviços – conforme igualmente verificamos em outras regiões do mundo. Segundo os autores, esta situação deixa algumas famílias sem qualquer reavaliação acerca da necessidade da supervisão por tantos anos. Ademais, muitos programas expressam a falta de entendimento das famílias com relação aos trâmites judiciais e dos passos necessários para progredirem em seu formato de visita, além de se sentirem seguros com a estrutura oferecida pelos centros, temendo uma mudança para a visita sem supervisão.

Bala et al. (2016), ao entrevistarem juízes, advogados e prestadores de serviços de SAP, novamente em Ontário, identificaram uma variação entre o que os entrevistados compreendiam como visitas de longo prazo, com respostas transitando entre cinco meses e dois anos. Apesar desta divergência, os participantes da pesquisa compartilharam o

entendimento de que clientes de longo prazo apresentavam inabilidades subjacentes para resolver os problemas que inicialmente os levaram ao acesso supervisionado.

Os autores afirmam que “clientes de longo prazo são um dreno para os recursos dos centros” (p. VIII)¹⁴³, isto é, são bastante custosos. Não obstante, salientam que o acesso tende a perder seus benefícios quando as crianças crescem e se tornam negativas com relação às visitas ou envolvidas em outras atividades sociais pelas quais se mostram mais interessadas. Ainda, defendem que o acesso supervisionado pode ser prejudicial à criança, caso as visitas intensifiquem o conflito ou o genitor descontinuo consistentemente cancele os encontros.

Todos os juízes entrevistados por Bala et al. (2016) informaram que costumam incluir provisões de revisão em suas ordens de supervisão, sendo o período de revisão variável entre dois meses e um ano. Os diretores dos programas que participaram da pesquisa adicionaram que, geralmente, as famílias requerem serviços adicionais para efetuar a transição de saída dos centros, como aconselhamento e terapia. Contudo, os estabelecimentos não têm condições de providenciar tais serviços, tanto devido às suas políticas, quanto à falta de recursos.

De acordo com Bala et al. (2016), os juízes informaram que, quando fazem sentenças finais para encerrar o acesso supervisionado, requerem evidências de mudanças significativas observadas nos casos. Estas mudanças podem incluir o aprimoramento da habilidade parental para atender às necessidades das crianças, alterações no nível de conforto dos filhos com o genitor, ou o aumento da confiança entre os pais. Os advogados que participaram da pesquisa concordaram que eles e seus colegas deveriam trabalhar para reunir evidências de mudanças expressivas para retirar seus clientes da supervisão. Da mesma forma, os prestadores dos programas solicitaram aos advogados que buscassem, junto aos seus clientes, serviços judiciais alternativos, como a mediação, para tentar evitar determinações iniciais de supervisão.

Assim, uma das recomendações apreendidas pelo estudo de Bala et al. (2016) é que os advogados dos genitores contínuos deveriam encorajar seus clientes a avaliar se a supervisão é realmente necessária. Caso seja, caberia a tais profissionais averiguar se um familiar poderia se tornar um supervisor apropriado. Quando houver reais preocupações, os clientes poderiam ser estimulados a desenvolver um plano para convencer a Corte de que a supervisão não precisará ser infinita. Os autores acrescentam que os advogados deveriam estar cientes das situações de alto risco e incentivar os juízes a serem cautelosos acerca do acesso supervisionado em casos sérios de violência doméstica ou contra os filhos, ou, ainda, em ocasiões que possam causar traumas às crianças.

¹⁴³ “*Long-term clients are a drain on centre resources*”, tradução nossa.

Da mesma forma que apontado pelos autores canadenses, Flory et al. (2001) comentam, a partir da pesquisa realizada no Programa Heritage House, em Saint Louis/Missouri (EUA), que o último objetivo dos serviços prestados é o autogerenciamento do contato por parte das famílias. A participação destas nos programas é, portanto, ilimitada. Ou seja, os serviços ficam disponíveis aos familiares pelo tempo que for necessário para proteger crianças e adultos dos conflitos interparentais. Ademais, quando há situações de violência doméstica, o autogerenciamento é considerado desaconselhável – o que faz com que estes casos perdurem por longos períodos nos programas.

Por meio de um estudo desenvolvido por Pearson e Thoennes (2000) em quatro programas de visitação supervisionada estadunidenses, refutou-se uma suposta ideia de que genitores visitantes que não são representados por advogados vivenciam uma deriva e se arrastam no programa por mais tempo do que aqueles que são orientados por tais profissionais. Em média, as famílias com casos arquivados aos quais as autoras tiveram acesso receberam menos de seis meses de atendimento. Quando advogados representavam os genitores visitantes, esta média de tempo era de 7,6 meses, contra 4,7 meses em situações sem representação legal.

Pearson e Thoennes (2000) também constataram não haver evidências de que os pais tipicamente avançam de um nível de visitação supervisionada para outro, antes de seus casos serem arquivados. A maioria dos familiares inicia e conclui o programa utilizando o mesmo tipo de serviço. Além disso, a frequência das visitas comumente permanece igual, ao que as autoras atribuíram à probabilidade de a maior parte dos programas somente ter capacidade para oferecer um tipo básico de serviço e não possuir recursos para modificar o formato de visitação ou agenda para acomodar mudanças nas necessidades familiares.

Como já apontado previamente, outra área de preocupação verificada na pesquisa de Pearson e Thoennes (2000) é a falta de supervisão judicial com relação aos casos enviados para visitação supervisionada. Apenas 20% dos casos concluídos analisados no estudo receberam uma ordem judicial para o encerramento dos serviços e entre 12 e 21% das famílias deixaram os programas quando os genitores concordaram com algum outro método de supervisão, como por parentes ou amigos. Ademais, quase metade dos casos (48%) foi encerrada quando os usuários simplesmente deixaram de comparecer ao programa, muitas vezes, em decorrência dos altos níveis de conflito parental. De acordo com as autoras, os genitores que decidiram abdicar das visitas supervisionadas estiveram no programa por mais tempo do que aqueles cujos casos foram terminados de outra forma, além de menos provavelmente possuírem advogados do que aqueles que finalizaram de maneiras diversas.

Finalmente, a análise de Pearson e Thoennes (2000) levou-as a considerar que os pais que deixaram de usar o programa possivelmente não receberam qualquer determinação judicial para realizarem avaliações acerca dos problemas que os conduziram a este serviço. Assim, as pesquisadoras concluíram que tais familiares devam ter se frustrado pela falta de atenção recebida e percebido que uma ação unilateral seria a sua única saída do sistema de visitação supervisionada.

3.8. - As diferentes instalações dos centros de visitação monitorada

No Brasil, na época do Plantão da Sala de Visitas, esta atividade acontecia no foro de Jabaquara, na cidade de São Paulo, e os encontros entre pais e filhos ocorriam na área do Tribunal do Júri e suas adjacências, como o corredor e a garagem. O ambiente, conforme descrito por Shine e Castro (1997), era destituído de decoração e composto por

. . . uma dúzia de mesas e cadeiras dispostas dentro de um ambiente único com duas portas, duas janelas e banheiro masculino e feminino. O espaço externo é cimentado e serve de área de circulação. Existe uma sala adaptada, logo à entrada, onde entrevistas podem acontecer” (pp. 2-3).

Os autores complementam que, muitas vezes, a sala reservada não estava à disposição, já que o espaço não era planejado unicamente para a visita, mas adaptado de outra finalidade. Por este motivo, o ambiente não dispunha de recursos lúdicos (Shine & Castro, 1997).

No Provimento atual (n. 2.403 de 2017), que reformulou o CEVAT, definiu-se que o local de atendimento seria o Fórum Regional do Tatuapé e deveria contar com infraestrutura adequada à recepção das crianças e/ou adolescentes. Além disso, o espaço teria entradas e saídas independentes para os genitores contínuo e descontínuo, ambientes para a efetivação das visitas e para a espera dos genitores contínuos.

Apesar de tais designações, De Paula et al. (no prelo) informam que a infraestrutura do Centro ainda é considerada insatisfatória, tanto no ambiente interno, reservado às visitas, quanto no espaço destinado à espera dos genitores contínuos, que permanecem no estacionamento do Fórum. As autoras também pontuam que não há local adequado para a escuta dos familiares, não sendo possível lhes oferecer privacidade e sigilo.

Já no Reino Unido, a realidade é bastante distinta, já que os centros de contato são abastecidos por materiais lúdicos para crianças de todas as faixas etárias. Além disso, os

estabelecimentos oferecem chá, café e outros refrescos aos usuários, buscando proporcionar um ambiente acolhedor e sociável às interações familiares¹⁴⁴.

O Documento Marco de Mínimos para Assegurar a Qualidade dos Pontos de Encontro Familiar (2008)¹⁴⁵ salienta que os PEF espanhóis devem estar situados em locais adequados para o desenvolvimento de suas funções, sendo preferencialmente acessíveis por meio de transporte público. Requer-se que as regiões onde os estabelecimentos se localizam sejam salubres e consideradas não perigosas para a integridade física dos usuários. As instalações dos PEF precisam reunir as condições de acessibilidade e a supressão de barreiras conforme a legislação aplicável. Ademais, os PEF devem oferecer às crianças um ambiente agradável e cômodo.

Ainda com relação à localização, Sacristán (2002) descreve que, geralmente, os PEF se estabelecem em amplas casas situadas no centro das cidades, com estacionamento próximo, com grandes jardins e zonas verdes nas redondezas. Os locais se dividem em duas zonas, sendo que, em uma delas, estão os escritórios, onde se realizam as entrevistas e tarefas próprias da intervenção profissional e administrativa. Na outra, são efetuados os encontros e o cumprimento dos regimes de visitas. Com a finalidade de proporcionar às crianças um clima similar ao que seria uma moradia familiar, os PEF se organizam em locais de ambiente acolhedor, com sala de jogos, computadores, biblioteca, sala de estudo, sala de estar e vídeo, cozinha, entre outros.

Morte Barrachina e Lila Murillo (2007) complementam que as dependências dos PEF devem cobrir as necessidades que possam surgir dentro de uma convivência familiar cotidiana, tais como dormir, alimentar-se e efetuar os cuidados de higiene. Além disso, é importante que os espaços disponham de estrutura para a realização de comemorações de aniversários e outras festividades.

Já na Nova Zelândia, Gibbs e MacKenzie (2006) e Gibbs, McKenzie e Dempster, (2007) informam que os centros de contato da Barnardo's costumam ser as instalações de pré-escolas, disponíveis para uso aos finais de semana, equipadas com brinquedos e áreas externas. Salientamos que, durante dois anos, o Plantão da Sala de Visitas igualmente se estruturou dentro de uma escola pública da cidade de São Paulo (De Paula et al., no prelo).

Uma instalação bastante distinta das anteriores é um espaço de encontro móvel, denominado *Trimurti Mobile* e disponibilizado desde 2011, na Bélgica. Trata-se de um caminhão, equipado com ambiente lúdico, brinquedos variados, um banheiro e uma cozinha, que se desloca pelas estradas da região da Valônia, a fim de atender famílias que residem em

¹⁴⁴ Idem nota 47.

¹⁴⁵ Idem nota 71.

áreas geograficamente distantes dos espaços de encontro existentes. Conforme o *website* do Projeto¹⁴⁶, os encontros entre pais e filhos acontecem às quartas-feiras à tarde e aos sábados, tendo duração limitada, o que permite que a equipe móvel se dirija a diferentes comunidades ao longo do dia. Duas famílias podem ser atendidas simultaneamente dentro do *Trimurti Mobile*, totalizando cerca de 12 famílias por semana.

No Canadá, diversos programas analisados por Tutty et al. (2006) operam em locais especificamente desenvolvidos como espaços de visitação, sendo uma quantidade deles localizada em prédios ou em instalações residenciais. No entanto, as preocupações com a segurança de famílias afetadas por violência doméstica são significativas, uma vez que os estabelecimentos nem sempre oferecem a estrutura necessária para garantir a proteção em casos de alto risco.

Roudil (2011) faz uma reflexão sobre a responsabilidade civil dos espaços de encontro franceses e explica que estes estabelecimentos podem ser qualificados como neutros, mediatizados, protegidos ou seguros. Um local neutro seria aquele que não pertence a qualquer um dos pais, mas à estrutura que se propõe como tal e é colocada à disposição deles. No local mediatizado, há um acréscimo com relação à definição anterior, que é a presença do terceiro, um profissional qualificado que realizará a mediatização do encontro paterno-filial. Este local pode ser, segundo Roudil (2011), aberto ou fechado. Para alguns, a mediatização é suficiente para proporcionar a proteção almejada. Contudo, o autor aponta que, na realidade, o local também deve ser protegido, isto é, oferecer uma proteção material aos beneficiários. Neste sentido, ele deve permanecer fechado e dispor de um controle de acesso e de saídas, para evitar intrusões ou saídas de crianças não autorizadas. Neste tipo de espaço, a obrigação é vigiar e efetividade do controle. Finalmente, o local seguro possui um dispositivo reforçado em relação ao local protegido, para obstaculizar uma intrusão ou um rapto.

Mediante tais diferenciações, Roudil (2011) conclui que um espaço de encontro deve, de maneira geral, oferecer condições materiais que garantam a segurança física das pessoas e um controle mínimo sobre o desenvolvimento da visita, variando conforme a gravidade dos casos.

3.9. - Visitas monitoradas e violência doméstica

A literatura internacional frequentemente se debruça sobre a temática da violência doméstica, quando discute a validade das visitas monitoradas. Os autores salientam o risco

¹⁴⁶ Recuperado de <http://www.trimurti.be/>.

envolvido para os filhos e os genitores, quando vítimas, em manterem o convívio com o genitor agressor, mesmo que sob monitoramento.

Nas publicações britânicas, embora se valorize a importância dos centros de contato para o restabelecimento da convivência entre filhos e o genitor descontínuo, questiona-se a ênfase que os tribunais costumam dar à manutenção do contato, principalmente em casos em que a separação conjugal ocorreu devido à violência doméstica.

Radford, Hester, Humphries e Woodfield (1997) explicam que o Direito de Família inglês, sobretudo após a publicação do *Children Act*, em 1989, entende que o bem-estar da criança está relacionado à continuidade do contato com o pai, organizado junto à mãe, prioritariamente através de um acordo e não por meio de um litígio legal.

O *Children Act 1989* aboliu as noções de guarda e acesso às crianças por ocasião do divórcio e os substituiu pelo conceito de responsabilidade parental. Considera-se que ambos os pais têm responsabilidade sobre seus filhos durante o relacionamento, o que continua depois do divórcio. Em termos práticos, segundo Radford et al. (1997), isso significa que o tribunal não interfere automaticamente na organização das visitas e onde a criança irá residir. Na maioria dos casos, a única consideração que se faz é se os arranjos estabelecidos pelos pais com relação aos seus filhos são satisfatórios. Caso seja necessário e defenda os interesses da criança, um dos genitores pode apelar à Corte para solucionar as questões relacionadas aos filhos que estejam em disputa.

Todavia, Radford et al. (1997) salientam que, para muitos pais, a mudança de terminologia – de guarda e acesso para responsabilidade parental – não alterou significativamente a divisão das funções domésticas e o fato de que as mães continuam sendo as principais cuidadoras dos filhos. Por outro lado, as autoras pontuam que a noção de responsabilidade parental e o contato continuado, visto como um direito da criança, aumenta a margem para os pais permanecerem envolvidos no controle das mulheres através dos cuidados com os filhos – principalmente quando se tratam de homens violentos. Dessa forma, elas compreendem que o discurso de bem-estar das crianças no Direito de Família britânico acabou servindo como um “pombo correio”¹⁴⁷ (p. 471) aos direitos dos pais, pois, por mais que cada caso seja decidido individualmente, a lei inglesa tende fortemente na direção da manutenção do contato.

Ainda de acordo com Radford et al. (1997), espera-se que os genitores, ao organizarem o contato paterno-filial, mirem o futuro e ignorem quaisquer comportamentos ou mágoas do passado. Do mesmo modo, as necessidades das crianças devem ser consideradas separadas das necessidades da mãe. Assim, mulheres que defendem ser imprescindível a

¹⁴⁷ “carrier pigeon”, tradução nossa.

proteção contra sequestro ou posterior violência doméstica, quando organizam o contato entre os filhos e o pai, correm o risco de serem vistas como egoístas, obstrutivas ou hostis com o ex-marido enquanto genitor e, conseqüentemente, com o bem-estar das crianças.

O estudo desenvolvido por Aris et al. (2002), também no Reino Unido, comprovou esta visão a respeito das mães, por meio dos discursos dos profissionais envolvidos na manutenção do contato. Isso porque, de acordo com as autoras, um alto nível de prova é requerido para satisfazer a Corte inglesa acerca dos prejuízos causados aos filhos no contato com o pai, especialmente se a criança é pequena e a violência sofrida é a sexual.

Neste sentido, Radford et al. (1997) ressaltam que a responsabilidade por qualquer dano causado às crianças, enquanto o contato estiver sendo estabelecido com um homem violento, volta-se à mãe. Os medos desta em relação ao ex-companheiro, mais do que a persistente violência que os gerou, são invariavelmente compreendidos como a fonte principal de prejuízo aos filhos e a maior força obstrutiva ao contato continuado com o pai.

A responsabilidade igualmente recai sobre a mãe e, muitas vezes, sobre os filhos, para continuar gerenciando a violência do homem após a separação. De acordo com Radford et al. (1997), esta realidade é decorrente da postura não intervencionista adotada pelo governo inglês, para encorajar a parentalidade responsável. Entretanto, o que acontece é uma falta de suporte prático e de recursos para fazer com que a convivência funcione de forma protegida. Desse modo, a segurança das mulheres acaba sendo negociada contra o bem-estar da criança, o que as autoras avaliam como inaceitável. É neste sentido que elas questionam o valor atribuído ao contato entre filhos e homens violentos (Radford et al., 1997).

Em uma pesquisa voltada à organização do contato entre pais e filhos após a separação, realizada com 53 mulheres recém separadas de homens violentos e 77 profissionais que lidam com casos desta ordem, conduzida entre 1992 e 1995 por Radford et al. (1997), 22 das mulheres mencionaram ter recebido uma provisão temporária de segurança, ao serem encaminhadas a centros de contato. Entretanto, o acompanhamento era percebido como limitado, além de ser suspenso em breve. Ainda, os centros de contato eram escassos e dispersos geograficamente.

Desse modo, segundo as pesquisadoras, após um curto período de tempo, a responsabilidade por organizar o contato de forma segura geralmente recaía novamente sobre as mulheres. Esperava-se que muitas delas efetuassem a supervisão do convívio entre os filhos e os pais e, assim, todas tentavam encontrar maneiras de prevenir a ocorrência de raptos ou episódios de violência durante as visitas, ao utilizar locais públicos, como restaurantes de *fast food* enquanto pontos de encontro. Uma das mulheres entrevistadas definiu que seus filhos caminhassem com o pai por uma ponte, enquanto outra comprou um grande cachorro

para se proteger. Outras, ainda, temporariamente se valeram do suporte de familiares, amigos ou de seus filhos mais velhos para acompanhar as visitas. Porém, eles também costumavam ser agredidos ou ameaçados pelo pai durante os encontros.

No público estudado por Bergman e Eriksson (2018), em um centro sueco de visitação acompanhada, metade das crianças apresentava histórico de violência familiar, sendo este o foco da pesquisa. Apesar disso, no discurso dos profissionais entrevistados, expressões como “problemas familiares”, “conflitos parentais” e “mães hostis”¹⁴⁸ (p. 388) foram utilizados para justificar o atendimento, o que, no entendimento das pesquisadoras, minimizava a presença de violência nos casos. Neste sentido, o esforço e o trabalho da equipe na busca pela finalização da visitação acompanhada e pela normalização do convívio – o que, muitas vezes, era uma exigência dos próprios tribunais – causavam estresse e pressão no genitor agredido – geralmente, a mãe. Ainda, esperava-se que esta seguisse sua vida adiante e permitisse a regularização da convivência com os filhos, independentemente se o genitor agressor – tipicamente, o pai – demonstrasse mudanças de comportamento ou não.

Portanto, conforme vimos na literatura inglesa, a realidade sueca – tanto dos tribunais quanto dos profissionais atuantes na área – igualmente evidencia o que as autoras denominam uma invalidação da violência. Esta situação, segundo Bergman e Eriksson (2018), favorece a normalização de arranjos inseguros de convívio após o término da visitação acompanhada e, conseqüentemente, a continuidade de um processo de vitimização e vulnerabilidade de mães e filhos, o que não necessariamente atende ao melhor interesse da criança.

Andersson e Bangura Arvidsson (2008) citam uma pesquisa (Eriksson, 2003) cuja conclusão foi que a política familiar sueca facilita o acesso dos pais aos seus filhos, mas dificulta o trabalho de lidar com pais violentos e a proteção de mães e crianças. Assim, a importância atribuída aos pais no contexto do Direito de Família significa que eles podem ser vistos como bons pais para seus filhos, mesmo se fizeram uso de violência contra a mãe. Além disso, uma boa mãe deve admitir a presença do pai na vida da criança, o que é compreendido como um paradoxo, já que a mãe também é vista como responsável pela proteção dos filhos.

Em outro estudo (Heide Ottosen, 2004) mencionado por Andersson e Bangura Arvidsson (2008), é apontado um conflito de interesses entre a ampliação dos direitos dos pais e o melhor interesse da criança, bem como uma diferença entre as perspectivas dos tribunais e dos serviços sociais. Enquanto os primeiros devem manter normativas aplicadas em termos gerais, os últimos precisam se focar nas necessidades individuais de cada caso. Contudo, o estudo conclui que as necessidades das crianças são subordinadas ao sistema

¹⁴⁸ “*family problems*”, “*parental conflicts*” e “*hostile mothers*”, tradução nossa.

jurídico, de modo que o direito ao acesso é mais conectado aos interesses dos pais do que dos filhos.

Assim como na Europa, a literatura neozelandesa igualmente questiona a utilização do contato supervisionado em casos de violência doméstica. Chetwin et al. (1999) afirmam que a demanda por contato supervisionado foi, em larga escala, uma resposta ao entendimento de que conviver ou testemunhar violência doméstica traz impactos negativos e a longo prazo às crianças. Neste sentido, os serviços buscam proporcionar aos filhos a oportunidade de manter a relação com ambos os genitores e, ao mesmo tempo, assegurar a segurança dos pais e das crianças.

Na pesquisa desenvolvida pelas autoras, embora alguns genitores contínuos acreditassem que seus filhos estariam seguros apenas se não houvesse qualquer contato com o genitor visitante, a maioria tinha certeza de que as crianças estavam mais seguras no formato supervisionado, do que sem supervisão. Ainda assim, demonstravam preocupação com relação à segurança emocional dos filhos, já que os seguintes problemas foram identificados durante o contato supervisionado: os genitores visitantes perguntarem se os filhos haviam se mudado; referirem-se ao outro genitor de forma ofensiva, o que seria reproduzido pela criança em casa; solicitarem informações sobre o genitor contínuo; alterarem-se emocionalmente e discutirem com o supervisor; dialogarem com a criança acerca dos procedimentos de contato; buscarem informações acerca da programação da família na semana seguinte.

Além disso, os genitores contínuos citaram incidentes, nos quais o ex-companheiro os esperava externamente ao centro quando chegavam com as crianças ou retornavam para as buscar – o que lhes causava sentimento de insegurança. Outro fator de insegurança por parte dos genitores contínuos era o momento em que o contato supervisionado chegasse ao fim, ao passo que os genitores visitantes mostravam-se ansiosos para avançar para arranjos sem supervisão (Chetwin et al., 1999).

Em outro estudo neozelandês, realizado por Pond e Morgan (2008), foram entrevistados 18 advogados que já haviam representado homens, mulheres e crianças em questões relativas à violência doméstica no contexto do Direito Criminal ou de Família. Embora os entrevistados tenham reconhecido a importância de medidas de proteção às mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, tal como o contato supervisionado, muitos advogados não avaliaram esta modalidade de convívio como um meio de balancear o relacionamento das crianças com ambos os genitores e a necessidade de proteção das mesmas crianças. O contato supervisionado tampouco foi compreendido como uma forma de permitir que pais violentos tivessem uma relação segura com seus filhos. Pelo contrário, foi recorrente o entendimento do contato supervisionado como uma maneira de violar injustamente o direito

dos homens a manter um relacionamento com os filhos e o direito destes de conviver com ambos os pais. Alguns advogados trataram este formato de convivência como humilhante e constrangedor para os genitores descontínuos e, por tal motivo, evidenciaram relutância e hesitação em solicitar medidas de proteção, tendo em vista as consequências que poderiam ser acarretadas às relações paterno-filiais.

No mesmo viés, a pesquisa de Pond e Morgan (2008) demonstrou que mulheres que buscavam medidas de proteção eram, muitas vezes, avaliadas como calculistas, vingativas e manipuladoras, taticamente se utilizando dos mecanismos legais para obter vantagens com relação à guarda e ao convívio dos filhos. Os homens, por sua vez, passavam a ser vistos como inocentes, revertendo-se, assim, o status de perpetrador e vítima entre homens e mulheres, em casos de violência doméstica.

As autoras analisam que a prevalência deste discurso demonstra a existência de uma suspeita repetidamente levantada com relação à integridade das mulheres, à validade de suas queixas e sua motivação para obter medidas de proteção. Como consequência, as mulheres são colocadas na difícil posição de protegerem a si mesmas e aos seus filhos, em um contexto no qual suas razões são questionadas e suas experiências, minimizadas. Para as pesquisadoras, esta realidade torna provável que mulheres vítimas de violência doméstica tornem-se apreensivas em utilizar o sistema legal na busca de proteção de seus filhos. Isso porque há a possibilidade de a manutenção do convívio paterno-filial ser privilegiada, em detrimento da segurança das crianças, por meio de procedimentos como a mudança prematura do contato supervisionado para sem supervisão (Pond & Morgan, 2008).

Por fim, as pesquisadoras alertam que, caso tais discursos se tornem abundantes nos círculos judiciais, isto poderá prejudicar o sucesso das medidas de proteção e dos pedidos por contato supervisionado. Comprometer-se-á, deste modo, a segurança de mulheres e crianças inseridas em um contexto de violência doméstica (Pond & Morgan, 2008).

Na Austrália, Sheehan et al. (2007) igualmente informam que mudanças na lei daquele país marcaram “... o que comentadores acadêmicos rotularam de a emergência de uma cultura ‘pró-contato’ na Austrália” (pp. 276-277)¹⁴⁹. Isto levou à maior disposição das Cortes a ordenar o contato, a despeito de circunstâncias de alto risco, como violência doméstica e alegações de agressões de crianças. Consequentemente, levanta-se o questionamento se tais decisões estariam ou não em benefício do melhor interesse da criança, conforme abordado na literatura dos demais países já apresentados nesta pesquisa.

¹⁴⁹ “... what academic commentators have labelled the emergence of a ‘pro-contact’ legal culture in Australia”, tradução nossa.

O Canadá e os EUA possuem ampla quantidade de publicações científicas, documentos oficiais e materiais informativos relacionados à visitação supervisionada em casos de violência doméstica (Johnston, 1994; Clement, 1998; Johnston & Straus, 1999; Lemon, 1999; Matthews, 1999; Sheeran & Hampton, 1999; Bala, 2000; Maxwell & Oehme, 2001; Stern & Oehme, 2002, 2006; O'Sullivan, 2002; Johnson, Saccuzzo, & Koen, 2005; O'Sullivan et al., 2006; Saunders & Oehme, 2007; Parker et al., 2008; Scaia & Connelly, 2010; Kieffer & Turell, 2011; Saunders, Faller, & Tolman, 2012; Saini et al., 2012; Saini & Birnbaum, 2015).

Um programa citado como exemplo tanto na literatura canadense (Tutty et al., 2006; Saini & Birnbaum, 2015), quanto nas publicações estadunidenses (Saunders & Oehme, 2007; Babb et al., 2009) é o *Safe Havens: Supervised Visitation and Safe Exchange Grant Program (Supervised Visitation Program)*¹⁵⁰, voltado a situações de violência ou perseguição.

Segundo o *website* do Programa¹⁵¹, este foi fundado em 2002 pelo Escritório de Violência contra a Mulher (OVW) do Departamento de Justiça dos EUA¹⁵², cuja iniciativa era examinar práticas promissoras no campo da visitação supervisionada e do intercâmbio seguro. O *Safe Havens* possui Princípios Orientadores¹⁵³, publicados em 2007, que oferecem diretrizes para o desenvolvimento e a administração de programas de visitação supervisionada focados nas necessidades de crianças e adultos vítimas de violência doméstica, não apenas no contexto da visitação, mas as suas vidas em sociedade.

Outro órgão de grande impacto sobretudo nos EUA, voltado à violência doméstica, é a *Praxis International*¹⁵⁴(Scaia & Connelly, 2010). Além desta Corporação, o Código Modelo sobre Violência Doméstica e Familiar¹⁵⁵ (1994), que já mencionamos previamente, é um documento do Departamento de Violência Doméstica do Conselho Nacional dos Juizes da Juventude e da Família (NCJFCJ)¹⁵⁶ dos EUA citado por diversos autores (Sheeran & Hampton, 1999; Maxwell & Oehme, 2001; O'Sullivan, 2002; O'Sullivan et al., 2006; Parker et al., 2008; Stern & Oehme, 2010).

Algumas porções do Código são destinadas à visitação entre perpetradores de violência doméstica e seus filhos. A seção 405, “Condições de visitação em casos envolvendo

¹⁵⁰ Portos Seguros: Programa de Subsídios da Visitação Supervisionada e Intercâmbio Seguro (Programa de Visitação Supervisionada), tradução nossa.

¹⁵¹ Recuperado de <https://safehavensonline.org/safe-havens.html>.

¹⁵² U.S. Department of Justice's Office on Violence Against Women, tradução nossa.

¹⁵³ “Guiding Principles”, tradução nossa. Recuperado de <https://safehavensonline.org/images/ta-provider-publications/ncjfcj/guiding-principles-svp.pdf>.

¹⁵⁴ Corporação não governamental, organizada em 1997 e voltada para a eliminação da violência contra mulheres e seus filhos. Recuperado de <https://praxisinternational.org/>.

¹⁵⁵ Idem nota 111.

¹⁵⁶ Idem nota 112.

violência doméstica e familiar”¹⁵⁷, afirma que o tribunal deve conceder visitas a um genitor que cometeu violência doméstica ou familiar somente se a segurança da criança e do genitor vítima estiver garantida. Já a seção 406, “Centros especializados de visitação para vítimas de violência doméstica ou familiar”¹⁵⁸, descreve a necessidade de se estabelecer uma configuração segura para a visitação supervisionada, de maneira a proteger todos os membros da família. Conforme o comentário desta seção, os centros de visitação supervisionada são um componente essencial para um sistema de intervenção comunitário integrado, que busque eliminar a violência e proteger suas vítimas. Ainda segundo o comentário, os centros reduzem oportunidades de violência, previnem o sequestro de crianças, salvaguardam familiares em perigo e oferecem ao agressor a continuidade do contato e do relacionamento com seus filhos.

3.10. - Neutralidade do juiz e o melhor interesse da criança

A última temática comum que encontramos nos textos nacionais e internacionais utilizados em nossa pesquisa bibliográfica foram os aspectos que influenciam as decisões judiciais.

Prado (2003), a partir da síntese do livro *Law and the Modern Mind*¹⁵⁹, pontua que um dos aspectos importantes da sentença é a personalidade do juiz, a qual é formada por sua educação geral e jurídica, seus valores, vínculos familiares e pessoais, sua posição econômica e social, experiência política e jurídica, traços intelectuais e temperamentais. Assim, além dos princípios jurídicos, os juízes fazem uso consciente ou inconsciente de sua intuição ou sentimento ao proferirem suas sentenças. Contudo, em razão da tradição formalista, os julgadores omitem o verdadeiro modo como raciocinam ao decidir, isto é, como seres humanos, ainda que conhecedores do Direito.

Segundo Prado (2003), as normas processuais ressaltam a necessidade de se assegurar a imparcialidade dos juízes, como garantia às partes de que a causa será julgada por um terceiro não envolvido na ação, sem interesse pessoal. Contudo, a autora afirma pertencer ao passado a ideia de um magistrado neutro, alheio ao litígio, indiferente ao resultado da causa e sem qualquer preocupação com o alcance da Justiça. Neste sentido, ela diferencia imparcialidade de neutralidade dos juízes, frisando: “O atual Estado de direito moderno não mais admite o juiz ‘neutro’, desinteressado, mas requer que a atuação do magistrado no processo seja ampla e só limitada pela regra jurídica” (Prado, 2003, p. 308). Ou seja, buscam-

¹⁵⁷ Idem nota 113.

¹⁵⁸ “*Specialized visitation center for victims of domestic or family violence*”, tradução nossa.

¹⁵⁹ Frank, J. (1948). *Law and the modern mind*. New York: Anchor Books/Doubleday & Company, Inc., citado por Prado, 2003.

se juízes que não estejam demasiadamente presos ao formalismo e às leis, e nem afastados dos desejos da comunidade ou das características de seu próprio psiquismo.

Quanto a esta questão, Otoni de Barros (1997) destaca:

. . . a pressuposta neutralidade do juiz na leitura e interpretação do texto da lei, na análise das provas de cada caso e em toda condução do processo configura-se como mais uma ficção do Direito pois não desconsideramos a interferência da subjetividade do jurista na formulação de sua convicção e na construção da sentença. Está em dia a frase: Cada cabeça uma sentença (Otoni de Barros, 1997, p. 41).

No relatório publicado pela Defensoria da Criança da República Francesa (2008)¹⁶⁰, a partir de uma pesquisa empreendida pelo mesmo órgão no território francês, constatou-se que as mudanças de postos por parte dos juízes podem influenciar as atividades dos espaços de encontro. Conforme o estudo, a quantidade de medidas confiadas a estes estabelecimentos variava de acordo com o magistrado em exercício, o interesse e o conhecimento deste sobre tal dispositivo. O relatório cita, como exemplo, determinado espaço de encontro que viu a sua atividade duplicar com a chegada de um novo juiz de família, contrariamente a outro centro, cuja demanda caiu pela metade.

A pesquisa desenvolvida por Perry e Rainey (2007), no Reino Unido, analisou o raciocínio jurídico britânico e concluiu que este é baseado em uma combinação de argumentos fundamentados em direitos, mas também em um sentimento instintivo de que manter o relacionamento com os dois genitores é melhor do que com apenas um deles. Conforme as autoras, os juízes encarregados de decidir casos de contato raramente fazem referência a pesquisas provenientes de campos distintos do Direito, como a Psicologia ou outras Ciências Sociais, quando declaram seu posicionamento de que o contato está no melhor interesse da criança. É, segundo Perry e Rainey (2007), um apontamento geralmente retirado do “senso comum”¹⁶¹ (p. 23).

Babb et al. (2009) verificaram, por meio de uma revisão de literatura sobre os serviços de visitação supervisionada, que a confiança das Cortes em métodos de “senso comum”¹⁶² (p. 26) que não possuem embasamento científico é um aspecto criticado por alguns teóricos. O levantamento efetuado pelos autores verificou algumas preferências judiciais não amparadas por evidência empírica, tais como: coparentalidade efetiva como uma condição necessária para a guarda compartilhada; uma moradia de referência aos filhos, isto é, uma solução supervalorizada para crianças e bebês que, contrariamente, poderiam se beneficiar de

¹⁶⁰ Idem nota 115.

¹⁶¹ “*common sense*”, tradução nossa.

¹⁶² Idem.

pernoites mais frequentes com o genitor descontínuo; a regra da aproximação, ou seja, a tentativa de manter uma relação anterior, mas que foi transformada por novas variáveis (Babb et al., 2009).

Stern e Oehme (2002) defendem a importância da participação de profissionais de saúde mental para diferenciar os contextos de disputa de guarda e visitação supervisionada, o que viabilizaria decisões judiciais baseadas em expertise e não em “anedotas e intuição”¹⁶³ (p. 26).

Dolto (1989), por sua vez, oferece um contraponto a esta questão, ao afirmar: “O que, infelizmente, se esquece de lembrar quando o juiz profere a sentença é que ele próprio está submetido à lei Falam nele como se ele decidisse de acordo com seu humor Para muitas famílias, o juiz se afigura como alguém que faz a lei” (Dolto, 1989, p. 139). Ela então finaliza: “O juiz é o representante da lei” (idem, p. 140).

Ainda assim, os entrevistados de alguns estudos estrangeiros (Bailey, 1999; Aris et al., 2002; Parker et al., 2008; Bala et al., 2016) apontaram a utilização do “caso a caso” como um critério comumente utilizado na definição do formato das visitas monitoradas designadas. Um dos aspectos que estas e inúmeras outras publicações internacionais abordam como variável decorrente de cada caso ou do entendimento de cada juiz é o melhor interesse da criança. Em nossa pesquisa bibliográfica, encontramos muitos questionamentos a respeito deste princípio, entendido como um direito da criança, muitas vezes em contraposição ao direito dos pais, no que se refere à convivência após a separação – sobretudo em casos de suspeita ou confirmação de violência doméstica, conforme vimos em diversos textos (Lemon, 1999; Sheeran & Hampton, 1999; Aris, et al., 2002; Dunn, Flory, & Berg-Weger, 2004; Hardesty & Chung, 2006; Saunders & Oehme, 2007; Babb et al., 2009; Saini et al., 2012).

Tortorella (1996) discute que a filosofia pessoal de um juiz pode favorecer a eliminação completa dos privilégios da visitação, baseada no fato de o melhor interesse da criança requerer a proteção da relação entre o genitor contínuo e a criança, às custas do genitor descontínuo. Alternativamente, um juiz pode acreditar que a visitação ampla com o genitor descontínuo geralmente vai ao encontro do melhor interesse da criança, de modo a conceder tal visitação sem considerar adequadamente a segurança da criança.

Este “modelo discricionário”¹⁶⁴ (Tortorella, 1996, p. 211) permite ambas as filosofias para simultaneamente governar os procedimentos de visitação. Segundo a autora, “discrição judicial sem fronteiras”¹⁶⁵ é algo insensato, pois inapropriadamente coloca a tarefa de priorizar uma delicada tensão entre os direitos dos pais e a proteção na criança “no colo do

¹⁶³ “*anecdote and intuition*”, tradução nossa.

¹⁶⁴ “*discretionary model*”, tradução nossa.

¹⁶⁵ “*judicial discretion without boundaries*”, tradução nossa.

juiz”¹⁶⁶ (idem, p. 212). Por tal motivo, Tortorella (1996) defende a construção de padrões e guias que ofereçam orientação às Cortes por meio de detalhados estatutos sobre visitação, a fim de aliviar o que ela considera a inevitável inconsistência resultante do excesso de confiança na visão individual de um juiz a respeito do melhor interesse da criança.

Retomamos esta e outras questões na Discussão de nosso estudo. Neste momento, porém, passemos à pesquisa propriamente dita.

¹⁶⁶ “*in the judge’s lap*”, tradução nossa.

4. MÉTODO

Realizamos nossa coleta de dados a partir de entrevistas psicológicas semi-estruturadas, por meio do método hermenêutico (Mandelbaum, 2012), com: operadores do Direito que determinam, requerem ou solicitam visitas monitoradas; psicólogas judiciárias que realizam tais procedimentos; e familiares adultos que passaram pela experiência de visitar seus filhos ou os levar para visita de maneira monitorada. Optamos por não entrevistar crianças e adolescentes que tenham vivido tal situação por avaliarmos a necessidade de preservá-los emocionalmente.

4.1. - Entrevistas

Seguem, abaixo, os roteiros das entrevistas efetuadas:

Com os operadores do Direito:

1. O(a) senhor(a) costuma determinar/requerer a modalidade de visitas monitoradas? Por quê?
2. Quais as suas expectativas a respeito do procedimento de visitas monitoradas?
3. Nos casos em que o(a) senhor(a) atuou, foi possível observar alteração do contexto após a realização das visitas monitoradas? Qual(is) tipo(s) de alteração?
4. No que o(a) senhor(a) se baseia para determinar/solicitar o número de visitas monitoradas a ser efetuado e a frequência das mesmas?
5. O que o(a) senhor(a) espera do trabalho do(a) psicólogo(a) atuante nessa modalidade de visita de monitoramento? O(a) senhor(a) entende que tal profissional deva focar seu trabalho na avaliação ou na intervenção dos casos?

Com as psicólogas judiciárias:

1. Você já trabalhou/trabalha com casos de visitas monitoradas? Como se sentiu/se sente?
2. Quais as suas expectativas a respeito do procedimento de visitas monitoradas?
3. Nos casos em que você atua/atuou, foi possível observar alteração do contexto após a realização das visitas monitoradas? Qual(is) tipo(s) de alteração?
4. Qual a sua opinião a respeito do formato dos encontros: instalações físicas; frequência e quantidade de encontros determinados judicialmente? No que você se baseia para

organizar a periodicidade e o número de visitas monitoradas, caso não tenham sido previamente regulamentados pelo juiz?

5. Você já leu/buscou literatura nesta área? O que encontrou?
6. O que você espera do seu trabalho nessa modalidade de visitação? Como você descreveria essa função: como uma intervenção ou uma avaliação?

Com os familiares adultos envolvidos:

1. Você já participou dos procedimentos de visitas monitoradas? Por quê? Como se sentiu?
2. Quais eram as suas expectativas a respeito das visitas monitoradas? Foram supridas? Por quê?
3. Qual a sua opinião a respeito do formato dos encontros: instalações do fórum; frequência e número de encontros; atuação dos profissionais envolvidos?
4. Você percebeu alterações em si mesmo ou em seu contexto de vida após a realização das visitas monitoradas? Qual(is) tipo(s) de alteração?
5. O que você sugeriria ao Poder Judiciário para casos semelhantes ao seu, no que se refere às visitas monitoradas?

Efetuamos 17 entrevistas no período compreendido entre outubro de 2017 e maio de 2018, além de uma entrevista em janeiro de 2019. Foram entrevistados sete operadores do Direito, entre eles três magistradas, um magistrado, duas promotoras e um advogado, além de oito psicólogas judiciárias, dois pais e uma mãe que vivenciaram as visitas monitoradas.

Os operadores do Direito foram selecionados a partir de minha rede de contatos. Pelo fato de atuar há oito anos como psicóloga judiciária, tenho acesso a magistrados, promotores e advogados em minha prática cotidiana, os quais se mostraram receptivos à proposta da pesquisa.

Quanto às psicólogas judiciárias, decidimos entrevistar não apenas minhas colegas do foro central da Capital, mas também profissionais lotadas em fóruns descentralizados, isto é, que atendem a determinados bairros da Cidade agrupados por território. Entrevistamos, ainda, psicólogas que atuam em um fórum da região metropolitana da Capital. Esta escolha teve por objetivo conhecer as diferentes realidades e perspectivas de profissionais que realizam visitas monitoradas em Varas de Família.

Esclarecemos que buscamos colegas que já possuíam experiência com a prática de visitas monitoradas, os quais, coincidentemente, eram apenas psicólogas e não psicólogos. Dos fóruns aos quais tivemos acesso, as equipes eram majoritariamente formadas por

mulheres. Estamos cientes de que isso possa trazer um impacto em termos de viés de gênero em seus depoimentos, ainda que este não tenha sido o foco de nosso estudo.

As colegas lotadas nos fóruns descentralizados da Capital e na região metropolitana possuem funções voltadas às Varas de Família e Sucessões, Varas da Infância e da Juventude e Adoção, crimes, além de executarem atividades diversas. Porém, como o foco deste trabalho é voltado às Varas de Família, preferimos não abordar as outras matérias com as quais essas profissionais trabalham.

No que se refere aos familiares, optamos por entrevistar aqueles que não passaram pelo Fórum onde atuo como psicóloga judiciária, de modo a distinguir as funções do trabalho realizado junto à Justiça e o interesse acadêmico do presente estudo. Desse modo, por meio de contatos telefônicos, foram convidados a participar da pesquisa dois pais que visitaram seus filhos de forma monitorada em um fórum descentralizado, bem como as respectivas mães, que levavam as crianças para tais encontros ou estavam envolvidas no processo judicial.

Enquanto os dois pais prontamente aceitaram fazer parte do estudo e demonstraram grande interesse em compartilhar suas experiências, as duas mães apresentaram recusas a participar. A primeira chegou a concordar e inclusive propôs dias para a realização da entrevista. Todavia, dada a incompatibilidade de horários, combinamos que um novo contato telefônico seria estabelecido, para que encontrássemos uma possibilidade de data. Nesse intervalo, recebemos uma ligação da advogada da genitora, buscando compreender a legitimidade do estudo, a fim de instruir a sua cliente sobre a participação ou não no mesmo.

Após receber as devidas explicações acerca da pesquisa, a advogada pareceu bastante entusiasmada, afirmando que orientaria a sua cliente a aceitar o convite. Ainda assim, a genitora não atendeu as nossas posteriores tentativas de contato telefônico. Dessa maneira, entendemos por não insistir.

Com relação à segunda mãe contatada, esclarecemos que o primeiro número de telefone ao qual tivemos acesso estava desativado, sendo o número atualizado transmitido pelo pai da filha comum do casal. Ao tomar conhecimento disso, a genitora imediatamente se posicionou contrária a sua participação no estudo. Depois de discorrer sobre os graves conflitos entre ela e o ex-marido, explicou que não confiava nele e, portanto, na pesquisa. Por mais que tenhamos oferecido esclarecimentos a respeito do estudo, a mãe educadamente se desculpou e reiterou que recusaria seu envolvimento em qualquer situação na qual seu ex-cônjuge estivesse igualmente envolvido.

Frente às negativas das genitoras, tentamos obter o contato telefônico de familiares de outro fórum descentralizado. Porém, não obtivemos êxito por questões institucionais.

Ainda assim, por meio do auxílio de uma colega, tivemos acesso a duas outras mães que levaram seus filhos para visitação monitorada em um terceiro fórum descentralizado. Estas genitoras haviam sido previamente instruídas acerca do teor da pesquisa por parte da profissional que as atendeu no referido fórum. Portanto, quando as contatamos, em novembro de 2018, as duas mães prontamente aceitaram o convite para participar do estudo.

Contudo, diversos empecilhos foram, uma vez mais, encontrados, ora por compromissos profissionais das genitoras, ora porque uma delas contraiu gripe e esteve em tratamento por certo período. Apesar disso, uma das mães finalmente aceitou ser entrevistada, o que foi efetivado em janeiro deste ano. A genitora se mostrou bastante colaborativa, mas expressou desconfiança e não aceitou que seu depoimento fosse gravado, apenas registrado por escrito.

A despeito das dificuldades encontradas no acesso à segunda mãe, observamos que, com as 18 entrevistas realizadas, havíamos atingido bastante conteúdo, o que já permitiria rica análise dos dados. Ademais, aspectos comuns foram verificados nos relatos de diversos entrevistados, o que também serviu como fator determinante para o encerramento desta etapa da pesquisa.

Agendamos as entrevistas pessoalmente, por telefone ou via aplicativos de mensagens. Em seguida, direcionamo-nos aos locais programados que, em sua maioria, eram os ambientes de trabalho dos entrevistados: os gabinetes dos(as) magistrados(as) e das promotoras; o escritório do advogado; os fóruns onde as psicólogas judiciárias estão lotadas e o aeroporto da Capital, onde um dos pais trabalha. Duas psicólogas que atuam em um fórum da região metropolitana se dispuseram a ser entrevistadas no prédio do foro central. Além disso, uma psicóloga e um genitor foram entrevistados em suas residências. Quanto à mãe, a entrevista foi realizada em uma panificadora, situada próxima a sua moradia.

Todas as entrevistas foram gravadas, salvo a de uma psicóloga e a da genitora, que preferiram que registrássemos seus relatos apenas por escrito.

Previamente ao início das entrevistas, a pesquisa era explicada aos sujeitos convidados, bem como eram respondidas as perguntas que, eventualmente, emergiam de tais explicações. Na sequência, os participantes eram orientados a ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As entrevistas foram transcritas e, no decorrer das transcrições, identificaram-se temáticas comuns nos discursos dos entrevistados, o que levou à criação de 18 categorias de análise.

Antes de passarmos à exposição das categorias, faremos uma breve caracterização dos entrevistados, a fim de contextualizar seus discursos, bem como tornar aprazível a leitura dos dados no decorrer do texto.

4.2. - Sobre os entrevistados

A apresentação dos entrevistados está organizada em ordem alfabética e conforme o grupo no qual estão inseridos. Inicialmente, descrevemos os operadores do Direito, seguidos das psicólogas judiciárias e, finalmente, dos pais e da mãe que participaram da pesquisa.

Salientamos que os nomes aqui trazidos são fictícios, visando preservar o sigilo do estudo e o anonimato dos entrevistados. Pelo mesmo motivo, foram selecionadas apenas algumas informações relativas a cada sujeito, de modo a proporcionar a contextualização almejada às narrativas sem, no entanto, expor os participantes.

Operadores do Direito:

- Dra. Bruna – Juíza de Direito. Atua nas Varas de Família e Sucessões.
- Dr. Fernando – Advogado, com atuação na área de Direito Civil, com ênfase em Direito de Família e Direito das Sucessões. É pós-doutor, professor e escritor nas mesmas áreas.
- Dra. Kátia – Promotora de Justiça há 19 anos. Atua nas Varas de Família e Sucessões.
- Dra. Larissa – Juíza de Direito desde 2002. Exerce a magistratura nas Varas de Família e Sucessões. É mestre em Direito.
- Dra. Helena – Promotora de Justiça, com 25 anos de carreira, sendo os seis últimos nas Varas de Família e Sucessões.
- Dr. Pedro – Juiz de Direito desde 2007. Atua nas Varas de Família e Sucessões, mas, atualmente, não emite decisões judiciais para visitas monitoradas, exercendo outras funções. É mestre em Direito.
- Dra. Renata – Juíza de Direito das Varas de Família e Sucessões.

Psicólogas Judiciárias:

- Ana Clara – Trabalha nas Varas de Família do foro central da Capital, atuando exclusivamente em casos de visitas monitoradas. Mestre em Psicologia e terapeuta de casal e família. Já trabalhou em docência.
- Catarina – Lotada em um fórum descentralizado da Cidade, exercendo a sua função em casos de visitas monitoradas, dentre outros.

- Flávia – Trabalha em um fórum da região metropolitana da Capital, onde atua em casos de diversas naturezas, entre eles os de visitas monitoradas. É psicanalista.
- Joana – Pertence a um fórum da região metropolitana da Cidade, onde realiza visitas monitoradas, além de outras atividades. É professora e terapeuta de casal e família.
- Lívia – Trabalha nas Varas de Família do foro central da Capital, onde já atuou em casos de visitas monitoradas. Atualmente, deixou de fazê-lo e realiza estudos psicológicos. Além de psicóloga, é bacharel em Direito.
- Patrícia – Lotada em um fórum descentralizado da Cidade, onde efetua visitas monitoradas e atua em casos diversos. Tem experiência nas áreas de Psicologia Clínica e Psicologia Hospitalar.
- Sabrina – Atua em um fórum descentralizado da Capital. Realiza visitas monitoradas, bem como outras atividades.
- Tatiana – Trabalha nas Varas de Família do foro central da Cidade, onde atuou em casos de visitas monitoradas por certo período. Atualmente, deixou de fazê-lo e realiza estudos psicológicos. Mestre em Educação. Já trabalhou em docência.

Genitores:

- Sr. Joel – Participou de visitas monitoradas com o seu filho há alguns anos, em um fórum descentralizado da Capital. Tem 38 anos de idade, é casado e possui ensino superior completo.
- Sr. Marcelo – Visitou sua filha de forma monitorada em um fórum descentralizado, há alguns anos. Tem 44 anos de idade, é divorciado e estudante de Direito.
- Sra. Daniela – Levou sua filha para visitar o pai em um fórum descentralizado há alguns meses. Além das visitas monitoradas, foram determinadas visitas paterno-filiais em ambientes externos, na presença da mãe ou da avó materna, que continuaram ocorrendo semanalmente. O laudo psicológico decorrente das visitas monitoradas ainda não havia sido anexado aos autos até o momento da entrevista. Tem 32 anos de idade, é solteira e possui ensino superior completo.

4.3. - Categorias e subcategorias de análise

Uma vez caracterizados brevemente os sujeitos, cabe-nos apresentar as categorias e subcategorias de análise que foram elaboradas a partir dos discursos dos entrevistados:

1. Motivos do encaminhamento para visitas monitoradas
2. Visitas monitoradas como prova
 - 2.1 Os entendimentos dos operadores do Direito
 - 2.2 Os posicionamentos das psicólogas
 - 2.3 *“Foi muito mais avaliado eu do que a criança”*: a (in) satisfação dos familiares
3. Avaliação ou intervenção? Sobre a atuação do psicólogo nas visitas monitoradas
 - 3.1 *“Laboratório de convivência”* ou perícia: os olhares das psicólogas sobre o seu trabalho
 - 3.2 *“A gente começa bem, mas termina muito mal o processo”*: a necessidade de avaliar e intervir, segundo os operadores do Direito
 - 3.3 As (diferentes) experiências dos genitores que passaram por visitas monitoradas
4. *“Nós vamos fazendo esses remendos”*: a (falta de) especificidade do trabalho do psicólogo judiciário e o paralelo com a clínica
5. *“Acho que não é claro qual é esse limite, onde acaba essa intervenção do Judiciário”*: sobre os limites da intervenção
6. Os casos eternos
 - 6.1. *“Se for um psicólogo, a gente tem uma formação específica que, só para ficar vigiando, eu não vejo sentido”*: os entendimentos das psicólogas
 - 6.2. *“O problema não é a visita monitorada. O problema aí é a estrutura”*: as visões dos operadores do Direito sobre a eternização dos casos
7. Ambiente Judiciário
 - 7.1. *“Na base do improviso”*: as (não tão) diferentes realidades das salas de visitas
 - 7.2. A artificialidade
 - 7.3. *“Tem alguém vendo”*: as sugestões dos familiares
8. *“É uma coisa que a gente vai fazendo”*: sobre a escassez de literatura nacional
9. Terminologia
10. *“A vida vai resolver”*: sentimentos de impotência e frustração
11. Sentimento de angústia
12. *“A juíza deixa a gente bem livre”*: sobre a autonomia do psicólogo

13. O formato do trabalho: quem define?
 - 13.1. O que pensam as psicólogas
 - 13.2. O “*caso a caso*”: sobre as visões dos operadores do Direito
 - 13.3. As avaliações dos familiares
14. A grande demanda de serviço ou a pouca valorização do Direito de Família
 - 14.1. As justificativas da equipe de Psicologia
 - 14.2. Os entendimentos dos operadores do Direito
 - 14.3. O que falam os familiares?
15. “*Na maioria dos casos, a sentença não vai solucionar o conflito*”: a judicialização e os seus impactos
16. A (des)responsabilização dos sujeitos
 - 16.1. “*Se a ideia é gerar autonomia, ficar dependendo das visitas monitoradas é muito complicado*”: as perspectivas dos operadores do Direito
 - 16.2. “*Não tem que gostar de vir aqui*”: os entendimentos das psicólogas
 - 16.3. Os familiares e a (des)crença no Judiciário
17. Expectativas sobre as visitas monitoradas
 - 17.1. “*Espero que a gente possa, cada vez mais, fazer alguma diferença na vida dessas famílias*”: o que esperam as psicólogas e os operadores do Direito
 - 17.2. Quais eram as expectativas dos familiares? Foram supridas?
18. Houve modificação?
 - 18.1. “*Sempre que vem um especialista, ele só traz benefício*”: os entendimentos dos operadores do Direito
 - 18.2. As percepções das psicólogas judiciárias
 - 18.3. As avaliações dos familiares

A partir das categorias de análise, estabelecemos uma articulação teórico-prática entre os discursos dos entrevistados e os autores encontrados nacional e internacionalmente. Buscamos, assim, promover a reflexão e subsidiar teórica e tecnicamente os profissionais que atuam em visitas monitoradas.

5. RESULTADOS: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Antes de darmos início à análise das entrevistas, esclarecemos que os trechos aqui retratados se encontram da maneira como foram narrados pelos participantes da pesquisa. Salvo alguns vícios de oralidade, que optamos por retirar para permitir maior fluidez à leitura, os discursos foram mantidos conforme relatados e com poucos recortes, para preservar o sentido proposto pelos entrevistados.

Certos cortes foram, no entanto, considerados necessários, ora porque o relato era confuso, ora demasiadamente extenso, o que, em alguns casos, levava à perda do foco das temáticas abordadas. Ainda assim, os trechos recortados estão apontados no texto por meio de quatro pontos.

Elucidamos, também, que decidimos conservar os termos jurídicos e psicológicos utilizados nas falas dos sujeitos, para, uma vez mais, garantir o sentido desejado. Quando necessário, demos breves explicações acerca de tais expressões por meio de colchetes, por mais que alguns deles já estejam contemplados na seção “Definição de termos utilizados na pesquisa”. O mesmo método foi utilizado para contextualizar determinadas passagens que poderiam restar incompreendidas.

5.1. - Motivos do encaminhamento para visitas monitoradas

Seja por determinação judicial, por requerimento do Ministério Público ou por solicitação dos advogados e seus clientes, as visitas monitoradas são direcionadas aos psicólogos judiciários por motivações variadas.

A magistrada Larissa explicou que recorre às visitas monitoradas “... *apenas nos casos em que há um afastamento já consolidado, em que a criança, geralmente a criança, já não tem um contato ou com o pai ou com a mãe há algum tempo, em que ela precisa ser reaproximada desse genitor, então precisa de um profissional especializado para fazer esse contato. Ou nas situações em que haja uma certa desconfiança de uma situação de risco, seja por alienação parental, seja por abusos, seja por agressão. . .*”.

A mesma juíza acrescentou outras situações nas quais determina a modalidade monitorada de convívio: “*Tem visitas monitoradas que são feitas até para quase que um conhecimento da criança com relação ao genitor. Crianças que, às vezes, em uma investigação de paternidade, não conhecem muito bem o pai. Às vezes, crianças que estão tempos sem ver o outro genitor. Às vezes é uma reaproximação, às vezes é um conhecimento.*

E tem casos que é para a gente entender um pouco de um contexto familiar até um pouco doentio. Porque, às vezes, as situações de alienação parental, ou falsa ou verdadeira, em que a criança nega o contato com um dos genitores, e imputações recíprocas de condutas nocivas à criança e que, às vezes, a gente não sabe se aquelas imputações são verdadeiras ou não. Então, às vezes, uma imputação de um abuso, se aquele abuso é verdade”. Portanto, segundo esta juíza, entre os objetivos das visitas monitoradas estaria o de averiguar se as acusações de abuso sexual ou alienação parental são verídicas.

Já na compreensão do magistrado Pedro, as visitas monitoradas seriam um instrumento de manutenção segura da convivência, enquanto se apuram acusações contra um dos genitores. Conforme o juiz: *“Por exemplo, um caso em que existe uma suspeita de algum abuso com relação àquela criança, alguma violação de algum direito daquela criança. E aí, então, essa visita precisa ocorrer temporariamente de determinada forma, porque está se investigando, por que está se apurando determinados fatos. Um caso de alienação parental, por exemplo, com acusação de imputação de falsas memórias, que possa estar ocorrendo isso. Existe essa suspeita, isso foi trazido aos autos, você não vai suspender as visitas, o direito de convivência. A doutrina não recomenda fazer isso. A última coisa que você deve fazer é suspender o direito de convivência, porque esse período é perdido. E aí não tem como voltar atrás, ele é indispensável. Então, o que a doutrina de alienação parental diz? Mantenha-se o direito de convivência, mas de uma forma que a segurança daquela criança esteja garantida. Pois bem. Eu encaminharia para visita monitorada, nesse caso, para que as visitas, o direito de convivência, melhor dizendo, fosse realizado pelo pai ou pela mãe, que seja, na presença de um profissional habilitado, que iria participar dessa situação. Esse seria um caso”. Por que seria necessário a participação de um profissional habilitado, se, nos casos citados, o objetivo das visitas monitoradas seria exclusivamente a manutenção da convivência? Esta questão será discutida na categoria 5.6, “Os casos eternos”.*

Ainda segundo o Dr. Pedro: *“A segunda situação, por exemplo, seria um caso em que essa criança tem pouco contato com um dos pais. Os pais querem estabelecer aquele vínculo e, muitas vezes, por conta de uma necessidade de segurança não atendida, seja do pai, seja da mãe, aquele pai ou aquela mãe que carece de segurança, ele entende que o outro não tem as condições necessárias para desenvolver aquele papel de pai ou de mãe. Ele precisa ter atendida essa necessidade e, muitas vezes, essa necessidade poderia ser suprida por meio de uma visita assistida”. Aqui, o monitoramento teria a função de proporcionar segurança ao genitor contínuo quanto aos cuidados prestados à criança pelo genitor descontínuo.*

Além das situações já apresentadas pelos magistrados, a promotora Helena informou que, por vezes, as visitas monitoradas são requeridas para trazer elementos que as peças

processuais não contemplam: *“Muitas vezes, a gente vê que [a visita monitorada] é a única forma de aclarar um pouco as coisas. . . . Por exemplo, muitas vezes, a gente não sabe a respeito do vínculo afetivo entre o genitor ou a genitora e a criança ou adolescente. Porque você lê ali [no processo], uma parte fala uma coisa, a outra parte fala outra coisa, nem sempre tem como ouvir a criança. Então eu acho que, nesse ponto, para aferir realmente se há o vínculo, se está enfraquecido, a forma de fortalecer. Nesse ponto específico. E também naqueles casos que você vê, que você percebe, que pode a criança ou adolescente estar em risco de sofrer alguma violência na presença do pai ou da mãe”*.

Quanto às situações de risco, a Dra. Helena esclareceu os motivos pelos quais requer visitas monitoradas: *“Eu acho que seria mais uma forma de proteção. Porque quando eu percebo que tem essa notícia, a gente também tem o medo de afastar esse pai ou afastar essa mãe, que depois, no futuro, vai ser prejudicial à própria criança. Pode romper um vínculo e, às vezes, essa notícia não é cabível. Então, a princípio, é mais para tentar apurar se, realmente, há uma evidência que há alguma forma de violência ou de abuso. E, claro, em segundo plano, acaba também servindo para isso, para proteção da própria criança, do próprio adolescente”*.

Em circunstâncias como esta, narrada pela promotora, o psicólogo judiciário assumiria duas funções distintas: avaliar a veracidade dos fatos e proporcionar um ambiente protegido de convívio àquelas crianças. Seria possível conciliar ambas as funções? E, também: caberia ao profissional da Psicologia fornecer evidências ao Juízo? Essas questões serão discutidas posteriormente em nosso trabalho.

O Sr. Marcelo, um dos pais entrevistados, ao ser indagado se, no seu caso, entendia haver a necessidade de passar por visitas monitoradas, respondeu: *“Não. Não achava. Tanto que as próprias visitas mostraram isso. Já a primeira visita, a segunda visita, principalmente, a partir dali, já se mostrou que não haveria necessidade. Mas como é um protocolo que todo juiz, e eu entendo isso, que todo juiz aplica por uma questão de segurança, eu tive que cumprir. Mas, no meu caso, não haveria necessidade de acontecer o que aconteceu”*.

Apesar de avaliar a desnecessidade de visitas monitoradas para a sua situação, o genitor Marcelo parece se conformar com a importância deste procedimento para o convencimento do Juízo.

Para a magistrada Bruna: *“As visitas monitoradas são uma forma de oportunizar que um genitor que não está vendo o filho passe a ter contato com o filho. Quando existe um rompimento do contato, eu entendo que é a melhor forma de iniciar uma aproximação. A equipe técnica pode dar as orientações necessárias, pode fazer os encaminhamentos necessários e verificar, inclusive, a partir de que momento ou de que forma podem-se*

começar as visitas externas. Também existem os casos de supostos abusos sexuais, enfim, que é uma forma de a criança estar protegida, de ela estar tendo esse contato com o pai que está sendo acusado, ou com a mãe que está sendo acusada. . . de uma forma protegida. Junto com a equipe técnica ela não está correndo risco nenhum e tudo o que está sendo conversado ali, a equipe técnica está tendo contato, então, para que não haja pressão para desdizer o que foi dito. É uma forma de oportunizar o contato e proteger a criança ao mesmo tempo”.

Já a magistrada Renata reconheceu ter dúvidas com relação às situações nas quais deve ou não determinar visitas monitoradas: *“Eu ainda não tenho completa certeza, sabe? De quando mandar, de como mandar”.* E acrescentou: *“Às vezes, a gente precisa de uma entrevista, uma interação e, por conta de não saber direito a nomenclatura, acaba colocando no despacho a visita monitorada”.* E solicitou: *“Eu gostaria muito de saber, tecnicamente, a visita monitorada. Até para que a gente possa nos orientar, para saber a forma como mandar para vocês [psicólogos], para que a gente tenha realmente a resposta que espera. Então, que tipo de intervenção e de resposta vocês conseguem com uma monitorada? Para saber se a gente determina ou não”.*

Portanto, mais do que cumprir decisões judiciais, talvez caiba ao psicólogo judiciário atuar ativamente na construção de tais determinações junto aos magistrados. Quanto mais clareza os profissionais da Psicologia tiverem acerca das suas atribuições no âmbito judicial – e, especificamente, no acompanhamento de visitas monitoradas –, mais eles poderão contribuir para o bom andamento dos processos e da vida dos familiares.

5.2. - Visitas monitoradas como prova

5.2.1. - Os entendimentos dos operadores do direito

Em meio às narrativas dos operadores do Direito, encontramos expressões variadas para justificar a importância das visitas monitoradas. Alguns compreendem que tal procedimento pode *“trazer elementos”* ou *“indícios”* ao processo. Para outros, servem como um *“clarão”* e para o *“resgate da verdade”*. Há aqueles que se referem às visitas monitoradas como uma forma *“subsídio”*, *“respaldo”* ou *“instrumento de apoio”* ao Juízo.

Embora diversos, esses termos remetem a um entendimento comum: o de que, muitas vezes, as visitas monitoradas são utilizadas como prova nos processos judiciais.

Segundo a magistrada Larissa: *“Eu acho que a visita monitorada pode trazer alguns elementos. A partir da visita monitorada, a partir do que se vê na forma como a criança interage com o genitor, é possível trazer alguns elementos para o processo, para que a partir*

daí se possa saber se a forma de reação da criança, enfim, se ela interage com o genitor, se ela não interage, como que ela reage. Se ela é induzida a alguma coisa, se ela repete só o que os adultos falam, se ela tem um comportamento sexualizado, se ela não tem. Se ela tem medo, se ela tem comportamentos erotizados. . . . Seja no sentido de negar alguma situação, no sentido de que não houve algum dos fatos que estão sendo alegados no processo ou de confirmar aqueles fatos. Então, a visita vai nos dar alguns instrumentos”.

A Dra. Larissa acrescentou: *“Então eu acho que a visita monitorada pode trazer elementos para nós, que não temos formação em Psicologia, e não temos condições de aferir, a partir só do discurso jurídico, alguns elementos que são importantes para as conclusões a respeito de guarda, de visitas, principalmente esses dois pontos”.*

Compreensão similar foi apresentada pelo advogado Fernando, quando questionado sobre a função do psicólogo em visitas monitoradas: *“... a contribuição do psicólogo, em caráter interdisciplinar, ela é fundamental para o resgate da realidade e da verdade. Esse laudo que o psicólogo dá traz elementos que o juiz, no afã de julgar milhares de processos durante o mês ou durante a semana, ele não tem condições de avaliar. Isso, quem avalia com profundidade, é o psicólogo. É ele que vai no âmago da alma infantil e traz elementos que o Poder Judiciário não tem condições de estabelecer”.*

A Dra. Larissa expressou a dificuldade de obter provas âmbito de família, dado o usual envolvimento dos familiares nos conflitos. Assim, quanto às visitas monitoradas, avaliou: *“Sabe, eu acho que é um meio de prova. É um meio de prova, porque, às vezes, as provas também são difíceis no contexto familiar. É difícil produção de prova no contexto familiar. Todos os envolvidos na família são diretamente interessados. É difícil você ter alguém neutro para dizer o que aconteceu ou o que acontece. Então eu acho que as visitas monitoradas, de alguma forma, elas trazem mais um elemento. Elas trazem mais um elemento para a gente”.* Desse modo, os profissionais do Juízo viabilizariam um olhar neutro entre as versões parciais dos fatos que aparecem nos processos.

A promotora Kátia também destacou a necessidade de encontrar a verdade em meio aos discursos apresentados nos autos judiciais: *“Vem um fato sempre muito grave ao conhecimento do Ministério Público e a gente não tem como saber, sem fazer um estudo e até uma visualização da criança e do genitor, se aquele fato é verdadeiro ou não. Então o cuidado que a gente tem é que seja feita uma investigação a respeito, tanto do indício do abuso sexual, como da alienação, uma investigação por pessoas capacitadas, que são as psicólogas que trabalham com a gente, para tentar visualizar essa situação, se ocorre ou não, se é verdadeira ou não. . . . Verificar se está acontecendo ou não o fato que foi trazido”.*

Ainda com relação à busca pela verdade, a promotora Helena manifestou claramente a sua angústia: *“Às vezes, quantos casos que eu estou olhando, que eu penso: ‘Gente, eu queria ser um mosquitinho, para estar na casa dessa pessoa, para ver o que de fato acontece’. Porque cada um vem com um discurso. Daí eu penso: ‘Meu Deus, e agora? Não sei. Não sei, realmente’”*.

A partir das narrativas expostas até aqui, algumas reflexões emergem: seria papel da Psicologia fornecer o que *“de fato”* acontece, ou esta é uma tarefa do Direito? Como conciliar os interesses e saberes de áreas tão distintas? E, ainda: até que ponto o olhar de um psicólogo judiciário tem a neutralidade almejada pelos operadores do Direito? Conforme será exposto posteriormente, as visitas monitoradas são, de modo geral, conduzidas sem embasamento teórico-científico, o que abre margens para práticas e interpretações subjetivas por parte dos psicólogos. É aí que as provas esperadas pelos juízes e promotores podem ser questionáveis.

Todavia, a Dra. Larissa fez uma ressalva: *“... na verdade, com as visitas monitoradas, não é que a gente queira produzir prova. O que a gente mais quer é que haja um fortalecimento do vínculo familiar”*. Há, portanto, um duplo sentido nas visitas monitoradas, pelo olhar desta juíza.

Já para o magistrado Pedro, uma das finalidades das visitas monitoradas *“é probatória. Porque essa avaliação vai servir de embasamento para uma decisão judicial, não vai? Quando você faz uma avaliação, você está concluindo alguma coisa. Se você está concluindo alguma coisa, é porque ela tem uma finalidade de prova ou de convencimento”*.

Entendimento similar foi exposto pela promotora Helena, que salientou: *“Eu falo para a minha equipe: ‘Olha, o que o pessoal da equipe técnica sugerir ou falar, para mim, é prova, porque eles sim têm o preparo e têm aquele contato. . . . Eu uso assim. Tendo aquilo ali, realmente, eu me convenço, sabe? E passo isso nos meus pareceres”*.

Para subsidiar suas decisões, a magistrada a Renata manifestou a necessidade de obter relatórios conclusivos por parte dos psicólogos, destacando: *“... a gente precisa ter realmente uma conclusão. Muitas vezes, a gente espera um pouco mais naquela conclusão, para dar um direcionamento. Porque a gente não tem, às vezes, aqui, condições de decidir alguma coisa a mais ou do que a gente já estava pensando. Então, em uma conclusão, eu não sei se diretiva, mas algo mais abrangente, sabe? Um pouco mais avançado. . . . Isso, para nós, é muito bom. Porque a avaliação mais genérica acaba não acrescentando para nós. . . . Então a gente espera esse suporte. Muitas vezes, eles [os familiares] reclamam, inclusive, do relatório, que não é bem isso que foi falado. Então a gente procura sempre defender e dizer ‘não, realmente, o que está escrito é o que está escrito e é o que aconteceu’. Até prova em contrário de qualquer situação, o que foi colocado foi realmente o que foi dito na entrevista”*.

Por mais que a relevância atribuída aos relatórios psicológicos seja um dos diferenciais da Psicologia Jurídica, questionamos o quão diretivas devem ser as conclusões de tais documentos. Correria o psicólogo o risco de assumir o papel de julgador?

Nas palavras da Dra. Larissa: *“A Vara de Família, a Vara de Infância, é uma Vara bem interdisciplinar. A gente não tem muito como fazer o nosso trabalho sózinho. Não é uma Vara jurídica só. Eu acho que tem conhecimentos que escapam à nossa esfera. Então eu acho que a gente precisa ser complementado por conhecimentos da área da Psicologia. Então, nessa área, nessa parte da guarda, da visita, eu acho que é bem fundamental o auxílio da Psicologia, porque, como eu falei, tem questões que a gente não consegue apreender, né? Então, para que a gente possa apreender e trazer isso para o processo, a gente precisa da linguagem da Psicologia. . . . Eu acho que tem que ser a impressão a partir dos conhecimentos de Psicologia que ele [psicólogo] tem, dos comportamentos. É isso que eu espero: que, a partir dos conhecimentos de Psicologia que ele tem, ele consiga traduzir o que aqueles comportamentos que foram observados possam dizer”*.

Por meio da exposição da magistrada Larissa, percebemos que a expectativa é que os relatórios psicológicos apresentem não apenas os comportamentos observados, mas também a tradução dos mesmos segundo os conhecimentos da Psicologia – o que, ainda assim, não evita que tais conclusões sejam utilizadas como prova nos autos.

A magistrada Renata apontou, porém, uma limitação dos laudos psicológicos: *“A gente sabe que acontecem contestações do trabalho de vocês [psicólogos] e tudo mais, por isso que, às vezes, vocês não conseguem colocar muita coisa [no relatório]. Tem esse problema. A gente entende. Mas, para nós, também é difícil, porque vai para lá [núcleo de Psicologia], a gente espera, ‘agora vem um direcionamento para a gente’. Então, a gente espera isso. Umas conclusões mais objetivas do que a gente pode fazer. . . . Essa conclusão, para nós, ajuda muito”*.

Quais conteúdos colocar e quais não colocar nos laudos é uma questão recorrente no dia-a-dia de trabalho dos psicólogos judiciais. Essas escolhas são pautadas por motivações que variam desde a autoproteção contra possíveis (e frequentes) denúncias éticas junto ao Conselho Regional de Psicologia, até evitar a exposição desnecessária dos familiares, o que, consequentemente, intensificaria os conflitos vigentes.

5.2.2. - Os posicionamentos das psicólogas

Algumas psicólogas judiciárias evidenciaram o sentimento de obrigação em fornecer provas convincentes ao Juízo. Contudo, por conhecerem os riscos envolvidos nessa prática, elas se utilizam, por vezes, de outras vias para exprimir suas conclusões.

Conforme a psicóloga Sabrina, que atua em um fórum descentralizado, “... *muitas vezes, tem coisas que não tem como ser ditas, explicitadas no relatório. Tem muitas coisas que são impressões. Então, casos mais complexos, que a gente percebe coisas, mas, até por um resguardo nosso, não tem como comprovar, a gente fala diretamente com a juíza. A gente tem um bom diálogo com a promotora também, então, a gente sempre coloca para elas: ‘Doutora, a gente observou isso, isso e isso. Não tem como eu te dar uma certeza, uma prova material, mas é uma impressão muito forte. Eu acredito que o melhor a ser feito fosse isso e isso’.* E elas, *felizmente, ouvem, respeitam muito o nosso trabalho. . .*”. Esta possibilidade apareceu nos discursos de outras psicólogas lotadas em fóruns descentralizados, onde, geralmente, há apenas um juiz e um promotor responsáveis, o que estreita o relacionamento entre eles e a equipe de Psicologia.

A psicóloga Sabrina também expressou que, em alguns casos, questiona a necessidade de realizar visitas monitoradas, por entender que “... *vai ser muito mais uma exposição danosa para a criança, para confirmar uma hipótese do Juízo, do que trazer algum benefício para ela*”. Ou seja, as visitas monitoradas sendo utilizadas, principalmente, como instrumento de convencimento ao Juízo, mais do que com a intenção de favorecer os familiares envolvidos.

Neste sentido, a mesma profissional denunciou um conflito ético vivenciado no cotidiano de sua atividade profissional, ao relatar uma situação pontual de violência física: “... *Foi pedido em audiência, pelo advogado, para que fosse observado como estava esse vínculo [da criança] com a mãe. A gente foi bem reticente para fazer essa visita, mas, ao mesmo tempo, o processo não ia andar se isso não ocorresse. Aí, ok, a gente marcou. Ao mesmo tempo a gente estava com dó, estava aflita pela situação da criança, a gente pensava: ‘Eu não vou conseguir fazer um relatório relevante se eu só colocar. . . Claro, já tinham alguns elementos, mas não vai ser inquestionável. Até que ponto eu continuo expondo essa criança?’.* Aí a gente pensou, com dor no coração, mas a gente fez isso: *‘Vamos então sair um pouquinho da sala [de visitas], para, assim, ser a prova matadora, se o problema é com a mãe mesmo’.* Quando a gente foi saindo, a criança começou a olhar, olhar, viu a gente saindo. Não deu tempo de chegar aqui [na sala de espelho], a criança chorou muito. Aí a gente imediatamente voltou e falou: *‘Não, a gente vai encerrar, porque o objetivo não é*

expor a criança a sofrimento. Acho que já ficou bem evidente que não está sendo bom, saudável para ela'. A mãe questionou, mas falou que entendia e a gente fez um relatório. Com isso, ficou uma prova inquestionável e a gente não recomendou, de jeito nenhum, que houvesse contato com a mãe sem supervisão. Então que fosse feito por pessoas de confiança da criança, aos poucos, para que a criança fosse perdendo esse medo da mãe. E, quando a gente falou isso em audiência, todo mundo ficou quieto. Até o advogado dela ficou quieto, porque não havia mais o que ser falado”.

Embora compreensível, esse conflito ético enfrentado pelos psicólogos judiciais leva a um questionamento: seria a intenção da prática psicológica calar as outras vozes? Silenciar os discursos? Promover provas matadoras e inquestionáveis? Essa discussão retoma a busca pela verdade dos fatos, característica da área jurídica. Resta refletirmos de que maneira a Psicologia pode contribuir para o Direito sem perder de vista os seus próprios limites.

A psicóloga Patrícia parece ter encontrado uma via para contornar essa realidade: *“De uns tempos pra cá, eu tenho tido muita consciência de fazer as entrevistas e os relatórios não de modo confrontativo, sabe? Eu tenho pensado muito nisso. Porque já existe o litígio, eles já estão falando mal um do outro e eu acho que, às vezes, no nosso relatório . . . isso potencializa. Então eu tenho tido um pouco de consciência, nos últimos meses, eu tenho pensado muito sobre isso, na ideia de amenizar o litígio. A forma de escrever. Porque eles usam o nosso relatório como arma e isso faz exatamente o que a gente não quer, que é potencializar o litígio. Porque isso vai ser pior para a criança”.* Apesar disso, a profissional reconheceu: *“Só que tem que pontuar as coisas que a gente percebe também, né? Eu tenho pensado muito sobre isso, esse equilíbrio, até onde inserir [no relatório], o que vai piorar o litígio, o que é realmente necessário, que tipo de orientação dar”.*

Este equilíbrio é igualmente buscado pela psicóloga Flávia, que, em seu relato, expôs preocupações sobre os efeitos de seus relatórios na vida dos familiares atendidos. Por isso, ela adota algumas práticas específicas: *“Uma coisa que eu venho falando, normalmente, nas últimas entrevistas, de perguntar para as pessoas as expectativas que elas têm com a sentença, com a decisão, e ir ponderando com elas. Porque daí é como uma devolutiva. . . . Achei que ajuda muito, até na questão de, depois, quando você coloca o relatório, a pessoa, a disposição dela também para ler o meu relatório, entendeu? Porque eu estou falando sobre ela, então ela precisa se reconhecer, de alguma forma”.*

Neste momento, passaremos à opinião dos próprios familiares sobre as questões aqui levantadas.

5.2.3. - “Foi muito mais avaliado eu do que a criança”: a (in)satisfação dos familiares

O Sr. Marcelo mostrou-se muito satisfeito, não apenas com a atuação da psicóloga que acompanhou as suas visitas monitoradas com a sua filha, mas também com o laudo psicológico elaborado pela profissional: “*O laudo que ela produziu foi espetacular para mim. Ela foi imparcial e ela reproduziu a verdade, do que realmente estava acontecendo: que a minha filha não tinha motivo nenhum para ser afastada do pai*”. Assim como os operadores do Direito, este genitor demonstrou a sua expectativa de que o trabalho da psicóloga judiciária reproduzisse a verdade dos fatos – o que, no seu caso, foi satisfatório.

Da mesma forma, a Sra. Daniela esperava que os encontros entre seu ex-companheiro e a filha viabilizassem um “*. . . olhar para o verdadeiro, olhar para o real, para o que está acontecendo*”. Todavia, como o laudo psicológico decorrente dos encontros ainda não havia sido anexado aos autos até a entrevista, tal expectativa ainda não havia sido suprida.

Já o Sr. Joel vivenciou outra realidade. Enquanto ele esperava que as visitas monitoradas evidenciassem os sinais de alienação parental que, a seu ver, o seu filho estaria apresentando, o foco do estudo parece ter sido outro: “*O que eu observei que, na verdade, foi muito mais avaliado eu do que a criança. Se eu oferecia risco para a criança. . . . Na verdade, quem foi avaliado fui eu. E, no final, ainda, o juiz coloca que, ‘realmente, avalio que o pai não oferece risco para o menor e as visitas podem continuar’*. É isso que a gente ficou chateado e, na verdade, não se chegou, não se avaliou o que precisava ser avaliado. Lógico, precisa ver se o pai oferece risco. Mas teve muitos fatos, alguns pontos na entrevista, que evidenciaram a alienação e não foram, inclusive, colocados no laudo”.

Conforme já pontuado em outros momentos, o trabalho do psicólogo surte efeitos sobre as decisões judiciais e sobre a própria vida dos familiares – o que justifica, uma vez mais, a necessidade de embasamento teórico e, portanto, a presente pesquisa.

O próprio genitor expressou esta questão, ao defender que os relatórios psicológicos deveriam retratar integralmente o que ocorre nas visitas monitoradas: “*Eu acho que tem que retratar. Porque são pequenos detalhes ali que escapam. Às vezes, pode fazer a diferença em um processo, nas visitas, na convivência com a criança. Que, de repente, poderia interferir na decisão do juiz. Talvez, se tivesse aparecido tudo ali, na íntegra, talvez o juiz poderia ‘opa, espera aí, tem mais coisa aqui’*”.

Frente ao descontentamento vivenciado, o Sr. Joel fez uma sugestão: “*Será que não deveria ser gravado? Essa visita, monitorada com câmera, com gravador. . . . Porque ela [a psicóloga] estava anotando tudo, né? Mas não apareceu [no relatório]*”. Ou seja, na busca

por provas e verdades, a alternativa é buscada junto à tecnologia, que, ao contrário da condição humana, não abriria espaço para interpretações, tal como propôs o genitor: *“Tem algumas coisas que passam pelo meio dos dedos. . . . Como que isso é monitorado? Eu acho que tem que ser gravado. Tinha que ter algum mecanismo. Não é difícil de fazer isso e não é caro! Não é caro você botar isso aqui [gravador] perto da criança, para não deixar escapar nada. . . . É uma baita oportunidade, ali, que, às vezes, você perde algumas coisas”*.

A partir do exposto, questionamos: qual seria a utilidade de psicólogos no monitoramento de encontros familiares, se este trabalho fosse executado por máquinas? Ainda que, no presente estudo, estejamos propondo uma sistematização metodológica da prática psicológica em visitas monitoradas, entendemos que a subjetividade do psicólogo é um elemento imprescindível da análise dos casos e, portanto, não deve ser descartada. Caso contrário, poderiam ser igualmente descartados os profissionais e substituídos por câmeras de monitoramento. No entanto, encontrar este equilíbrio não nos parece uma tarefa simples.

Ainda de acordo com o Sr. Joel, o Poder Judiciário deveria lançar mão dos dois instrumentos: a gravação e a avaliação psicológica, *“ . . . porque, se você tem, vamos supor, uma gravação daquilo ali, da visita, mas o profissional faz o relatório dele, ele tem autonomia para fazer. Perfeito. Mas as duas partes têm acesso a, vamos supor, o que a criança falou. ‘Espera aí, seu juiz, a profissional botou aqui no relatório dela isso, mas a criança falou aquilo ali na visita. Então a gente quer outra. Ou a gente quer uma revisão, a gente quer outra visita. Quer mais uma sessão de visitas’. Mas não tem isso. . . . Então, deveria ter algo. Tem o relatório da psicóloga, perfeito, mas algo que as duas partes têm acesso, para não escapar nada”*.

A proposta apresentada pelo Sr. Joel nos leva a outra problemática: a judicialização dos conflitos. Quando tudo pode ser questionável e requer a produção de mais provas, os litígios se tornam intermináveis e, quiçá, sem solução. É a realidade que o Poder Judiciário enfrenta na atualidade e que será debatida adiante em nosso estudo.

5.3. - Avaliação ou intervenção? Sobre a atuação do psicólogo nas visitas monitoradas

Esta categoria define o trabalho do psicólogo que atua em visitas monitoradas, segundo as três perspectivas abordadas neste estudo: das próprias psicólogas judiciárias, dos operadores do Direito e dos familiares que vivenciaram este procedimento.

Cada um dos grupos expôs o seu entendimento acerca desta questão e foi aqui dividido didaticamente, com objetivo de tornar claros os seus respectivos pontos de vista.

5.3.1. - “Laboratório de convivência” ou perícia: os olhares das psicólogas sobre o seu trabalho

Entre os casos encaminhados para visitas monitoradas nas Varas de Família, os mais comuns são aqueles envolvendo aproximação entre pais e filhos que, por motivos variados, permaneceram um longo período de tempo sem convívio ou, por vezes, sequer se conhecem. Há, também, situações nas quais os filhos recusam qualquer tentativa de restabelecimento de contato com o genitor descontinuo, sendo, assim, necessária a averiguação da presença ou não do fenômeno da alienação parental. Além dos contextos citados, é comum haver a suspeita de abuso sexual, geralmente por parte do pai, sendo as visitas monitoradas determinadas para a manutenção segura do convívio paterno-filial, até que a investigação seja concluída.

Nas situações mencionadas, a prática do psicólogo que atua em visitas monitoradas é compreendida ora como avaliador, ora como interventor. Seja para avaliar (ou comprovar) se há ou não alienação parental ou viabilizar a reaproximação entre pais e filhos distanciados, seja para verificar a existência ou não de abuso sexual ou para proporcionar um convívio livre de riscos, não raro as funções do psicólogo judiciário se misturam e se confundem, gerando compreensões diversas e práticas variadas.

Nas palavras da psicóloga Ana Clara: *“Eu acho que, em todos os casos, a gente avalia e intervém. Eu acho que essa é uma diferenciação um pouco didática que eu tento fazer para pensar qual é o objetivo principal. Mas eu acho que nunca ele é único. Não existe um caso que a gente só avalia e não faz nenhuma intervenção. Que a gente acaba não sugerindo alguma coisa, orientando, chamando atenção para algum aspecto, encaminhando. Assim como eu acho, em um caso de intervenção, a gente também, necessariamente, está avaliando”*.

A psicóloga Joana apresentou entendimento semelhante: *“Eu parto de um princípio de que tudo que a gente faz, acaba tendo um efeito. Então eu posso não estar fazendo a intervenção como algo que faz parte do meu plano de ação, [mas eu] penso que isso já é uma intervenção, mesmo que inadvertidamente, mesmo que não parte do plano. . . . A intervenção, ela acaba acontecendo e, às vezes, a gente não tem nem noção”*.

Ao mesmo tempo, Joana esclareceu: *“A nossa ação sempre é avaliativa. Nem que isto não vá para o relatório, mas para eu poder atuar ali, para eu poder estar ali, eu estou olhando, eu estou avaliando. . . . Qualquer trabalho nosso parte de uma avaliação. A leitura dos autos é uma avaliação. Eu já estou tendo informações que me dão uma noção, do ponto de vista psicológico, do que eu vou encontrar. Então eu já estou avaliando”*.

Esta compreensão é partilhada pela psicóloga Flávia, que refletiu: *“Se as relações, os fenômenos são dinâmicos, acho que a gente vai estar sempre avaliando. Não sei se no campo de família, criança, adolescente, infância, tem ponto final”*.

Ainda assim, as práticas das psicólogas são, muitas vezes, determinadas pelos despachos judiciais. Desse modo, dependendo da compreensão de cada juiz, alteram-se as atividades dos profissionais.

A psicóloga Sabrina expôs: *“Em geral, a gente só vê a necessidade e também a juíza só pede visita monitorada nos casos em que os procedimentos tradicionais, entrevista, contato com a rede de proteção, contato com a escola, não surtiram efeito. Ainda há uma dúvida. Então acaba que são esses casos que vão para observação”*. Desse modo, ela pontuou: *“[A gente] tenta interferir o menos possível, porque a gente quer, realmente, observar como está a relação entre eles”*. Isto é, a visita monitorada serviria como mais um instrumento de avaliação, evitando-se, assim, a intervenção.

No discurso da psicóloga Joana, as visitas monitoradas também seriam um complemento à avaliação, tal como discriminado nas decisões da magistrada com quem ela trabalha em um fórum da região metropolitana: *“Ela [a juíza] pede visita monitorada e avaliação psicológica. Então, a visita monitorada seria como se ela estivesse dando para a gente a opção da avaliação a partir da observação das condutas. É interessante isso, agora que eu dei nome para esse negócio. E, de fato, auxilia uma porção. Auxilia muito você poder observar essa interação deles quando eles estão esperando, ou dentro da sala [de visitas]”*.

Todavia, a própria profissional se questionou se a visita monitorada não acabaria se tornando apenas um espaço de manutenção de convívio, enquanto se realiza a avaliação por meio de outros métodos. Nesse sentido, comentou: *“A visita [monitorada] seria um enquadramento para manter o vínculo da criança com aquele que está sendo impedido da convivência com ela. Poderia ser isso uma visita. Só isso. . . . Seria um laboratório de convivência. Não tanto, necessariamente, ela [a juíza] necessita do nosso relato psicológico, da nossa avaliação psicológica daquilo”*.

Apesar de perceber a alternância entre as funções interventiva e avaliativa, a psicóloga Livia disse compreender que os profissionais que acompanham visitas monitoradas deveriam atuar exclusivamente como avaliadores: *“O mais certo para a gente atender aqui, como psicólogo judiciário, eu acredito que a gente teria que ser só avaliador mesmo. Que o nosso trabalho não dá para ser muito interventivo, até porque não tem espaço para isso aqui, no sentido de demanda mesmo. Da demanda judicial. Então, talvez, uma visita monitorada, não sei, por um profissional clínico, pudesse ser mais interventiva e talvez até mais produtiva do*

que aqui, quando a gente precisa intervir. Um espaço de tempo mesmo. Porque eu entendo mais essa intervenção mais clínica, sabe?”.

A psicóloga Patrícia igualmente refletiu se a função interventiva não extrapolaria os limites da atuação dos psicólogos judiciários: *“Eu acho que passa um pouco dos limites da nossa atuação ali. Então a gente encaminha, quando é o caso, para uma psicoterapia”.*

Porém, a mesma psicóloga reconheceu uma dificuldade no encaminhamento para a psicoterapia: *“Eu vejo que, muitas vezes, não dá para generalizar, mas os psicólogos clínicos, sejam públicos ou privados, não têm esse know how do Judiciário. A gente encaminha para o psicólogo clínico, mas é da sorte de ter um profissional que saiba alguma coisa, que entenda. . . . Então a gente encaminha para algum profissional e a gente não sabe se ele já ouviu falar de alienação parental, como que é o trabalho. . . . Então isso é um pouco frustrante”.*

Frente a este entrave, Patrícia propôs outra alternativa: *“Teve um tempo, que eu tinha um entendimento assim: de que não seria função do Judiciário fazer a visita monitorada, justamente por ser interventivo. Então seria função do Poder Executivo, por exemplo”.* Aqui, porém, a profissional verificou outros problemas: *“Infelizmente, o Poder Executivo está super sobrecarregado, não tem profissionais, então, se depender deles, não vai acontecer. Não é nem por falta de vontade, mas é formação específica. Então, o Judiciário tem demandas específicas, alienação, visita monitorada, enfim, que são coisas que o Executivo não consegue nem fazer o papel básico hoje em dia mais”.*

A psicóloga Joana disse perceber a mesma dificuldade quando se questiona se o fortalecimento de vínculos familiares seria competência dos psicólogos judiciários: *“Não sei se fortalecer, porque daí eu acho que daí já não é a nossa. . . Fico pensando se isso é a nossa função, sabe? Porque para trabalhar com fortalecimento, eu precisaria de mais tempo e o contexto seria outro, não é o da visita supervisionada, o da visita monitorada. . . . A mim, parece um trabalho psicoterápico. E é isso que eu vejo a diferença... Ou então vamos pensar assim: tem o CRAS [Centro de Referência de Assistência Social], que trabalha com fortalecimento de vínculos. Será que o pessoal do CRAS pode fazer alguma coisa? Ter alguma atividade? Porque a gente fica bem amarrado lá no interior [referindo-se ao município da região metropolitana da Capital, onde atua], porque a gente não tem psicólogo na rede e as pessoas são pobres. Aí eu já tenho uma listinha de clínicas sociais, de lugares para onde a gente pode encaminhar. Que as pessoas não necessariamente irão. Não necessariamente irão”.*

Diante de tais obstáculos, a psicóloga Patrícia concluiu: *“Hoje, eu já acho que eu tenho um entendimento assim: é uma questão judiciária. Muitas questões de alienação*

parental, que geram as visitas, enfim. Eu já acho que é possível”. Entretanto, ela fez uma ressalva: “Eu acho que o Judiciário pode ter essa função mais interventiva. Mas aí eu acho que não seria função do perito. . . . Eu acho que poderiam ter profissionais psicólogos, assistentes sociais no Poder Judiciário, que fossem contratados com outra função, que não perito. Mas o perito fazer a intervenção. . . . Porque a visita monitorada exige muitas intervenções. . . . Então eu acho que poderia, até pensando agora, de repente, ter a equipe técnica no Judiciário que tivesse essa função. . . . Eu acho que coisas assim que, para a gente, que é perito, tem que tomar um cuidado, muitas vezes. Porque tem casos que a gente tem que se proteger”. Assim, a profissional manifestou: “Eu acho que seria algo legal para se trabalhar [com intervenção]. Eu acho que gostaria de trabalhar. Mas, na função de perita, eu tenho essa coisa do limite. Fico bem atenta a isso”.

A psicóloga Sabrina apresentou semelhante ponto de vista sobre a possibilidade de os psicólogos judiciários exercerem função interventiva: *“Olha, é difícil dizer. Parece uma função mais do Executivo, porque envolve um pouco mais de trabalho psicológico, não tanto uma avaliação, que eu entendo que é mais o foco do nosso trabalho, que se encaixa mais como um perito. Mas, ao mesmo tempo, eu acho que, processualmente, é bastante válido, porque, muitas vezes, a gente vê que é muito benéfico para as pessoas. Que aquilo trabalha não só a criança, mas os pais também. Então contribui muito para o andamento, para a boa resolução do processo. Não saberia dizer se é exatamente ou não a nossa função, mas eu acredito que, nesse ponto, é bastante produtivo”.*

Dos relatos das psicólogas, depreende-se, por um lado, o desejo de realizar uma prática interventiva, somado à percepção da carência de psicólogos clínicos (públicos e privados) preparados para tanto. Mas, por outro lado, os conflitos entre esta possibilidade e a função de avaliador, ou seja, de perito.

A psicóloga Tatiana expressou as suas expectativas futuras acerca dessa questão: *“Pode ser que, talvez, o papel do psicólogo, daqui a um tempo, assim como está mudando um pouco essa mentalidade, tem alguns juízes que já falam muito sobre a Justiça Restaurativa, sobre os círculos da paz, sobre mediação. Então, se continuar essa tendência do acordo, de deixar as pessoas decidirem mais sobre a vida delas, dar autonomia para as pessoas, eu acho que talvez chegue um momento na vida do profissional de Psicologia dentro dos Tribunais de Justiça que seja mais de orientação. . .”.*

No fórum da região metropolitana onde a psicóloga Flávia atua, a realidade citada pela psicóloga Tatiana parece já estar em prática, visto que os profissionais têm procurado *“sair do campo pericial para entrar no campo de mediação. . . . Só se for muito necessário chegar nesta perícia clássica, de fazer o psicodiagnóstico ou alguma coisa construída desta forma.*

Mas o foco mesmo é na relação dos pais, como pais, parental, e na relação dos pais com o filho. Tentando dar esse foco”.

Flávia afirmou que teria condições técnicas de executar o trabalho de perita, mas se questionou eticamente acerca deste lugar: *“Eu entendo que a Psicologia, como psicólogos, tecnicamente, a gente tem instrumental para fazer esse parecer, para se posicionar tecnicamente. Mas eu acho que, eticamente, é onde é muito difícil usar a técnica para isso. Sabe, assim? Para que serve o nosso saber?”.*

Seja a partir de uma determinação judicial ou segundo os próprios entendimentos a respeito de sua prática, resta ao psicólogo este questionamento: para que serve o seu saber? Para instruir tecnicamente o Juízo? Para manter a ordem de judicialização e desresponsabilização do sujeito? Ou para auxiliar famílias a solucionar seus conflitos? Estas questões serão retomadas posteriormente.

5.3.2. - “A gente começa bem, mas termina muito mal o processo”: a necessidade de avaliar e intervir, segundo os operadores do Direito

Alguns juízes compreendem que a definição da atuação psicológica no âmbito judicial compete ao próprio profissional da Psicologia. Para o magistrado Pedro: *“Me parece que uma coisa não exclui a outra [avaliação e intervenção]. Elas podem ser simultaneamente ou concomitantemente administradas ou desenvolvidas, desde que o profissional entenda que aquilo é adequado. Acho que isso passa muito mais pelo psicólogo do que pelo profissional da área técnico-jurídica que está encaminhando aquilo para uma visita monitorada. Parece-me que daí depende da situação concreta, que vai ter que ser avaliada pelo profissional da Psicologia”.*

A magistrada Bruna igualmente defendeu que o trabalho do psicólogo deva ser tanto de avaliação, como de intervenção, e explicou: *“Primeiro, porque é importante que fique documentado o que, de fato, está acontecendo. . . . Então, a avaliação, nesse sentido, é para trazer alguns elementos para o processo, que as petições não trazem. A parte não narra, com a mesma técnica que o psicólogo, aquilo que está acontecendo na realidade. Então tem muita emoção envolvida. Mesmo que o advogado seja um técnico, ele traz a versão do seu cliente, então essa visão sem ser de parte é importante para que fique documentado qual é a situação. E até para a gente ir vendo a evolução do que acontece no caso, no decorrer do processo. Mas, por outro lado, eu entendo que sim, é importante a intervenção, enquanto ajuda, enquanto ferramenta também. . . . O mais importante é que as partes consigam seguir*

adiante sem a intervenção da Vara de Família. Então, se é importante avaliar, até para eventual decisão e eventual intervenção necessária por parte do Juízo, é importante também dar as ferramentas necessárias para que as partes consigam seguir adiante”.

Neste sentido, a juíza complementou que uma das funções do psicólogo judiciário nas visitas monitoradas é *“que faça essa ponte mesmo, emocional. Faça, não, mas que ajude as partes a elaborarem essa ponte emocional necessária para que eles consigam autonomia, para que eles consigam tirar alguns bloqueios que eles têm para que o envolvimento ocorra naturalmente”.*

Assim como os demais, a magistrada Renata também expressou que a função do psicólogo compreende avaliação e intervenção: *“Ao mesmo tempo que [o psicólogo] consegue avaliar a situação, até para colocar uma conclusão do que é visto ali, eu acho que tem que ter a intervenção, no limite de vocês [psicólogos], do que vocês podem também avançar com eles. Tem que ter uma intervenção, acredito que sim, que é um conjunto. . .”.*

A promotora Kátia foi enfática em seu posicionamento: *“Eu entendo que a visita monitorada tinha que ter duas etapas: a primeira etapa, vindo um fato grave para o conhecimento do promotor, a visita monitorada tinha que servir só como visualização. Visualizar, no caso, por exemplo, o pai e a criança e tentar determinar se aquele fato ocorreu ou não. E, em um segundo momento, verificando se ocorreu ou não, e daí a gente ia tomar caminhos diversos, tentar recompor esse laço familiar. Eu acho que a visita monitorada pode servir para esses dois aspectos: visualizar se ocorreu ou não e depois tentar reparar”.*

Conforme já apontado pela psicóloga Patrícia, a Dra. Kátia justificou seu ponto de vista devido à dificuldade de encaminhar os casos para psicólogos clínicos: *“Em uma segunda etapa, eu acho que seria bem bom se houvesse esse acompanhamento, porque, às vezes, a gente determina, por exemplo, em uma alienação parental, que, depois, a parte vá consultar um psicólogo. A gente não tem o acompanhamento de nada a respeito disso. A gente não sabe que tipo de psicólogo que vai atender, que tipo de trabalho que é feito. Então a gente começa bem, mas termina muito mal o processo. A gente perde o rumo do processo. Então, se isso pudesse ser feito dentro da Vara, eu acho que seria o ideal. . . . Porque nós só temos vocês para fazer”.*

Já o advogado Fernando questionou a existência de embasamento jurídico para a atividade interventiva do psicólogo dentro da Justiça: *“Agora eu tenho dúvida, porque o objetivo, o escopo do psicólogo é apresentar um laudo, na sistemática da processualística nacional. Ele tem que apresentar um laudo. Em momento nenhum, pelo menos que eu saiba, no Brasil, surgiu qualquer teoria ou doutrina ou ideia que garantisse ao psicólogo o papel de interventor. Então acho um pouco difícil ocorrer isto”.*

A despeito disso, o Dr. Fernando defendeu que a função interventiva deveria ser atribuída ao psicólogo: *“Eu acho que é competência sim do psicólogo. E o psicólogo deveria intervir. Mas a sistemática do Direito Processual Brasileiro, em que o laudo não tem caráter de convicção, não gera caráter de convicção, o psicólogo fica desestimulado a fazer intervenção. . . . Aqui no Brasil, na nossa sistemática, o psicólogo tem uma atuação que se esgota na pura avaliação. Ele não tem condições de fazer a intervenção”*.

Portanto, conforme o advogado, a intervenção *“... não ocorre, porque a atividade do psicólogo é considerada uma atividade paralela, lateral, sem efeito vinculante. Não tem efeito vinculante e o juiz pode dar uma decisão totalmente contrária ao que veio no laudo apresentado pelo Núcleo de Psicologia. Ora, em um sistema desses, é óbvio que o desestímulo à atuação do psicólogo é total”*.

Para o advogado Fernando, esta lógica processual confere uma posição *“paralela, lateral”* à atividade psicológica. Mas como seria o oposto? Como os psicólogos lidariam com ainda mais responsabilidades na resolução dos casos, para além das que já possuem atualmente? Estas são algumas questões que norteiam a nossa reflexão.

5.3.3. - As (diferentes) experiências dos genitores

Cada um dos pais entrevistados teve experiências bastante distintas durante as visitas monitoradas. O Sr. Joel compreendeu que a psicóloga responsável *“... ia avaliar, através das visitas, a interação e, a partir daí, ia emitir um relatório para o juiz. Não teve nenhum comentário fora isso, que eu me lembre [durante os encontros]”*. E acrescentou: *“Em nenhum momento, foi falado ‘faça assim, faça assado’. Não. Eu não sei se eu precisava ter ou não. Eu só interagia com ele [o filho] e eu não vi nenhuma interferência. Não lembro de ter tido”*.

Questionado se gostaria de ter recebido orientações ou intervenções por parte da profissional, o genitor respondeu: *“Na época, não. Porque eu imaginava que, realmente, ia ser observado o que tem que ser observado. Eu não sei, porque eu nunca tinha vivido aquilo. Não sei como que era, como que ia ser. Então, para mim, até então, estava tudo perfeitamente normal”*.

Já o Sr. Marcelo expôs que a psicóloga que monitorou os seus encontros *“... me deu algumas dicas do que eu deveria fazer, do que eu deveria recapitular, tentar trazer de volta com a minha filha. O trabalho que eles fazem ali é bacana. Bem bom”*.

A genitora entrevistada informou que a psicóloga responsável pelas visitas monitoradas de sua filha com o pai esteve presente em poucos encontros: *“Sempre estava a*

estagiária”. Esta situação causou insatisfação em Sra. Daniela, que assinalou: “*Sem tirar o mérito da estagiária, mas achava que seria a própria psicóloga [que monitoraria]*”. E acrescentou: “*Então eu não sei se ela [a psicóloga] conseguiu, ela própria, ver a questão. Talvez, não*” – referindo-se à possibilidade de a profissional não ter obtido os dados necessários para concluir sua avaliação. Assim, expressou: “*Eu só queria que [a psicóloga] tivesse participado mais*”.

A partir dos discursos expostos, percebemos que os diferentes entendimentos acerca da função do psicólogo atuante em visitas monitoradas geram práticas diversas e, conseqüentemente experiências variadas para os familiares. Seria esta diversidade metodológica decorrente da falta de sistematização e de literatura sobre o tema das visitas monitoradas no Brasil? É o que seguiremos avaliando.

5.4. - “Nós vamos fazendo esses remendos”: a (falta de) especificidade do trabalho do psicólogo judiciário e o paralelo com a clínica

Ao longo das entrevistas, foram frequentes as comparações entre o trabalho do psicólogo judiciário que realiza visitas monitoradas em Varas de Família e do psicólogo clínico. Para alguns entrevistados, ambas as atividades apresentam semelhanças e, por vezes, chegam a se confundir. Para outros, são práticas distintas, que devem ser realizadas em espaços apropriados e com atribuições específicas.

Todavia, por tratarmos de conflitos familiares, há situações em que as temáticas judiciais e clínicas realmente se entrelaçam e as bordas entre as atuações se tornam tênues.

Para a magistrada Larissa, as diferenças são claras: “*O processo terapêutico tem uma profundidade que a visita monitorada não tem, ele é muito mais sistêmico. E a visita monitorada, primeiro, ela é impositiva, ela não tem o segredo entre o paciente e o terapeuta, até porque tudo é reportado ao Juízo. Acho que isso é um diferencial bem grande. É para ter começo, meio e fim já pré-determinado. E as partes, de um modo geral, não têm escolha entre ir ou não ir. Elas não escolhem nem a data que elas vêm, já é previamente agendado. Então acho que é bem diferente. Acho que é absolutamente diferente, acho que elas se comunicam em bem poucos pontos, na verdade. Acho que só o fato de elas serem feitas por profissionais da Psicologia*”.

A despeito do entendimento da Dra. Larissa, algumas psicólogas lançam mão de instrumentos clínicos para nortear a sua atividade judiciária, sobretudo nas visitas monitoradas, possivelmente devido à carência de bibliografia específica na área.

A psicóloga Lívia avaliou que, no decorrer das interações familiares realizadas nas visitas monitoradas, emergem conteúdos psicológicos que, por vezes, precisam ser acolhidos pelo profissional: *“Quando está na visita, por exemplo, um caso que seja mais difícil, que a criança não queira ver [o visitante], que se esconda, ou que seja um adolescente, traz casos que você precisa meio que intervir clinicamente. Separar, conter aquela angústia, acolher”*.

De acordo com a psicóloga Flávia, a interface entre as visitas monitoradas e os atendimentos clínicos é a escuta: *“Não tenho outro instrumento que não a escuta e tal qual. Tão bom quanto. Não tem protocolo que não precise da escuta. Não tem teste que não precise da escuta e do olhar. Escuta e olhar também. Não tem qualquer outro instrumento que a gente use, como psicólogo”*.

No entanto, a profissional esclareceu: *“É uma escuta clínica, a avaliação que a gente faz. Neste sentido de investigação do sujeito. Mas a intervenção não é psicoterapêutica. . . . Porque ela é interdisciplinar. O lugar que a gente está atuando não é específico da Psicologia ou da Psicanálise, ele é em interdisciplinar ou interface, ou multi, porque às vezes não dialoga tanto assim, mas está lá. Intersetorial também. Então a gente está em um lugar, em um enquadre, em um setting, em um lugar institucional muito diferente da clínica. Mas continuamos sendo psicólogos”*.

Como continuar sendo psicólogos e atuar em contextos tão distintos? A psicóloga Patrícia fez um alerta neste sentido: *“Eu acho que a gente tem que tomar um cuidado, porque o nosso olhar acaba sendo clínico. A entrevista tem um pouco da clínica. . . . Tem essas pequenas intervenções, de facilitar. Mas é um cunho bem avaliativo também”*. Retoma-se, aqui, a discussão entre avaliação e intervenção.

No caso da psicóloga Joana, essas diferenças parecem ser mais difíceis de ser contornadas, uma vez que mantém consultório particular paralelamente à atividade de psicóloga judiciária: *“Eu sou psicoterapeuta também. Então eu não entendo que o meu trabalho no Judiciário é, por definição, psicoterápico. Ou por natureza. Ele não tem a natureza psicoterápica. Não estou lá para ser psicoterapeuta. Isso pode ser um efeito secundário do meu trabalho. . . . Então isso é um exercício: ‘Bom, eu estou vendo que tem demanda, então eu vou fazer essa orientação’. E aí eu faço uma intervenção: ‘Observei isso e observei isso. Isso me parece, como psicóloga, que há uma necessidade de vocês buscarem tratamento’. Daí eu vou traduzir isso de acordo com quem está ali na minha frente. Mas para aí”*. Isto é, há um limite de intervenção – que retomaremos adiante.

Contudo, por mais que compreendam as distinções entre as práticas, as psicólogas judiciárias parecem sentir-se seduzidas pela atividade clínica. A psicóloga Catarina reconheceu apreciar os momentos nos quais assume papel clínico nas visitas monitoradas,

porque, segundo ela, *“esse é o ideal do psicólogo”*. Porém, nessas ocasiões, a profissional disse se questionar se não estaria *“passando do ponto”* da avaliação e adentrando demasiadamente no campo interventivo, ou transformando o fórum em *setting* terapêutico. E concluiu: *“Porque eu tenho que saber que o meu papel aqui não é clínico”*.

Questionada se chega a fazer intervenções clínicas no meio jurídico, a psicóloga Joana respondeu: *“Esta intervenção neste nível [psicoterapêutico]? Acho que não. Se eu tenho vontade de fazer? Tenho. Mas eu não acho que seja minha função fazer. . . . Não dá para transformar essa sala aqui [do Fórum] em um consultório psicológico. . . . A lógica psicoterápica é diferente da lógica de avaliação. . . . O que eu acho que a gente tem que entender é: auxiliou na função do judicante? Ok. Ainda assim, deu uma melhora na saúde psicológica das pessoas? Afetiva, emocional, relacional? Puxa, que legal”*.

Estas distinções ficaram nítidas na fala do magistrado Pedro, que expandiu a discussão para além da função das visitas monitoradas e adentrou em uma problemática social.

Quando indagado se competiria ao psicólogo judiciário intervir para o restabelecimento de vínculos familiares, ele afirmou: *“Me parece que essa não é a função do psicólogo que está dentro do Estado. . . . Isso eles [os familiares] deveriam fazer através da contratação de um psicólogo particular, que teria a finalidade de estabelecer, de construir aquela relação, aquele vínculo. . . . Por quê? Em primeiro lugar, isso demanda tempo. Investimentos. Profissionais que teriam essa finalidade de trabalhar com terapia, com uma espécie de atendimento psicológico que, em um consultório de Psicologia, pode demorar 10 anos. Eu te pergunto, tem como o Estado acompanhar essas pessoas durante 10 anos? Absolutamente não tem. Só que nós vivemos em um país de intensa desigualdade social. Em um país em que mais da metade da população não tem acesso a serviços básicos de saúde, saúde psicológica, saúde física, enfim. Esse atendimento deveria ser feito na rede pública do SUS [Sistema Único de Saúde] mas, até onde eu sei, me corrija se eu tiver equivocado, isso não existe dentro do SUS. Então, ou as pessoas pagam e aí, quem tem condições de pagar é menos de 15% da população brasileira, talvez, próximo a isso. Talvez eu esteja chutando alto. E o restante teria que ir para a rede pública de atendimento. E essa rede pública de atendimento não existe. E o juiz, ao invés de encaminhar o processo para visita monitorada com essa finalidade de estabelecimento de vínculo para os núcleos técnicos do Judiciário, ele deveria encaminhar para o SUS. Só que isso não existe! Então, como tudo no País, ou, como boa parte no País é torto, como boa parte no Brasil, dentro do Estado, do Poder Público, não é bem elaborado, trabalha-se com pouca eficiência, trabalha-se de maneira torta, trabalha-se de maneira inadequada. Eu não estou falando isso dentro do Judiciário. Também dentro do Judiciário, mas nos outros Poderes. Então nós vamos fazendo esses remendos, nós vamos*

fazendo essas construções, me parece, para tentar atender à população. Quando um juiz faz isso, ele não faz com uma finalidade ruim. Ele faz com uma finalidade de atender aos interesses do cidadão e cumprir a Constituição. Só que a forma como ele faz, que é imposta a ele para ele fazer, porque ele não tem outra saída, não é, na minha concepção, não é tecnicamente a mais adequada. Parece-me que o psicólogo que trabalha dentro do Poder Judiciário, com essa finalidade, não teria essa função específica de fazer esse trabalho”.

Além de levantar este questionamento a nível social, o Dr. Pedro esclareceu as divisões de funções entre os Poderes da Justiça, ao ser indagado sobre a possibilidade de se criar um espaço específico para acolher demandas de Psicologia Clínica dentro do Judiciário: *“Mas é que a nossa função não é essa. Você tem que pegar a Constituição e ver: qual é a finalidade do Poder Judiciário? Solucionar conflitos. A gente tem o monopólio da atividade jurisdicional e a gente soluciona os conflitos das pessoas. Toda parte de atendimento de saúde, psicológico, psiquiátrico que existe é o Estado, Poder Executivo, que tem que garantir acesso à população de maneira indistinta. Mas é um atendimento de saúde e não de conflito! O conflito é nosso. Somos nós que temos que resolver. . . . Veja, eu preciso de um psicólogo dentro do Estado para fazer a análise técnica do caso. Fez. Falou: ‘Eles precisam de tratamento brabo aqui. Vamos precisar de um acompanhamento intenso de psicanálise’. Ok. Vamos supor. Hipoteticamente falando. ‘Agora, vocês vão fazer lá fora’. ‘Ah, não temos condições’. ‘Então, vou determinar que a prefeitura atenda vocês. Mas vocês vão fazer isso fora’. Não é nosso. Nós resolvemos conflito”.*

Embora tornadas claras as diferenças entre as competências dos Poderes Judiciário e Executivo, uma nova problemática é denunciada: para onde encaminhar os casos que necessitam de acompanhamento psicológico clínico, tendo em vista a deficiência da rede pública de atendimento?

De acordo com a magistrada Bruna: *“É um grande entrave que a gente encontra, quando a equipe técnica fala ‘precisa de terapia e as duas partes não têm condições de pagar’. Dependem, às vezes, da boa vontade de outros órgãos e tal. E ainda é um complicador, porque, de regra, as pessoas que não têm condições de pagar, também não têm tempo para levar na terapia, também precisam de horários diferenciados. Então, tem uma série de complicadores que dificultam. Mas, enfim, a gente tem que tentar ir resolvendo esses problemas, porque também não dá para abraçar o mundo e deixar de fazer aquilo que tem que ser feito”.*

A frase *“tentar ir resolvendo esses problemas”* parece ter relação com o enunciado *“nós vamos fazendo esses remendos”*, verbalizada pelo magistrado Pedro. Ou seja, diante da

precariedade de serviços, cabe aos operadores do Direito propor adaptações, na tentativa de atender às demandas da população.

Para a promotora Kátia, a alternativa seria que o atendimento clínico fosse efetuado pelos próprios psicólogos judiciários, conforme já exposto anteriormente: *“Seria o ideal que a gente pudesse fazer esse acompanhamento aqui dentro do Fórum. Nós temos casos que a mãe jurou de pé junto, de joelho, que vai levar na psicóloga. Vêm uns relatórios horríveis [da psicóloga clínica]. A criança não tem um desenvolvimento bom do caso. É lastimável. A gente não tem como obrigar, não tem como direcionar para um profissional bom, a maioria dos tratamentos são pagos, né? Então é bem complicado. Bem complicado”*.

Assim, contrariando a explicação do Dr. Pedro, a Dra. Kátia reiterou a sua posição de que acompanhamento psicológico é competência do Poder Judiciário: *“Pelo interesse do menor, sim. Sem dúvida, sem dúvida. Porque, na verdade, a gente nada, nada, e, às vezes, morre na praia. Isso não acontece se a gente está determinando para acontecer aqui, dentro do Fórum”*. E complementou: *“A partir do momento que eles [os familiares] trazem o problema para o Judiciário, o Judiciário é responsável. . . . A partir do momento que a criança chega para a gente, a responsabilidade é nossa. E nós temos que fazer tudo para melhorar a vida dessa criança. Por mais que dure anos. Eu acho que o nosso comprometimento é esse”*. Percebemos, portanto, a divergência de compreensões entre os próprios operadores do Direito.

Uma semelhança, porém, foi encontrada entre os discursos da promotora Kátia e da magistrada Bruna, no que tange à impossibilidade de obrigar as pessoas a realizar tratamento psicológico clínico externo. Segundo a Dra. Bruna: *“. . . Uma determinação judicial de terapia não surte o mesmo efeito de uma adesão voluntária à terapia. Ainda que o profissional não me mande relatórios, se está indo por uma determinação judicial, você não tem a espontaneidade que você tem quando você procura fazer uma terapia. Então, em alguns casos que não é evidente que é o caso de terapia, mas que, certamente, uma terapia familiar ajudaria, eu entendo que eu determinar não vai surtir o efeito esperado. Porque aí a parte vai por obrigação e, se quiser, vai ficar muda lá e não vai ter efeito nenhum”*.

Dos relatos expostos, observamos que os conflitos familiares extrapolam o âmbito judicial e, por vezes, demandam acompanhamento psicológico prolongado. Ao notarem esta necessidade, algumas psicólogas judiciárias se sentem atraídas pela prática clínica, porém, relutam para não assumir este papel, por terem consciência de suas atribuições como peritas. Do mesmo modo, operadores do Direito percebem as limitações das decisões judiciais e pareceres ministeriais e a importância do tratamento psicológico contínuo, mas se veem diante da impossibilidade de obrigá-lo. E mais: caso, ainda assim, haja previsão para a realização de

psicoterapia nas determinações dos juízes e requerimentos do Ministério Público, faltam locais apropriados para acolher esta demanda.

Ao identificarem esta carência, as psicólogas judiciárias sugerem algumas alternativas. A psicóloga Tatiana defendeu o encaminhamento para serviços externos: *“Eu acho que, principalmente, psicoterapia, uma clínica especializada de Psicologia. Ou Psicologia Sistêmica. Algo voltado mais realmente para a orientação de pais. Ou até grupos de estilos parentais, acho que acaba contribuindo de alguma forma”*.

Já a psicóloga Catarina imaginou a criação de uma espécie de organização não governamental, que funcionaria, nas suas palavras, como um *“Executivo do Judiciário”*, isto é, *“uma intersecção entre o Judiciário e a clínica”*. Seria, segundo ela, um espaço com ambiente lúdico amplo, destinado a casos que não mais demandam avaliação psicológica, mas a manutenção do vínculo protegido entre pais e filhos. Neste espaço, psicólogos favoreceriam a continuidade ao trabalho terapêutico eventualmente iniciado durante as visitas monitoradas.

Para a psicóloga Catarina, a presença de psicólogos seria importante não tanto para avaliar, mas para evitar uma situação de acomodação e viabilizar a transformação das famílias. Ela esclareceu, porém, que tal função não caberia aos psicólogos judiciários, tanto devido à demanda de trabalho desses profissionais quanto por compreender que não se trataria de uma atribuição pública, mas privada. Ademais, o serviço proposto por Catarina prestaria informações ao Poder Judiciário, sendo especializado nesta atividade, diferentemente dos consultórios de Psicologia, onde alguns profissionais temem produzir documentos para a Justiça.

A possibilidade vislumbrada pela psicóloga Catarina parece muito se assemelhar aos centros de visitação monitorada espalhados pelo mundo. Resguardaremos esta reflexão para a Discussão de nosso trabalho.

5.5. - *“Acho que não é claro qual é esse limite, onde acaba essa intervenção do Judiciário”*: sobre os limites da intervenção

Verificamos nos discursos das psicólogas judiciárias que a possibilidade de atuar de maneira interventiva é, muitas vezes, questionada pelas próprias profissionais. Seja por se considerarem peritas e, portanto, focarem suas práticas na avaliação, seja por associarem a atividade interventiva a um trabalho clínico, que extrapola os muros da Justiça, as psicólogas judiciárias apresentam, de modo geral, certa ressalva quando se trata de intervenção.

Ainda assim, estas profissionais reconhecem que, muitas vezes, realizam intervenções junto aos familiares, sobretudo quando estão em visitas monitoradas. Há também situações em que a intervenção emerge como consequência da avaliação psicológica no âmbito judicial.

Independentemente dos motivos pelos quais as psicólogas lançam mão de práticas interventivas em determinados casos, todas parecem compactuar de uma compreensão comum: de que a intervenção psicológica no contexto judiciário tem um limite.

Conforme a psicóloga Ana Clara: *“A gente, enquanto psicólogo judiciário, pode ser terapêutico neste sentido, com algumas intervenções pontuais, com orientação, com informação. Agora, uma questão mais intensa, que vai envolver um tempo maior de acompanhamento, um próprio acolhimento maior para esse sujeito, que a gente não tem condições de dar aqui, porque a gente não tem como se aliar de uma maneira mais... Não sei se intensa é a palavra, mas a gente tem que manter esse vínculo com as duas partes. Então a nossa empatia e o nosso acolhimento têm um certo limite maior do que dentro da clínica, por exemplo. Eu acho que a gente tem que pensar que tipo de intervenção que é necessária. Algumas, a gente pode orientar aqui e a gente vê que isso é suficiente. Outras, por exemplo, um pai que é super intrusivo, super impositivo, que são questões mais de personalidade desse pai, você não vai mudar em uma orientação. Ele vai precisar de uma terapia, de uma orientação de pais e que, talvez, a médio prazo, ele consiga ser um pouco mais empático, um pouco menos controlador com esse filho. Mas é uma coisa a médio, longo prazo. Agora, algumas questões pontuais, às vezes você consegue já ter um resultado aqui”*. Apesar disso, a própria profissional reconheceu: *“Acho que não é claro qual é esse limite, onde acaba essa intervenção do Judiciário, que é uma intervenção mais pontual”*.

Uma vez mais, a prática clínica é utilizada como referência para esclarecer que, embora sejam realizadas algumas intervenções nas visitas monitoradas, elas são pontuais e limitadas.

A psicóloga Tatiana apresentou ponto de vista semelhante, quando expressou o seu entendimento de que o papel de orientação e intervenção condiz com o procedimento de visitas monitoradas, mas de forma limitada: *“Eu acho que condiz. Mas eu acho que ele tem um limite. Então, se a gente tem quatro visitas, cinco visitas, claro, eu acho que é o nosso papel como psicóloga estar fazendo as orientações. Mas eu me questiono até que ponto elas são efetivas. A gente percebe mudanças pontuais, ali, durante a tua orientação, durante o acontecimento das visitas, mas eu não sei o quanto elas são efetivas. . . . Então eu acho que a efetividade dessas orientações, elas são muito ínfimas, elas são muito pequenas. Acho que talvez necessitaria de um acompanhamento um pouco maior”*. A partir desta fala,

questionamos: qual seria a motivação do psicólogo judiciário em realizar orientações e intervenções se sequer acredita na efetividade destas práticas?

Em casos graves, como os de alienação parental, essa limitação se mostra ainda mais clara. Nas palavras da psicóloga Tatiana: *“Não acho que se resolve alienação parental em visita monitorada. Acho que com muita psicoterapia. . . . E se, né? Porque, no caso do alienador, se tiver um transtorno de base, piorou”*. Portanto, são casos que, possivelmente, sequer a psicoterapia poderia auxiliar e que despertam sentimentos de impotência e frustração nos profissionais, tal como veremos posteriormente.

A psicóloga Patrícia, por um lado, apontou o aspecto interventivo do trabalho dos psicólogos em Varas de Família, ao afirmar: *“Eu acho que não é só a visita monitorada, mas eu acho que, de repente, o estudo [psicológico] mesmo, ele é uma intervenção. Nos meus relatórios, ultimamente, eu coloco muitas orientações para o pai e para a mãe. Às vezes, eu penso que eu estou fazendo para o juiz, mas, no final, sugiro várias coisas”*. Todavia, a profissional reforçou os limites deste trabalho e descreveu que, no fórum descentralizado onde atua, os magistrados parecem ter compreendido esta limitação, uma vez que reduziram a quantidade de determinações de visitas monitoradas: *“Eles entendem mesmo que não é um papel. . . . Esse papel mais interventivo, de facilitar, resolver a situação. O juiz tem essa demanda, né? Resolver essa situação. Então eu acho que os juízes começam a entender que a gente, ali, o Judiciário, não vai conseguir resolver. Se é que alguém vai conseguir resolver. Mas, os nossos limites, nesse sentido”*.

Identificamos algumas expressões utilizadas tanto pelas psicólogas como pelos operadores do Direito que, de certa forma, traduzem a questão do limite.

A psicóloga Sabrina explanou que, embora seu foco de trabalho seja avaliativo, realiza breves intervenções por perceber que, *“pelo menos, planta uma sementinha”* de fortalecimento dos laços afetivos. Já a promotora Helena avaliou que as visitas monitoradas são destinadas *“... para aquela situação mais urgente, sabe? Uma situação mais a longo prazo, seria, realmente, uma terapia familiar, com um psicólogo fora daqui”*.

A magistrada Bruna, por sua vez, expressou: *“Não sei qual é a situação, mas eu tenho a impressão que muitas das pessoas que a gente encaminha para vocês nunca viram um psicólogo na vida. Então, algumas ferramentas de ‘eu nem sei lidar com isso’ ou, às vezes, ‘eu nem parei para pensar qual sentimento eu tenho em relação a isso’. De fazer essa primeira autorreflexão. Nesse sentido de ferramentas básicas. Não de fazer uma terapia aprofundada, porque daí, de fato, eu entendo que extrapola”*.

Finalmente, a magistrada Renata disse compreender as visitas monitoradas como um começo de restabelecimento de vínculo: *“Eu digo assim, que é fazer o start, para que eles*

possam dar continuidade fora. Então assim que eu vejo. Mas desde que não tenham grandes problemas psicológicos por trás, né? Que eu acredito que vocês não consigam abranger. A orientação que vocês vão dar, que eu acho que é isso que é feito, né? Vocês conversam. . . e pontuam. Mas o que tem lá dentro, isso não vai se resolver”.

A partir dos discursos elencados, resta uma reflexão: se a função das visitas monitoradas é fazer o *start*, dar ferramentas básicas, atender situações de emergência e plantar uma sementinha, por que há casos que permanecem anos em visitas monitoradas nas Varas de Família? É o que abordaremos na próxima categoria.

5.6. - Os casos eternos

Nos discursos das psicólogas judiciárias e dos operadores do Direito, encontramos várias passagens em que eles se referem aos “casos eternos” das Varas de Família. Geralmente, são as situações envolvendo suspeita de abuso sexual, nas quais a Justiça mantém a convivência sob a forma de visitas monitoradas para evitar o afastamento entre os familiares, mas, ao mesmo tempo, garantir que o convívio transcorra de maneira segura.

5.6.1. - “Se for um psicólogo, a gente tem uma formação específica que, só para ficar vigiando, eu não vejo sentido”: os entendimentos das psicólogas

Dado o longo período de tempo no qual alguns casos perduram nas Varas de Família, o papel do psicólogo perde o seu caráter avaliativo e, por vezes, deixa também de ser interventivo. Restam, portanto, as funções de vigia, “*planta*”, “*babá*” ou outras atribuições que, de forma crítica, estes profissionais entendem que acabam por desempenhar.

Segundo a psicóloga Ana Clara: *“A gente tem casos bem emblemáticos, que estão há anos aqui na Vara de Família, e que, na verdade, a gente não tem um papel, enquanto psicólogo, nem de avaliar, nem de intervir. A gente tem um papel de planta, de ficar ali do lado para dizer que tem alguém dentro da sala. Então, enquanto equipe, a gente tem feito esse esforço de que isso não volte a acontecer, tanto é que são casos já mais antigos. Acho que a gente tem tido efetividade em fazer com que não surjam novos casos deste tipo, que se institucionalizem, porque são casos que ficam aqui eternamente, por muitos motivos: um, porque eu acho que não é saudável para uma criança vir toda semana ao Fórum conviver com seu pai, com sua mãe, um ambiente artificial, um ambiente que é de litígio, é um convívio no meio da semana, que interfere no trabalho, no cotidiano das pessoas. Mas acho que a principal razão é que você está usando uma mão de obra especializada para nada.*

Porque poderia ser qualquer uma. Não qualquer outra pessoa, uma outra pessoa com o mínimo de orientação, de qualificação, de saber por que está ali, o que ela tem que estar atenta. Acho que essa pessoa tem que ter o mínimo de treinamento. Mas não entendo que esse treinamento tenha que ser um nível superior, toda uma formação que a gente tem. E que a gente fica praticamente ocioso ali. Então eu acho que poderia ser um familiar bem orientado, que não criasse conflito entre as partes, ou um profissional externo, um conselheiro tutelar, enfim, outras pessoas que poderiam exercer esse papel de monitorar, supervisionar, assistir, a palavra que a gente queira usar, de ser um terceiro naquela interação, para garantir algumas coisas. Que daí tem um objetivo lógico daquela pessoa estar ali, mas que eu entendo que não tenha que ser um psicólogo. Porque, se a gente tiver clareza que o papel do psicólogo na visita monitorada é avaliar e intervir, nesses casos, ele não vai fazer nenhum dos dois, então não tem por que ser um psicólogo”.

Conforme a psicóloga Lívia, os casos eternos são aqueles nos quais a criança “*crece no fórum, tendo visita dentro do fórum*”. A profissional então expressou como se sentia quando atuava em situações dessa natureza e levantou uma problemática interessante: “*A gente pode auxiliar nessa formação de vínculo, mas não só para manter a visita aqui, para manter o contato aqui. Que, depois que seja ou fortalecido ou formado esse vínculo, que vá para um ambiente externo. Mas, muitas vezes, a gente tinha que atender só por visitar. A gente era uma babá. Eu me senti, em vários casos, uma babá. Que não tinha nenhuma intervenção. . . . Realmente, era importante ter alguém ali para intermediar, mas as visitas poderiam tranquilamente, acontecer fora daqui. Para mim, era serviço inútil, sabe? Estamos ganhando um dinheiro público mal aplicado aqui nesse caso. Porque, na verdade, é um serviço que acaba sendo, entre aspas, mais fácil. Porque eu não vou ter que estar intervindo, eu vou estar mais relatando. Eu sou mais uma observadora do que uma psicóloga propriamente dita ali. Então eu acho que não é a função daqui. Não deveria ser, pelo menos*”.

Ambas as psicólogas reconheceram que estes relacionamentos necessitam da presença de um terceiro, mas que este não deveria ser um psicólogo, sobretudo, judiciário.

A compreensão da psicóloga Patrícia sobre esta questão remete a outra discussão: a diferença entre visitas monitoradas e vigiadas. Esta temática será abordada na categoria 5.9, “Terminologia”, mas vale ser iniciada neste momento: “*Lá no Fórum, até a placa que eles colocaram na nossa sala foi ‘visita vigiada’. A gente apagou o ‘vigiada’. Mas ficou ainda lá a marca. Porque, se for para vigiar, qualquer pessoa vigia. Por isso que eu sugiro que a família, uma avó, acompanhe a visita, ou tia, porque a tia, a avó, não vai intervir psicoterapeuticamente. Vai acompanhar, ver se não tem risco, vai cuidar da criança. Aí eu*

penso que pode ser qualquer pessoa. Porque, se for um psicólogo, a gente tem uma formação específica que, só para ficar vigiando, eu não vejo sentido”.

A mesma psicóloga acrescentou: *“Porque, só ficar vigiando, não sei, acho que é até frustrante, porque daí fica lá, uma perda de tempo. Porque tem vezes, em visita, agora eu lembrei, tem visita que transcorre tão bem, que eu penso: ‘Meu Deus, tem um monte de relatório para fazer e eu estou aqui nessa sala, eu não posso sair daqui’. Eu já pensei em levar o laptop para ficar fazendo relatório, mas eu acho que não convém, porque a sala é pequena. Porque é isso. Às vezes, é uma perda de tempo”.* E finalizou: *“Eu acho que, para o Tribunal, é queimar cartucho. Porque a gente tem uma qualificação, a gente pode muito mais do que ficar vigiando. Então eu acho que só para vigiar? Não?”.*

Os discursos acima apontam para a subutilização do serviço psicológico em casos extensos que tramitam nas Varas de Família. Não apenas pela qualificação dos profissionais, o que permitiria a realização de funções mais complexas, mas pelo prejuízo acarretado na intensa rotina diária de trabalho. Nas palavras da psicóloga Catarina: *“Período de visitação muito longo atrapalha os nossos processos. Há muita demanda e a equipe é pequena”.*

Para a psicóloga Tatiana, certos casos se tornam eternos ou por uma questão institucional, ou por falta de clareza dos próprios profissionais a respeito do procedimento de visitas monitoradas: *“Eu acho que tem a situação institucional, que, muitas vezes, avalia a visita monitorada como uma manutenção de vínculo. Daí faz algumas visitas ficarem crônicas dentro do Judiciário. Acho que tem essa questão institucional, que colabora. Eu acho que tem alguns profissionais que, talvez, não esteja muito clara a questão das visitas, o que pode fazer com que a visita também se torne crônica. . . . O profissional, que eu digo, do Judiciário, desde o juiz, o Ministério Público, acho que talvez até de alguns profissionais, mesmo sendo da categoria de psicólogos. . . . Então, eu acho muito perigoso pensar na visita monitorada como manutenção de vínculo, assim, ad eternum”.*

Esta psicóloga fez, ainda, uma crítica: *“É muito cômodo para os pais. Principalmente nos casos que existe uma suspeita de abuso. . . . Porque a mãe se sente segura com a criança vindo aqui. E, no caso de uma alienação, por exemplo, o caso que eu atendi, uma criança mais nova, a gente conseguiu fazer ela entrar uma vez na visita com o pai e nunca mais ela entrou. Então, para a mãe, era muito cômodo. Porque ela dizia: ‘Eu estou trazendo para a visita, ela que não quer entrar’. E, no final das visitas, você fornece a declaração que a pessoa veio aqui. Então ela tinha um papel, um documento para comprovar. Então eu acho que, principalmente, para as partes, é muito cômodo. Independentemente de que tipo de caso que a gente tem. Para o juiz acaba sendo cômodo também, para o Ministério Público, porque você tem uma profissional capacitada, que está monitorando, vigiando, acompanhando*

aquela visita. Então acho que é muito sedutor a questão das visitas se tornarem crônicas para essa manutenção de vínculo ad eternum. Que vira uma extensão da casa das pessoas, para o convívio. Eu acho que é muito cômodo”.

O comodismo ou dependência que as pessoas criam em relação ao Poder Judiciário é um tema que será aprofundado na categoria 5.16, “A (des)responsabilização dos sujeitos”. Ainda assim, já pode ser considerado uma das possíveis razões pelas quais alguns processos se arrastam por anos na Justiça.

5.6.2. - “O problema não é a visita monitorada. O problema aí é a estrutura”: as visões dos operadores do Direito sobre a eternização dos casos

Alguns magistrados entrevistados ressaltaram que, em Varas de Família, cada caso deve ser avaliado individualmente, o que, segundo eles, impede generalizações, inclusive no que se refere aos motivos pelos quais alguns processos judiciais se prolongam por mais tempo do que outros. A despeito disso, em situações em que a Justiça determinou a interrupção do convívio entre pais e filhos, os juízes e as promotoras compreendem que compete à própria Justiça proporcionar a manutenção deste vínculo.

Nas palavras do Dr. Pedro: *“Se a convivência foi suspensa por uma determinação judicial, me parece que o Estado não pode suspender, de um lado, a convivência e, por outro lado, não atender a necessidade de convivência de filhos e pais e mães. Me parece que passa a ser uma responsabilidade do Estado a administração disso. . . . Eu, enquanto juiz, suspendi, eu tenho que administrar aquela convivência dentro do Estado”.*

Especificamente sobre os casos de suspeita de abuso sexual, a promotora Helena expressou: *“Eu acho assim: quando está correndo um inquérito, correndo um processo, que não há uma comprovação, eu acho fundamental haver essas visitas. . . . É muito importante. Porque, se não houver as visitas, vai romper o vínculo. Com certeza rompe. E, para restituir, restabelecer, é muito mais complicado. E, com as visitas, isso vai continuar. Inclusive, eu acho que as visitas podem até trazer subsídio para convencimento da gente, se houve ou não houve o abuso”.*

A partir desta fala, voltamos a questionar o papel dos psicólogos judiciários que atuam em visitas monitoradas e, especificamente, em casos de suspeita de abuso sexual. Seria função desses profissionais promover a manutenção do convívio e, além disso, avaliar a existência ou não do abuso?

Segundo a magistrada Bruna: *“A apuração do crime é de competência do Juízo Criminal. Eu entendo que aqui, a ideia, na Vara de Família, é tentar preservar o contato e,*

eventualmente, claro, se a equipe constatar que a criança está em risco com esses contatos, enfim, isso tem que vir à tona no processo, para que a gente possa realmente proteger a criança. Agora, havendo uma suspeita volátil e a equipe técnica percebendo que a criança tem o contato com o pai, gosta do contato com o pai, ou com a mãe, enfim, o suposto agressor, a ideia é preservar que a criança não rompa esse vínculo. Porque, eventualmente, se, no futuro, a pessoa vier a ser absolvida, o vínculo é bem mais difícil de ser reconstruído do que se ele foi mantido ao longo do período”.

Portanto, a promotora e a juíza possuem entendimentos semelhantes quanto à função do psicólogo judiciário nesses casos: manter o vínculo enquanto corre a investigação e, concomitantemente, fornecer elementos de convencimento ao Juízo. Já nos casos em que essas questões demoram anos para ser resolvidas, as opiniões, de certa forma, divergem.

Para a juíza Bruna: *“É difícil falar em abstrato, porque cada caso é um caso e, aqui, em Vara de Família, isso é muito nítido. Cada caso é um caso, cada família é uma família, cada composição familiar é uma. . . . Mas, eventualmente, em alguns casos, pode ser que seja necessário prolongar para um maior período”.*

A promotora Helena, por sua vez, entende que as visitas monitoradas não deveriam ser mantidas por tanto tempo: *“Porque não tem como também. Acho que nem comporta tudo. Porque são tantas demandas, não é? Chega uma hora que você tem que procurar outra solução, sabe? Por exemplo, uma visita que seja assistida por terceiras pessoas, de confiança, um parente Mas não que fique uma coisa sem um termo final, porque não tem como. Eu não vejo como abarcar tudo isso. Tem que ter um final. Ali [nas visitas monitoradas], é mais para aquele primeiro momento. . . . Porque não tem também como e nem por que ficar indefinidamente aqui. Teria que tentar estruturar de outra forma”.*

Quando sugere que esta situação deveria se estruturar de outra forma, a promotora adentra em uma ampla problemática, que diz respeito à estrutura da Justiça brasileira, tal como esclareceu o magistrado Pedro: *“Isso é um problema estrutural, realmente, de processo. O processo não deveria demorar todo esse tempo. Mas daí a gente vai ter que discutir toda a questão, o sistema processual do País, os recursos, a demora da Justiça... Isso tudo não deveria ocorrer. Teoricamente, não deveria ocorrer. A gente tem que buscar meios de construir soluções para que isso não ocorra. Não ocorra. O que eu estou querendo dizer é o seguinte: o problema não é a visita monitorada. O problema aí é a estrutura. Nós temos que ir na fonte, na estrutura. Não a visita monitorada. Se fosse um caso que demorasse um ano, um ano e meio, deveria ter uma resposta do Estado nesse tempo”.*

Ainda discutindo a questão estrutural da Justiça no Brasil, o Dr. Pedro abordou os casos que permanecem em visitas monitoradas não para a manutenção, mas para o

estabelecimento de vínculo. Nas palavras do próprio juiz: *“Por exemplo, o caso de construção de vínculo. Em situações em que pais são perfeitos, perfeitos no sentido de adequados, enfim. Podem construir isso. Precisam da ajuda de um terceiro. Mas esse terceiro não precisaria ser um psicólogo. Porque, senão, eu acabo utilizando o psicólogo como uma babá. Compreende? Se eu preciso de uma babá, eu vou lá, ou contrato uma babá, se eu tenho condições. . . . A babá poderia ser o terceiro que vai assistir essa visita, essa convivência. Mas se a família não tem condições, então um parente, uma pessoa de confiança da família, etc., que vai ajudar no estabelecimento de vínculo”*. Interessante notar que a percepção do magistrado se assemelha ao relato de algumas psicólogas judiciárias, de que se sentem como babás em alguns casos de visitas monitoradas.

O Dr. Pedro então concluiu, reiterando um posicionamento exposto anteriormente: *“Estabelecimento de vínculo deveria ser feito no SUS, na rede pública, não sei se no SUS, enfim, mas, na rede pública de atendimento. Nos CRAS. . . . Esse fortalecimento de vínculo me parece que deveria estar fora do trabalho do Judiciário. Poderia estar, sim, dentro da finalidade do Estado, Poder Executivo, por exemplo, mas realizado lá, então, na prefeitura, no CRAS, no posto, enfim, onde seja”*.

Retoma-se, aqui, a discussão que denuncia uma lacuna no serviço público brasileiro: a carência de espaços que abarquem as demandas familiares que extrapolam a competência do Poder Judiciário, mas que este, de certa forma, acaba tentando absorver.

5.7. - Ambiente judiciário

Seja por curtos ou longos períodos de tempo, as visitas monitoradas são realizadas dentro dos fóruns de família, cada qual com as suas especificidades e estruturas físicas.

Embora o foco de nossa pesquisa não seja avaliar as instalações onde ocorrem as interações familiares, buscamos conhecer a opinião dos operadores do Direito, das psicólogas judiciárias e dos familiares acerca do ambiente oferecido para estes procedimentos.

5.7.1. - “Na base do improvisado”: as (não tão) diferentes realidades das salas de visitas

Conforme descrevemos no Método de nosso trabalho, entrevistamos tanto psicólogas que atuam no foro central da Capital como profissionais lotadas em fóruns descentralizados e fóruns localizados na região metropolitana da Cidade. Por meio dos discursos, identificamos

diferenças significativas entre a realidade do foro central e o contexto dos demais, no que diz respeito às salas de atendimento e, especificamente, de visitas monitoradas.

A psicóloga Tatiana, que atua no foro central, avaliou: *“Eu acho que aqui a sala é adequada. A gente teve uma sala anterior que o sistema de som não existia, então era muito ruim para ouvir o que as pessoas estavam falando. . . . Eu acho que, comparado com o que a gente tinha antes, é um progresso muito grande. Eu percebo que a sala aqui é muito mais confortável, é muito mais atrativa, então as crianças ficam mais à vontade”*.

Esta realidade não é compactuada pela psicóloga Sabrina, que atua em um fórum descentralizado: *“As instalações para a visita monitorada, a gente não considera muito adequadas, na verdade. Porque não é uma sala totalmente espelhada, não tem a parte acústica, então a gente acaba tendo que ficar dentro da sala com as pessoas, porque, senão, a gente não conseguiria ouvir. Então acaba que a nossa simples presença ali já é um elemento que interfere. Mas, digamos, tem o lado bom também, que a gente pode fazer orientações pontuais, quando necessário, para direcionar um pouco aquela visita. A gente tenta não interferir muito, mas, se necessário, a gente faz algumas falas pontuais. Mas, a sala, a gente não considera adequada. Ela é muito grande, então, mesmo que estivesse estruturalmente correta, se a pessoa ficar lá no cantinho, a gente não iria conseguir observar. . . . Acredito que ela poderia ter metade ou um terço do tamanho. Teria que ser totalmente espelhada, teria que ter o equipamento de áudio”*.

Questionada se há brinquedos na sala de visitas citada, a psicóloga Sabrina esclareceu: *“Essa sala, como é a maior sala do Fórum e, atualmente, como a gente também não faz muitas visitas, ela é utilizada para outras funções. Então, muitas vezes, reuniões, cursos, são feitos nessa sala. Por esses motivos, a gente não deixa o nosso material de trabalho ali. A gente guarda em armários próprios, na nossa sala de trabalho do dia-a-dia, para que acabe não se perdendo, para que também o ambiente fique adequado quando eles precisarem, eventualmente, utilizar para outro fim”*. Trata-se, portanto, de um ambiente multifuncional, adaptado às variadas necessidades daquele fórum, não atendendo, assim, às especificidades dos casos encaminhados para visitas monitoradas.

Nas situações mais graves, quando há recusa de crianças ou adolescentes para entrar na sala de visitas ou conflito intenso entre genitores, que os impede de se encontrarem, as profissionais se veem diante da necessidade de utilizar outros espaços dentro dos fóruns. De acordo com a psicóloga Flávia: *“Se tiver uma situação dessa, delicada, de conflito ou de recusa da criança, muito forte, a nossa estrutura é péssima. E vai ser na base do improviso, de ficar dentro do banheiro ou no corredor lá embaixo. Vai acontecer isso”*. Como lidar com situações tão delicadas de maneira improvisada?

Além disso, a psicóloga Flávia levantou uma discussão importante sobre a questão da estrutura: *“Eu acho que a gente vai criar toda a estrutura para também favorecer uma adversariedade, um conflito. Mas isso é até bem pessoal, de pensar no para quê. Toda hora eu fico me perguntando para quê. Para que serve? Para favorecer o quê? Mas, ao mesmo tempo, a gente vivenciando esse trabalho, nesse contexto jurídico, com tantas coisas tão graves e absurdas que a gente vê mesmo acontecer. . .”*. Assim, qual seria a função dos ambientes judiciários? Atenuar ou intensificar conflitos?

As instalações físicas parecem, ainda, determinar algumas condutas práticas das profissionais. Na falta de salas de espelho bem equipadas ou outras opções, as psicólogas acabam permanecendo dentro da sala de visitas ao longo dos encontros familiares – o que, por vezes, desperta-lhes certo mal-estar.

Nas palavras da psicóloga Patrícia, que trabalha em um fórum descentralizado: *“Lá no Fórum, a nossa sala de visita, que é a sala de criança, é uma sala só. Ela não é muito grande. Tem uma mesinha redonda, tem um sofazinho e uma parte com os brinquedos. É tudo apertadinho. Eu acho que é importante ficar lá dentro, porque a sala de espelho. . . Tem o espelho, dá para ouvir um pouco, mas não funciona muito bem, porque a outra sala lá, enfim, tem questões institucionais, é ocupada, daí essa coisa do sigilo. Então eu acho que isso é um fator que prejudica. A gente já conversou com os juízes, muitas vezes, para tentar reformar aquela sala. Porque eu preferia, por exemplo, começar uma intervenção ali fora, [na] sala de espelho mesmo. Não, a gente tem que ficar ali dentro. E é um espaço muito pequeno. Então eu vejo que isso interfere nas visitas. Porque, às vezes, quando a gente precisa intervir, estar ali facilita, mas, ao mesmo tempo, é um estranho que está ali. Então eu vejo que tem criança, tem pai, tem mãe, avó, que fica meio incomodado”*.

Indagamos como a própria profissional se sente dentro da sala de visitas e Patrícia respondeu: *“Eu acho que, muitas vezes, eu fico constrangida, dependendo da situação. Até porque, muitas vezes. . . você vê que não é uma questão de risco. . . . Você vê que não é um risco e você tem que ficar ali na sala”*. Portanto, além do constrangimento, a psicóloga questiona a necessidade de monitorar de tão de perto algumas interações familiares – o que retoma ao sentimento de perda de tempo frente à intensa carga de trabalho, conforme já abordamos anteriormente.

A psicóloga Joana, da região metropolitana, igualmente associou o seu método de trabalho à estrutura física do fórum onde atua: *“Eu não fico, necessariamente, o tempo inteiro sentada. Algumas vezes, eu fico sentada, porque a sala é uma sala mais ou menos desse tamanho [pequena], às vezes eu estou dentro, às vezes eu estou sentada na porta. Porque eu também não quero interferir lá. Porque eu quero ver como é que a coisa acontece. Às vezes a*

criança me chama para brincar, eu vou e brinco junto, de montar algumas coisas. . . . Quando eu estou um pouco mais tranquila com o que está acontecendo lá dentro, que não tem o risco, que não tem nada, eu estou no computador [na sala ao lado]. Mas, assim, tem um terceiro ouvido que se cria. . . . A minha escrivadinha fica aqui bem na porta dessa sala [de visitas], então eu não vejo, mas eu escuto o que está acontecendo lá”. Seria o “terceiro ouvido” uma forma encontrada por esta psicóloga para justificar a sua metodologia de trabalho? Ou uma maneira de conciliar tantas demandas de serviço?

A despeito das limitações da estrutura física denunciadas na fala de Joana, ela avaliou que o seu ambiente profissional “*. . . está legal. Não temos uma sala específica, mas dá para ficar com eles [os familiares] ali, com a porta aberta. Se existe algum outro atendimento, eles vão para uma sala fechada. Então, tem condições de duas pessoas trabalharem ao mesmo tempo. Uma, com a visita supervisionada ou monitorada e a outra pessoa fazendo uma entrevista ali do lado, um outro caso. Nisso eu acho que a gente não tem problema, não”.*

Por mais que a profissional não veja problemas com relação às salas de atendimento do fórum onde está lotada, compreendemos que o procedimento de visitas monitoradas demanda espaços específicos, que sejam condizentes à especificidade e à complexidade dos casos encaminhados para esta modalidade de convívio. Porém, o que se percebe, sobretudo nos fóruns descentralizados e da região metropolitana, são ambientes adaptados e que acabam impondo restrições inclusive metodológicas à atuação das psicólogas judiciárias.

Na visão do advogado Fernando: “*O grande problema da forma como são feitas as visitas monitoradas no Brasil é que os locais da visita monitorada geralmente são destinados pelo Poder Judiciário como um anexo, um adendo dentro das Varas de Família ou dos Tribunais de Justiça. Não existe um local específico para se realizar a visita monitorada. . . . Eu fiz um levantamento nesse sentido: o espaço destinado pelo Poder Judiciário à atuação pelos psicólogos não é um espaço principal, é um espaço geralmente do lado da cantina, ou da cozinha, o que prova, de certa forma, a mensagem é nítida, o menosprezo pela atuação dos psicólogos na visita monitorada. Não existe no Brasil um espaço próprio para a visita monitorada. Nem um local específico de atuação dos psicólogos. Então esse é um aspecto super importante”.* Diante disso, questionamos: como contornar essas dificuldades?

5.7.2. - A artificialidade

Além da inadequação da estrutura física, outra questão desperta uma preocupação comum nos profissionais entrevistados: a efetividade do procedimento de visitas monitoradas, tendo em vista a influência exercida pelo ambiente judiciário sobre as interações familiares.

De acordo com a psicóloga Sabrina: *“A gente sabe que o fórum é um ambiente que, para as pessoas, traz um certo peso. As pessoas não estão à vontade ali, totalmente à vontade. A gente tenta deixar, mas acho que não é totalmente possível que elas fiquem tranquilas. Há uma pressão. Muitas vezes, essa criança, indiretamente, também sofreu pressão antes de vir para cá. Então, tudo isso acaba pesando”*.

Além da pressão e do desconforto, a possibilidade de controlar comportamentos é compreendida pela psicóloga Joana como uma limitação dos encontros realizados dentro do fórum: *“Ali, como no Judiciário de forma geral, as pessoas podem controlar um pouco o seu comportamento. Eu consigo enxergar um pouco, mas eu não sei o quanto daquilo pode ser generalizado. Eu não sei o quanto daquele comportamento é comum, o quanto ele persiste, o quanto ele é consistente para que, lá fora, aquele relacionamento produza os efeitos que a gente espera que produzam nas pessoas, em relação ao cuidado com seu filho, responsabilização pelo filho, educação, enfim, ensinar valores às crianças, o que for da família do dia-a-dia”*.

A psicóloga Flávia manifestou preocupação similar: *“No primeiro momento, eu fiquei preocupada com a artificialidade. Não sei se essa palavra existe, mas o quão artificial era aquele espaço e o que, de fato, a gente conseguiria avaliar, analisar ou observar de uma relação. Pensando, claro, que, desde o início, o objetivo da visita monitorada era que ela, quer dizer, o norte, o final, o horizonte, era que pudesse deixar de ser monitorada. . . . Então, a minha primeira preocupação foi qual era a real eficácia desse espaço, para nós, como psicólogos”*.

Flávia aprofundou a discussão: *“Acho que a minha principal preocupação é: eles chegam em um ambiente que eles sabem que estão sendo observados. É todo esse enquadre. Muitos têm uma orientação do advogado, então tinha até um discurso pré-jurídico de como conversar com a gente, de como se colocar para a criança. As crianças que eu acompanhei, dependendo da idade, também não conseguiam se soltar ou ficar à vontade ali. O que também me deixava muito em dúvida se ficava junto, se não ficava junto, que momento estar Então, toda essa dinâmica, quão eficaz. . . E o que a gente está causando para a criança? De estar indo ali uma vez por semana, em média, uma hora por semana, ficar ali*

com o pai ou com a mãe e a gente avaliando o quê? Eu fico com essa questão". Questão esta que retoma a efetividade da avaliação psicológica em um ambiente controlado e artificial.

A magistrada Renata também se mostrou ciente desta limitação das visitas monitoradas, expressando: *"Claro, a monitorada nos traz muitos elementos. Mas, às vezes, não se consegue averiguar. Eu vejo questões de alegação mesmo de ele [o pai] ser violento com a criança, ou ele não ter jeito com a criança e tal. Isso não vai ser detectado aqui. Ele não vai ser violento com a criança aqui. Acho, né?"*.

Por outro lado, alguns profissionais identificaram que a artificialidade do contexto não inibe comportamentos que, com o tempo, tornam-se visíveis e favorecem a avaliação.

Para o advogado Fernando: *"Emoção e sentimento, a pessoa pode mascarar uma, duas, três vezes, mas chega um momento que a emoção e o sentimento verdadeiro vêm à tona. E eu acredito que isso só é resgatável na visitação monitorada. Mesmo porque os juízes não têm contato com as crianças. . ."*.

No entendimento da psicóloga Sabrina: *"É mais difícil para as pessoas dissimularem. Porque é algo mais imprevisível, elas não têm muito como saber como vai acontecer a interação. Entrevistas, eles já vêm um pouco treinados. A gente, dependendo, consegue pegar alguma contradição ou outra ali, já tem também preparo para conduzir de uma maneira que pegue um pouco essas frases ensaiadas. Mas na visita monitorada é imprevisível, então a gente vê essa interação bem natural, que fornece bastante elemento"*.

De forma similar, a psicóloga Livia manifestou que, a longo prazo, o comportamento das pessoas *"... pode, realmente, ficar mais mecânico, mais dissimulado em algumas coisas. Mas muita coisa, ali no decorrer daquela uma hora, vai caindo, sabe? A guarda, uma hora ou outra, baixa e a pessoa esquece. Então algumas coisas aparecem, bem interessantes. Controvérsias com a fala acabam aparecendo. Mas tem muitos que vêm ali já bem instruídos, bem montadinhos. Tem uns que até falam: 'Olha, relate isso'"*.

Ainda de acordo com Livia, a possibilidade de avaliar casos por períodos mais longos do que em avaliações pontuais lhe proporciona maior segurança na confecção dos relatórios: *"Eu acredito que seja um relatório que a gente possa falar com mais propriedade. Até pela maior convivência, pela observação de alguns aspectos que, em uma entrevista com a parte, mesmo você indo no contexto, com a escola e tudo mais, você não consegue captar, como você consegue captar alguém que você acompanha quatro, cinco, dez visitas, dez vezes"*.

A psicóloga Tatiana salientou a importância de se realizar o enquadre nos atendimentos de visitas monitoradas. Questionada se tal enquadre poderia evitar a expressão de comportamentos e conteúdos importantes para a avaliação do psicólogo, ela respondeu: *"Eu acredito que não. Porque é o enquadre, ele faz parte da Psicologia. Mesmo na clínica. . ."*

. Então, eu não acho que o enquadre iniba comportamentos que a pessoa tem que são inadequados. Acho que o enquadre não é tão poderoso assim para inibir comportamento. Eu acho que orientações dos advogados, talvez, sejam mais poderosas. Mas eu acho que, no geral, quando tem uma inadequação, ela aparece. Ainda mais se a visita é muito longa. Acho que ela acaba aparecendo. Acho que as visitas mais curtas, talvez a pessoa consiga se controlar mais. Mas as visitas que são mais longas, mais crônicas, eu acho que ela aparece mais. . . . Porque até a questão da habituação da pessoa ao ambiente, aquela rotina de visita, ela vai se sentindo mais segura, ela vai até esquecendo. Daí tem a sala de espelho, ela esquece que ela está em um processo, também, de alguma forma, de avaliação. Daí eu acho que ali vão surgindo algumas coisas”.

Assim, a sala de espelho foi apontada como uma alternativa à problemática da artificialidade das visitas monitoradas, quando este recurso está disponível nos fóruns. Para Tatiana: *“Eu acho que [a sala de espelho] é bem importante, até para tentar naturalizar um pouco mais esse procedimento que não é natural para ninguém. Inclusive para o psicólogo, que se coloca em uma posição de ter que observar e observar e observar, por exemplo, em um caso de visitas muito longas. Eu acho que chega um momento que fica enfadonho até para o profissional. Então, o fato de ter a sala de espelho facilita com que a interação seja mais natural para as pessoas e facilita a observação do profissional também. Ele não fica tão integrado naquela interação com a família. . . . Então eu acho que um psicólogo dentro da visita monitorada, dentro da sala, sem a sala de espelho, corre esse risco até do distanciamento ser prejudicado. Porque, de repente, ele está fazendo parte ali, é convidado para brincar. . . . Aquele observador, que não é natural, começa a se tornar um observador quase que participante nesses casos. Então eu acho que a sala de espelho deixa a coisa mais natural para a família e dá uma enquadrada até no psicólogo, que aquilo ali é um procedimento técnico também”.*

Outra estratégia adotada pelas psicólogas é procurar ampliar a convivência familiar para locais externos aos fóruns, tão logo possível. A psicóloga Patrícia explicou: *“Ou a gente sugere que as visitas ocorram fora do ambiente judiciário, com um terceiro, uma avó, um avô, enfim, tentar desvincular ao máximo do Judiciário ali. Para que as visitas aconteçam naturalmente, na vida das pessoas, ou em locais públicos, ou na casa da avó, quando possível”.*

A magistrada Larissa compactuou da mesma ideia, ao defender que a convivência seja realizada em ambientes, nas palavras dela, “não jurídicos”: *“Eu acho que a visita monitorada realmente só deve acontecer em casos que sejam realmente justificados, porque eu acredito que não é um ambiente acolhedor, um ambiente familiar. É um ambiente frio. Por*

melhor que ele seja, ele é um ambiente estranho, é um ambiente dentro de um espaço de litígio”. Assim, durante as audiências que conduz, a Dra. Larissa busca transmitir tal entendimento aos familiares: “Eu procuro esclarecer que esse ambiente jurídico não é um ambiente adequado para interação entre pais e filhos, entre mães e filhos, em que não haja situações específicas que demandem essas interações. E que, também, a gente tem uma quantidade de processos, precisa entrar numa fila, que às vezes isso não é imediato e tal. E, a não ser nos casos em que isso realmente precisa acontecer, se prefere que as visitas aconteçam, a convivência, que a gente chama, nos ambientes externos. Se não é possível diretamente com o pai ou com a mãe, através de algum familiar ou em ambientes públicos, em um parque, em um shopping”.

Já para a magistrada Bruna, a determinação de visitas monitoradas dentro do fórum se dá exclusivamente porque: *“A gente não consegue imaginar outro formato. Se visualizasse outro formato, que pudesse ser mais efetivo, eu não teria problemas em acolher. Dentro das ferramentas que a gente tem à disposição, nos casos que eu determino, são os casos que eu entendo que são mais adequados”.*

Assim, a Dra. Bruna finalizou: *“Nunca recebi nenhuma sugestão da equipe técnica para que fosse diferente. Se, eventualmente, a equipe técnica me dissesse ‘olha, talvez, o interessante seja que a gente faça em meio aberto, que a gente possa verificar como eles agem mais a distância, para ver, enfim’, não teria problema em acolher. Como eu disse, os critérios técnicos são mais da equipe técnica do que do Juízo. O Juízo utiliza essa ferramenta de auxílio dos profissionais de outras áreas, porque isso é o que extrapola o Direito. E, em Direito de Família, muita coisa extrapola o Direito”.*

De que maneira, portanto, a Psicologia poderia auxiliar as famílias a conviver de forma mais efetiva, sem, no entanto, perder o rigor metodológico e os limites técnicos da prática?

5.7.3. - “Tem alguém vendo”: as sugestões dos familiares

O Sr. Marcelo, quando indagado sobre o ambiente das visitas monitoradas, associou-o ao contexto prisional: *“Isso é uma coisa muito constrangedora. Parece que você não está indo ver o seu filho, você está indo visitar um presidiário. Era assim que eu me sentia, ‘puxa, eu estou indo visitar um presidiário. Eu estou levando frutas, levando as coisas para a minha filha, levando pensão. . .”.*

Apesar disso, de modo geral, os dois pais que participaram da pesquisa avaliaram positivamente o espaço destinado às visitas monitoradas que realizaram com seus filhos.

Segundo o Sr. Joel, os brinquedos oferecidos foram um aspecto de grande relevância para o auxiliar na aproximação com o seu filho: *“Se não fosse isso aí, não tinha como. Porque, se não, você não tem como chegar nele [na criança]. Tem que ter alguma coisa infantil, ou um brinquedo, ou um jogo, alguma coisa para você interagir, para você começar. . . Porque ele chega, assim, é estranho, né? A sala, quem é aquela moça lá, que fica junto? Tinha um vidro escuro, que acho que às vezes alguém fica atrás. Então, se não tiver um ambiente ali, não tinha como”*.

Para o Sr. Marcelo, as instalações físicas do fórum eram *“muito boas. Uma sala bem ampla, onde eu pude ficar à vontade com a minha filha. Ela tinha que ficar dentro da sala, a psicóloga, fazendo as anotações dela. Mas, em nenhum momento, ela interveio. Ela viu que estava correndo tudo tranquilamente entre eu e minha filha. Tinham vários brinquedos, fiquei brincando com ela lá. . . . Tudo tranquilo. . . . As instalações também foram muito boas”*.

Sobre a presença da psicóloga dentro da sala de visitas, o Sr. Marcelo considerou: *“Foi ótimo. Eu achei bacana. Mostrou a preocupação da profissional. Mostrou que realmente estavam inteirados em ver o que estava acontecendo. . . . Porque não tem como. Como é que ela vai produzir um laudo sem estar perto? Sem ver qual era a reação da minha filha? O comportamento dela para comigo? Porque, se existisse alguma coisa, a minha filha ia ser completamente arredia comigo, né? Mas, graças a Deus, não existe nada, então ela conseguiu captar isso daí. É fantástico. A presença dela é essencial nas visitas monitoradas”*.

Contrariamente aos sentimentos de desconforto e constrangimento relatados por algumas psicólogas judiciárias, os pais parecem não se importar e, inclusive, apreciar a presença de um profissional da Justiça observando as interações com seus filhos, desde que as evidências venham à tona nos autos.

Conforme o Sr. Joel: *“Para mim, isso [a presença da psicóloga na sala] é indiferente. O que eu queria, na verdade, eu queria que, seja dentro da sala ou fora da sala, de alguma maneira, evidenciasse realmente o que estava acontecendo”*.

Assim, este genitor ressaltou: *“O ambiente do fórum não é a questão. Uma coisa é aquela realidade. Outra coisa é a realidade lá, é em loco, lá, na casa, onde você vai, lá no portão, na garagem onde eu fico, sentado no meio fio, é lá. A questão é lá. Como que vai monitorar isso? Como que vê isso? É que a gente sabe que o nosso país não tem, o Judiciário não tem estrutura para isso. Mas o ideal era ter uma pessoa lá. Pelo menos acompanhar algumas vezes”*.

Por mais que o Sr. Joel afirme que a questão não é o espaço do fórum, ele salienta as diferenças comportamentais apresentadas pelas pessoas no ambiente judiciário e em seus próprios contextos de vida: *“É muito diferente. É uma realidade muito diferente. O ambiente é*

diferente. Lá [no contexto materno], ela [a genitora] se sente dona. Ela se sente dona. Ela está no território dela. . . . É lá! São realidades diferentes. O cenário é diferente. É tudo diferente. . . . Porque ali tem outras pessoas envolvidas. Tem a família dela junto. Ali tem os pais dela, tem os avós, tem outras pessoas. . . . Então, tem muita coisa que acontece ali, tem muita interação, tem muitas pessoas ali, interfere muito. Nossa, demais da conta!”.

Portanto, conforme este pai, o ideal seria que as visitas ocorressem externamente ao fórum, em locais do convívio diário dos familiares, mas contando com a presença de um profissional judiciário, pois: *“A gente se sente um pouco protegido, né? Porque, assim, tem alguém vendo. . . . Lógico, [a mãe] vai fazer um teatro. Mas, não, espera aí, tem alguém vendo. Tem alguém de fora vendo. Imparcial, vendo. Então, você se sente um pouco mais amparado”.* Embora entenda que as visitas monitoradas seriam mais eficazes se acontecessem *in loco*, isto é, fora dos ambientes judiciários, ao comentar sobre o “teatro”, o Sr. Joel retoma a temática da artificialidade. Esta questão nos leva a indagar se o foco principal da discussão são os locais onde o convívio se estabelece ou a presença de terceiros, independentemente de onde for.

A genitora Daniela igualmente manifestou a preferência de que as visitas monitoradas se dessem no contexto de vida dos envolvidos e não dentro do fórum, por perceber que, neste espaço, *“já perdeu muita coisa”* – em termos de avaliação do comportamento paterno. Neste sentido, refletiu: *“Não sei se o espaço é limitado para perceber certas ações”.* E acrescentou: *“Lá [no Fórum] tem brinquedo, tem um monte de coisa. É fácil assim, né?”.*

Logo, de acordo com a mãe, *“se fosse uma visita assistida [pela psicóloga] fora, teria maior amplitude. . . . Para mim, já teria dado uma guinada bem boa. . . . Porque ali dentro está fechado, só os dois [pai e filha], não tem outros fatores. . . . Estão fechados naquele quadrado. É a limitação do controle do espaço que eles estão”.*

A Sra. Daniela apontou, também, uma inadequação nas instalações no fórum onde levava a filha para visitar o pai. Ela relatou que conseguia escutar o que se passava nas interações, pois permanecia sentada em um banco em frente à sala de visitas. Quanto a isso, esclareceu: *“Eu não ficava ouvindo, mas acabava ouvindo as mentiras, as promessas não cumpridas”* – o que a deixava “agoniada”, por não confiar em seu ex-companheiro.

Ainda sobre esta situação, a genitora descreveu que, muitas vezes, sua filha reclamava, gritava e chorava durante as visitas monitoradas, solicitando retornar ao seu encontro: *“Por isso que eu ficava agoniada. Porque, querendo ou não, é forçado para a criança. . . . No caso da minha filha, como ela não tinha contato com o pai desde bebê, é um estranho para ela. Então, as visitas assistidas eram um pouco forçadas. . . . Ela está acostumada no meu meio”.*

Diante disso, a genitora aventou a possibilidade de algum familiar próximo das crianças participar das visitas monitoradas, visando à minimização do sofrimento.

Retomamos, aqui, a falta de estrutura física adequada para atender aos complexos casos de visitas monitoradas que chegam ao Judiciário. Conforme já pontuado pela psicóloga Flávia, ao invés de contribuir para a atenuação do litígio parental, por vezes, as próprias instalações dos fóruns favorecem a continuidade e a intensificação dos conflitos.

5.8. - “É uma coisa que a gente vai fazendo”: sobre a escassez de literatura nacional

Os discursos das psicólogas entrevistadas explicitaram a escassez de literatura brasileira sobre o procedimento de visitas monitoradas, conforme já se previa. Todas as profissionais relataram que, ao longo de suas buscas bibliográficas, dificilmente encontraram material específico que embasasse a atividade psicológica nessa modalidade de convívio.

Segundo a psicóloga Ana Clara: *“A gente não vê uma literatura que especifique ou que caracterize o que é esse procedimento, qual é o objetivo, como ele se define, quem deve realizar, em que contexto. A gente não tem isso claro. Então, é uma coisa que a gente vai fazendo”*. Esta fala ilustra a realidade dos psicólogos, que se veem diante da demanda de atuar em visitas monitoradas, ainda que não haja referencial teórico para nortear sua prática.

A psicóloga Joana verbalizou, em tom de brincadeira: *“Estamos fazendo [as visitas monitoradas], porque a gente é muito boa e já sabe”*. Observamos, aqui, a piada como possível forma de amenizar o despreparo técnico das profissionais nas visitas monitoradas.

A psicóloga Patrícia lembrou que o primeiro caso que foi designada a atender, tão logo iniciou a sua carreira como psicóloga judiciária, envolvia visitas monitoradas: *“E eu pensei ‘visita monitorada?’ . . . Eu fiquei muito perdida, porque é um procedimento que não tem nada escrito, tem pouquíssima coisa. Já é um procedimento difícil, eu não sabia nem o que era um psicólogo judiciário, caí de paraquedas. E eu me lembro que eu não sabia o que fazer, sabe? E daí eu fiquei muito mais observando”*.

Alternativamente, pretendendo suprir a ausência de materiais específicos acerca das visitas monitoradas, as profissionais pesquisam sobre temas que emergem no decorrer da prática, como: métodos de observação; interação entre pais e filhos; desenvolvimento infantil; teorias de apego; vinculação afetiva e psicopatologia.

Contudo, uma nova dificuldade apareceu nos discursos das profissionais: conciliar a leitura e o aprofundamento teórico à intensa rotina de trabalho. Foi o que expressou a psicóloga Sabrina: *“Acaba que é muita correria no trabalho e é um trabalho que eu*

considero emocionalmente desgastante. Então eu tento não levar muito isso para fora do ambiente de trabalho, porque senão eu vou ficar focada só nisso. Eu tento fazer o meu trabalho da melhor maneira possível e focar nele quando eu estou no Fórum. E, no Fórum, acaba que não dá muito tempo de a gente recorrer à literatura”.

Neste contexto, o que muitas vezes norteia a atuação das profissionais são instrumentos subjetivos, como a experiência, o *feeling* e o caso a caso. Por meio dos discursos dos entrevistados e de nossa experiência profissional, depreendemos que, no Brasil, há uma dificuldade em se encontrar protocolos publicados, sistematizações e pesquisas que relatem o que funciona e o que não funciona para os casos de visitas monitoradas. Mesmo no exterior, a bibliografia é mais direcionada ao funcionamento dos centros de visitação do que aos resultados do procedimento em si.

No Direito, conforme a magistrada Bruna, igualmente “... *não existe determinação legal de que [a visita monitorada] ocorra em determinadas circunstâncias ou que deixe de ocorrer em determinadas circunstâncias. As orientações são sempre no sentido de que o juiz seja assessorado por profissionais da área para que possa tomar uma decisão melhor apoiada e que possa favorecer, proteger a criança*”. Competiria, portanto, aos psicólogos fornecerem tal assessoramento aos juízes, a partir de seus conhecimentos teóricos. Contudo, frente à carência bibliográfica no que tange às visitas monitoradas em âmbito nacional e o consequente desamparo teórico vivenciado pelos profissionais da Psicologia, observamos uma significativa lacuna entre a expectativa e a realidade desta prática no Poder Judiciário.

Ambas as promotoras entrevistadas relataram suas experiências no interior do Estado, antes de serem direcionadas à Capital. A Dra. Kátia, por exemplo, afirmou que não conhecia as visitas monitoradas previamente: “*Eu fui conhecer aqui. . . . Para te ser bem sincera, eu não conheço literatura específica. Acho que não tem. E acho que veio uma coisa mesmo de usos e costumes. Que foi se usando, foi se usando. E hoje, praticamente, é tudo para nós*”.

Diante da falta de bibliografia psicológica e mesmo jurídica para embasar o trabalho com visitas monitoradas, questionamos a eficácia do trabalho oferecido às famílias. Além disso, indagamos: é possível assegurar práticas objetivas e não sustentadas apenas na subjetividade dos profissionais?

5.9. - Terminologia

As narrativas dos entrevistados demonstraram que a escassez de literatura sobre visitas monitoradas reflete não apenas na prática deste procedimento, mas na própria nomenclatura utilizada em determinações judiciais, pareceres ministeriais e técnicas psicológicas.

Nos discursos, encontramos os seguintes termos, os quais se apresentaram, muitas vezes, como sinônimos de “visitas monitoradas”: visitas assistidas, supervisionadas, guiadas, acompanhadas e vigiadas. Quando questionados a esse respeito, os participantes da pesquisa ora esclareciam as diferenças entre tais nomenclaturas, ora demonstravam incertezas.

Para o magistrado Pedro: *“A visita assistida seria aquela visita que é acompanhada por um terceiro, mas que não tem uma finalidade técnica. Seja de produção de prova, seja de estabelecimento de vínculo, seja de qualquer finalidade técnica específica. . . . Isso é feito fora do âmbito do Judiciário, com a pessoa específica, adequada para atender aquela necessidade que levou a se buscar a visita assistida. Então, por exemplo, a necessidade de segurança de uma mãe, que não confia na administração do pai, essa visita ser realizada na casa da avó paterna, por exemplo, ou da avó materna. Uma convivência assistida por um terceiro que iria, então, fazer a ponte, fazer a intermediação dessa situação para que a visita possa ser exercida, a convivência possa ser exercida, atendendo-se, ao mesmo tempo, a necessidade daquela outra pessoa que buscou essa visita assistida. Portanto, sem conteúdo probatório, ou seja, sem conteúdo de estabelecimento de vínculo. Um vínculo aí, não digo, mais técnico, porque mesmo no caso de visita assistida, pode ser o caso de se estar querendo construir um vínculo. Mas cujo vínculo poderia ser estabelecido com a ajuda de uma pessoa não profissional, mas que conhece a criança, por exemplo, um avô materno. . .”*

Já a visita monitorada, segundo o Dr. Pedro, seria para casos em que, me parece, esse vínculo nunca foi construído. Ou em casos em que esse vínculo se encontra extremamente desequilibrado, por conta de agressões, por conta de violações, enfim, de algum desentendimento profundo decorrente da relação dos pais, fez com que aquele vínculo que existia entre pai e filho ou mãe e filho tenha sido completamente desestruturado. A ponto tal que um avô, que um tio, que um amigo, enfim, não conseguiria, por não ter capacidade técnica adequada. . . para restabelecer. Isso é necessária a atuação de um psicólogo”.

Pelo entendimento do magistrado, a diferença de termos retrata a distinção de práticas entre o profissional da Psicologia e outras pessoas, que também exerceriam o papel de terceiro, mas sem a qualificação técnica do psicólogo.

A promotora Helena, por sua vez, desconhece tais distinções: *“Eu não sei se, doutrinariamente, tenha uma diferenciação. Mas, normalmente, no geral, é a mesma sistemática. É visita assistida, visita monitorada, é tudo o que é feito pela equipe técnica mesmo. . . . É tudo quanto é contato da visita que conta com a equipe técnica que esteja intermediando”*. Questionada se o Direito esclarece estas diferenças, a Dra. Helena disse: *“Não. No Direito, não. Vai mais da prática mesmo. . . . Porque cada caso é um caso. Muito difícil você pegar e generalizar. Que eu saiba não tem nada, não tem ‘visitas monitoradas’”*.

Não havendo literatura jurídica específica sobre a questão da nomenclatura, depreendemos que os termos utilizados pelos operadores do Direito variam conforme a interpretação de cada um.

A juíza Renata reconheceu essa limitação, quando verbalizou: *“Não sei se o meu conhecimento não chega a tanto para entender exatamente como funciona a monitorada. Às vezes, a gente quer mandar [o caso para a equipe técnica], não sabe colocar [no despacho], qual o termo que a gente vai colocar, se é monitorada, se é assistida, não sei se tem diferença, se é um estudo, se é uma entrevista. . . Sabe? Eu tenho dificuldade para direcionar o que eu quero. Às vezes, eu até explico, eu falo monitorada para alguma coisa. Às vezes, eu nem sei se a monitorada serve para aquilo que eu estou querendo”*.

As dificuldades com a nomenclatura parecem denunciar uma situação mais grave no meio judicial: os problemas de comunicação entre os operadores do Direito e os psicólogos judiciários. Isto é, pela falta de conhecimento acerca dos procedimentos psicológicos, alguns juízes determinam a realização de práticas que, por vezes, eles mesmos desconhecem. Esta realidade também apareceu nos diversos contextos internacionais que pesquisamos.

Ainda assim, a Dra. Renata esboçou uma possível diferenciação: *“Monitorada e assistida. Eu acho que, em princípio, não teria alguma diferença substancial. Mas a monitorada eu acredito que seja um pouco mais descritiva da situação. A assistida seria mais um apoio. Vamos dizer assim: vamos observar, mas deixe transcorrer. A monitorada eu acredito que seja algo mais intenso em cima, mais intensivo. Para realmente verificar e relatar e tudo mais. Não sei se tem essa diferença, mas. . .”*.

A psicóloga Joana relatou que, no fórum onde atua, a juíza responsável costuma determinar “visitas supervisionadas”, distinguindo-as de “visitas monitoradas”. Contudo, a profissional não soube esclarecer o que diferenciaria as modalidades citadas: *“A diferença, eu não sei. Eu estou tentando lembrar, mas, se eu não me engano, a visita monitorada seria alguma coisa que acontece lá no ambiente de vida. Eu não sei a diferença jurídica. Porque eu acho que pode existir uma diferença. Como um acompanhamento terapêutico. Então você faz a visita lá aonde as pessoas vão. Então elas vão para o parque? Então nós vamos junto para olhar como que é. . . . A juíza, quando falou, ela disse que tinha uma diferença entre supervisionada e monitorada, a ponto de que, as que acontecem no Fórum, ela determina todas como supervisionadas. . . . É o nome que ela dá”*.

A psicóloga Tatiana utilizou, inadvertidamente, os termos “monitorar”, “vigiar” e “acompanhar” como equivalentes. Questionada sobre isso, refletiu: *“Acho que essas palavras não são sinônimos. Mas é muito sutil a diferença entre elas. Eu acho que é muito sutil. Eu acho que quando eu escuto a palavra ‘acompanhada’, para mim, me dá a conotação de que*

ela não é tão rígida. Então, quando a gente fala em ‘monitorada’, dá a entender que existe algum tipo de registro, você está analisando os gestos, os comportamentos das partes. Você está anotando de alguma forma. Mas, para mim, o ‘monitorando’ também não tem a conotação de um julgamento. Eu acho que quando a gente fala ‘vigilando’, parece que já existe algo mais preconcebido. Então acho que tem uma distinção entre essas três palavras, mas elas são bem tênues. Eu não sei o quanto estão claras até para mim”.

Além das explicações apresentadas, a psicóloga Catarina esclareceu as diferenças entre os termos “visitas guiadas” e “visitas monitoradas”. Para ela, as primeiras seriam para situações nas quais não há vinculação entre os familiares. Nesses casos, o psicólogo deveria assumir papel ativo, favorecendo o diálogo e a interação. Já as “visitas monitoradas”, pela perspectiva de Catarina, seriam para avaliar a existência de risco, habilidades dos visitantes e expectativas das crianças. Esta profissional então concluiu que “visitas monitoradas” seria uma observação passiva, sem interferências, para apurar possíveis riscos, tendo, portanto, caráter avaliativo. Por outro lado, as “visitas guiadas” teriam a intenção de promover aproximação entre familiares afastados, sendo, assim interventivas.

Quando questionada sobre a origem desta diferenciação entre as duas concepções de visitas expostas, a psicóloga Catarina informou que se tratou de uma construção conjunta entre a equipe de psicólogos e a juíza responsável pelo fórum onde ela atua. Porém, reconheceu: *“Eu não sei em que momento essa diferenciação surgiu”*.

Outro termo foi recorrente nos discursos das psicólogas entrevistadas: “observação de interação” ou “observação da dinâmica familiar”. Essas profissionais relataram que, mesmo nos casos em que não há determinação de visitas monitoradas, costumam observar a interação entre os familiares como forma de complementar a avaliação psicológica.

Quanto a isso, a psicóloga Patrícia esclareceu: *“O que eu uso muito, também, eu chamo de um procedimento de ‘observação de interação’. Não é uma visita monitorada, mas para observar vínculo, relação. Daí faço um ou dois [encontros]. . . . Talvez, visita monitorada, para mim, parece uma coisa mais quando não se pode fazer visita em outro momento e daí é ali [no Fórum]. Acho que é um pouco isso. E o que eu estou dizendo é que, às vezes, são pais e mães que se encontram fora, a criança encontra, faz visita quinzenal e eu uso [a “observação de interação”] com o objetivo de avaliar como é a questão da guarda. Ou mesmo questões de alienação. Mesmo quando a criança, faz dois anos que não vê o pai, eu tento marcar e eu acabo chamando ‘observação de interação’. E aí, se for o caso de tentar fortalecer um pouco mais esse vínculo, daí eu sugiro a realização de visita monitorada”*.

A psicóloga Tatiana também relatou: *“Muitas vezes, eu faço o procedimento que, talvez, algumas pessoas entendam como uma visita monitorada, mas que eu chamo de ‘sessão*

de observação da dinâmica familiar'. . . porque eu não acho que é uma visita monitorada. Não é uma visita assistida. . . . Pode ser que alguns profissionais chamem isso de visita monitorada. Eu chamo de 'observação da dinâmica familiar'. . . . Eu acho que as duas têm o cunho de avaliação. Mas, quando vai para uma visita monitorada, a ideia é que você vai observar mais comportamento na interação que seria, entre aspas, natural da pessoa. E você está, na minha visão, deixando de lado os outros instrumentos, porque ou eles não foram tão eficazes ou demonstraram alguma limitação e daí você optou por essa observação. Que isso traria mais dados da interação. Que, mesmo na entrevista, é o que a pessoa relata. Então, se ela te relata sobre a interação dela com o filho, é a percepção que ela tem de como é o comportamento dela com o filho. Então eu acho que, no caso da visita monitorada . . . você tenta focar mais nisso. Então, por exemplo, quando eu opto por fazer uma observação daquela interação, eu acho que uma é suficiente, porque os meus outros dados já me trouxeram informação de como é aquela relação pai e filho. . . . Seria um complemento”.

As interações familiares, independentemente dos nomes que lhes são atribuídos, são consideradas uma importante técnica psicológica. Nem sempre, porém, elas trazem os resultados esperados, o que, em alguns casos, desperta sentimentos de impotência e frustração nos profissionais envolvidos.

5.10. - “A vida vai resolver”: sentimentos de impotência e frustração

Verificamos, nos relatos de vários entrevistados, a presença de sentimentos variados diante das questões enfrentadas no âmbito judicial, entre os quais, impotência e frustração.

A psicóloga Ana Clara, referindo-se aos casos graves de alienação parental, manifestou “*. . . um sentimento um pouco de impotência, de não conseguir aquilo que a gente espera e que o Juízo e o Judiciário, pensando como instituição, esperaria da gente. Ou o próprio genitor ou genitora que está sendo penalizado por essa situação, também tem essa expectativa. E a gente sente que, muitas vezes, não consegue modificar esse quadro*”. Aqui, a profissional atribui a si própria a responsabilidade de modificar a grave dinâmica que se instalou nas famílias, o que lhe causa sentimento de impotência.

Conforme a mesma psicóloga, estas situações são “*. . . mais frustrantes, porque a gente vê pouca modificação do contexto. Acho que talvez sejam casos que a intervenção psicológica é pouco eficaz. Talvez tenha que ser uma medida judicial mais drástica, de aplicação de multa. Realmente, não sei. Acho que talvez ninguém tenha muito claro como reverter esses quadros*”.

A psicóloga Catarina também avaliou como “*frustrante*” a prática psicológica em casos de alienação parental e apontou a necessidade de os magistrados lançarem mão da Lei n. 12.318 de 26 de agosto de 2010, que inclui, entre as penalidades, a aplicação de multa.

A esse despeito, a juíza Renata pontuou: “*As punições, na verdade, não têm efeito prático. Multa. Quando é que essa mãe vai pagar multa? Porque descumpriu [a decisão judicial]. A única forma que eu achei é a reversão de guarda. Também, um caso gravíssimo. . . . Então, veja, são casos extremos que você reverte a guarda. Só que, corriqueiramente, aplicação de multa, para mim, não tem eficácia nenhuma. Não adianta, não vai cumprir. Se ela [a mãe] está determinada a não deixar [a convivência], ou mesmo o pai, enfim. Não vai deixar por causa da ameaça de multa*”.

Diante da falta de recursos para lidar com situações de tamanha complexidade, a psicóloga Catarina declarou: “*Eu não encaro isso como um fracasso pessoal. Tem limitações que não são minhas*”; “*A gente tem que entender que é uma intervenção pontual, em uma história muito longa*” e “*A gente não está aqui para consertar o mundo*”.

De maneira similar, a psicóloga Livia disse perceber que “*. . . o genitor que está com a guarda, se não der abertura, é muito difícil a criança ou adolescente também dar essa abertura. Já se o genitor que tem a guarda tem uma postura mais aberta, uma postura acolhedora, aí flui muito melhor*”.

Portanto, o trabalho do psicólogo nas visitas monitoradas depende, muitas vezes, da disponibilidade emocional do genitor contínuo e não apenas das intervenções psicológicas efetuadas durante as interações paterno-filiais. Este trabalho extrapola o contexto da visita em si, demandando procedimentos psicológicos diversos, que busquem a sensibilização do genitor contínuo. Seria esta uma atribuição do psicólogo judiciário? E por quanto tempo seria necessária tal intervenção para viabilizar a aproximação entre um genitor alienado e os filhos? Refletimos sobre estas questões na Discussão do estudo.

Embora as profissionais tenham apontado algumas possibilidades para tentar modificar casos graves de alienação parental (como multa, reversão de guarda e intervenção junto ao genitor contínuo), as dificuldades resistem e as medidas utilizadas se tornam ineficazes. Para a psicóloga Patrícia: “*É frustrante. Casos de alienação parental, tem alguns que penso que a vida vai resolver*”.

Para a Dra. Helena, “*tem alguns casos que parece que não têm solução nunca*” e, para a Dra. Kátia, tratam-se de casos que “*não têm mais volta*”.

Ainda conforme a promotora Kátia: “*Eu acho que é um dano muito grave que aconteceu para essas crianças, que não tem como reverter. Porque, às vezes, a gente se esforça. E tenta de um jeito, tenta de outro. Tem pais que vêm e fazem tudo. Não adianta.*

Essa alienação parental que a maioria das mães fazem contra os filhos é uma coisa tão grave, tão absurda, tão abusiva, que, às vezes, a gente não tem como combater. Eu conversava, esses dias, com a juíza e a gente diz: ‘Meu Deus, a gente se sente impotente’. Eu digo, mas nós somos mesmo. Porque tem uns casos tão graves, não tem o que fazer. É muito triste. [Eu me sinto] impotente. Porque a gente não tem onde se socorrer”. E acrescentou: “Às vezes, não adianta você insistir, que o resgate não vem. Não vem agora, não vem daqui a pouco, talvez demore muito, sabe? Então eu, às vezes, fico nessa encruzilhada de, ‘meu Deus, mas eu tenho que tentar mais um pouco’. E, às vezes, não é por aí. . . . Então a gente tem que ter esse semancol, também, que às vezes não adianta você ficar tentando, tentando, tentando em uma coisa que não vai dar certo. E isso é triste para a gente. Muito triste. Porque é aquela sensação de impotência. Você está aqui para resolver o problema da família, você não consegue. Bem difícil”.

Novamente sobre esta questão, a Dra. Kátia disse crer que as situações sem solução ocorrem porque “*. . . a gente não tomou os devidos cuidados, não atendeu na hora certa, a criança já chegou aqui muito alienada, entendeu? Se a gente tivesse pegado o caso um pouquinho antes, quem sabe teria dado certo*”. Do mesmo modo que as psicólogas, a promotora parece se responsabilizar pela gravidade de alguns casos que passam pelas Varas de Família, o que, invariavelmente, provoca os sentimentos de impotência e frustração.

A magistrada Renata, ao discorrer sobre casos nos quais as visitas monitoradas não trouxeram os resultados almejados, afirmou que “*. . . não tem o que fazer. A gente fica de mãos atadas. Meu Deus, a gente fez o máximo que pôde e o que acontece? Saiu [do monitoramento], foi lá, visitou um e depois não visitou mais. . . . Se não dá certo na monitorada, não sei o que fazer*”. A juíza comentou sobre um caso no qual, ao final, desculpou-se com o pai, por não ter solucionado o conflito entre ele e seu filho adolescente. Questionada sobre as razões de seu pedido de desculpas, refletiu: “*Não sei. Desculpe por não tentar mais. Eu, como juiz. . . . Porque a gente se sente impotente*”.

O Sr. Joel, conforme já exposto, alegou sofrer alienação parental por parte da mãe de seu filho. No entanto, esta realidade não constou no relatório psicológico decorrente das visitas monitoradas, o que lhe fez se sentir “*impotente. . . . Porque, o que acontece? Tudo isso, eu tenho um advogado, eu tenho que pagar. Você está pagando para você ter alguma coisa, para você tentar melhorar uma situação que você está vivendo ali. Eu exauri. Tanto é que passou isso, eu não rebati nada [no processo]. Eu falei assim para a minha advogada. . . . ‘Doutora, agora chega. Deus. . .’*”. Não mexi mais [no processo], sabe?”.

Perguntamos ao genitor se ele havia desistido do processo por uma questão financeira ou emocional e ele respondeu: “*Emocional também. É porque é muito desgaste. É muito*

desgaste. E também financeira, porque tem que ter dinheiro. Tem que ter dinheiro. Você, sozinho, não faz. Tem que ter um bom advogado. A minha advogada, ela é bem direcionada para a área de Família. Mas cobra! Não sai de graça. Então, o que eu pude fazer, eu fiz”. Assim, este pai concluiu: “. . . Vou dando tempo ao tempo, deixando ele [o filho] crescer um pouco mais. Eu acredito muito em Deus, sabe? Eu deixei nas mãos Dele. . .”.

Uma vez que o Poder Judiciário não dá conta de solucionar alguns conflitos familiares, os familiares recorrem à única instância superior a ele, isto é, a Deus. Esta realidade denuncia, uma vez mais, certos limites da Justiça junto à população, o que parece afligir não apenas os cidadãos, como também os profissionais da área.

Resta, aqui, um questionamento: esta seria outra modalidade de “casos eternos”? É um tópico que revisitamos na Discussão do trabalho.

5.11. - Sentimento de angústia

Além dos sentimentos de impotência e frustração, diversos entrevistados apresentaram o sentimento de angústia por motivos variados.

A psicóloga Sabrina relatou um caso em que foram determinadas visitas monitoradas entre uma mãe e uma filha, a despeito de a equipe entender que esta medida seria prejudicial à integridade emocional da criança. Diante disso: *“Eu me senti bastante angustiada. Às vezes, a gente se sente meio que em uma encruzilhada. Ao mesmo tempo em que você tem que fornecer, por sua profissão, pela nossa atuação, elementos para o juiz, [porque] muitas vezes a gente percebe que os juízes querem uma prova cabal de que tenha aquela situação. Então você pensa: ‘Até que ponto eu vou? Até que ponto a criança queria falar? Devia ter permitido? Porque, analisando friamente, eu sabia que não era adequado para aquela criança. Mas, até que ponto, então, eu permito que ocorra? Ao mesmo tempo era o desejo dela. Mas ela tem consciência do desejo dela? Ao mesmo tempo, eu preciso fornecer um laudo que contenha material, contenha elementos para embasar minha conclusão. Então, às vezes, é difícil. Isso causa um pouco de angústia e bastante dúvida sobre como agir”.*

No discurso da psicóloga Sabrina, o elemento que parece desencadear o sentimento de angústia é: o que regula a prática do psicólogo judiciário? A expectativa do juiz? A necessidade de produzir laudos consistentes? O bem-estar da criança? Qual deve ser o foco do trabalho do psicólogo que acompanha visitas monitoradas em Varas de Família?

A psicóloga Ana Clara apontou o sentimento de angústia *“. . . naqueles casos em que há alegação de abuso sexual e de alienação no mesmo caso e que a gente não tem um quadro claro, com indícios que apontam para um único fenômeno. . . . E a gente tem uma dificuldade*

de conseguir chegar a uma conclusão, o que eu acho que é bem angustiante. . . . São casos que a avaliação que está mais em jogo, porque uma avaliação errada traz consequências gravíssimas, seja de acusar indevidamente uma pessoa, por um abuso, uma violência que ela não cometeu, seja de, de repente, expor alguém, uma criança, a um convívio com alguém que lhe causou algum mal. Então, acho que qualquer erro tem uma consequência muito ruim e acho que isso que realmente me angustia, porque a gente se sente em uma cobrança de não errar, de acertar 100% desses casos e a gente sabe que isso é difícil”. Este trecho demonstra, novamente, a responsabilidade que a psicóloga atribui a si mesma sobre a vida das pessoas.

O sentimento de angústia também foi observado no relato da psicóloga Lívia, quando se referiu ao período em que atuou em casos de visitas monitoradas: *“Se eu fosse ficar mais tempo fazendo, eu ia ter que parar para pensar mesmo, sabe? Porque tinham alguns casos que me angustiavam bastante. Então eu teria que ter uma reflexão maior até sobre o papel da visita, o nosso papel na visita, como profissional. Acredito que é bem inquietante mesmo. Por um lado, você vai se acostumando, entre aspas, com o ritual de visita. Mas, por outro, tem casos que tiram a paz de espírito. De eu chegar até a sonhar com o caso, de me angustiar mesmo, não só como profissional, mas como ser humano mesmo”.*

Portanto, além de ser uma prática com escasso embasamento teórico, o procedimento de visitas monitoradas é realizado em casos de extrema litigância e que exigem manejo por parte do profissional da Psicologia, uma vez que é colocado na linha de frente na tentativa de resolução de conflitos. O sentimento de angústia evidencia a existência deste conflito e parece ser uma das vias encontradas pelas psicólogas judiciárias para lidar com tamanha responsabilidade.

5.12. - “A juíza deixa a gente bem livre”: sobre a autonomia do psicólogo

Por meio dos discursos das psicólogas entrevistadas, verificamos um aspecto comum: a autonomia que o profissional da Psicologia tem para escolher as condutas que adotará nos atendimentos, sem, necessariamente, cumprir a demanda judicial.

Sobre esta questão, a psicóloga Ana Clara refletiu: *“Se eu acho que a gente não tem condições de fazer [determinado procedimento], se eu acho que aquele não é o momento, eu acho que, como psicóloga, a gente tem toda autonomia para justificar [ao Juízo] e se posicionar e dizer por que a gente não vai fazer ou por que esse objetivo não vai ser alcançado. Então acho que a gente pode negar alguns pedidos e justificar por que”.*

A psicóloga Sabrina igualmente citou a autonomia que possui em sua prática: *“A gente tem toda a autonomia aqui [no Fórum descentralizado], em relação ao nosso trabalho, para decidir os procedimentos que vão ser feitos”*.

Já Patrícia descreveu as suas possibilidades de atuação: *“Às vezes, eu tenho a liberdade, lá no Fórum, eu posso fazer o estudo [psicológico] e posso combinar quatro encontros com o pai e a mãe. Sem pedir para o juiz. Porque faz parte dos procedimentos. . . Às vezes, se eu já fiquei muito tempo avaliando o caso, eu prefiro enviar o relatório [ao Juízo] e sugerir para que venha a determinação, quando eu acho que o pai e a mãe não vão facilitar. Porque tem isso também. Mas eu tenho a liberdade de eu própria fazer”*.

Apesar de mencionar a sua liberdade de atuação, a mesma psicóloga fez uma observação: *“A gente tem essa liberdade. Assim, pode ser que ano que vem, mês que vem, mude o juiz e ele fale tudo diferente. Mas hoje, no Fórum, a gente tem essa liberdade”*. Uma vez que a liberdade da atividade do psicólogo depende do entendimento de cada juiz e da relação que se estabelece com ele, seria, portanto, apenas uma suposta liberdade?

5.13. - O formato do trabalho: quem define?

Esta categoria abrange os seguintes aspectos práticos das visitas monitoradas: o número de encontros, a frequência com a qual são realizados e o tempo de duração dos mesmos. Por meio dos relatos coletados, novamente verificamos que não há literatura nacional que recomende determinados formatos de trabalho em detrimento de outros.

Assim, a prática acaba sendo norteadas de maneira subjetiva e por motivações diversas, ora provenientes dos requerimentos e determinações dos operadores do Direito, ora das limitações impostas pelos próprios familiares – como condições financeiras para se deslocar aos fóruns, horários de trabalho e da escola dos filhos. Uma terceira variável é originária das concepções das psicólogas, que, em certos casos, utilizam-se de sua experiência acumulada e, em outros, emprestam do referencial teórico da Psicologia Clínica os padrões de atendimento no âmbito judiciário.

Diante das diversas perspectivas encontradas acerca do presente tema, dividimos esta categoria de acordo com os grupos de indivíduos abordados no estudo.

5.13.1. - O que pensam as psicólogas

Consideramos o relato da psicóloga Ana Clara bastante rico para ilustrar alguns fatores que norteiam a prática psicológica em visitas monitoradas. Por isso, vamos reproduzir diversos trechos de seu discurso.

Sobre a duração dos encontros, a profissional expôs: *“A gente entende que uma hora é um tempo razoável para observação e intervenção daquele caso e que mais que isso vira um convívio pelo convívio, que daí não tem por que o psicólogo estar ali. Daí acho que poderia ser qualquer outra pessoa. . . . Poderia ser um acompanhante terapêutico, uma babá, um outro familiar. Então, o fato de ser um psicólogo pressupõe que é um procedimento psicológico, então tem um objetivo ou de intervenção ou de avaliação. Tem um objetivo dentro da prática psicológica, de métodos e técnicas da Psicologia, que não é simplesmente ficar sentado ali do lado, só pra estar alguém ali do lado”*.

Sobre a frequência, Ana Clara afirmou: *“A gente não tem pesquisas que digam ‘olha, para reaproximação é com essa frequência. Para reversão de alienação parental é com essa frequência’. A gente não tem isso. A gente faz até meio que por um paralelo, eu entendo, da clínica, que o atendimento é semanal. Mas, por uma questão de empirismo, eu acho que a frequência até é adequada”*.

Ainda com relação à frequência, a psicóloga complementou: *“Geralmente, eu cumpro o que está na decisão judicial. Via de regra, os casos têm vindo com periodicidade semanal ou quinzenal. Então eu tenho cumprido o que vem na decisão. Não tenho muito sugerido mudança em relação a essa frequência. A gente também não tem uma segurança, ‘se for semanal, realmente, vai fazer toda a diferença. Se for quinzenal, não vai dar certo’. Às vezes, as pessoas não têm disponibilidade financeira ou não residem na cidade, moram muito longe, tem questão de trabalho. Essas questões também são levadas em conta. Então, acho que a periodicidade tem mais ou menos seguido o que vem no despacho”*.

Tais questões também foram expostas por outras psicólogas. Segundo Joana, acerca do formato das visitas monitoradas: *“Não tem nenhum protocolo. Nós não fundamentamos isso em nenhuma proposta científica, nem nada disso. Eu acho até que segue o modelo psicoterápico, de uma vez por semana, de uma hora. Realmente, nós nem paramos para pensar de onde que a gente estava tirando isso. A gente achou que assim estava bom”*.

Quanto à disponibilidade dos familiares para comparecer aos encontros no fórum, a psicóloga Flávia se recordou de uma família que atendeu e expôs: *“Nesse caso que eu me lembrei, a gente fez algumas visitas monitoradas, eles reclamaram muito, o tempo todo, de como era ruim, porque é no horário do trabalho, porque é no meio da tarde, é uma hora só.*

O pai que visitava o filho no Fórum, incomodadíssimo com uma hora só, com isso que ficam observando, falava de se sentir ‘como se eu fosse um criminoso’. Teve outro caso que o cara também falava isso, ‘não sou criminoso. O que vocês acham que eu vou fazer para o meu filho?’, de fazer esse tipo de questionamento”. Interessante perceber que essa associação com o crime já fora realizada pelo Sr. Marcelo na categoria 5.7, sobre o “Ambiente Judiciário”.

No que se refere à duração dos encontros, a psicóloga Ana Clara afirmou: *“Ainda que a gente tenha alguns pedidos de duas, três horas de visita, a gente não tem feito. A gente justifica [no relatório psicológico] e faz de uma hora. . . . Eu acho que uma hora é o razoável para você, até enquanto profissional, estar suficientemente atento, disponível, preparado para atuar naquele caso. Porque, imagina, três horas de atenção àquele caso, para você avaliar e intervir. Chega uma hora que você já nem rende mais. Então acho que não seria produtivo. E, junto a isso, tem a questão da lista de espera. Que a gente tem uma lista grande de espera. Mas eu acho que isso é um motivo secundário. Eu acho que o principal motivo é técnico”. Aqui, a lista de espera apareceu como mais uma variável e, por mais que a psicóloga a trate como “motivo secundário”, será aprofundada na próxima categoria, voltada à questão da grande demanda de serviço, dadas as reiteradas vezes que surgiu nos discursos.*

Sobre a quantidade de visitas, observamos que três ou quatro encontros foram números recorrentes nas falas das psicólogas. Algumas não souberam justificar esta quantidade e a significaram como *“um número aleatório”, “baseado em nada”*. Outras esclareceram que tal quantia *“não é nem muito e nem pouco”*.

Para Tatiana, esta variedade é atribuída às decisões judiciais: *“Quatro, três, acho que é o padrão também que os juízes acabam citando. Então talvez isso esteja até incutido na minha cabeça, por uma questão até institucional, não sei te dizer. Não sei te dizer”*.

Uma explicação fornecida por várias profissionais foi o fato de defenderem o viés avaliativo da atuação psicológica em visitas monitoradas. Por meio da experiência, elas percebem que, a partir do terceiro ou quarto encontro, as interações passam a apresentar um padrão de funcionamento. Diálogos e atividades lúdicas começam a se repetir nas relações familiares, o que indica a presença de elementos suficientes para que o psicólogo possa finalizar a avaliação e concluir o seu relatório.

Assim, conforme Ana Clara: *“O que eu tenho colocado como um número, na prática, tem sido quatro encontros. Acho que seria um número razoável. Mas acho que mais do que o número de encontros, eu tenho prestado atenção ao momento em que essa interação me demonstra acontecer dentro de um padrão. Então eu acho que esse é um bom parâmetro para a gente. Estabeleceu um certo padrão, a gente vê que não está mudando tanto, acho que a gente já tem aí uma avaliação boa e aí é o momento de a gente tentar finalizar esse trabalho,*

emitir um relatório para o juiz. E daí acho que é desnecessário a gente ficar meses acompanhando uma família que a gente já viu mais ou menos qual é a avaliação. Até porque o próximo passo, se a gente entende que aquela interação, vamos supor, não é superpositiva ou saudável para a criança, seria a gente propor uma intervenção. Uma terapia, uma orientação aos pais. Então não tem nem por que a gente ficar perdendo tempo aqui em uma avaliação de meses e deixar de fazer outros procedimentos que seriam mais adequados”.

A psicóloga Livia, em contrapartida, questionou este formato de visitação, quando se imaginou no lugar dos pais privados do convívio com seus filhos: *“Olha, se eu me colocar no lugar de pai e mãe, uma vez por semana, que geralmente acontece, uma hora, é muito pouco, né? São quatro horas por mês. O que são quatro horas dentro de um mês inteiro? Por outro lado, a frequência ajuda a manter um vínculo, apesar de serem poucas horas. Ter uma frequência, ter uma rotina de visitas ajuda a manter um vínculo”.* A partir deste argumento, retomamos a seguinte reflexão: o papel do psicólogo é o de avaliador, de perito, com vistas a subsidiar a decisão judicial, ou sua atuação visa promover a convivência que estava interrompida entre familiares? Qual é o norte da prática?

Ainda que não responda a tais questões, a psicóloga Livia chegou a uma relevante conclusão: *“Em todos os casos, eu acredito que quem tem que pesar a quantidade de visitas é o psicólogo. Mas, muitas vezes, vem determinação do juiz para a quantidade de visitas. Que pode ser insuficiente, pode ser exagerada. E tem casos que nem precisa de visita monitorada. Então acho que a gente tem uma dificuldade aqui, sim, nas determinações judiciais. Algumas vezes, a gente conseguiu driblar essa dificuldade conversando com o magistrado, a coordenação [do núcleo de Psicologia] dando algumas explicações, mas nem sempre tem esse retorno, essa abertura dos profissionais com os magistrados”.* Conforme já apresentamos na categoria 5.12, referente à autonomia do psicólogo, aqui, novamente, é destacada a suposta autonomia deste profissional, cuja prática é moldada conforme o entendimento de cada juiz.

A subordinação às determinações judiciais é igualmente explicitada no relato da psicóloga Patrícia: *“No começo, vinha uma determinação assim: ‘Realizar ciclo de visitas monitoradas, com quatro visitas semanais, por um mês, quatro visitas, com duração de 50 minutos’. Vinha tudo isso. E daí, nas conversas com os juízes que passaram por lá [no Fórum], a gente: ‘A equipe técnica pode avaliar isso, quantos encontros são necessários e tal’. E daí, hoje, é a gente que sugere ou já vai fazendo. . . . É uma relação que a gente constrói com os juízes, não sei os outros [fóruns] como é”.*

No fórum onde a psicóloga Joana atua, a prática parece ser bem diferente, já que os critérios de início e término das visitas monitoradas necessariamente passam pela magistrada responsável: *“Ela inicia, ela suspende. Ela dá liberdade para nós sinalizarmos para ela*

quando já não precisa mais. Ela dá essa liberdade para a gente. [Mas a gente] não sabe quanto tempo vai durar. Nunca sabemos”.

Por fim, Tatiana explicitou uma variável que apareceu no relato de vários entrevistados: o caso a caso. *“Eu acho que eu não tenho muito claro um número, nem quantidade, nem frequência. Eu acho que vai depender muito de cada caso. Não tenho isso muito claro na minha cabeça. Talvez os casos em que a gente observa alienação [parental], para conseguir fazer uma vinculação, talvez uma frequência maior. A quantidade de horas é muito insignificante. Até porque os pais, na vida natural, podem, de repente, passar o dia inteiro com a criança e não ter qualidade nenhuma de interação. . . . O que eu acho que faz muita diferença é a qualidade da interação. . . . E o fato de você colocar a pessoa duas, três horas em uma sala, na verdade, parece que você está fazendo com ela até um procedimento policial: vamos deixar a pessoa cansar na sala, para ver se ela entrega alguma coisa. . .”.*

A mesma psicóloga então concluiu: *“Isso teria que ser estudado, para a gente ter até um dado mais. E até, de repente, uma pesquisa com essas famílias, para observar se houve maior aproximação, se a qualidade foi melhor ou se, no caso de alienação, conseguiu se quebrar a alienação com mais visitas. Acho que é algo a ser estudado, na verdade”.*

5.13.2. - O “caso a caso”: sobre as visões dos operadores do Direito

Assim como ilustrado no relato da psicóloga Tatiana, o “caso a caso” mostrou-se bastante presente nos discursos dos operadores do Direito, quando questionados sobre o formato de visitas monitoradas que costumam determinar ou requerer nos autos processuais.

A juíza Larissa descreveu os critérios que utiliza para definir o número de visitas monitoradas: *“Meus critérios são assim: eles [os familiares], às vezes, não conseguem vir [ao Fórum] em todas, porque ficou doente um dia, o emprego não dispensou. Então, um mês, eu acho pouco, porque, nesses quatro dias, às vezes teve um feriado, ficou doente. . . . Daí já não vai dar as visitas monitoradas. Por isso que eu faço de dois a três meses, que é o meu critério, porque eu acho que não ficaria tão pesado para eles, não ficaria tão pesado para o Núcleo [de Psicologia]. Que vai ter uma quebra nesses de dois a três meses. Uns vão vir, outros não vão vir e vai conseguir fazer uma avaliação razoavelmente adequada. Então, de um modo geral, às vezes eu marco até no despacho, mas eu tento marcar em audiência, quando eu vou fazer audiência. Então não é só uma resolução minha, é uma resolução minha com as partes. Não é só uma coisa da minha cabeça. . . . Não é tão aleatório assim. Não é tipo um chute, ‘ai, vou marcar seis meses’, ou um padrão. Não é assim. Eu não costumo fazer nenhum padrão e nenhum chute, é meio que caso a caso e eu levo algumas variáveis em*

consideração. Viabilidade/necessidade, complexidade do processo, se é em audiência, a conversa com as partes, idade da criança. Idade da criança acho que é uma coisa bem importante também”.

O magistrado Pedro igualmente apontou o “caso a caso” como critério, mas ressaltou que a definição do formato deve ser competência dos psicólogos: *“Me parece que depende muito da situação concreta. Acho que eu não teria uma resposta pronta. Se eu tivesse fazendo isso, eu ia estar agindo de uma maneira irresponsável. . . . E, enfim, se tem uma finalidade probatória, talvez poucos encontros ou um encontro já fossem suficientes. Depende muito. Me parece, dentro dessas finalidades típicas mesmo, de visita monitorada, dentro da minha concepção, que, realmente, tem que analisar o caso concreto. . . . Mas eu acho que quem deve falar isso não é o juiz e sim o psicólogo. É ele que tem que definir. Eu mandaria em aberto. Eu acho que o juiz tem que mandar em aberto para o psicólogo. O psicólogo vai dizer: ‘Juiz, eu entendo que, aqui, precisamos de um ano. Precisamos de seis meses. Precisamos de um mês. De 10 encontros’. Ok. Eu praticamente homologaria, chancelaria, validaria aquela indicação do profissional da Psicologia. Não deveria estar, me parece, na mão do juiz, porque é um conhecimento técnico da tua avaliação e não minha. Claro que se padronizou em falar em quatro, cinco, seis encontros. Mas me parece que não tem qualquer embasamento. Claro, o juiz que faz isso tem a sua fundamentação, mas me parece que não tem um. . . . Se eu for buscar o embasamento, é algo subjetivo, cada juiz vai entender de uma maneira. Então, a minha forma de enxergar é: isso depende do caso concreto e deveria passar pelo psicólogo. Não por nós [juízes]”.*

A juíza Bruna manifestou opinião semelhante: *“Eu tenho tentado deixar, normalmente, a critério da equipe técnica. Eu acho que ninguém melhor do que a equipe técnica para entender, no caso concreto, qual é a melhor forma disso acontecer. Entendo que é o caso de a gente [os juízes] determinar o início disso, mas a necessidade de continuidade ou o tempo que deve durar ou a periodicidade que isso deve acontecer, eu acho que é um critério mais técnico do que jurídico. . . . Porque eu entendo que os critérios técnicos são melhores fixados por quem tem a qualificação técnica para fazer esse tipo de visita”.*

Quanto à periodicidade dos encontros, alguns magistrados e a promotora Kátia manifestaram a compreensão de que visitas monitoradas semanais trazem maior efetividade à resolução dos conflitos, em virtude da regularidade e da rotina que se cria. A despeito disso, salientaram que evitam determinar esta frequência em suas decisões e pareceres.

Conforme a Dra. Renata: *“Às vezes, é realmente a falta de conhecimento da forma como vai encaminhar [ao setor de Psicologia]. E não é uma imposição. Porque a gente [juízes] não tem essa qualificação para entender se é ou não é [semanal]. Estou dando a*

minha opinião, que eu acho que tem que ser semanal. Mas eu não costumo colocar [no despacho]. Porque eu acho que a avaliação é de vocês [psicólogos]. Até, assim, vai ter que conversar com as partes, saber da possibilidade de vir [ao Fórum]. Tem todo um trabalho. Se vai poder, a escola é quando, a de vocês também, a agenda de vocês. É todo um trabalho. Realmente, eu acho que eu, por exemplo, eu falo por mim, eu não tenho todo esse conhecimento para encaminhar”.

O advogado Fernando defendeu o mesmo: *“Deixo ao encargo, confio plenamente na decisão do núcleo de especialistas. Nunca pedi horário. Nem número. Já conseguir a visita é uma tragédia, imagina ainda impor horário e dias. Não vou conseguir. Mas nunca me passou pela cabeça de fazer isso. Eu estou convicto que são os psicólogos que têm que determinar quanto a pessoa precisa de atendimento. São eles que têm que avaliar isso, não eu”.*

A promotora Kátia informou que não requer formatos específicos em seus pareceres ministeriais, mas que a juíza com quem trabalha o faz: *“Ela mesma [a juíza] que determina já uma vez por semana, uma hora por semana. . . . Para uma criança ver um pai uma hora por semana, eu acho muito pouco. Só que a gente não tem condições de fazer isso mais vezes, né? Infelizmente. . . . Eu acho que o ideal seria umas três horas por semana. . . . Podiam ser duas de uma hora e meia. Porque, em uma hora, às vezes, a criança não te mostra nada. Passa tão rápido, né? Principalmente criança pequena, que já se envolve com brinquedo, alguma coisa. Você não tem muito tempo para observar. Então eu acho que tinha que ser um pouco mais. Só que daí nós não temos condição”.* Novamente, a grande demanda de serviço aparece como um dos determinantes do formato de trabalho, restringindo tanto o tempo de convivência entre pais e filhos quanto a possibilidade de aprofundamento das avaliações técnicas.

A despeito da expectativa dos operadores do Direito de que o saber sobre o melhor formato de atendimento competiria aos psicólogos, estes apresentaram uma variedade de motivos, por vezes incertos, para justificar o formato adotado nas visitas monitoradas. Seja por falta de embasamento teórico, pela grande demanda de serviço ou pela obrigação de seguir as decisões judiciais (ainda que tenham autonomia para não as atender integralmente), a prática das psicólogas nas visitas monitoradas parece estar ainda bastante frágil.

5.13.3. - As avaliações dos familiares

A Sra. Daniela informou que as visitas monitoradas entre sua filha e o pai ocorreram por seis meses, sendo uma por mês. Questionada, a genitora disse crer que este formato havia sido determinado pelo juiz, em audiência. Ainda assim, manifestou: *“Eu não sei se essa quantidade [de encontros] está razoável ou não”.* Além disso, demonstrou dúvida se seriam

agendadas outras visitas posteriormente, já que o laudo psicológico decorrente das mesmas ainda não havia sido anexado aos autos processuais, até o momento da entrevista.

A genitora Daniela também expôs que as visitas monitoradas duravam uma hora, mas não soube informar quem definira este período. A seu ver, seria um tempo “*relevante*” e, à época, não o questionou, pois, se fosse alargado, interferia em seus compromissos profissionais, já que os encontros aconteciam durante a semana. Assim, de modo geral, a mãe avaliou o formato (uma vez ao mês, por uma hora) como “*equilibrado*”, justificando que precisava se “*desdobrar*” para levar a filha ao Fórum em horário comercial.

Apesar disso, a Sra. Daniela refletiu se o número de visitas monitoradas realizadas seria suficiente para embasar o laudo psicológico: “*De repente, foi pouco ou a psicóloga ficou pouco tempo presente [na sala de visitas]*”. Desse modo, a genitora voltou a defender que a profissional deveria ter permanecido mais próxima das interações paterno-filiais e, se necessário, ampliado o tempo dos encontros em meses ou horas, a fim de aprofundar a sua avaliação do caso. Todavia, assim como os operadores do Direito, reconheceu que “*. . . cada caso é um caso. Eu vejo o problema, mas os outros, não*”.

Quanto aos genitores entrevistados, ambos expuseram que passaram por cinco ou seis visitas monitoradas semanais, com duração de uma hora cada. Segundo esses pais, o número, a periodicidade e a duração dos encontros foram definidos pelas psicólogas responsáveis, por motivos que eles também não questionaram, à época.

De acordo com o Sr. Joel: “*Eu me lembro que estava chegando final de ano e ela [psicóloga] tinha prazo para entregar o relatório. Eu não me lembro se o número de visitas era conforme ela fosse observando o andar da carruagem, como que é o comportamento, como que um se portava, como que o outro se portava. Ou se eram seis visitas: independente do que for, é seis visitas. Eu não lembro agora esse detalhe. Mas, a princípio, foi agendado seis visitas*”.

Pelo entendimento do Sr. Marcelo, a quantidade de encontros estipulados visava fornecer elementos suficientes para que a psicóloga pudesse concluir o seu laudo, o que ele compreendeu como “*razoável. Eu achei que foi boa a quantidade. Normalmente, o que eu entendi, é que tudo dependeria do andamento. Poderia até ser mais. Mas como o andamento foi muito bom, os laços foram todos recuperados e tudo. . .*”.

Por outro lado, o genitor Marcelo demonstrou insatisfação com relação ao espaçamento entre os encontros, os quais ocorriam semanalmente, às segundas-feiras: “*Eu acho que foi um tempo longo. A semana não passava. Eu falei ‘vai chegar o Natal, mas não vai chegar segunda-feira que vem para eu ver minha filha de volta’*”. Da mesma forma, este pai avaliou o tempo de duração das visitas como “*. . . muito curto. Para quem ficou um ano e*

meio [sem ver a filha], com muita saudade, realmente, uma hora. . . Eu não lembro se era uma hora ou uma hora e meia. Não me recordo agora. Mas mesmo assim, é curto, né? É curto. Mas lógico, a gente entende que a demanda do setor é grande”.

A demanda ressurge, aqui, como protagonista dos discursos, quase como uma forma de consolação para amenizar o sofrimento vivenciado. Portanto, consideramos necessário discuti-la de modo aprofundado.

5.14. - A grande demanda de serviço ou a pouca valorização do Direito de Família

A excessiva carga de trabalho não é exclusividade dos psicólogos judiciários, mas uma realidade enfrentada por todos os profissionais do Poder Judiciário. Esta situação se torna uma problemática social, uma vez que impacta na população que busca a Justiça para solucionar os seus conflitos familiares, mas, ao contrário, encontra limitações de diversas ordens e longos períodos de espera.

5.14.1. - As justificativas da equipe de Psicologia

De acordo com a psicóloga Sabrina, “*. . . muitas vezes, infelizmente, pela falta de pessoal, pela falta de tempo, a gente acaba se limitando ao mínimo necessário [de procedimentos psicológicos] para conseguir concluir o relatório”.*

Já a psicóloga Lívia, ao se referir ao tempo de duração dos encontros, pontuou: “*Por um lado, a gente fala que uma hora [de visita] é muito pouco, mas, são tantos casos, que a gente precisa estabelecer um limite até de produtividade”.*

Em alguns casos, a disponibilidade de agenda da equipe se torna o termômetro regulador do formato das visitas monitoradas. A psicóloga Flávia, abordando a questão da periodicidade dos encontros, expôs: “*Nessa hora, pesa muito o volume de trabalho, a nossa capacidade de produção mesmo. Então, foi com muito pouca reflexão a ideia de uma vez por semana, uma hora. Que se convencionou, assim, quase que automaticamente. . . . Por isso que eu falo, são as questões institucionais ou os outros casos que acabam delimitando muito mais do que a necessidade em si do caso. Porque depende da minha agenda naquele dia”.*

Da mesma forma, o relato da psicóloga Joana demonstra que o espaçamento semanal entre cada visita foi a possibilidade encontrada, “*. . . porque também tem uma coisa que é um tempo que eu posso dedicar para estar olhando [as interações familiares] e o prejuízo é mínimo, se eu tiver outras atividades para fazer”.*

Finalmente, a psicóloga Tatiana relacionou o excesso de demanda com a pouca literatura, afirmando: *“Acho que, por conta do número de salas de visitas, pelo número de profissionais, pela demanda de trabalho, é meio que praxe uma visita de uma hora por semana. Acho que todo mundo acaba aderindo a esse formato padrão. Que é o que é viável hoje. . . . Acho que não existe um critério. É mais pela demanda do trabalho mesmo e de possibilidade da sala. Mas critério de literatura ou de algum estudo, eu acredito que não tenha, dizendo que esse formato é o melhor”*. Assim, a prática parece ser exercida partir da viabilidade de recursos e não do devido embasamento teórico.

5.14.2. - Os entendimentos dos operadores do Direito

Alguns operadores do Direito associaram o problema da demanda a uma questão estrutural da Justiça brasileira. Segundo a magistrada Larissa: *“A gente tem uma estrutura que tem mais demanda do que estrutura. Eu não posso ignorar isso. Embora eu ache muito importante a minha visita monitorada, particularmente, eu não posso falar assim ‘olha, eu quero que faça visita monitorada todos os dias, nesse caso aqui, durante seis meses’ e determinar que o Núcleo [de Psicologia] faça isso, porque eu vou inviabilizar as visitas monitoradas de todas as outras Varas. Então, às vezes, nem sempre o que é necessário é viável. Eu tenho que equacionar a necessidade com a viabilidade aqui”*.

A promotora Kátia reiterou o seu desejo de que, além de avaliação, os psicólogos judiciários proporcionassem acompanhamento clínico aos familiares que recorrem à Justiça. Todavia, a própria promotora identificou que, atualmente, não há condições para tanto, e justificou: *“Mais por problema de custo, eu acho. Espaço, profissionais. Porque eu vejo que vocês [psicólogos] estão sobrecarregados só com a visita monitorada, o que dirá se tiverem que fazer um tratamento. Porque o tratamento vai ser muito mais longo do que o monitoramento. Tem crianças que levam anos para resgatar aquilo que foi perdido . . .”*.

Por motivo semelhante é que o advogado Fernando afirmou que o setor de Psicologia não teria meios de ampliar o trabalho de avaliação para acompanhamento psicológico: *“Vocês não têm como. Porque as visitas monitoradas que me foram deferidas, eu tive que esperar, às vezes, dois meses para iniciar. Porque não tinha psicólogo disponível para o acompanhamento, porque já estavam agendadas outras visitas. Então aí há um problema estrutural. Mas por que estrutural? Porque o Direito de Família é considerado um Direito inferior”*.

O advogado então continuou: *“Qual é a ideia de Direito de Família no Brasil? É um Direito menor. É essa a ideia. Advogado que só faz Direito de Família é o que não deu certo*

em outras áreas. Isso é o cúmulo! Qual é o Direito de todos os Direitos? . . . O mais importante? Todos os outros Direitos são menos importantes. Porque eu posso passar uma existência inteira sem precisar de Direito Tributário, de Direito Trabalhista, de Penal, como efetivamente passei minha vida sem precisar desses Direitos. Mas o Direito de Família, nós estamos inseridos visceralmente no Direito de Família, desde o momento que nós somos concebidos até morrer. Então esse é um Direito que deveria haver uma prioridade total no Poder Judiciário brasileiro. E não há. . . Me perdoe o desabafo, mas é isso. . . Desde que eu nasço, eu tenho pai e mãe. E depois que eu caso, eu tenho filhos. Mas eu ainda tenho pai e mãe, eu ainda tenho os colaterais, os irmãos. Esse é um vínculo permanente e definitivo. Ninguém escapa do vínculo familiar. Logo, o vínculo familiar é uma coisa que tem que ser tratada com muito carinho e muito cuidado. Muito zelo. E não como eu tenho ouvido: ‘Direito de Família é um Direito eventual’. Isso é um absurdo!’.

Assim, ainda conforme o Dr. Fernando: *“As nossas Varas de Família, todas têm de oito a dez mil processos. E os juízes responderem a oito, dez mil processos, isso é um trabalho de titã. Então, infelizmente, de repente, os juízes não podem se dedicar em detalhamento a cada processo, porque eles são patrolados, esse é o termo correto, para um volume de processos que é humanamente impossível atender. . . O trabalho do juiz e do promotor é o suplício de Sísifo. Porque ele termina de responder a um processo, tem uma pilha esperando por ele. E, hoje, com um agravante. Porque, antes do Projudi [sistema eletrônico de processos judiciais], eles podiam ainda ler o processo. Com calma. Fisicamente. Agora, eles recebem pelo Projudi, minuto por minuto está entrando coisa para eles resolverem. Então aumentou ainda mais o trabalho do Poder Judiciário. Então o desafio para os juízes e promotores é enorme. E, outra coisa, o número de Varas para Família, ainda é. . . A OAB [Ordem dos Advogados do Brasil] tem nos ajudado muito, os advogados, pedindo para aumentar o número de Varas. Aí minoraria o trabalho dos juízes e eles teriam melhores condições de se debruçar com maior detalhamento em cada um dos processos. Eles são obrigados a mecanizar coisas que, com mais tempo, não seriam mecânicas. Então eles têm um ônus. Todo mundo apedreja o Judiciário. Não. Nós temos que também pensar. Eu, às vezes, vou lá no cartório. Quando eu olho as paredes cobertas de processo, eu me pergunto: o que sente um juiz quando entra todos os dias no cartório? Ele tem que ter um colapso. Porque ele deve pensar: ‘Eu não vou conseguir atender isso tudo’”.*

Compreendemos a exposição do advogado como o reflexo de uma problemática estrutural do Poder Judiciário, que gera sofrimento a todos os envolvidos nos trâmites judiciais, desde os familiares, até os magistrados.

5.14.3. - *O que falam os familiares?*

Tal como já explicitamos anteriormente, o Sr. Marcelo expressou descontentamento com relação à duração das visitas monitoradas com sua filha, por considerá-las curtas. Quando questionado se teria sugestões para modificar este formato, ele verbalizou: *“Eu acho que teria que ser ampliado um pouco o tempo só. Eu achei uma hora, uma hora e meia, meio pouco. Sabe, passa muito rápido. Lógico, eu sei que isso é complicado de fazer, pela questão da grande demanda. Mas poderia ser ampliado o tempo, talvez duas [horas]. Ou, se fosse uma hora, mas talvez duas vezes por semana”*.

A partir deste apontamento, surge uma reflexão: seria possível aprimorar a atuação psicológica na Justiça, a despeito da grande demanda que assola os diversos âmbitos do Poder Judiciário? Como conciliar práticas efetivas (e embasadas teoricamente) com a necessidade urgente da população? Esses questionamentos levam a outra questão, que se apresentou no relato dos entrevistados: a judicialização.

5.15. - *“Na maioria dos casos, a sentença não vai solucionar o conflito”: a judicialização e os seus impactos*

No decorrer das entrevistas, as psicólogas judiciárias descreveram determinadas condutas que passaram a adotar ao longo de suas experiências, a fim de se protegerem de denúncias éticas junto ao seu conselho de classe. Dentre estas práticas, está a formalização dos procedimentos técnicos nos autos processuais, conforme explicou a psicóloga Ana Clara: *“Com o passar dos anos, eu fui me dando conta que é importante a gente formalizar tudo. Até para a gente se proteger enquanto profissional. Tem que estar muito explícito dentro do processo qual é a nossa atuação, o que a gente está fazendo”*.

No mesmo sentido, a psicóloga Joana informou ter criado uma pequena agenda, onde controla os acontecimentos das visitas monitoradas com o consentimento dos familiares: *“A gente elaborou uma agendinha onde está a data da visita, o horário de chegada, o horário de saída, um campo para observações. Qualquer coisa que aconteceu durante a visita, que ficou diferente, eu anoto ali, leio para os dois [genitores] no final e pego a rubrica deles, de que eles estão cientes de que aquilo aconteceu. Então eu registro, leio para os dois. . . porque evita que, depois, em uma audiência, ou que, para o advogado, eles digam algo que não aconteceu ou falem de uma outra forma a versão deles”*.

Esta é uma realidade cada vez mais comum entre os profissionais das Varas de Família. Mediante a insatisfação com o laudo produzido pelos psicólogos, uma das

alternativas encontradas por algumas pessoas – geralmente, sob a orientação de seus advogados – é a representação ética do profissional nos conselhos regionais de Psicologia. O litígio assume tamanha proporção que acaba englobando o próprio psicólogo.

Ao discorrer sobre esta e outras situações vivenciadas durante a sua prática, a psicóloga Tatiana levantou a seguinte reflexão: *“Eu sempre costumo falar que o Judiciário vai implodir, se ele continuar com esse foco de litigância. . . . Hoje, na Justiça, o processo não conversa com a vida real das pessoas. O processo é uma linha paralela, praticamente. Eu acho que se mantém essa linha paralela do processo, justamente porque se mantém esse raciocínio de litigância, de ‘vamos brigar, vamos ter conflitos’. Então, se continuar esse raciocínio, o Judiciário vai implodir, porque ninguém vai dar conta de tanto processo judicial, de tanta briga, de tanto recurso”*.

A profissional também associou esta realidade aos “casos eternos”, como chamamos na categoria 5.6: *“Eu acho isso muito perigoso. Porque eu acho que a gente está entrando no raciocínio de litigância. . . . que é esse raciocínio de que o processo não conversa com a vida das pessoas, é o raciocínio de que as pessoas são incapazes de decidirem sobre a própria vida. Por isso que pedem ajuda para um terceiro, que é o juiz”*.

A magistrada Bruna também disse perceber as diferenças e limitações entre a vida das pessoas e a decisão judicial: *“Difícilmente, em um caso em que há conflito, uma decisão judicial vai resolver. Uma decisão judicial pode por um ponto final naquele processo. Mas o conflito familiar, enquanto não resolvido, provavelmente vai desaguar em outras ações, enfim, e a discussão não vai terminar nunca”*.

A psicóloga Flávia apresentou entendimento semelhante, quando descreveu os métodos que adota ao final de seus atendimentos: *“Eu pergunto para elas [as partes] a expectativa que elas têm com a sentença ou com a decisão, enfim, porque, na maioria dos casos, a sentença não vai solucionar o conflito”*. Assim, o conflito parece estar em outro lugar, que o Judiciário não alcança.

Para a psicóloga Tatiana, esta situação acarreta repercussões a nível social: *“O ambiente de visita não é natural. O que eu estou ensinando para essa criança, até, em relação à questão de valores ou de solução de problemas? Eu estou ensinando para essa criança que a gente não resolve os nossos próprios problemas e a gente entra na Justiça. . . . Então, mais tarde, pode ser até que essas crianças se tornem pessoas que achem que tudo tem que judicializar. Não vai dar para essas crianças nem habilidade e nem modelo de diálogo, que é o que os pais, se conseguissem fazer, não iam estar aqui no Judiciário. Se eles conseguissem entrar em um acordo, não haveria nem os processos em relação à disputa, nem*

de visita monitorada. Então acho que isso, a longo prazo, até para a criança, até para sociedade, acho que vai ter um impacto grande”.

Tatiana então concluiu: *“A minha expectativa é que, um dia, essa mentalidade de judicialização diminua, de litigância. Porque eu acho que o conflito das famílias, o conflito das pessoas, ele não se resolve com uma decisão judicial. Se fosse assim, ia ser maravilhoso. Mas não é assim. Então eu acho que a minha expectativa é que o Judiciário perceba isso logo e que a gente consiga dar mais autonomia para as pessoas. . . . Na verdade, você tem uma decisão que vai ser acatada ou não, mas o conflito em si vai existir e, de alguma forma, ele vai contaminar essa criança, vai contaminar essa família, vai contaminar os recasamentos. Então eu acho que se você tentar resolver esse conflito em outro âmbito, outros atores tentarem resolver esse conflito e o Judiciário não se sentir tão valorizado com essa judicialização de tudo. . . Eu acho que o Judiciário se sente muito numa posição de Deus, quase: ‘Vem para mim que eu vou resolver tudo’. E não resolve. Então eu acho que isso seria bom para todo mundo. Não só para o Judiciário, mas, principalmente, para as famílias, para as crianças, para a sociedade em si. De ter essa capacidade de resolver os seus próprios conflitos”.*

Na categoria seguinte, apresentamos uma explicação possível para esta problemática.

5.16. - A (des)responsabilização dos sujeitos

5.16.1. - “Se a ideia é gerar autonomia, ficar dependendo das visitas monitoradas é muito complicado”: as perspectivas dos operadores do Direito

Nos discursos dos operadores do Direito, foram recorrentes os termos “comodidade” e “dependência” das partes com relação ao Poder Judiciário para justificar as razões do acúmulo de serviço. Seguindo a lógica da judicialização, há uma compreensão de que, uma vez que dão entrada em processos judiciais, as pessoas se desresponsabilizam por suas próprias vidas e atribuem tal competência aos profissionais da Justiça.

Neste sentido, muitos magistrados e promotores sentem-se impelidos a definir detalhes rotineiros da vida das pessoas, tal como ilustrou a juíza Larissa: *“Os pais pedem o estabelecimento de visita. Que nem eu falo para eles: ‘Bom, vocês querem que eu fale qual horário você vai buscar e deixar teu filho? Como ele vai dormir? Tudo bem, eu vou dizer’”.* Todavia, a magistrada salientou: *“Eu tento também que eles assumam um pouco a responsabilidade, para não ficar tudo no Núcleo [de Psicologia], não ficar tudo também só eu. Porque eles, enfim, eles são os pais das crianças”.*

Novamente conforme a Dra. Larissa: *“As partes, de um modo geral, às vezes, mesmo quando não há situação de risco, quando não há nenhuma, nenhuma situação de afastamento, às vezes até por uma comodidade delas, ou, enfim, até algumas inseguranças, elas pleiteiam em audiência: ‘Eu quero que a visita aconteça com acompanhamento’; ‘Quero visita monitorada’. Talvez até por um desconhecimento, por uma ignorância, no sentido de não conhecimento mesmo, elas pleiteiam esses acompanhamentos”*.

Já nas palavras da magistrada Renata: *“A gente acaba interferindo muito e fica mais fácil para nós, claro, de decidir assim. Mas, para eles, fica muito cômodo. Tudo, eles pedem monitorada. Sem fundamentar. . . para você avaliar ‘não, esse caso, realmente, tem um risco, vamos mandar monitorada’. Ficou corriqueiro esse pedido. . . . Agora, qualquer coisa, é visita monitorada”*.

A Dra. Renata continuou: *“A gente interfere, o Judiciário. Eles vêm para buscar alguma coisa, mas a gente interfere tanto, porque eles pedem tanta coisa, e você vai sendo levada e vai decidindo, e vai decidindo por eles, que fica fácil. Eles não precisam ter o trabalho de ‘vamos combinar. Então tá, o juiz mandou uma visita lá fora, eu vou combinar com você. Você pega tal hora, você devolve’. Não, é fácil. Vamos ver lá, vamos em visita monitorada. É uma forma de postergar, também, um contato mais estreito, que a criança se sinta mais à vontade. . . . Eles não conversam sobre isso. O juiz que decida”*.

O discurso da Dra. Renata evidencia o desgaste emocional vivenciado em sua rotina de trabalho, em decorrência da responsabilidade que é atribuída ao juiz. Assim, ela complementou: *“Eu questiono muito até que ponto a gente pode interferir e cortar uma atuação que é deles, que não é nossa. É uma atuação do pai. É uma atuação da mãe. Eles colocam na mão do juiz a decisão. Isso não é legal. . . . A gente se sente, assim, interferindo em tudo. Qualquer mínimo detalhe de visita, eles querem interferência”*.

A despeito da demanda das famílias para que a Justiça legisle sobre as suas vidas, a juíza Renata admitiu que ainda não sabia como proceder nos casos mais complexos: *“A gente tenta fazer com que eles tenham uma consciência, na verdade. Um compromisso com a criança. Porque o problema dos dois não é da nossa conta, né? O problema é que eles, no atuar um contra o outro, eles interferem na vida da criança. Então a gente procura até tentar conscientizar. E falar. E repetir em audiência. E repetir em audiência. Às vezes em despachos, naquelas advertências. . . . Escreve, escreve, escreve. E fala. Aí vem audiência, a gente fala, fala, fala. . . . Então essa consciência a gente tenta trazer”*. Porém, parece que estas tentativas, muitas vezes, restam frustradas.

A Dra. Renata então concluiu: *“Ainda acho que o melhor é fazer com que eles andem com as próprias pernas. Porque essa comodidade que eu volto a falar é isso. Eles vão lá, não*

se esforçam, ‘olha, de novo aqui’. Porque o processo ainda está aberto, está esperando . . . Mas a expectativa é essa, de que, com a monitorada, eles consigam manter isso fora. Mas terminando o processo”.

No mesmo sentido, a magistrada Bruna pontuou: *“Se a ideia é gerar autonomia [das partes], ficar dependendo das visitas monitoradas é muito complicado”.*

A promotora Helena apresentou ponto de vista semelhante: *“Muitas vezes, para a própria parte, é fácil. É fácil. Por exemplo: ‘Tem o psicólogo lá do Juízo. Vamos lá ao psicólogo do Juízo’. Não é verdade? Mas não é bem essa função. . . Mas, muitas vezes, eu vejo que se você também não tem um termo, o que acontece? As partes mesmo ficam ali. Sossegam naquilo. Sempre estão naquela dependência. E isso eu não acho legal. Não acho que está colaborando para que aquele conflito chegue ao final, entendeu? Tem que estar procurando outras formas também. . . Temos que procurar outra alternativa”.*

Desse modo, a promotora sugeriu: *“Eu acho que sempre tem que tentar fazer com que a própria família se estruture de outra forma. A própria família passe a tentar, ela mesma, dentro de outra estrutura, seguir a vida”.* Todavia, quais as reais possibilidades disso, em meio a tantas carências vivenciadas por estas populações e pelo próprio sistema público brasileiro?

5.16.2. - “Não tem que gostar de vir aqui”: os entendimentos das psicólogas

Assim como os operadores do Direito, as psicólogas judiciárias também atuam no sentido de devolver a responsabilidade dos conflitos às próprias famílias. Para tanto, as profissionais procuram possibilidades no contexto de vida das pessoas, como locais externos aos fóruns ou o acompanhamento de terceiros, para dar seguimento à convivência.

Conforme a psicóloga Patrícia: *“Às vezes, a gente sabe que vai encerrar a visita [monitorada] e o pai vai ficar sem ver a criança. Mas daí eu penso: ‘Agora, é a minha função ficar fazendo só ele ver a criança aqui?’. . . Assim, eu sempre tento evitar a visita monitorada. Na verdade, é isso. Eu sempre tento buscar outros familiares que possam acompanhar. Eu tento evitar, porque eu acho que acaba criando uma dependência, daí fica essas coisas meio eternas. Então eu penso que a família precisa se resolver com algumas coisas. Ou ver algum vizinho. Eu sempre tento alguma coisa assim, sabe? Para evitar”.*

A psicóloga Joana igualmente disse compreender que as visitas monitoradas não devem se prolongar, *“ . . porque se o negócio está acontecendo direito ali [no Fórum], essas visitas já deveriam estar acontecendo na casa, de verdade. Na casa da mãe, na casa da avó*

ou na casa do pai. Eles já teriam que ter conseguido sair daquela situação e resolver aquela situação, para que a vida normal seguisse. Para que a vida como ela é se estabelecesse”.

No mesmo sentido, a psicóloga Catarina enfatizou: *“Eu confesso que a gente evita prolongar muito as visitas aqui no Fórum, porque cria uma relação de dependência. Não dá para estender muito tempo. . . . Nos casos de alienação parental, acaba sendo muito cômodo para o alienador. Quer que seja acompanhada? Indica alguém. Fica muito fácil [para o alienador]”.* Assim, no fórum onde a psicóloga Catarina atua, os profissionais procuram uma pessoa em comum entre os familiares, que possa seguir acompanhando os encontros. Como exemplo, ela citou um padre, que já assumiu essa função.

Outros procedimentos são adotados pelas psicólogas com vistas a estimular a autonomia das famílias. A psicóloga Flávia descreveu que, no fórum onde trabalha, o entendimento é que *“ . . . se busque a mediação. Em que se busque um acordo. Em que se busque um entendimento. . . . Então eu estou o tempo todo trabalhando com ele. Não tem que gostar de vir aqui. Eu tenho trabalhado sempre estar pontuando, quase semanalmente com eles [os pais]: ‘E como é que a gente faz para sair daqui?’ . E pedindo para que eles digam”.*

A psicóloga Tatiana então finalizou: *“Eu acho que se a gente entra nesse raciocínio de manutenção de vínculo, se é uma responsabilidade do Judiciário, eu acho que a gente entra nessa mentalidade de que as partes não têm capacidade de decidir sobre a própria vida. E eu acho que, em algum momento, infelizmente, ainda mais nos casos de [Varas de] Família, eu acho que as famílias, os pais, têm que pensar uma solução para os conflitos familiares. Porque, se não, sempre você vai delegar para o outro. E eu penso que isso pode afetar até a criança, em vários sentidos”.* A profissional reiterou, portanto, a importância de que as pessoas readquiram autonomia sobre suas vidas.

5.16.3. - Os familiares e a (des)crença no Judiciário

O Sr. Joel, conforme já relatamos, recorreu à Justiça porque acreditava sofrer alienação parental por parte da mãe de seu filho. Embora já tivesse este saber, a busca pelo Poder Judiciário foi uma maneira de legitimar tal conhecimento. Questionado sobre o motivo de procurar esta formalização, ele justificou: *“Bom, eu acredito muito no Judiciário. Tanto é que a gente entrou com a ação. Se ela [a psicóloga] falasse que aquilo não representa nada, então não representa nada. Eu ia sair tranquilo dali. . . . A gente vai fazer o quê? Não tem? Não tem. Então vamos esperar o tempo passar um pouco”.*

Porém, segundo o genitor, o laudo psicológico não avaliou a presença de alienação parental e a intervenção judicial tampouco solucionou a questão: *“[Na audiência] o juiz,*

primeiro, fez um discurso de uns quarenta minutos, tipo babando todo mundo. Hoje, eu olho assim: não durou uma semana aquilo que o juiz falou, o discurso dele. . . . ‘Que vocês são responsáveis pelo filho, vocês têm que se acertar e não sei o quê, não sei o quê’. A gente, na hora, não pôde falar nada, a gente ficou quieto. ‘Ou é acordo ou é acordo’. . . . Não durou uma semana isso aí. . . . Não resolveu nada”.

Verificamos, assim, uma lacuna entre a intenção do Poder Judiciário de promover autonomia às pessoas e a (pouca) eficácia dos métodos utilizados para tanto.

5.17. - Expectativas sobre as visitas monitoradas

Para os três grupos de entrevistados, foi direcionada a seguinte pergunta: “Quais as suas expectativas a respeito do procedimento de visitas monitoradas?”. As respostas estão apresentadas, primeiramente, conforme a perspectiva dos profissionais da Psicologia e do Direito para, em seguida, serem expostas pelo viés dos familiares.

5.17.1. - “Espero que a gente possa, cada vez mais, fazer alguma diferença na vida dessas famílias”: o que esperam as psicólogas e os operadores do Direito

Para algumas profissionais da Psicologia, quando iniciam um caso de visitas monitoradas, a expectativa é compreender as relações daquela família, tal como expôs a psicóloga Patrícia: *“Acho que é sempre uma expectativa inicial de avaliação, de entender como é esse contato, entender um pouco o funcionamento da criança, o funcionamento do pai e da mãe. . .”.*

O mesmo foi apresentado pela psicóloga Joana: *“Expectativa? Como é esta relação deste pai e desta mãe com este filho? E, de fato, entender por que está havendo o cerceamento, se ele tem algum fundamento mesmo, de que se há um risco, ou se é a dificuldade mesmo. . . . Eu tenho uma expectativa mais romântica, assim, que é de aproximar a criança desta parte da família. Então eu tenho essa expectativa também, de ver essa aproximação, de alguma forma poder contribuir para facilitar essa aproximação”.*

A expectativa que a psicóloga Joana considera “mais romântica” é compartilhada por outros profissionais, tanto da Psicologia, quanto do Direito.

Conforme a psicóloga Ana Clara: *“Espero que a gente possa, cada vez mais, fazer alguma diferença na vida dessas famílias mesmo. De que essa intervenção, essa avaliação tenha algum impacto para esse processo, para a vida dessas pessoas. . . . E, enquanto*

profissional, acho que a gente possa se capacitar, possa desenvolver mais essa área. Tentar qualificar esse procedimento”.

Já para a psicóloga Flávia: *“Eu entendo que a gente, psicólogo, também tem o interesse ético de que esse vínculo aconteça e que ele seja bom para a criança. Que possam acontecer as visitas fora [do Fórum], que ela possa ter convivência com o pai e com a mãe dela de uma forma saudável e que favoreça o desenvolvimento dela. Então, nessa linha, eu vejo que a gente tem que investir também nessa relação”.*

Em termos jurídicos, a magistrada Larissa afirmou: *“O que se mais quer é que haja um fortalecimento do vínculo familiar e que as pessoas consigam fazer um acordo. Isso que se mais quer. Se não acontecer isso, vai virar um laudo e vai virar um meio de prova.* Percebemos que, em sua fala, a juíza Larissa fez menção a duas temáticas já abordadas em nosso estudo: a responsabilização dos sujeitos por suas próprias vidas e as visitas monitoradas (ou os laudos psicológicos decorrentes dela) enquanto prova processual.

A magistrada Bruna igualmente retomou a questão da autonomia das pessoas, ao expressar: *“Minhas expectativas são que essa intervenção seja pontual e momentânea e que seja uma ajuda para que a família consiga lidar sozinha com todos os conflitos familiares, independente da intervenção judicial e da equipe técnica da Vara de Família. Eu acho que a gente está aqui para, quando for procurado, intervir, mas que isso não pode ser uma coisa para sempre. Isso tem que ser uma intervenção pontual e, na medida do possível, o mais breve possível, porque as famílias têm que conseguir andar pelas próprias pernas. Eu costumo falar muito isso em audiência: em Vara de Família, querendo, dá para brigar pra sempre. Sempre cabe mais um recurso, sempre cabe uma nova discussão, sempre dá para brigar. Então, as partes têm que amadurecer. . . . Então, de regra, a minha expectativa em relação às visitas monitoradas é essa, é dar um embasamento para que as famílias saibam lidar sozinhas com aquilo e possam seguir autonomamente, independentes da intervenção judicial e das Varas de Família”.*

Além da busca pela autonomia das pessoas, almejada por alguns profissionais, outros evidenciaram a expectativa pelo resultado do laudo psicológico, ou seja, pela avaliação realizada. Foi este o viés dado pela promotora Helena, por exemplo: *“Eu espero, vou falar bem a verdade, eu espero ansiosa o relatório. . . . Então é sempre uma expectativa nossa. Eu conto muito com aquilo”.*

A promotora Kátia também expôs: *“A minha expectativa é que a verificação seja feita da melhor forma possível. E, o que eu te falei, que o laudo venha bem recheado de pormenores, de detalhes, para a gente realmente poder vislumbrar o que aconteceu na sala*

de vocês [psicólogos]. *A minha expectativa é essa. Que venha um relatório bem bom, bem cheio de detalhes, porque é nos detalhes que a gente vai perceber como estão as coisas*”.

Da mesma forma, o Dr. Fernando destacou: *“A minha maior expectativa, enquanto advogado, é o resgate da verdade. Porque o laudo que vem da visita monitorada vai se chocar contra a versão unilateral e vai dizer para o juiz quem está dizendo a verdade e quem faltou com a verdade”*.

Por outro lado, o Dr. Fernando expressou um descontentamento relacionado aos casos envolvendo alienação parental nos quais atuou: *“Olha, agora eu sou obrigado a dizer que eu não tenho expectativa nenhuma. Vai variar o deferimento do meu pedido, do grau de conhecimento do juiz. . . . Tem juízes que não sabem [sobre alienação parental]. Agora já sabem, porque se fala muito. Mas, ainda, conhecimento superficial. Conhecimento superficial, não é profundo, da alienação parental. E sensibilidade. Então, o que eu noto? Nós vemos, nas Varas de Família, excelentes julgadores, mas, nem sempre, com a sensibilidade necessária para a apreciação de um caso desta natureza, que é de extrema complexidade. Então eu digo para o meu cliente: ‘Fizemos o pedido. Vamos conseguir o deferimento? Vai depender da cabeça do juiz’. . . . Então, infelizmente, as minhas expectativas, quando eu faço um pedido, são as mais pessimistas possíveis. Porque eu já sei que, quando cai na mão de um determinado julgador, eu conheço o julgador, quer dizer, esse é um julgador sério, ele é estudioso e sensível. Ele não vai dar um despacho equivocado. Mas, quando cai na mão de outros julgadores, eu já sei que o risco de um equívoco pode acontecer. Infelizmente, é assim. Infelizmente”*. A subjetividade implicada nas práticas das psicólogas judiciais – possivelmente decorrente do escasso embasamento teórico – indicam permear também a atividade dos magistrados. É o que vimos em vários textos internacionais.

Por fim, a juíza Renata, quando questionada sobre sua expectativa, respondeu: *“A esperança é que realmente dê uma resposta positiva”*. Em seguida, ela completou, em tom de brincadeira: *“Eu espero poder dizer assim: ‘Olhe, está tudo perfeito, visita lá fora, extinguiu o processo’”*. A substituição do termo “expectativa” por “esperança” e a brincadeira feita pela magistrada parecem ser vias encontradas para lidar com as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia de trabalho nas Varas de Família.

5.17.2. - Quais eram as expectativas dos familiares? Foram supridas?

Os familiares foram questionados não apenas sobre as expectativas acerca das visitas monitoradas, como também se foram supridas. Diferentemente dos profissionais que atuam em Varas de Família, que acompanham inúmeros casos ao longo de suas carreiras, cada

familiar entrevistado teve uma experiência única e a vivenciou de formas distintas. Por este motivo, optamos por indagá-los com relação ao antes e ao depois das visitas monitoradas.

A Sra. Daniela deixou claro que *“a ideia da visita assistida foi minha”*, e não de seu advogado. Justificou que sua expectativa com esta medida era que se verificassem as *“peculiaridades”* de seu ex-companheiro, se ele possuía alguma *“disfunção, algum problema psicológico, mental, de personalidade”*. Buscava, ainda, averiguar se o genitor vinha fazendo uso de drogas e como se comportava diante da criança. A genitora acreditava que *“a primeira pessoa que poderia olhar para isso seria a psicóloga”*. Indagada, a Sra. Daniela avaliou que *“essa primeira função, a visita assistida está cumprindo”*. Entretanto, sua expectativa ainda não havia sido suprida, pois ainda não havia recebido o laudo psicológico.

Para o Sr. Joel, a expectativa inicial era que tivesse *“... alguém, uma psicóloga olhando. Porque ela, eu pressuponho, sabe pegar os detalhes. E, no meu diálogo com ele [o filho], ali dentro [da sala], ela conseguisse enxergar alguma coisa. Enxergar a alienação, que, para mim e para as pessoas que vão comigo e que convivem e vivem essa situação comigo, é evidente. É muito escrachado. É muito escancarado. Que ela visse”*.

Todavia, assim como já apontado em outros momentos de nosso trabalho, tal expectativa não foi atendida. Desse modo, ao ser questionado se as expectativas com relação às visitas monitoradas haviam sido supridas, o genitor foi enfático: *“Não. Não. Não foi. Não foi. De jeito nenhum. . . . Então, assim, não foi. Não foi suprida. Vou ser bem direto mesmo”*.

O Sr. Marcelo apresentou outro viés, quando afirmou que esperava *“... recuperar o tempo perdido. Recuperar o tempo perdido com a minha filha. Conversar. Estava ansioso para conversar com ela. Ela cresceu bastante, o cabelo dela tinha crescido, ela já falava. Porque, ela saiu de mim, ela tinha dois anos e meio. Ela voltou, ela tinha quatro, quase cinco anos. Então eu estava ansioso para ver como é que ela estava. Como ela estava na escola, porque sempre fui eu que levei ela para a creche, ia buscar, consegui a vaga, tudo. E, principalmente, que tudo isso acabasse. Tudo isso se resolvesse. Mas, mesmo assim, eu sabia que estava longe de se resolver. E ainda está. Hoje eu tenho meio caminho andado. Que, para mim, é um absurdo. É um absurdo”*. Portanto, a expectativa deste pai não estava tão focada na avaliação da psicóloga, mas na retomada de vínculo com a filha. Além disso, ele fez uma crítica à Justiça, quanto à demora para a resolução do seu caso.

Quando perguntado se suas expectativas haviam sido atendidas, o Sr. Marcelo respondeu: *“Não na sua totalidade, do jeito que eu gostaria. Mas era o que eu tinha no momento. . . . O que eu gostaria era ter convívio com a minha filha. . . . Mas, como a situação estava daquele jeito, eu tive que me adequar àquilo ali. Supriu certa parte? Supriu. Mas não era do jeito que eu queria. Eu queria ter convívio, queria buscar minha filha na escola, eu*

queria levar ela para passear, eu queria levar ela, a gente descer para a praia, eu queria ter convívio com ela, saber o que estava acontecendo com ela no dia-a-dia”.

Por meio do discurso deste pai, emergem alguns questionamentos: o que, de fato, as visitas monitoradas podem fazer pelas pessoas? Aplacar suas angústias? Gerar contentamento não com o que querem, mas com o que a Justiça pode oferecer? Mais do que atender àquilo que os genitores realmente gostariam, isto é, a convivência regular com seus filhos, as visitas monitoradas poderiam ser compreendidas como uma artimanha da Justiça para abrandar a ansiedade dos sujeitos. Isto porque, uma vez contida esta ansiedade, amansam-se os ânimos e as pessoas se contentam com os “ganhos” obtidos. A Justiça segue, assim, driblando os verdadeiros desejos daqueles que a ela recorrem e mantendo a ordem da judicialização.

5.18. - Houve modificação?

A partir do exposto, a última categoria interroga a real eficácia das visitas monitoradas. Por meio das experiências práticas das psicólogas judiciárias, dos operadores do Direito e dos familiares, perguntou-se: este procedimento proporcionou modificações às vidas das pessoas?

5.18.1. - “Sempre que vem um especialista, ele só traz benefício”: os entendimentos dos operadores do Direito

Questionada se observara mudanças nos contextos dos familiares que passaram por visitas monitoradas, a magistrada Larissa salientou: *“Ah, bastante. Geralmente, sim. São poucos os casos em que não tem alteração do contexto. A maioria, sim. Eles, eles mesmos, depois que eles leem os laudos, às vezes, ficam meio indignados. Mas, na maioria, eles melhoram, eu acho. A não ser nos casos meio doentios. . . . Eu acho que, na maioria, as visitas dão, às vezes, um empurrão, sabe, para melhorar. Eu acho que, às vezes, eles precisam só de um empurrão com a visita monitorada, para fluir”.*

O mesmo foi percebido pela promotora Helena, que ressaltou: *“Quando você percebe um vínculo muito enfraquecido, ou ausência de vínculo, esse primeiro contato e as visitas monitoradas é a solução mais plausível que eu vejo, nesse sentido. Eu vejo que isso, sim, dá muito resultado. Eu percebo. Com base em todos os processos que eu tenho trabalhado. Eu vejo que são raros os casos que vem [o relatório]: ‘Olha, não há jeito, não houve melhora’. . . . O que não é possível, daí também não tem jeito, mas eu vejo que sempre aqui é feito o*

possível e eu diria que uns 80% dos processos que vão para isso aí [visitas monitoradas] têm uma certa melhora. Isso eu percebo”.

Uma variável foi apontada pela Dra. Larissa, ainda com relação às possíveis modificações de contexto: *“Depende muito da idade das crianças envolvidas. Acho que, quanto mais nova a criança, é mais fácil. Pelo que eu tenho visto, o êxito das visitas, quanto mais velhos, já na fase adolescente, eles mostram uma resistência maior a fazer essas reaproximações”.*

Além da idade das crianças, a complexidade dos casos foi considerada outro fator que favorece ou não a efetividade das visitas monitoradas. Segundo a juíza Bruna, as mudanças ocorrem *“... menos nos casos de abuso sexual que, normalmente, há um conflito muito grande entre os genitores, mas mais nos casos em que havia um rompimento do vínculo. Nesses casos, é bem nítido perceber que o genitor que não convivia se sente mais seguro, ele já teve alguns contatos antes [por meio das visitas monitoradas], ele já conseguiu, eventualmente, formar algum vínculo que dá até segurança para o filho. E, do outro lado, o genitor que sempre conviveu com o filho passa a ter menos receios. Porque ele leu um relatório da equipe técnica, provavelmente os advogados devem falar ‘olha, a psicóloga falou que foi assim, enfim’. Então, eu tenho essa sensação de que facilita. . . . Tendo essa ponte, essa intermediação, eu acho que facilita, justamente, para dar essa autonomia de que comecem a acontecer lá fora”.*

Por meio dos relatos apresentados até o momento, as situações nas quais as visitas monitoradas oportunizam modificações de contexto são aquelas cujos vínculos familiares encontravam-se rompidos ou enfraquecidos. Os casos envolvendo suspeita de abuso sexual, por sua vez, por serem considerados mais complexos, são menos suscetíveis às contribuições que as visitas monitoradas poderiam oferecer. O mesmo é identificado em circunstâncias graves de alienação parental. Conforme já visto em nosso estudo, são justamente esses casos que desencadeiam sentimentos de impotência, frustração e angústia nos profissionais.

Não é este, contudo, o depoimento do Dr. Fernando, que advogou em causas de alienação parental. Indagado sobre eventuais mudanças no contexto de seus clientes, assegurou: *“Tranquilo. O alienador recua. Recua, porque a criança conta em casa o que ela vivenciou lá [no Fórum]. E aí o alienador faz uma introspecção da sua conduta em relação à criança. Nítida a alteração de conduta. Na minha ótica, nítido. . . . Eu notei que os meus clientes disseram assim: ‘Doutor, depois da visita monitorada, ela [a mãe] já não impede mais. Quando eu ligo para pegar o pequeno, ela deixa. Ela não cria mais argumento falacioso para eu não pegar na escola’. Houve uma mudança radical de conduta depois da visita. Testemunho deles para mim, porque eu não estou vivenciando isso. São eles que*

me trazem e dizem: ‘Doutor, mudou’. E eu pergunto: ‘Para pior ou para melhor?’ . ‘Para melhor’. . . . Sempre que vem um especialista, ele só traz benefício”.

Por vezes, é por meio da elaboração de acordos que os magistrados notam as alterações promovidas pelas visitas monitoradas, conforme expôs, novamente, a Dra. Larissa: *“Tem coisas que a gente também não vê. Porque, às vezes, eles vêm e juntam uma petição de acordo. E a gente nem sabe o que aconteceu. A gente nem sabe. Então, quer dizer, provocou uma alteração comportamental neles. Eles conseguiram fazer um acordo. Eles já estão voltando a ter uma dinâmica parental. . . e menos ex-casal. Eu acho que, às vezes, isso que a visita monitorada permite até que eles venham aqui, se olhem, se encontrem, se vejam no papel de pais, sabe? Vão amadurecendo, vai passando o tempo também”.*

O surgimento de acordos após a realização de visitas monitoradas foi igualmente comentado pela Dra. Bruna, que relatou perceber esta mudança *“ . . . muitas vezes em audiência, muitas vezes pelo que os próprios advogados falam. Às vezes, quando o relatório vem, eles se manifestam, às vezes, antes de a gente marcar audiência. . . . Às vezes, chega acordo no processo. Porque a questão vai evoluindo no decorrer das visitas. Em Direito de Família, as coisas não são estanques, não é uma situação que passou e agora é assim ou é assado. A situação continua acontecendo no decorrer do processo. Então, é como se as visitas monitoradas tirassem um bloqueio que, se tem de resolver a questão, elas facilitassem para que a questão pudesse ser resolvida”.*

O magistrado Pedro, por outro lado, alertou que, dependendo do momento processual, as visitas podem acentuar o litígio: *“Quando o magistrado faz o estudo psicossocial antes, no início do processo, ele, na verdade, está puxando uma fase probatória e trazendo para o início. Isso tem consequências gravíssimas na perspectiva de relações. Do relacionamento. O magistrado, com a formação normal dele. . . . A gente tem cinco anos na faculdade para atuar dentro da perspectiva conflitante, litigiosa. Só quem começa a estudar outra perspectiva. . . começa a enxergar que não faz sentido você agravar o conflito. É chamada a espiral do conflito. Você agrava. Quando você faz um estudo psicossocial no início do processo, você agrava o conflito. Porque o requerido nem sabe o que está acontecendo. Eu estou falando estudo psicossocial, mas poderia ser uma visita assistida. Vai chegar um profissional, seja um assistente social, seja um psicólogo, vai chegar na casa dele ou vai chamá-lo sem ter sido estabelecido um contraditório [a oportunidade de manifestar a sua versão dos fatos nos autos]. Ele é chamado e é produzida uma prova. Ele nem sabe o que está acontecendo ali. Aquilo, para fins de mediação e conciliação, para fins de construção de consenso, é péssimo”.*

A crítica do Dr. Pedro retorna à questão da judicialização dos conflitos e do possível protagonismo dos relatórios psicológicos na manutenção dos litígios. Talvez seja justamente na contramão dessa lógica que algumas psicólogas judiciárias expuseram que têm optado por conclusões menos confrontativas em seus laudos.

5.18.2. - *As percepções das psicólogas judiciárias*

Para algumas psicólogas que trabalham ou trabalharam com visitas monitoradas, determinadas modificações nos familiares foram perceptíveis ao longo dos encontros, tal como expressou a psicóloga Lívia: *“Olha, mais casos de criança menores, pequenas, cinco, seis anos. Com aquela alegação abuso [sexual] versus alienação parental. Que, às vezes, a criança chegava aqui mais reticente e, inclusive, falava mal do pai ou da mãe, dependendo do contexto. Mas, no decorrer das visitas, agarra o pai, abraça a mãe, ‘que saudade’, ‘não quero ir embora’, chora para ir embora. . .”*.

O mesmo foi exposto pela psicóloga Tatiana, que, indagada se teria observado alterações de contexto, afirmou: *“Sim, observei. É muito curioso que, muitas vezes, eu acho que as pessoas acabam tendo inabilidades parentais por falta de orientação ou pela própria cultura, que aprendeu de educação, de estilo parental com os próprios pais. Então, às vezes, o fato de a pessoa estar aqui dentro e receber uma ou outra orientação coloca ela para pensar. Então tiveram casos que sim, que eu observei alterações tanto no visitante, quanto em quem ia trazer a criança e na própria criança. Até a mudança de perspectiva da criança. . . Quando ela vem para esse contexto da visita e se deixa, se permite sentir as contingências, o ambiente, ter uma vivência autêntica com o pai, percebi mudanças de comportamento, sim. E isso me deixa muito satisfeita. De você perceber que você está contribuindo para a recuperação de um laço ali”*.

A psicóloga Ana Clara igualmente notou mudanças nos familiares no decorrer das visitas: *“Mesmo [quando a gente] faz algumas orientações, a gente percebe que eles [os pais] acabam flexibilizando um pouco mais, conseguindo ver um pouco mais o ponto de vista do outro, sendo menos bélicos, às vezes permitindo alguma visitação, algum contato que eles não permitiriam antes e agora eles permitem. Então acho que você consegue modificação em um contexto. No caso da avaliação [psicológica], talvez ela [a modificação], claro, aconteça, mas a gente não acompanha, né. Então, às vezes, você emite um laudo e depois então o juiz dá uma regulamentação de visitas, ou ele reverte uma guarda. Vai acontecer uma mudança nesse contexto que, de forma indireta, foi ocasionada por um trabalho que a gente fez. Mas a*

gente acaba não acompanhando e não observando. Às vezes, a gente tem alguma notícia do caso, mas não é uma coisa que gente acompanha diretamente”.

Desconhecer os efeitos futuros de suas práticas é uma realidade comum entre as psicólogas. Isso porque, após encaminharem os laudos ao Juízo, as profissionais raramente obtêm notícias das famílias que atenderam, o que, por vezes, causa-lhes insatisfação.

A psicóloga Livia relatou que, ao finalizar o atendimento de um caso, orientou psicoterapia àquele núcleo familiar, porém, afirmou: *“... não sei se foi. Que é um lado que eu acho difícil. Difícil e ruim, ao mesmo tempo. . . . Porque a gente acaba não sabendo, de muitos casos, o que aconteceu. Que seria importante até para o nosso feedback, talvez, para o nosso trabalho, saber: ‘Puxa, aquilo deu certo? Aquela intervenção foi bem? Aquilo não deu muito certo?’”*. E completou: *“Vários casos eu fiquei muito com vontade de saber mesmo como que tinha se desenvolvido quando saiu daqui”*.

O mesmo foi pontuado pela psicóloga Sabrina. Quando questionada se percebeu alterações no contexto dos casos que atendeu, ela respondeu: *“Nesse ponto, eu acredito que eu não tenha como te dar. . . A gente acaba não tendo feedback. Tem casos que a pessoa vem aqui, agradece ou liga para a gente. Mas, em geral, a gente faz o estudo, entrega e não tem muito mais acompanhamento daquele processo. Como o volume [de trabalho] é muito grande, tem alguns [casos] que a gente fica curiosa, acaba olhando para ver se teve alguma modificação [no processo]. Mas, em geral, a gente acaba não tendo esse acompanhamento depois, o que aconteceu depois. E como o objetivo principal é essa avaliação, então a gente acaba não vendo uma mudança muito grande. Às vezes uma expressão, enfim, a gente percebe que mudou alguma coisa para a pessoa, mas não é algo que a gente possa dizer de uma maneira muito específica”*.

Narrativas de outras psicólogas reproduzem realidade semelhante, tal como a de Patrícia: *“Eu vejo que, às vezes, tem mudanças. Mas a gente não vai colher os frutos. Porque é pontual. Então a gente não sabe. De repente, não teve mais litígio, não teve judicialização, porque o pai desistiu da criança, a gente nunca vai saber. Ou porque, de repente, se aproximaram. Então a gente nunca vai saber”*. Ou, ainda, na fala de Joana: *“Talvez [houve mudança]. Porque, como eu não monitoro este resultado, quando acaba a visita monitorada, eu só tenho notícias a partir da juíza”*.

Assim, para terem acesso à efetividade do seu trabalho, as psicólogas judiciárias dependem, dentre outros fatores, do relacionamento que estabelecem com os magistrados. Caso contrário, permanecem no desconhecimento e na incerteza acerca de suas práticas.

Além do contato com os juízes, as psicólogas possuem outra maneira de descobrir se os procedimentos técnicos adotados foram válidos: o retorno dos autos. Muitos casos se

tornam crônicos e não raro voltam para os núcleos de Psicologia para novas avaliações e intervenções. É aí que as profissionais tomam ciência da eficácia ou não de seu trabalho.

Uma frase da psicóloga Catarina representou esta problemática, quando disse ter percebido modificações em determinado contexto a partir da seguinte situação: *“Porque não voltou nunca mais”*.

No mesmo sentido, a psicóloga Joana declarou: *“Eu consigo, dentro de alguma medida, perceber, talvez sim, algum avanço. Mas isso só se confirma se as visitas supervisionadas forem interrompidas e se essas pessoas forem entregues às suas próprias vidas. Não viver. Daí a gente vai ver depois, se o processo voltar, o que aconteceu ou não”*.

A despeito do desconhecimento a longo prazo acerca dos benefícios e prejuízos causados pelas visitas monitoradas aos familiares, alguns efeitos positivos foram reconhecidos pelas psicólogas judiciais que acompanham tais encontros. Cabe, agora, conhecer a avaliação dos pais a esse respeito.

5.18.3. - As avaliações dos familiares

A genitora Daniela caracterizou as visitas monitoradas como *“uma experiência a mais, [pois] nunca tinha passado por isso”*. Além da experiência, porém, ainda não havia identificado outras mudanças proporcionadas especificamente pelas visitas no Fórum, uma vez que sua filha continuava visitando o pai regularmente, em ambientes externos, na presença materna ou da avó.

De acordo com a Sra. Daniela, na época em que via o genitor de maneira monitorada, a filha retornava dos encontros mais agitada do que o habitual, mal-educada e com medo de monstros. Entretanto, segundo a mãe, a criança continua demonstrando os mesmos comportamentos na atualidade, após se encontrar com o pai. A genitora então considerou que este esquema, *“de ir do pai para a mãe, deixa ela [a filha] mais agitada. Confunde demais”*. Ainda, disse perceber que esta realidade *“vem afetando o psicológico”*, tanto o seu, quanto o da criança.

Os pais entrevistados, conforme já descrito em outros momentos do trabalho, expuseram visões e experiências distintas com relação às visitas monitoradas. Enquanto o Sr. Marcelo se mostrou satisfeito com o trabalho desenvolvido, o Sr. Joel apresentou descontentamento, sobretudo com relação ao laudo psicológico produzido. Do mesmo modo, quando indagados se notaram modificações em seus contextos de vida ou em si mesmos depois de vivenciarem as visitas monitoradas, estes genitores forneceram respostas contrárias.

Nas palavras do Sr. Joel: *“Se eu mudei alguma coisa em mim? Não. . . . Não interferiu em nada”*. Por outro lado, ele informou que, enquanto realizava as visitas monitoradas, manteve, concomitantemente, o convívio externo com seu filho, o que intensificou a convivência e, portanto, trouxe algum benefício: *“Eu estava vendo mais. Então ajudou. Ajudou para caramba. Teve uma evolução”*.

Não ficou claro, no discurso deste genitor, se as visitas monitoradas auxiliaram em decorrência das intervenções realizadas durante estes procedimentos, ou apenas pelo fato de que estava vendo o filho com maior frequência, naquela época. Ainda assim, ele pontuou: *“Lógico, aproximou. O negócio estava caminhando bem, até. Quando eu chegava na casa dele [do filho], o negócio já mudou, ele já vinha me receber, já estava mais receptivo, estava diferente”*. Contudo, após uma discussão entre os pais, *“foi tudo por água abaixo de novo”*.

Portanto, a conclusão do Sr. Joel acerca das visitas monitoradas foi: *“Na verdade, não alterou a questão das visitas em si ali”*. Isto é, a longo prazo, os efeitos não se sustentaram.

O Sr. Marcelo também notou evolução no vínculo com a sua filha no decorrer das visitas monitoradas: *“A primeira vez que ela me viu, ela ficou constrangida, mas depois a psicóloga até me explicou: ‘Eu acho que ela ficou constrangida pela questão de ela estar sofrendo muita alienação parental’. Tanto que isso está descrito no laudo. Que ela está sofrendo muita alienação, então ela não quer magoar a mãe. Então ela ficou meio arredia. Mas a segunda visita já caiu tudo. Ela já veio, já me abraçou, já começamos a conversar. Eu levava lanche, a gente fazia lanche junto. E, dali para frente, ela chegava e falava ‘ai, pai, eu vou ficar com saudade de você até a próxima visita’. Aquilo ali acabava comigo. Aquilo ali acabava comigo”*.

O genitor seguiu o seu relato revelando um misto de sentimentos com relação às visitas monitoradas: *“Era um misto de raiva da minha ex-mulher, por ela estar me fazendo passar por isso sem necessidade, sem eu ter feito absolutamente nada. Indignação com o Estado, com aquilo que a gente pensa que a gente confia, que era o poder jurídico, o Poder Judiciário. Porque o Estado permitiu que isso aí [o afastamento paterno-filial] acontecesse. . . . o Estado tinha que investigar primeiro, depois afastar, se houvesse necessidade. E também alegria, né? Nossa, ficar um ano e meio sem ver minha filha, de repente, daí, saiu as visitas monitoradas, eu comecei a ver. Tudo aquilo que a gente viveu, a gente começou a lembrar. Eu comecei a levar os brinquedos dela, começamos a conversar. Ela fazia várias cartinhas para mim, trazia. Então foi esse misto de sentimentos. Mas daí, quando eu chegava lá, eu olhava para ela, o sorriso dela, eu esquecia de tudo. Daí falei ‘ah, estou passando por isso mesmo, então eu vou ver o lado bom da coisa. Eu estou vendo a minha filha, graças a Deus. O resto, paciência. Não tem outro jeito, né’”*. Graças a Deus, e não ao Estado.

Contrariamente ao Sr. Joel, o Sr. Marcelo, quando questionado se as visitas monitoradas lhe trouxeram modificações posteriores, respondeu: *“Trouxeram. Trouxeram várias. Trouxeram algumas mudanças. Eu comecei a ver o quanto. . . Eu já sabia, logicamente. Mas eu comecei a ver, principalmente, o quanto minha filha era importante para mim. . . . Até no meu comportamento. Depois, eu tive um relacionamento, já me posicionava de outra forma. . . . Eu comecei a dar prioridade para os bons momentos, sabe? Com quem estava comigo. Eu mudei algumas coisas, alguns comportamentos, assim. Mais calmo, mais tranquilo. Mudei as prioridades de vida”*.

Não apenas em si mesmo, como no relacionamento com a sua filha, este pai informou preservar as orientações recebidas da psicóloga judiciária, até a atualidade: *“Trago comigo grandes dicas que ela [psicóloga] deu . . . até hoje no convívio com a minha filha. . . . Ela deu dicas de comportamento, como que a criança age, o que se passava na cabeça da minha filha. Uma coisa que eu trago até hoje: quando ela está comigo, nós não falamos da mãe dela. Isso foi uma dica que ela [psicóloga] me deu. . . . Nunca denegri a imagem da minha ex-mulher perante a minha filha. Isso foi uma outra dica que ela me deu e eu trago até hoje”*.

Por meio do discurso de Sr. Marcelo, os resultados positivos das visitas monitoradas parecem ter estreita relação com a conduta da profissional que conduziu tais procedimentos. Esta questão se remete a outra, anteriormente debatida em nosso trabalho: como evitar que o bom ou o mau andamento das visitas monitoradas dependa da atuação de cada profissional? E, finalmente: como sistematizar esta prática? Passemos, agora, a discutir estas e outras questões, em diálogo com os autores nacionais e internacionais da área.

6. - DISCUSSÃO

As visitas monitoradas são determinadas ou requeridas por motivos diversos e em situações variadas, conforme expressaram os operadores do Direito por nós entrevistados e também os textos internacionais aos quais tivemos acesso. Embora os objetivos e formatos deste procedimento apresentem similaridades ao redor do mundo, a terminologia utilizada para qualificá-lo diverge a cada região.

Visitas supervisionadas, acompanhadas, mediatizadas e terapêuticas são algumas das expressões com as quais nos deparamos nas publicações estrangeiras. O próprio termo “visita” é, dependendo da localidade, substituído por contato ou acesso. Já quando se referem à prática de entrega e devolução dos filhos aos pais na presença de um terceiro, os autores de diversos países costumam utilizar a expressão “intercâmbio monitorado”.

Dentre os textos brasileiros que fazem menção à visitação monitorada, também notamos uma variedade de nomenclaturas empregadas para caracterizar esta atividade, entre as quais estão visitas supervisionadas, acompanhadas e assistidas. Nos discursos de nossos entrevistados, não apenas a pluralidade de termos se mostrou presente, mas também as incertezas quanto aos seus respectivos sentidos e o uso indiscriminado dos mesmos. A diversidade de expressões ou imprecisão semântica – conforme assinalou Sellenet (2008) – utilizada para qualificar as visitas monitoradas reflete a multiplicidade de entendimentos e posturas adotadas nesta área de atuação.

Em nossa pesquisa, buscamos conhecer e compreender os diferentes significados e funções atribuídos à visitação monitorada por parte dos profissionais e familiares envolvidos neste procedimento, o que retomaremos, neste momento, em diálogo com a literatura nacional e internacional correspondente.

No Brasil, a prática de visitas monitoradas ainda é pouco difundida nas publicações científicas, o que podemos associar à escassez de cursos de graduação em Psicologia que, na atualidade, oferecem a disciplina de Psicologia Jurídica (Lago & Bandeira, 2009; Lago, Amato, Teixeira, Rovinski, & Bandeira, 2009; E. Silva, 2013).

Em uma pesquisa com psicólogos conduzida por Lago e Bandeira (2009) em diferentes Estados do Brasil, apenas 16% da amostra havia cursado alguma disciplina relacionada à Psicologia Jurídica durante a graduação e 80% afirmaram ter sentido a necessidade de buscar conhecimentos sobre a área através de cursos de extensão, aperfeiçoamento ou capacitação para exercer atividades relacionadas ao meio jurídico. Conforme constatado por Rovinski (2007) e Brito, Beiras e Oliveira (2012) há uma tendência dos profissionais de Psicologia a buscarem formação teórica e técnica específica somente

após terem ingressado neste campo de trabalho. Faltam, portanto, noções básicas que o psicólogo deveria ter antes de iniciar suas práticas nesta área de atuação.

Em outro estudo, Brito, Nery, Gomes, Carvalho e Peçanha (2002) verificaram que os psicólogos que integravam o quadro das Varas de Família do Estado do Rio de Janeiro ainda não possuíam metas ou diretrizes comuns, o que gerava inquietação para muitos. Nessa mesma pesquisa, a maioria dos profissionais da Psicologia entrevistados não possuía qualquer tipo de experiência previa na área e reivindicava cursos para aperfeiçoamento profissional a serem ofertados pelo Tribunal de Justiça. Além disso, diversos psicólogos diziam sentir-se sem referências em relação ao trabalho a desenvolver, com sérias interrogações sobre os limites ou os propósitos de sua intervenção.

A partir de entrevistas realizadas com psicólogos que atuam em instituições de referência na avaliação de casos de suspeita de abuso sexual contra crianças no Estado do Rio de Janeiro, Amendola (2009) também constatou que a maior parte dos profissionais não possuía capacitação ou treinamento específico para o trabalho. Um dos psicólogos relatou que, com a substituição da equipe de profissionais, não foi oferecido treinamento à equipe nova, a qual ingressou com a responsabilidade de assumir os atendimentos da equipe prévia.

Em nossa pesquisa, focada na condução de visitas monitoradas, as psicólogas judiciárias entrevistadas igualmente expressaram despreparo teórico e técnico para desenvolver tal atividade. Uma das profissionais chegou a relatar que caiu “*de paraquedas*” quando iniciou a sua carreira no Tribunal de Justiça e logo foi designada a atender um caso de visitas monitoradas. A escassez de literatura nacional sobre o tema ficou evidente nos relatos das psicólogas judiciárias, o que também confirmamos em nossa busca por referencial teórico no Brasil.

Shine (2010), ao discorrer sobre a avaliação de guarda por parte de psicólogos judiciários, referiu-se à “*tênue identidade*” (p. 111) destes profissionais. Por meio de um amplo levantamento bibliográfico, o autor apontou algumas explicações para esta situação: a relativa novidade desta especialidade profissional e o desconhecimento por parte dos psicólogos; a falta de preparo técnico específico em função da inexistência de disciplinas que abarquem este tipo de atividade nas instituições de ensino; e a possibilidade de o profissional não conseguir manter uma atitude imparcial por um viés técnico, dadas as cargas emocionais envolvidas nos casos. Embora a Psicologia Jurídica já tenha passado por significativos avanços desde a publicação desta obra, ainda podemos transportar a realidade descrita por Shine (2010) para os psicólogos que atuam nas visitas monitoradas.

Na literatura internacional, por sua vez, encontramos diversos textos e documentos que, desde a década de 1980, discutem a temática da visitação monitorada. A despeito das

diferenças de contextos nos quais este procedimento é desenvolvido no Brasil e no exterior – sobretudo o fato de ser uma prática vinculada à Justiça em nosso país e, em geral, autônoma internacionalmente –, diversas semelhanças foram verificadas em relação à nossa realidade. Além disso, os quase quarenta anos de experiência estrangeira nesta área muito podem contribuir para o nosso aprimoramento teórico e técnico, feitas as devidas adaptações.

As publicações internacionais encontradas salientam a importância de qualificação, supervisões e treinamentos periódicos dos profissionais que trabalham com visitas monitoradas. Ainda assim, a falta de preparo técnico também se mostrou uma problemática presente em determinadas regiões.

Este foi o caso do levantamento efetuado por Aris et al. (2002), no Reino Unido, que demonstrou que o treinamento dos funcionários era bastante desigual nos centros de contato. Havia, ainda, mais confiança no trabalho desenvolvido por profissionais e voluntários experientes, do que na necessidade de frequentarem cursos para se prepararem para o papel desempenhado.

Assim como no Reino Unido, constatamos que, em várias outras localidades, as equipes são constituídas por profissionais contratados e também por voluntários ou mesmo estagiários de cursos de graduação.

Segundo os pesquisadores canadenses Saini et al. (2012), os problemas relacionados ao treinamento da equipe e à padronização das práticas necessariamente incluem questões econômicas. Isso faz com que os centros de visitação precisem balancear os riscos e benefícios de recrutar voluntários de baixo custo ou profissionais onerosos. Entretanto, os autores alertam para o fato de que as famílias que necessitam de visitação supervisionada geralmente vivenciam uma miríade de dificuldades complexas, que requerem respostas igualmente complexas, não sendo possível esperar que voluntários ou funcionários destreinados respondam adequadamente a estas situações.

A falta de recursos financeiros é uma problemática recorrente nos centros de visitação monitorada ao redor do mundo. Em sua maioria, são serviços privados ou mantidos por organizações não-governamentais, recebendo escasso ou nenhum financiamento governamental. Alguns cobram taxas dos usuários, mas os valores não suprem as necessidades de manutenção e administração dos estabelecimentos, além de serem acessíveis à minoria da população, o que restringe a utilização do serviço.

Na França, por exemplo, enquanto alguns espaços de encontro funcionam gratuitamente, outros solicitam contribuições aos genitores, cujos valores variam de forma considerável de um local a outro. Contudo, dependendo da quantia solicitada, somada aos gastos com deslocamento ou mesmo hospedagem – nos casos de genitores que residem em

outras localidades –, o custo total pode ser bastante elevado. Devido a isso, em algumas situações, este total acaba por desencorajar o genitor visitante (Defensoria de Direitos da República Francesa, 2012¹⁶⁷).

Segundo Coton e Roy (2017), a metade dos espaços de encontro da França possui listas de espera decorrentes da falta de recursos, de modo que uma parte importante deles está sob a ameaça de fechar.

Clement (1998) resume de maneira clara e objetiva esta situação nos EUA:

Embora programas de visitação supervisionada continuem a se desenvolver nos Estados Unidos em resposta à crescente demanda por esses serviços, a grande maioria dos programas é de organizações não-governamentais pequenas e esforçadas, que dependem principalmente de subsídios, doações, contratos estatais e taxas para manter seus programas. Fundos inadequados forçam muitos programas a fecharem e, daqueles que resistem, a maioria oferece horários de funcionamento limitados e possuem extensivas listas de espera. A falta de fundos usualmente significa menos serviços, menores equipes e qualificações profissionais mais baixas. Enquanto alguns programas podem arcar com a contratação de profissionais de saúde mental, outros dependem de estagiários treinados ou voluntários para supervisionar as visitas. Apesar de o nível requisitado de treinamento variar dependendo do âmbito dos serviços oferecidos, um alto nível de experiência profissional é geralmente crítico para fornecer um serviço efetivo, especialmente em casos envolvendo violência doméstica (Clement, 1998, p. 302)¹⁶⁸.

Além dos problemas apontados pela referida autora, outros foram mencionados em publicações estrangeiras variadas, em decorrência da falta de financiamento, tais como: grande *turnover* de profissionais, dificultando inclusive a manutenção da confidencialidade dos casos; estrutura física inadequada para a realização dos atendimentos e insuficiente para atender às necessidades das visitas; instalações que não correspondem aos interesses de adolescentes, os quais acabam se evadindo dos programas; horários de funcionamento que não se estendem para períodos após o expediente, finais de semana ou feriados, comprometendo a convivência familiar; distribuição desigual dos centros nas regiões, deixando algumas comunidades desatendidas; demanda maior do que a capacidade dos

¹⁶⁷ *Le Défenseur des droits. Groupe de travail « Intérêt supérieur de l'enfant ». Rapport d'étape (HF/BD 22.05.12).*

¹⁶⁸ “Although supervised visitation programs continue to develop in the United States in response to the increasing demand for such services, the overwhelming majority of programs are small, struggling, nonprofit organizations that rely chiefly on grants, donations, state contracts, and fees to maintain their programs. Inadequate funds force many programs to close, and of those that endure, most offer limited operating hours and have extensive waiting lists. A lack of funds usually means fewer services, less staff, and lower professional qualifications. While some programs can afford to employ mental health professionals, others must rely on trained student interns or volunteers to supervise visits. Although the requisite level of training may vary depending on the scope of the services offered, a high degree of professional expertise is often critical to providing effective service, especially in cases involving domestic violence”, tradução nossa.

programas, gerando recusas de atendimento ou delimitação do tempo de uso dos serviços às famílias, para reduzir as filas de espera; comprometimento das medidas de segurança (Chetwin et al., 1999; Lemon, 1999; Sheeran & Hampton, 1999; Thoennes & Pearson, 1999; Bala, 2000; Aris et al., 2002; Pearson, Davis, & Thoennes, 2005; Tutty et al., 2006; Stern & Oehme, 2006, 2010; Gibbs & McKenzie, 2006; Gibbs, McKenzie e Dempster, 2007; Crook & Oehme, 2007; Sheehan et al., 2007; Morte Barrachina & Lila Murillo, 2007; Babb et al., 2009; Kieffer & Turell, 2011; Saini et al., 2012; Defensoria de Direitos da República Francesa, 2012¹⁶⁹; Alto Conselho da Família da França, 2014¹⁷⁰; Bala et al., 2016; Coton & Roy, 2017; Governo do Québec, 2018¹⁷¹).

Tendo em vista as dificuldades apontadas, Bala (2000) cita que alguns juízes norte-americanos optam por ordenar que os intercâmbios dos filhos entre os genitores ocorram em estações policiais ou dentro de fóruns. Esta medida é adotada para limitar qualquer ameaça de violência que possa surgir no momento da entrega e devolução das crianças, caso efetuadas sem supervisão. O autor pontua, porém, que esta é considerada uma última alternativa, já que tais locais podem ser inconvenientes e assustadores para as crianças.

No Brasil, Dias (2013) também caracteriza o fórum como um “... lugar que não pode ser mais inadequado” (p. 17) para a realização das visitas monitoradas. Da mesma forma, Madaleno e Madaleno (2015), após descreverem brevemente os Pontos de Encontro Familiar (PEF), na Espanha, avaliaram positivamente o programa para as crianças e adolescentes, “... dado que sua proteção fica assegurada com o assessoramento dos profissionais que ocupam este espaço de auxílio judicial neutro. . . *além de tirar dos foros este lugar que sempre se demonstrou inidôneo para as visitas monitoradas* [itálicos nossos] . . .” (p. 161).

As problemáticas citadas pelos autores podem ser associadas ao funcionamento do Centro de Visitação Assistida do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (CEVAT). Embora o serviço tenha passado por significativas mudanças nos últimos anos, sobretudo após a promulgação dos provimentos legais¹⁷² que regulamentaram o programa, este continuou apresentando problemas em sua infraestrutura que, desde a época do Plantão da Sala de Visitas (Shine & Castro, 1997) até a atualidade (De Paula et al., no prelo), é considerada precária e improvisada.

O CEVAT é, ainda, severamente criticado pela literatura nacional. D. Silva (2011), ao discorrer sobre casos de alienação parental, citou a imposição judicial de “... regimes de

¹⁶⁹ Idem nota 167.

¹⁷⁰ Idem nota 38.

¹⁷¹ *Guide relatif aux normes et à l'organisation des services pour les ressources de supervision des droits d'accès. Gouvernement du Québec.*

¹⁷² Provimento n. 1107 de 2006 e Provimento n. 2.403 de 2017.

visitas em locais considerados inadequados, como o Visitário Público do Tatuapé, monitoradas por equipes técnicas despreparadas” (p. 93). Em publicação posterior, a mesma autora posicionou-se contrariamente ao papel secundário e periférico de provedor de pensão alimentícia e visitante de poucas horas por semana, designado aos pais quando a guarda é determinada unilateralmente à mãe. E acrescentou:

. . . quando não chegam ao extremo absurdo de ‘condenarem’ desnecessariamente as visitas no Visitário Público, atualmente conhecido como CEVAT (Centro de Visitas Assistidas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TSJP), local conhecido por sua ineficiência e adversidade ao desenvolvimento psíquico de todos, especialmente das crianças, a ponto de necessitar da intervenção e reestruturação premente do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo” (D. Silva, 2016, p. 86).

Na mesma obra, a autora também mencionou reportagens veiculadas pelo programa televisivo Fantástico e pela Revista Veja, ambas em 2006, contendo duras críticas sobre este serviço.

Azambuja (2013), ao tratar sobre casos de violência sexual intrafamiliar de crianças, fez referência a algumas alternativas experimentadas pelo sistema de Justiça para lidar com esta situação, entre elas: visitas no Fórum; a criação do “visitário” (p. 391), em São Paulo; a designação de uma pessoa da confiança do genitor contínuo para acompanhar as visitas; a realização das visitas no Conselho Tutelar. A autora avaliou negativamente cada umas dessas medidas, afirmando que não atendem ao melhor interesse da criança. Especificamente ao “visitário”, Azambuja (2013) citou a mesma reportagem exibida pelo programa Fantástico e comentada por D. Silva (2016), o qual teria evidenciado que o espaço mais parecia “. . . um presídio do que um local destinado à convivência familiar e à proteção da criança, além das inúmeras irregularidades que uma instituição criada para este fim apresenta, motivando a interdição do programa” (Azambuja, 2013, p. 391).

Ainda com relação ao CEVAT, Refosco e Fernandes (2018) analisam que:

Apesar de sua boa estruturação, visitários são, por essência, locais rígidos; tendem a ser cansativos para pais e filhos, pois não há variação no local da visita, as opções de lazer em seu interior são limitadas e faltam contatos com amigos e outros parentes do visitante. . . . Embora no CEVAT existam profissionais da área da psicologia e do serviço social para oferecer assistência, esta se limita a uma supervisão e minimização de danos e riscos, sem construção nem escuta terapêutica. A assistência é um mero monitoramento, não contribuindo para o diálogo e para a elaboração emocional. Soma-se a esta limitação uma outra: a ausência de vínculo entre os profissionais e as famílias que são atendidas no visitário (Refosco & Fernandes, 2018, p. 91).

As atribuições dos profissionais atuantes nas visitas monitoradas será tema de discussão posterior. O que nos chama a atenção, neste momento, são as variadas críticas tecidas ao único serviço de visitação formalizado e regulamentado que se têm notícia em todo o País, sem se considerar os benefícios que ele pode proporcionar a inúmeras famílias.

Não apenas o CEVAT, mas outros serviços judiciários brasileiros possuem importantes problemas estruturais, conforme relatou Melo-Santos (2013) e Amendola (2009). Na pesquisa realizada pela última, com psicólogos que atuam em instituições de referência na avaliação de casos de suspeita de abuso sexual contra crianças no Estado do Rio de Janeiro, ela constatou que as instituições careciam de estrutura material e pessoal para suprir a demanda de atendimento. Esta situação gerava filas de espera pelo serviço, além de sobrecarga de trabalho, devido ao reduzido número de funcionários. Consequentemente, os profissionais não podiam se dedicar a outras atividades, como treinamentos, supervisões e reuniões de equipe. Para a autora, esta realidade se relacionava, entre outros aspectos, ao insuficiente investimento dos governos para a formação e organização dos serviços, assim como verificado no contexto internacional.

No estudo desenvolvido por Brito et al. (2002) em serviços de Psicologia Jurídica de fóruns do Estado do Rio de Janeiro, de modo geral, os entrevistados também classificaram as condições de trabalho como precárias e limitadoras da prática:

Muitas vezes, dividiam pequenos espaços com as assistentes sociais, com os defensores, ou utilizavam os bancos de espera para viabilizar um atendimento. Para garantir o sigilo necessário às entrevistas, recorriam a rodízios na ocupação das pequenas salas, com implicações que iam desde a redução da disponibilidade de horário para com os jurisdicionados à dificuldade de encontro entre os psicólogos (Brito et al., 2002, p. 132).

Da mesma forma, em nossa pesquisa, encontramos uma série de problemas envolvendo a estrutura física disponibilizada para as visitas monitoradas, acarretando dificuldades práticas à atuação das psicólogas encarregadas deste procedimento. O excesso de demanda igualmente apareceu nos relatos dos entrevistados como uma problemática que, muitas vezes, acaba por regular o formato e o método de trabalho dos profissionais da Psicologia – dificultando, inclusive, reuniões para discussão e supervisão de casos – e também do Direito.

Segundo Koerner (2002), esta realidade pode ser atribuída ao fato de o Poder Judiciário no Brasil não possuir juízes, outros profissionais e funcionários, instalações e meios suficientes para atender às demandas da população. Outro aspecto que interfere nesta

problemática é, conforme o autor, a lógica individualista e adversarial, segundo a qual o processo civil brasileiro é, em grande parte, baseado. Neste modelo, pressupõe-se que, para a resolução de um conflito, este deve ser transformado em processo ou litígio judicial, cuja decisão implica sempre a determinação de um ganhador e de um perdedor (Koerner, 2002).

Todavia, o autor afirma que a lógica adversarial é inadequada para a resolução de conflitos de família, os quais se tratam de

conflitos que envolvem pessoas que convivem no mesmo espaço social, que não são litigantes habituais; cujas relações são intensas, contínuas, multidimensionais e, por isso, pouco formalizáveis em termos de obrigações jurídicas; cujo objeto tem uma grande carga de afetividade, que não são mensuráveis nem divisíveis; cujas relações mobilizam padrões normativos de conduta diferentes dos supostos pelo sistema legal e o senso comum teórico dos juristas” (Koerner, 2002, p. 45).

Juras e Costa (2011) acrescentam que o formalismo jurídico reforça o estabelecimento de disputas e potencializa o conflito conjugal, em vez de proporcionar um ambiente propício ao diálogo familiar saudável, já que cada parte deve peticionar seus argumentos favoráveis a si e desfavoráveis a outra. De acordo com as autoras, “a concepção ainda presente no direito de família, de busca de culpados e inocentes, vencedores e vencidos no processo judicial, prioriza a disputa em detrimento das necessidades das crianças e adolescentes envolvidos” (Juras & Costa, 2011, p. 275). Neste sentido, elas entendem que a Justiça se caracteriza como um espaço não neutro para a resolução dos conflitos.

Conforme observamos em nossa pesquisa, as próprias psicólogas judiciárias que realizam as visitas monitoradas percebem a necessidade de formalizar suas práticas em nome de sua proteção ética. Isso porque, muitas vezes, são inseridas na lógica do litígio ou no movimento de judicialização (Costa, Penso, Legnani, & Sudbrack, 2009; Oliveira & Brito, 2013). A partir deste movimento, o Poder Judiciário se sobrecarrega com demandas que não dão conta de atender, enquanto as pessoas se mantêm em uma posição de dependência pelas decisões judiciais, ou de “desresponsabilização” por suas próprias vidas. Esta situação angustia a todos os envolvidos na visitação monitorada, desde os magistrados até os familiares, conforme vimos em seus discursos.

M. Silva (2011) expressa com clareza esta questão, ao afirmar que “. . . a sentença judicial, muitas vezes de modo coercitivo, ao invés de regular, mantém a posição de desresponsabilização, permitindo que as ações judiciais se multipliquem, deslizando processualmente o problema/litígio e mantendo os sujeitos na mesma posição reivindicativa” (M. Silva, 2011, p. 79).

Diante disso, questionamos: seriam as visitas monitoradas uma alternativa à lógica da adversariedade e ao movimento de judicialização ou uma maneira de perpetuá-los, com a manutenção do conflito? Dada a cronificação dos litígios verificada nos tribunais de família do Brasil (Suannes, 2008; Shine, 2010), parece-nos que a segunda opção infelizmente vem se sobressaindo em relação à primeira.

A cronificação do litígio pode ser traduzida pelo que denominamos “casos eternos” na categoria 5.6 dos Resultados, a partir das realidades relatadas por nossos entrevistados. São aqueles familiares que passam anos se visitando de forma monitorada dentro dos ambientes judiciais, enquanto aguardam uma decisão para os seus infundáveis conflitos. Esta problemática remete a outra: o tempo de duração das visitas monitoradas.

Diversas publicações científicas, guias e padrões internacionais que acessamos salientam o caráter provisório da visitação monitorada. Porém, dada a quantidade de casos que permanecem extensos períodos de tempo nesta modalidade de convívio, vários autores questionam os motivos que levam ao uso desta medida a longo prazo.

Na pesquisa realizada por Aris et al. (2002), os entrevistados, provenientes da Inglaterra e do País de Gales, enfatizaram que a supervisão requer um objetivo e um propósito, tanto em termos de um período definido de avaliação, quanto da possibilidade de progredir para um modelo menos vigilante de contato. Caso contrário, defenderam que seria necessário considerar a ausência completa de convívio ou o estabelecimento de contato de forma indireta, isto é, por meios eletrônicos ou por cartas.

Na Austrália, Sheehan et al. (2007) afirmam que os genitores devem ter a responsabilidade de negociar o encerramento da visitação supervisionada e os arranjos necessários que a seguem, seja entre eles próprios ou com as Cortes. Entretanto, os autores pontuam que, em contextos de disputas judiciais, diversos e complexos fatores reduzem a possibilidade de, em algum momento, as famílias avançarem para uma visitação auto-administrada, incluindo: doença mental dos pais; abuso crônico de substâncias; abuso físico ou sexual dos filhos por parte do genitor descontinuo; medo das crianças com relação a este; histórico de violência doméstica; forte oposição parental ao contato; medo de rapto dos filhos; conflito parental enraizado; deficiência intelectual.

Contudo, conforme Sheehan et al. (2007), estas costumam ser justamente as razões pelas quais as famílias requerem a visitação supervisionada e os serviços talvez não tenham condições de assisti-las na modificação de qualquer um desses fatores. Isso porque estes familiares necessitam de uma ampla variedade de suporte adicional para além das visitas supervisionadas, como aconselhamento individual para pais e filhos, educação parental após a separação, mediação e programas para gerenciar o sentimento de raiva. Os autores concluem

que, sem receber este suporte, muitos dos usuários não terão meios de evoluir de maneira segura para outras formas de convívio, fazendo com que utilizem os serviços por longos períodos de tempo (Sheehan et al., 2007).

Para Saini et al. (2017) estas dificuldades deixam determinadas famílias em uma situação de “limbo”¹⁷³ (p. 615) por diversos anos, sem qualquer agência ou tribunal reavaliando se a supervisão continuada é necessária ou não. Os autores citam os problemas administrativos enfrentados pelos centros que possuem muitos clientes de longo prazo, como altos custos e longas listas de espera.

Os casos eternos podem implicar, ainda, na perda da qualidade técnica do atendimento prestado, em decorrência da prolongada convivência com algumas famílias. Esta problemática foi citada pela psicóloga Tatiana em nossa pesquisa, que apontou para o risco de o distanciamento necessário entre profissionais e familiares ser prejudicado, e também nos discursos dos entrevistados por Bala et al. (2016), no Canadá.

Segundo os referidos autores, alguns prestadores de serviço de visitação monitorada alertaram para o perigo de se tornarem muito confortáveis em situações que perduram extensos períodos de tempo. O diretor de um dos serviços contemplados no estudo verbalizou: “O benefício de trabalhar com clientes de longa duração é que nós construímos uma relação, mas em um determinado ponto se alcança um pico... Nós construímos respeito e empatia com eles mas nós temos que ser cautelosos em não nos tornarmos excessivamente envolvidos”¹⁷⁴ (p. 53). Assim, caso os membros da equipe se tornem muito familiarizados com os pais que estejam sob supervisão, eles podem flexibilizar os padrões dos centros e falhar em proteger adequadamente as crianças contra prejuízos emocionais durante as visitas (Bala et al., 2016).

Além das dificuldades práticas e técnicas, Saini et al. (2017) mencionam casos em que, com o tempo, as crianças passam a se sentir insatisfeitas com a relação estabelecida com o genitor descontínuo, dadas as regras e limites impostos pelos programas. Um dos prestadores do serviço de visitação supervisionada entrevistado na pesquisa dos autores fez um relato que consideramos bastante próximo aos discursos de nossos entrevistados. Por isso, vamos reproduzi-lo aqui:

Nós temos situações em que famílias caem em uma rotina. Então semana após semana a criança pode somente estar lá e assistir a um filme e há pouca conversação e isso acontece semana após semana... eles estão apenas gastando tempo, não há progressão daquela relação... eles encontram este nível de *conforto* [itálico nosso] e nunca

¹⁷³ “limbo”, tradução nossa.

¹⁷⁴ “The benefit of working with clients’ long term is that we do build a relationship, but at some point it reaches a peak... We build respect and empathy with them but we have to be cautious of not becoming overly involved”, tradução nossa.

realmente avançam até que a criança cresce em alguns casos” (Saini et al., 2017, p. 613)¹⁷⁵.

A expressão “conforto” foi destacada no trecho acima, pois remete tanto à questão da desresponsabilização discutida previamente quanto ao prolongamento, por vezes desnecessário, das visitas monitoradas.

Um juiz entrevistado por Bala et al. (2016), seguindo este entendimento, afirmou: “Uma criança não deveria ter uma vida de acesso supervisionado. Não é o direito do genitor de ver o seu filho, é o direito do filho”¹⁷⁶ (p. 65). Concordando com este magistrado, os autores defendem que nos casos em que o acesso supervisionado perde o seu valor para a criança, ele deve ser encerrado. Isso porque desenvolver um vínculo paterno-filial dentro de um centro de acesso pode não compreender os interesses a longo prazo da criança, se este contato não puder ser traduzido a um contexto sem supervisão (Bala et al., 2016).

Neste sentido, os casos de longa duração parecem ter íntima relação com a dependência que as pessoas criam pelo Judiciário – ou que este desenvolve naquelas. Um dos motivos pode ser a demora para a resolução dos conflitos e acusações que tramitam na Justiça.

Clement (1998), ao discorrer sobre casos em que há alegações de violência contra crianças, explica que muitas Cortes optam pela via da precaução e emitem ordens temporárias para visitação supervisionada, enquanto se investigam as acusações. Contudo, em muitas instâncias, as decisões temporárias se transformam em decretos definitivos. Conforme a autora, nem a precaução judicial, que visa proteger crianças vulneráveis, nem a visitação supervisionada, cujo objetivo é preservar a relação paterno-filial, são o problema. Na realidade, o problema está em um sistema de proteção à criança que tolera lentas investigações e intermináveis atrasos judiciais. Dada a falta de prazos rigorosos para a resolução, os casos de violência contra crianças geralmente se arrastam por meses ou mesmo anos, o que aponta para a necessidade de leis que acelerem investigações e sentenças finais (Clement, 1998).

Em nossa pesquisa, verificamos a mesma realidade, já que as visitas monitoradas entre um genitor acusado de violência – geralmente, sexual – e seu(s) filho(s) habitualmente são mantidas pela Justiça, enquanto se investigam tais acusações. Porém, esta situação pode se

¹⁷⁵ “We have situations where families fall into a routine. So week after week the child may just be there and watch a movie and there is very little conversation and it happens week after week... they are just spending time, there is no progression of that relationship... they find this comfort level and never actually move until the child ages out in some instances”, tradução nossa.

¹⁷⁶ “A child should not have a life of supervised access. It is not the right of the parent to see their child, it is the child’s right”, tradução nossa.

estender por anos. Em tais casos, as psicólogas judiciárias que entrevistamos expressaram insatisfação, visto que deixam de exercer papel avaliativo ou interventivo, assumindo apenas funções que caracterizaram como de vigia, “*planta*” ou “*babá*”.

As promotoras e os juízes, por sua vez, salientaram a importância da manutenção do convívio, conforme expressou o magistrado Pedro: “*Me parece que o Estado não pode suspender, de um lado, a convivência e, por outro lado, não atender a necessidade de convivência de filhos e pais e mães. Me parece que passa a ser uma responsabilidade do Estado a administração disso. . . . Eu, enquanto juiz, suspendi, eu tenho que administrar aquela convivência dentro do Estado*”.

Os limites da intervenção do Estado nos conflitos familiares são discutidos por Groeninga (2003), que caracteriza a família como “*célula mater da sociedade*” (p. 103) e afirma que ela deve contar com a especial proteção do Estado. Entretanto, a autora pontua que, quando esta proteção não é pensada a partir das necessidades da família, mas do próprio Estado, este acaba por exceder as suas funções e assumir um papel hegemônico, patriarcal, de dominação e controle. Neste sentido, ela salienta a importância dos limites da intervenção do Estado e a responsabilidade que cabe a este em respeitar a família, dando-lhe condições ao seu melhor desenvolvimento.

Para tanto, Groeninga (2003) destaca a necessidade de se considerar as contribuições de outras disciplinas, uma vez que “a compreensão do desenvolvimento do indivíduo, de sua natureza interna conflituosa e de sua vulnerabilidade ampliam a consciência da importância da família para a proteção, manutenção e compreensão da dignidade” (p. 104). Ainda que atualmente a Justiça brasileira lance mão do auxílio da Psicologia para os casos de Varas de Família e, especificamente, de visitas monitoradas, observamos que este procedimento, muitas vezes, contribui para a manutenção da excessiva intervenção do Estado junto às famílias, ao invés de favorecer a autonomia destas.

Ainda segundo Groeninga (2011), historicamente, houve uma mudança de enfoque da proteção e controle da conjugalidade para a parentalidade, por parte do Estado: “E, neste aspecto, o Estado continua a exercer papel intervencionista, com limites não tão claros quanto à sua atuação. . . . O dever em proteger os interesses dos vulneráveis trouxe consigo o poder em decidir quais são esses interesses” (p. 123).

A incerteza quanto aos limites da intervenção, discutida a nível macro por Groeninga (2003), foi também evidenciada na prática de nossos entrevistados, conforme expusemos na categoria que levou o nome “*‘Acho que não é claro qual é esse limite, onde acaba essa intervenção do Judiciário’*: sobre os limites da intervenção”.

Retomamos aqui a problemática entre avaliação (perícia) e intervenção vivenciada pelos psicólogos judiciais em geral e, inclusive, pelos profissionais que atuam em visitas monitoradas – conforme já nos debruçamos na Revisão de Literatura e nos Resultados de nosso estudo.

Diferentemente de uma atuação interventiva – ou mesmo clínica –, a avaliação psicológica no contexto das Varas de Família possui cunho pericial, com a finalidade de esclarecer os conflitos psicológicos e relacionais existentes nas demandas judiciais, a fim de subsidiar as decisões dos juízes. As publicações brasileiras sobre Psicologia Jurídica abordam amplamente esta temática, que revisitaremos de forma breve, em diálogo com a prática de nossos entrevistados.

Rovinski (2007) afirma que o objetivo final da avaliação forense sempre será responder a uma questão legal expressa pelo juiz ou por outro agente jurídico, por meio da compreensão psicológica do caso. Assim, alguns aspectos clínicos, como o diagnóstico e a necessidade de tratamento, ficam em segundo plano, em relação aos aspectos de relevância legal no caso. A psicóloga Joana, por exemplo, reconheceu esta distinção entre as práticas jurídica e clínica, mas disse perceber os efeitos terapêuticos que podem emergir de sua atuação junto aos familiares.

Shine (2002) defende que a atuação do psicólogo judicial, enquanto agente da instituição, tem uma amplitude maior do que a de perito. Ele salienta que não confunde perícia com psicoterapia, mas reconhece que, em certos momentos, a tarefa pericial pode fornecer uma oportunidade para as pessoas se sentirem compreendidas e acolhidas em sua necessidade de reconhecimento de uma dor ou sensação de ser injustiçado, o que pode ser terapêutico.

Em outra obra, Shine (2009) complementa:

Se para a Justiça o laudo era utilizado como *uma prova técnica*, ou seja, um instrumento que daria um acesso privilegiado à Verdade, para a Psicologia, ou pelo menos para mim, ela deveria ser uma forma de chamar atenção às necessidades psicológicas dos envolvidos. Poder simbolizar (interpretar conflitos), fazer circular a comunicação interrompida (os pais que não falam entre si) e escutar o infantil (também presente nos adultos) teria, ao final das contas, um efeito terapêutico para adultos e crianças (Shine, 2009, p. 11).

Sobre esta questão, Marques da Silva (2001), citado por Shine (2010), afirma: “. . . nos questionamos se não seria um ‘desperdício de dados’ e de ‘conteúdos emocionais’, se não sensibilizarmos ou trabalharmos terapêuticamente, ainda que de maneira breve, aqueles que

estiverem sendo nosso objeto de estudo com vistas à produção de um laudo, com sugestões e orientações possíveis” (Marques da Silva, 2001, p. 76, citado por Shine, 2010, p. 97).

Amendola (2009) menciona que os pais que participaram de sua pesquisa, no Estado do Rio de Janeiro, apontaram certo grau de satisfação com relação aos atendimentos prestados pelos peritos psicólogos funcionários do Tribunal de Justiça, pelo fato de terem sido ouvidos em sua versão da história. Isto é, perceberam o efeito terapêutico do trabalho avaliativo efetuado pelos profissionais.

Ainda que as psicólogas por nós entrevistadas compreendam o foco prioritariamente avaliativo de suas atividades, a intenção clínica apareceu fortemente no discurso de algumas delas, por entenderem que *“esse é o ideal do psicólogo”* (Catarina).

Rovinski (2007) afirma que a mudança de postura clínica para jurídica é um desafio para os psicólogos que receberam apenas uma visão clínica nas universidades, o que pode ser problemático. Segundo a autora:

Há uma tendência desses profissionais procurarem, durante o processo de perícia, exercer um papel terapêutico, mediante intervenções que procuram gerar mudanças no periciado. Com isso, perdem o referencial de seu trabalho e a possibilidade de construir um conjunto de dados consistente para fundamentar suas conclusões, criando situações de conflitos éticos de difícil solução, principalmente quanto ao nível de confidencialidade (Rovinski, 2007, p. 42).

Entretanto, essas distinções de papéis parecem difíceis de ser colocadas em prática nos casos de visitas monitoradas, dada a proximidade que se estabelece com as famílias e os períodos, por vezes longos, de convívio com tais pessoas. Manter o viés pericial em detrimento de qualquer intervenção parece não atender às complexas demandas dos familiares. Por este motivo, tanto as psicólogas judiciárias entrevistadas quanto os operadores do Direito posicionaram-se a favor da realização de intervenções breves e pontuais, no decorrer do processo avaliativo que se dá durante as visitas monitoradas.

Uma vez mais, deparamo-nos com a contraposição entre avaliação e intervenção, isto é, as visitas monitoradas com finalidade interventiva, com vistas a viabilizar o fortalecimento dos vínculos familiares, mas se tornando, em última instância, uma prova nos autos. Frente a isso, indagamos: será possível conciliar ambas as finalidades, em um único procedimento, efetuado pelo mesmo profissional, em um contexto judiciário? Não se enquadrando enquanto uma atividade tipicamente pericial e tampouco como um atendimento clínico, onde se situa a prática das visitas monitoradas? Parece-nos que o “limbo” citado previamente por Saini et al. (2017, p. 615) serve não apenas para os familiares que passam longos períodos de suas vidas convivendo sob esta modalidade, mas para os próprios profissionais que a executam.

Um dos fatores geradores de angústia para os psicólogos que realizam as visitas monitoradas são os laudos delas decorrentes. Uma vez finalizados os procedimentos no âmbito judiciário, os profissionais produzem laudos que, como dissemos, transformam-se em provas nos processos. E isso é de pleno conhecimento de todos os envolvidos neste contexto, desde magistrados até familiares.

De acordo com Jenkins, Park e Peterson-Badali (1997), os relatórios escritos sobre as visitas podem ser um aspecto de insatisfação aos genitores que vivenciam os encontros como uma trégua da intensa disputa judicial na qual eles geralmente estão engajados em torno de seus filhos. Possivelmente, conforme os autores, o relatório os lembra sobre sua vulnerabilidade nesta disputa.

Por outro lado, entendemos que tais documentos podem ser utilizados pelos pais como um mecanismo para acirrar o litígio e obter vantagens sobre a parte adversária.

Independentemente do viés que se atribui aos laudos psicológicos, percebemos os efeitos destes não apenas no andamento processual, mas na vida das pessoas. Diante disso, Maciel e Cruz (2009a) alertam que “. . . cabe ao psicólogo avaliar a dimensão do impacto que seus resultados [do laudo] trarão à vida das pessoas que foram objeto de sua avaliação. Conhecer essas dimensões implica em selecionar o tipo de informação dada, bem como os limites de seu uso” (p. 46).

Também quanto a esta questão, Castro (2013) afirma: “Como um laudo de um perito psicólogo auxilia na formulação da sentença do juiz, podemos considerar que os psicólogos acabam influenciando nas próprias mudanças sociais” (p. 34). Segundo a autora, os laudos psicológicos utilizados nas sentenças judiciais podem levar à criação de jurisprudências novas que, consequentemente, modificam as leis de um país. Neste sentido, ela salienta que o alcance da perícia é bastante amplo, não apenas para modificar a situação imediata das partes envolvidas, mas também para transformar a coletividade.

Assim, a elaboração do laudo é igualmente delicada:

A elaboração do laudo deverá ser muito bem formulada. O tipo de escrita deverá ser claro o suficiente para que profissionais de outras áreas o compreendam: juízes, promotores e advogados. Deverá conter dados úteis para elucidar as questões ao juiz, *com o cuidado de não expor elementos desnecessários que possam abalar psiquicamente as partes que poderão ter acesso ao laudo. É também imprescindível que o laudo evite ser mais uma peça a promover a discórdia entre as partes em vez de auxiliar a solucioná-la* [itálicos nossos]” (Castro, 2013, p. 36).

A psicóloga Patrícia, por nós entrevistada, demonstrou o mesmo entendimento, quando avaliou: “*De uns tempos pra cá, eu tenho tido muita consciência de fazer as*

entrevistas e os relatórios não de modo confrontativo, sabe?. . . . Porque eles usam o nosso relatório como arma e isso faz exatamente o que a gente não quer, que é potencializar o litígio”.

Shine (2009) destaca que, no cotidiano do psicólogo judiciário, surgem muitas perguntas, entre as quais:

Como escrever um laudo bom? O que é um bom laudo? O que ele deve conter? Como escrever um trabalho técnico sem deixar de comunicar o essencial ao destinatário não-psicólogo? Como ser fiel às pessoas atendidas e retratadas no laudo sem tornar o material maçante, ainda que científico, por um lado, ou produzir um romance, mas literatura, pelo outro? O psicólogo seria um ‘tradutor’ de uma verdade que pré-existe em algum lugar no examinado ou seria ele o criador de tal ‘verdade’? (Shine, 2009, p. 17).

Vemos, a partir deste trecho, que o autor retoma a questão da verdade, que já identificamos na análise dos discursos de nossos entrevistados, tal como expressou o Dr. Fernando: *“A minha maior expectativa, enquanto advogado, é o resgate da verdade. Porque o laudo que vem da visita monitorada vai se chocar contra a versão unilateral e vai dizer para o juiz quem está dizendo a verdade e quem faltou com a verdade”.*

Todavia, neste momento, o que gostaríamos de destacar é o papel de “tradutor” desta verdade, mencionado por Shine (2009) e também pela magistrada Larissa, quando expressou a sua expectativa com relação às visitas monitoradas e ao laudo delas decorrente: *“É isso que eu espero: que, a partir dos conhecimentos de Psicologia que ele [o psicólogo] tem, ele consiga traduzir o que aqueles comportamentos que foram observados possam dizer”.* Novamente, depreendemos que o papel do tradutor da verdade está implicado na função do perito.

Com vistas a suprir a necessidade de resgate da verdade e não abrir margem para laudos psicológicos insatisfatórios, o genitor Joel sugeriu o uso de câmeras de monitoramento durante as visitas monitoradas. Nos textos e documentos de diversos países aos quais tivemos acesso em nossa pesquisa bibliográfica, verificamos que, do modo geral, o uso de câmeras nos centros de convivência visa à segurança dos familiares e dos próprios funcionários. Na fala do Sr. Joel, porém, a utilização deste instrumento seria voltada à produção de provas.

Sobre esta questão, Stern e Oehme (2002) levantam uma discussão sobre os tipos de registro que podem ser efetuados a partir dos encontros, entre os quais: relatórios escritos, testemunhos orais e fitas de vídeo. Os autores reconhecem haver diferenças qualitativas entre tais ferramentas de registro, e consideram que as fitas de vídeo oferecem a representação mais precisa do que se retrata.

Contudo, por mais que sejam objetivamente confiáveis, as formas de registro e sobretudo as fitas de vídeo ressaltam a lacuna existente entre noções convencionais de aceitação de certos comportamentos parentais e o perigo de se conceder demasiada relevância a determinadas condutas, adotadas em um contexto considerado superficial (Stern & Oehme, 2002). Assim, os autores destacam o impacto prejudicial do uso de fitas de vídeo nas visitas supervisionadas, por supervalorizar o caráter probatório desta prática, em detrimento de um contexto apropriado para o convívio. Excluindo-se este contexto, as fitas de vídeo somente providenciam uma versão menos subjetiva da informação, o que, segundo Stern e Oehme (2002), distorce a investigação judicial – principalmente nos casos das “‘boas’ visitas”¹⁷⁷ (p. 29) – e, conseqüentemente, prejudica o melhor interesse da criança.

Concordamos com este entendimento de Stern e Oehme (2002), uma vez que, por meio do uso de câmeras de monitoramento, o psicólogo perderia a sua função de “tradutor”, não de uma verdade, mas dos fenômenos observados. Estes se tornariam cruamente acessíveis a todos os envolvidos na lide judicial e, conseqüentemente, sujeitos aos seus anseios e interpretações. Além disso, o aspecto artificial mencionado pelos autores é outro fator a ser considerado no momento do registro das interações familiares, as quais correriam o risco de ser compreendidas isoladamente, sem qualquer análise subjetiva ou contextualização.

A artificialidade do contexto interfere não apenas na confecção dos relatórios, mas na própria convivência entre os familiares. Esta questão foi abordada em nossa Revisão de Literatura e também em nossos Resultados, a partir dos discursos dos entrevistados, o que gerou uma categoria sobre a artificialidade do ambiente judiciário para a efetividade das visitas monitoradas.

Bastard (2010) afirma que, na França, há muitos anos, crianças reencontram, ao menos durante uma parte de suas vidas até a adolescência, seu genitor – frequentemente seu pai – no âmbito “*artificial*”¹⁷⁸ (p. 54) [itálico nosso] dos espaços de encontro. Para o autor, estes locais têm um caráter especial, por estabelecerem uma interface entre o privado e o público. Por isso, eles desempenham constantemente um registro duplo: a coerção e o apelo à autorregulação para tentar manter ou restaurar uma relação, a qual se espera que poderá prosseguir sem a assistência da intervenção (Bastard, 2010).

A jurista francesa Claire Neirinck (2011), por sua vez, faz uma severa crítica a esta condição especial dos espaços de encontro e das visitas “mediatizadas” propriamente ditas. Por considerarmos o entendimento desta autora bastante válido para pensarmos em nossas próprias práticas, neste momento nos deteremos detalhadamente nele.

¹⁷⁷ “‘good’ visits”, tradução nossa.

¹⁷⁸ “*artificiel*”, tradução nossa.

Neirinck (2011) expõe que, ao determinar o convívio em um espaço de encontro, o juiz de família se assegura que a visita será controlada, uma vez que o genitor que visitará seu filho de maneira mediatizada não é necessariamente confiável. Assim, a mediatização é realizada por um terceiro, cuja presença permanente está implícita em um local exterior ao domicílio da família. Entretanto, a autora indaga se a relação familiar, pelo caráter inerente a ela, justamente não excluiria a presença de um terceiro. Para ela, se a contradição da justaposição dos termos “direito de visita” e “mediatização” não produz uma colisão, é porque, provavelmente, a vida familiar vivida sob o olhar deste intermediário já está fora do esquema familiar clássico. Isto é, os pais só possuem o direito de visita quando estão privados do convívio com seus filhos, caso contrário, seriam os genitores contínuos, que convivem cotidianamente com aqueles, sem qualquer limite ou controle.

Segundo Neirinck (2010, 2011), o direito de visita e o direito de pernoite¹⁷⁹ – que é um direito de visita com duração de alguns dias, tal como o final de semana, ou algumas semanas, como as férias – constituem-se em momentos privilegiados, em que se reconstrói, durante um tempo limitado, a relação familiar inicial, afetada pela decisão judicial de se confiar as crianças e/ou adolescentes a um único genitor. Ela aponta que, durante o tempo de seu exercício, a relação de pai e filhos separados pode se revitalizar. Contudo, sem questionar a utilidade prática, o sucesso ou a justificativa deste procedimento, a autora defende que o mesmo não é neutro, argumentando que a mediatização desnatura o direito de visita e reduz os direitos dos pais.

Portanto, para Neirinck (2010), o direito de visita mediatizada é um direito de visita “amputado”¹⁸⁰ (p. 19). Dada a duração limitada de tempo dos encontros, que é definida previamente pelo terceiro que os acompanha, e pela necessidade de garantir a rotatividade dos beneficiários, esta modalidade impõe a supressão automática da possibilidade de o genitor receber os filhos em sua casa, para uma verdadeira estadia. Assim, os contatos de longa duração, que permitem uma reconstituição mais importante e efetiva da vida familiar, são sacrificados. Além disso, a mediatização institui que pais e filhos se encontrem em um ambiente estranho, onde eles não podem se comportar como desejam ou como habitualmente fariam em casa. É justamente para evitar isso que um terceiro assiste às reuniões familiares.

Embora destaque que, durante o tempo da visita, o genitor tenha a possibilidade de decidir livremente sobre as atividades de seu filho e se responsabilizar por ele – tendo em vista que, na França, geralmente ambos os genitores conservam a autoridade parental sobre os

¹⁷⁹ O termo legal francês e utilizado pela autora é “*droit d’hébergement*” (Neirinck, 2010, p. 19), que poderia ser traduzido por “direito de hospedagem”. Porém, optamos por usar “direito de pernoite”, para facilitar a compreensão.

¹⁸⁰ “*amputé*”, tradução nossa.

filhos após a separação –, Neirinck (2010) questiona: “O que pode decidir, o que pode fazer o genitor que vê seu filho somente no contexto de uma visita mediatizada?” (p. 20)¹⁸¹. Ela salienta que a mediatização reduz o direito de visita a um simples contato, no qual pais e filhos apenas se veem e se falam, de modo que estas relações, reduzidas em tempo e em conteúdo, são necessariamente superficiais. Neste sentido, a autora defende que as visitas mediatizadas nem sempre permitem a compensação da alteração das relações familiares inevitavelmente originada pela separação conjugal.

Conforme Neirinck (2010), se a mediatização é apresentada como uma modalidade do direito de visita, em realidade, ela esvazia e amputa o que é a sua razão de ser e a sua essência: a manutenção da vida familiar para além da separação. Ela o substitui por um direito enfraquecido, uma abstração: a manutenção do vínculo. Segundo a autora, esta é a justificativa que é dada na legislação francesa voltada à separação e também por aqueles que participam das visitas mediatizadas. Porém, Neirinck (2010) indaga de qual vínculo se trata, quando as separações que deram lugar ao reconhecimento legal da mediatização não levam em conta o papel da parentalidade e nem da autoridade.

Ainda de acordo com a autora, todo indivíduo tem direito a uma esfera de intimidade, onde não entram terceiros. Ela explica que a vida privada não é somente o oposto à vida pública, havendo uma parte da vida privada que deve ser inacessível a qualquer terceiro. A vida privada permite a proteção dos sentimentos, a história da família, os comportamentos privados. A jurista também ressalta que a vida familiar eleva esta intimidade, onde o acesso é interditado àqueles que não fazem parte dela. Portanto, a mediatização do direito de visita viola esta intimidade, ao impor, durante toda a sua duração, a presença de um terceiro encarregado de controlar o desenvolvimento.

Neste sentido, um direito de visita mediatizado não permite aos familiares trocarem entre si, a não ser que sob o olhar de outrem e escutados por outrem, incluindo, nesta esfera, seus sentimentos, suas esperanças e os eventos de suas vidas. De acordo com Neirinck (2010), “é particularmente difícil se comunicar quando somos controlados. É difícil fazer como se estivéssemos entre nós, de ignorar a presença estranha. O terceiro, embora neutro, entra mais ou menos nessa relação e somente por sua presença, modifica-a. Ele a assiste de outro lugar para limitar os comportamentos ou as afirmações excessivas” (p. 22)¹⁸². A esse respeito, a

¹⁸¹ “*Que peut décider, que peut faire le parent qui ne voit son enfant que dans le cadre d’une visite médiatisée?*”, tradução nossa.

¹⁸² “*Il est particulièrement difficile de communiquer quand on est contrôlé. Il est difficile de faire comme si on était entre soi, d’ignorer la présence étrangère. Le tiers, bien que neutre, rentre peu ou prou dans cette relation et par sa seule présence la modifie. Il y assiste d’ailleurs pour endiguer les comportements ou les propos excessifs*”, tradução nossa.

autora cita uma pesquisa¹⁸³ que relata as primeiras experiências de mediatização do direito de visita na França. Os assistentes sociais que intervinham no âmbito da separação dos pais testemunhavam que:

Outros pais se sentem um pouco vigiados. Eles o falam raramente. Mas não é fácil para eles de ter uma testemunha... É pela experiência e pelo *'feeling'* que nós sentimos se devemos estar lá ou não... Devemos tentar estar presentes sem sermos pesados, sem que o genitor visitante tenha o sentimento de ser monitorado, e ao mesmo tempo, já que está sob a ordem do juiz, é preciso que ele saiba que há alguém (Fondation de France, 1994, p. 145, citado por Neirinck, 2010, p. 22)¹⁸⁴.

Neirinck (2010) afirma ser frequente que o juiz de família solicite a mediatização, porque a presença do terceiro, quando no exercício do direito de visita, permite-lhe obter informações que lhe são úteis sobre o comportamento parental. Assim, ainda no estudo citado pela autora, os juízes interrogados admitiram, em grande proporção, que a mediatização lhes permitia ganhar tempo para obter as informações complementares pesquisadas alhures. Em todo caso, os pais tinham a consciência de que eram colocados sob o olhar de um terceiro pela vontade de um juiz, de modo que a vida familiar perdia seu caráter íntimo.

A jurista esclarece que, quando um juiz ordena um direito de visita mediatizado, significa que ele deseja preservar a relação familiar, mas, igualmente, desconfia e prefere limitá-la. Entretanto, ela faz uma crítica a este posicionamento do magistrado, alegando que, ao invés de decidir esta contradição, ele escolhe a solução que lhe permite não decidir, o que, para a autora, trata-se de um desengajamento do papel do juiz.

Por fim, conforme Neirinck (2010), a mediatização do direito de visita causa a impressão de que o magistrado protege a criança, totalmente respeitando a vida familiar, pois ele assegura a manutenção do vínculo. Contudo, ela defende que: ou os pais podem se responsabilizar por seus filhos e lhes oferecer os cuidados adequados, eventualmente auxiliados pelos serviços sociais, os quais devem os ajudar a fazê-lo; ou eles não podem fazê-lo e o exercício ou o direito de autoridade parental lhes deve ser retirado. Deste modo, o direito de visita mediatizada permite afirmar, uma vez mais, que os direitos dos genitores são inoperantes (Neirinck, 2010).

No estudo de Aris et al. (2002), no Reino Unido, um dos pais apresentou justamente este viés, quando afirmou: “É muito difícil estar em um ambiente onde eu acho muito duro

¹⁸³ Fondation de France (1994). Enfants, parents et séparation: Lieux d'accueil pour l'exercice du droit de visite et d'hébergement. *Cahiers* (8).

¹⁸⁴ “D’autres parents se sentent un peu surveillés. Ils le disent rarement. Mais c’est ne pas facile pour eux d’avoir un témoin... C’est par l’expérience et ‘au feeling’ qu’on sent s’il faut être là ou pas... Il faut essayer d’être présent sans être pesant, sans que le parent visiteur ait le sentiment d’être surveillé, et en même temps, puisque c’est dans l’ordonnance du juge, il faut qu’il sache qu’il y a quelqu’un”, tradução nossa.

relaxar e ser eu mesmo. Há muitas pessoas que usam o centro, o que torna ainda mais difícil para qualquer privacidade para fazer coisas normais que um pai usualmente faria com o seu filho. Por exemplo, assistir à TV, levar a criança ao parque, ler calmamente”¹⁸⁵ (p. 82). Outro genitor entrevistado no mesmo estudo verbalizou: “É mais limitado/não espontâneo. Vocês dois estão cientes de que vocês estão sendo observados. Um centro de contato não é uma casa”¹⁸⁶ (Aris et al., 2002, p. 86).

Em nossa pesquisa, o genitor Marcelo expressou que, embora tenha apreciado a retomada dos encontros com sua filha por meio das visitas monitoradas, isso não refletia a convivência que almejava ter com ela: *“Não era do jeito que eu queria. Eu queria ter convívio, queria buscar minha filha na escola, eu queria levar ela para passear, eu queria levar ela, a gente descer para a praia, eu queria ter convívio com ela, saber o que estava acontecendo com ela no dia-a-dia”*.

O mesmo genitor também associou a experiência nas visitas monitoradas com o ambiente prisional, quando afirmou: *“Isso é uma coisa muito constrangedora. Parece que você não está indo ver o seu filho, você está indo visitar um presidiário. Era assim que eu me sentia. . .”*. Esta associação foi feita por outros entrevistados de nossa pesquisa e igualmente apareceu em textos nacionais e internacionais. Shine e Castro (1997), ao discorrerem sobre o extinto Plantão da Sala de Visitas (atual CEVAT), descrevem que “alguns genitores descontínuos se recusam a comparecer nestes Plantões. Um dos motivos mais comuns é de que se sentem como se fossem criminosos e tivessem que estar ‘presos’ naquele espaço. É inegável o caráter de cerceamento de liberdade neste contexto” (Shine & Castro, 1997, p. 12).

Chetwin et al. (1999), na Nova Zelândia, também coletaram informações de pais que se sentiam “. . . trancados, observados, como um criminoso”¹⁸⁷ (p. 37). Em Israel, a partir de um estudo realizado por Buchbinder (2015), alguns genitores caracterizaram os centros de visita positivamente, como pontes de acesso aos seus filhos. Por outro lado, diversos outros os caracterizaram como locais hostis e os relacionaram a prisões, por removerem a sua liberdade no exercício da paternidade. Um dos pais expressou: “É uma prisão. . . . Você não está sob condições normais, como um pai em casa com a sua filha, que podem sair para

¹⁸⁵ “It is very difficult to be in an environment where I find it hard to relax and be myself. There are too many other people who use the centre which makes it difficult for any privacy to do normal things a father would usually do with his child. For example, watch TV, take child to park, read quietly”, tradução nossa.

¹⁸⁶ “It is more constrained/not spontaneous. You are both aware that you are being observed. A contact centre is not a home”, tradução nossa.

¹⁸⁷ “. . . locked in, watched, like a criminal”, tradução nossa.

caminhar quando quiserem. . . . Aqui, eu estou em uma prisão, dentro de uma sala. Isso me frustra. Essa é a minha experiência mais difícil. . . .”¹⁸⁸ (Buchbinder, 2015, p. 160).

Uma das alternativas encontradas por alguns programas internacionais para amenizar a artificialidade característica do contexto de visita supervisionada foi a estruturação dos serviços em casas – tal como na Espanha e no Canadá, conforme descrevemos na Revisão de Literatura. Segundo Tutty et al. (2006), as instalações que mais satisfaziam os usuários eram as residenciais, por avaliarem o quão “normal”¹⁸⁹ (p. 40) parecia se encontrar com os filhos nestes locais, e não em escritórios ou ambientes institucionais.

A despeito disso, conforme Stern e Oehme (2002), o genitor descontinuo é constantemente lembrado da natureza artificial e superficial da visita supervisionada, dada a presença do profissional, o qual provavelmente estará segurando uma prancheta e tomando notas para o preparo de seu relatório. Um dos genitores entrevistados na pesquisa de Buchbinder (2015), em Israel, pontuou justamente esta questão: “. . . Eles estão me observando, me examinando, e vendo o que eu faço com os meus filhos, fazendo anotações, seja o que for que eles queiram escrever. Diferentes pessoas veem as coisas diferentemente. A assistente social vê algo diferente do que você veria; o que você veria não é o que eu veria. Como eu sei o que ela está escrevendo? Eu não sei. . . .”¹⁹⁰ (págs. 160-161).

Stern e Oehme (2002) caracterizam, ainda, o contexto da visita supervisionada como um “ambiente esterilizado”¹⁹¹ (p. 13), tendo em vista a grande probabilidade de o genitor descontinuo seguir as regras do programa, gerando nas crianças a mensagem de que estarão seguras externamente. Para os autores, embora estas crianças possam vivenciar algum desconforto pela falta de familiaridade com o espaço das visitas supervisionadas, profissionais simpáticos – que acolhem, orientam e as tranquilizam –, somado a uma estrutura física projetada especialmente para ser receptiva às crianças, podem atenuar ou mesmo mascarar qualquer medo ou ansiedade da criança durante as visitas.

Portanto, Stern e Oehme (2002) defendem: “Sob estas circunstâncias sanitárias, é altamente inapropriado usar uma visita orquestrada de uma ou duas horas (ou uma coleção de

¹⁸⁸ “It’s a prison. . . . You’re not under normal conditions, like a dad at home with his daughter, who can go out for a walk when they feel like. . . . Here, I’m in prison, inside a room. It frustrates me. That is my most difficult experience. . . .”, tradução nossa.

¹⁸⁹ “normal”, tradução nossa.

¹⁹⁰ “. . . They’re observing me, examining me, and seeing what I do with my children, making notes, as it were, whatever they want to write down. Different people see things differently. The social worker sees something different than what you would see; what you would see is not what I see. How do I know what she is writing down? I don’t know. . . .”, tradução nossa.

¹⁹¹ “sterile environment”, tradução nossa.

visitas) para provar que a criança esteve ou estará tão confortável com aquele genitor em qualquer outro contexto”¹⁹² (Stern & Oehme, 2002, p. 13).

Strauss (1995, citado por Comtois, 2013, pp. 29-30) reitera esta visão, quando alerta que mesmo que as visitas supervisionadas se desenvolvam bem, é relativamente impossível prever como o genitor cuidará de seu filho assim que as visitas deixem de ser enquadradas e supervisionadas.

Os profissionais entrevistados em nossa pesquisa igualmente percebem a pressão e a artificialidade que o contexto judiciário impõe sobre o comportamento das pessoas, bem como as dificuldades técnicas implicadas nesta limitação. A magistrada Renata, por exemplo, levantou a questão das condutas violentas de alguns pais que, não necessariamente, aparecerão durante as visitas monitoradas, afirmando: “. . . Isso não vai ser detectado aqui. Ele não vai ser violento com a criança aqui. Acho, né?”. Conforme já mencionamos no decorrer do trabalho, diversas publicações estrangeiras sobre visitação supervisionada discutem conjuntamente a temática da violência doméstica.

Dentre os aspectos abordados está o comportamento bom e manipulador apresentado com frequência pelos agressores durante os encontros. Por se tratar de um ambiente controlado, no qual os usuários estão sob observação, genitores com histórico de violência geralmente se mostram amáveis e cuidadosos com seus filhos, denotando a intenção de manter, estabelecer ou restabelecer a relação com estes. As crianças, por sua vez, sentem-se seguras e, provavelmente, desfrutarão positivamente os encontros. Neste contexto, supervisores insuficientemente treinados e pouco habituados à temática da violência doméstica podem entender que as crianças ficarão igualmente seguras e felizes quando estiverem sozinhas com este genitor, em locais externos aos centros de visitação. Outro agravante é a conduta dos genitores vítimas, que pode parecer disfuncional e patológica mediante a possibilidade de ampliação do convívio. Diante disso, os relatórios produzidos pelos profissionais durante as visitas raramente conterão algum aspecto preocupante, o que poderá levar as Cortes a prematuramente conceder visitação sem supervisão em casos em que ainda houver risco de violência – tanto para as crianças, quando para o adulto vítima (Sheeran & Hampton, 1999; Bala, 2000; Maxwell & Oehme, 2001; Aris et al., 2002; Moore & Ford, 2006; Tutty et al., 2006; Parker et al., 2008; Babb et al., 2009; Kieffer & Turell, 2011; Bergman & Eriksson, 2018). Vale salientar que este contexto, característico de casos envolvendo violência doméstica, é considerado bastante similar às situações onde há alegação

¹⁹² “Under these sanitized circumstances, it is highly inappropriate to use an orchestrated hour or two visit (or a collection of visits) to prove that the child has been or will be as comfortable with that parent in any other setting”, tradução nossa.

de abuso sexual contra crianças (Jenkins, 2002; Stern & Oehme, 2002), costumeiramente encontrado na prática dos participantes de nossa pesquisa.

A despeito dessas controvérsias, continuamos validando o procedimento de visitas monitoradas, desde que o façamos com reflexão, consciência e embasamento teórico-técnico. A partir disso, poderemos, inclusive, pensar em outros modelos de monitoramento, que visem melhor atender às demandas da população.

Uma sugestão apresentada pelos familiares de nossa pesquisa foi a realização das visitas em seus próprios contextos de vida, a fim de contornar as facilidades oferecidas pelos ambientes destinados às interações.

O genitor Joel ilustrou claramente esta problemática, quando busca o filho na moradia materna. Por isso, optamos por, neste momento, repetir parte do seu relato: *“O ambiente do fórum não é a questão. Uma coisa é aquela realidade. Outra coisa é a realidade lá, é em loco, lá, na casa, onde você vai, lá no portão, na garagem onde eu fico, sentado no meio fio, é lá. A questão é lá. Como que vai monitorar isso? Como que vê isso? É que a gente sabe que o nosso país não tem, o Judiciário não tem estrutura para isso. Mas o ideal era ter uma pessoa lá. Pelo menos acompanhar algumas vezes”*. Apesar de reconhecer os problemas de estrutura enfrentados pelo Poder Judiciário brasileiro, o genitor manifestou o desejo de que os encontros acontecessem em seus próprios ambientes de vida. Quanto a isso, ele justificou: *“A gente se sente um pouco protegido, né? Porque, assim, tem alguém vendo”*.

A frase do Sr. Joel nos pareceu bastante impactante e, por este motivo, ela foi escolhida como título de nosso trabalho. O anseio pelo olhar e reconhecimento do outro nos remete não apenas a uma necessidade de alguém para testemunhar (e comprovar) os fatos, como se pretende um trabalho pericial. Ver o que se passa, neste contexto, tem um caráter mais amplo, de proteção e, portanto, intervenção. Não pretendemos, aqui, averiguar as possibilidades práticas ou mesmo metodológicas de colocar este trabalho em prática, sobretudo por conhecermos os limites e riscos implicados em uma atividade como esta. Entretanto, entendemos a importância de considerar e valorizar este discurso, que aponta para a ineficiência do serviço atualmente prestado e a necessidade de outros, que busquem abranger a complexidade dos conflitos familiares.

Como forma de atender às necessidades das famílias em litígio, sem, no entanto, atribuir esta responsabilidade às equipes responsáveis pela visitação supervisionada – sejam aquelas diretamente vinculadas à Justiça, como em nosso caso, ou os profissionais atuantes nos centros especializados mencionados na literatura internacional –, autores ao redor do mundo propõem como alternativa uma integralização de serviços, sendo as visitas supervisionadas apenas um deles.

Segundo Aris et al. (2002), quando, paralelamente à visitação supervisionada, nenhum trabalho é realizado com qualquer membro da família, a possibilidade de esta avançar para formatos menos restritivos de convívio se torna um objetivo irreal – o que pode torná-la mais um “caso eterno”, conforme já discutimos previamente.

Assim, como evitar que estas famílias se tornem usuários eternos dos centros de contato – ou, em nossa realidade, dos Fóruns – sem lhes oferecer as condições para mudar?

Algumas publicações por nós revisadas defendem a possibilidade de os centros expandirem os seus serviços e fornecerem em suas próprias instalações, além de visitas supervisionadas, sessões de terapia com os pais (Wall et al., 2002; Sheehan et al., 2007). Outras mencionam a necessidade não apenas de medidas remediadoras como também preventivas de auxílio às famílias, desde as que apenas precisam de ajuda na transição da separação, até aquelas que possuem sérios problemas relacionados à parentalidade, altos níveis de conflito e histórico de violência. Algumas das medidas citadas são aconselhamento, mediação e terapia familiar (Hunt & Roberts, 2004), com o fim de reduzir os conflitos e solucionar os problemas de acesso, de maneira a minimizar a dependência da visitação supervisionada (Birnbaum & Alaggia, 2006). Todavia, a falta de recursos financeiros é novamente apontada como uma das barreiras para a efetivação destas práticas adicionais (Bailey, 1999; Thoennes & Pearson, 1999; Aris et al., 2002; Wall et al., 2002).

Sheehan et al. (2007) verificaram que uma questão levantada por alguns serviços de contato australianos era se deveriam providenciar o suporte necessário às famílias, dada a preocupação de que esta atuação comprometesse a independência dos programas. O mesmo foi constatado no levantamento realizado por Tutty et al. (2006), no Canadá, em que a maioria dos programas de visitação supervisionada e intercâmbio monitorado defendiam a neutralidade como um princípio fundamental de sua atuação. Por este motivo, alguns estabelecimentos consideravam que não deviam se filiar a abrigos para mulheres vítimas de violência, serviços voltados à proteção da criança, grupos de suporte para homens ou aos tribunais, pelo fato de tais serviços serem percebidos como parciais. Assim, não ofereciam serviços adicionais, como educação parental, grupo de agressores ou aconselhamento a vítimas. Saini et al. (2017) verificaram postura semelhante por parte dos centros contemplados em sua pesquisa, os quais ressaltavam a importância de se manterem neutros e evitarem ser inseridos no litígio.

Outros programas, por sua vez, mais direcionados à violência doméstica, argumentavam que não eram neutros a esta situação e encaravam a visitação supervisionada como parte de uma continuidade de serviços, cujo princípio fundamental era a busca por

segurança (Tutty et al., 2006). Por este viés, haveria uma espécie de parceria entre os serviços, objetivando promover o suporte necessário a cada família.

Tutty et al. (2006) mencionam, ainda, uma auditoria promovida pelo *Safe Havens: Supervised Visitation and Safe Exchange Grant Program (Supervised Visitation Program)* em alguns centros de visitação supervisionada dos EUA. Nestes, foi evidenciado que as Cortes direcionavam agressores exclusivamente para os centros e não para outros serviços. Esperava-se, assim, que estes genitores mudassem seu comportamento somente a partir do acesso supervisionado e progredissem para a visitação sem supervisão, sem os encaminhar para qualquer suporte adicional, como tratamento para uso de álcool e drogas, programas de intervenção para agressores e educação parental.

Neste sentido, Moore e Ford (2006) esclarecem que a segurança não pode ser garantida simplesmente por meio da visitação supervisionada. Desse modo, sugerem que as Cortes adotem outras medidas para assegurar a adequação dos serviços.

Saini et al. (2012, 2017) recomendam que os centros realizem encaminhamentos para agências de saúde mental para a realização de um trabalho terapêutico junto às famílias, a fim de dar o suporte necessário aos fatores de risco que as levaram aos serviços de visitação supervisionada. Segundo os autores, esta prática não impediria que os supervisores continuassem mantendo o seu papel enquanto facilitadores neutros do contato entre pais e filhos. Esta é, inclusive, uma das atividades previstas nos serviços de Supervisão dos Direitos de Acesso (SDA) oferecidos na província do Québec/Canadá (St-Amand, Gauthier, Filteau, Fortin, Tessier, 2015).

Na mesma linha, Johnston e Straus (1999) salientam a importância de as equipes dos centros fazerem tudo o que estiver ao seu alcance para proteger a segurança psicológica das crianças. Todavia, eles esclarecem que os serviços de visitação supervisionada não têm como assumir a responsabilidade de reparar a gama de prejuízos que podem ter sido causados a estas crianças. Para tanto, recomendam um trabalho conjunto entre as Cortes e outras agências comunitárias para assegurar que haja um trabalho de avaliação e intervenção junto às crianças, a fim de lhes proporcionar o apoio psicológico necessário.

As autoras espanholas Segura et al. (2006), a partir de sua experiência no Ponto de Encontro Familiar de Sevilla e abordando a dificuldade de trabalhar com casos de alienação parental, expressam a dificuldade de interromper este quadro somente por meio do cumprimento de alguns encontros determinados judicialmente. Elas destacam que a alienação parental é uma situação complexa, que requer intervenções igualmente complexas e coordenadas por diferentes instâncias. Assim, as autoras concluem que “se de verdade queremos solucionar este maltrato aos meninos e meninas, devemos abordá-lo a partir de uma

intervenção terapêutica, e não unicamente ao forçar um sistema judicial de visitas”¹⁹³ (Segura et al., 2006, p. 127).

Mesmo o programa Heritage House, em Saint Louis/Missouri, que atua em parceria com uma agência privada de saúde mental e, portanto, com profissionais qualificados nesta área, é caracterizado como uma atividade que não deve ser confundida com terapia ou vista como um substituto desta. A intervenção terapêutica, assim como demais serviços adicionais (como tratamentos para abuso de substâncias, intervenções junto a agressores, entre outros) devem ser compreendidos como um complemento à visitação supervisionada (Flory et al., 2001). Segundo os autores, uma cuidadosa e orquestrada colaboração entre os serviços sociais e judiciais pode atender às necessidades das famílias em litígio.

Dentre as publicações que pesquisamos, o programa Heritage House é que mais se parece com a prática das visitas monitoradas descritas pelos participantes de nossa pesquisa. Entre as semelhanças, verificamos o fato de ser um serviço vinculado ao Juízo, que recebe encaminhamentos exclusivamente provenientes deste e lhe envia relatórios periódicos, visando, entre outros aspectos, à progressão das famílias para formatos menos restritos de convivência. A despeito disso, o centro em Saint Louis é avaliado como um exemplo de programa bem-sucedido, enquanto a atividade descrita por nossos entrevistados se depara com inúmeras dificuldades e desafios. O que nos distancia da Heritage House, para além da distância geográfica? Acreditamos que uma das respostas possa ser a parceria estabelecida entre o Programa e a agência privada de saúde mental. A colaboração entre os serviços judicial e clínico parece ser um grande diferencial, dadas as contribuições que o acompanhamento psicológico pode trazer às visitas monitoradas e vice-versa. É o que Sheeran e Hampton (1999) caracterizam como “um sistema coordenado de intervenção comunitária”¹⁹⁴ (p. 17), sendo a visitação supervisionada apenas uma dessas intervenções.

Um levantamento dos programas de visitação supervisionada norte-americanos, realizado por Thoennes & Pearson (1999), verificou que os serviços de visitação supervisionada funcionam melhor quando são complementados por outras intervenções terapêuticas. Segundo as pesquisadoras, muitas das famílias atendidas possuem sérios problemas disfuncionais que não são solucionados simplesmente por meio de visitas em um ambiente seguro. Elas necessitam de avaliações e tratamentos sofisticados, proporcionados por profissionais treinados, que analisem as alegações que as trouxeram ao programa. Contudo, Thoennes e Pearson (1999) salientam que estas famílias não possuem recursos financeiros para custear avaliações e tratamentos dispendiosos.

¹⁹³ “Si de verdad queremos solucionar este maltrato a los niños y niñas debemos abordarlo desde una intervención terapéutica, y no únicamente desde forzar un sistema judicial de visitas”, tradução nossa.

¹⁹⁴ “a coordinated community intervention system”, tradução nossa.

Na pesquisa publicada pelos autores no ano seguinte (Pearson & Thoennes, 2000), as equipes e operadores dos direito entrevistados destacaram que os familiares que recebem tais serviços igualmente deveriam passar por avaliações e tratamentos para assegurar que estejam capazes de progredir para a visitação sem supervisão em tempo hábil. Todavia, os profissionais e as comunidades evidenciaram preocupação, pelo fato de apenas uma pequena quantidade destas famílias (36%) ter recebido tais intervenções antes ou durante a sua participação nos programas. Conforme os autores, os usuários abordados no estudo possuem mais problemas financeiros do que a população geral de suas respectivas comunidades. Além disso, 10 a 20% dos participantes solicitaram redução ou dispensa das taxas dos serviços.

Em outro estudo realizado com beneficiários de um subsídio do governo norte-americano¹⁹⁵, Pearson, Davis e Thoennes (2005) constataram que muitos dos genitores usuários dos serviços de visitação supervisionada eram não-brancos, possuíam baixa renda, nunca haviam se casado ou coabitado com o outro genitor e se encontravam em situação de risco para violência. A despeito desta condição, este grupo de pais não recebia qualquer outro tipo de assistência ou programas comunitários voltados a pais separados e divorciados.

Thoennes e Pearson (1999), retomando a questão dos relatórios avaliativos frequentemente confeccionados pelos programas de visitação supervisionada – e, portanto, o viés pericial desta prática –, afirmam que os juízes solicitam tais documentos dada a falta ou o alto custo de outros serviços necessários às famílias, como avaliações, intervenções e tratamentos. Na pesquisa efetuada pelos autores nos EUA e no Canadá, os advogados de Direito de Família e supervisores de visitação entrevistados criticaram o fato de os centros de supervisão de convívio funcionarem em um “vácuo”¹⁹⁶ (p. 467), sem as devidas avaliações para orientar o tipo de intervenção a ser realizado. Um dos participantes do estudo verbalizou:

Visitação supervisionada é superficial. Não é um caminho para responder alegações. Você precisa de uma avaliação de guarda para iluminar o que deveria se feito a longo prazo. . . . Outras coisas deveriam estar acontecendo em complemento à supervisão. Visitação supervisionada não é o final, é apenas o começo”¹⁹⁷ (Thoennes & Pearson, 1999, p. 467).

Em outras palavras, “visitação supervisionada não pode ser todas as coisas para todas as pessoas”¹⁹⁸ (Stern & Oehme, 2002, p. 20). Ou, como afirmou a psicóloga Catarina em

¹⁹⁵ *State Child Access and Visitation (AV) Grant Program* (Programa Estadual de Subsídios ao Acesso à Criança e à Visitação, tradução nossa).

¹⁹⁶ “vacuum”, tradução nossa.

¹⁹⁷ “*Supervised visitation is superficial. It isn’t a way of answering allegations. You need a custody evaluation to shed light on what should be done in the long run. . . . Other things need to be happening in addition to supervision. Supervised visitation isn’t the end, it is just the beginning*”, tradução nossa.

¹⁹⁸ “*Supervised visitation cannot be all things to all people*”, tradução nossa.

nossa pesquisa: “*A gente tem que entender que é uma intervenção pontual, em uma história muito longa*” e “*A gente não está aqui para consertar o mundo*”.

Para sanar este “vácuo” (Thoennes & Pearson, 1999, p. 467) existente nos tribunais de família, a mesma psicóloga imaginou a criação de uma espécie de ONG, que funcionaria, nas suas palavras, como um “*Executivo do Judiciário*”, isto é, “*uma intersecção entre o Judiciário e a clínica*”. A descrição deste ambiente, idealizado pela profissional, apresenta muitas semelhanças com os espaços de encontro da França e da Bélgica, os Pontos de Encontro Familiar (PEF) espanhóis, os centros de contato do Reino Unido e da Nova Zelândia, os Serviços de Contato de Crianças (CCS) australianos, os Programas de Acesso Supervisionado (SAP) de Ontário/Canadá, os serviços de Supervisão dos Direitos de Acesso (SDA) do Québec/Canadá e os centros de visitação supervisionada dos EUA. Isto é, em termos gerais: ambientes lúdicos, destinados a famílias cuja necessidade principal é a manutenção dos vínculos e não a avaliação psicológica. Neste caso, ainda seguindo a proposta da psicóloga Catarina, os profissionais atuariam com um enfoque interventivo junto aos familiares, prestando apenas informações pontuais ao Juízo, assim como ocorre no exterior.

Embora os centros de visitação supervisionada espalhados pelo mundo apresentem muitos problemas, tal como vimos ao longo de nossa pesquisa, as práticas e mesmo as dificuldades enfrentadas por estes estabelecimentos podem nos servir de modelo para refletirmos sobre o nosso contexto de atuação. Uma possibilidade por nós idealizada seria: que os psicólogos judiciais adotassem a prática avaliativa como foco principal de sua atuação – e tivessem clareza disso, ainda que efetuando intervenções pontuais –, o que poderia abranger um número limitado de visitas monitoradas nas dependências do âmbito judiciário. Na sequência, a intervenção continuada e, inclusive, clínica junto às interações familiares, poderia ser realizada por outros profissionais, em centros diversos e desvinculados do Poder Judiciário, como: organizações não governamentais; clínicas de Psicologia que dispusessem de um espaço para tal atividade; acompanhantes terapêuticos (como propõem Refosco & Fernandes, 2018); escolas e instituições de ensino públicas e privadas (conforme já sugeriam Shine & Castro, 1997).

Ferrari (2015) igualmente defendeu esta proposta a partir de sua atuação como assistente social do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. A despeito das problemáticas enfrentadas naquele contexto para a concretização de alternativas à visitação monitorada dentro do Fórum, a autora salienta a importância de uma “experiência compartilhada entre o Poder Judiciário e os serviços do Poder Executivo” (p. 67), que busque abarcar as demandas interventivas dos complexos conflitos familiares que rotineiramente chegam às Varas de Família.

Visando não apenas à continuidade das visitas monitoradas, mas também à busca por formatos menos restritos de convívio, serviços complementares poderiam ser oferecidos (ou mesmo determinados) às famílias, formando uma rede de cuidado e suporte a estas pessoas cujas necessidades extrapolam a capacidade e mesmo o objetivo das visitas monitoradas. Para tanto, seria igualmente necessária uma estrutura que oferecesse suporte teórico e técnico aos profissionais envolvidos, incluindo reuniões de supervisão e discussão de casos (como já vêm ocorrendo no CEVAT), para aprimorar cada vez mais a metodologia de atendimento oferecida. Uma alternativa poderia ser a criação de uma associação brasileira de visitas monitoradas, a fim de regulamentar e instrumentalizar esta prática, tal como ocorre internacionalmente.

Embora pela nossa experiência profissional saibamos da dificuldade de colocar tais propostas em prática – incluindo questões de encaminhamento, financiamento e segurança –, um estudo seguinte poderia averiguar meios e recursos de tornar este ideal (o mais próximo do), real. Portanto, como próximo passo, lançamos o desafio de viabilizar a integralização dos serviços recomendada por autores estrangeiros e brasileiros e por nós aqui endossada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aotearoa New Zealand Association of Supervised Contact Services (ANZASCS)*. Recuperado de <https://www.anzascs.org.nz/>.
- Amendola, M. F. (2009). *Crianças no labirinto das acusações: falsas alegações de abuso sexual* 1a ed.. Curitiba: Juruá.
- Anderson, G., e Bangura Arvidsson, M. (2008). Contact person as a court-ordered solution in child visitation disputes in Sweden. *Child and Family Social Work*, 13, 197-206.
- Asociación para la Protección del Menor en los Procesos de Separación de sus Progenitores (APROME)*. Recuperado de <http://www.aprome.org/index.html>.
- Aris, R., Harrison, C., & Humphreys, C. (2002). *Safety and child contact: an analysis of the role of child contact centres in the context of domestic violence and welfare concerns*. Centre for the Study of Safety and Well-being, University of Warwick, prepared for the Lord Chancellor's Department. Recuperado de https://www.naccc.org.uk/downloads/Safety_and_Child_Contact_.pdf.
- Australian Children's Contact Services Association (ACCSA)*. Recuperado de <http://accsa.org.au/>.
- Avis du Haut Conseil de la Famille sur le rapport Les ruptures familiales: état des lieux et propositions*. (2014). Recuperado de http://www.hcfea.fr/IMG/pdf/2014_04_LES_RUPTURES_FAMILIALES.pdf.
- Azambuja, M. R. F. (2013). A criança vítima de violência sexual intrafamiliar: como operacionalizar as visitas? In M. B. Dias (Coord.). *Incesto e Alienação parental: de acordo com a Lei n. 12.318/2010 (Lei de Alienação Parental)* (3a ed. rev., atual. e ampl., pp. 383-398). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Babb, B. A., Danziger, G., Moran, J. D., & Mack, W. A. (2009). Supervised visitation and monitored exchange: Review of the literature and annotated bibliography. *Maryland Judiciary*, 46p.
- Bailey, M. (1999). Supervised Access: a long-term solution? *Family and Conciliation Courts Review*, 37(4), 478-486.
- Bala, N. (2000). A differentiated legal approach to the effects of spousal abuse on children. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 3(1), 301-328.
- Bala, N., Saini, M., & Spitz, S. (2016). Supervised Access as a stepping stone rather than a destination: a qualitative review of Ontario services e policies for assisting families transitioning from supervised access. *Queen's Law: Research Paper Series*, 085, 131p.
- Barnardo's*. Recuperado de <https://www.barnardos.org.uk/>.
- Bastard, B. (2010). Les contacts enfants-parents dans les espaces de rencontre. In C. Sellenet (Coord.). *Les visites médiatisées pour des familles séparées: protéger l'enfant* (pp. 53-70). (Collection Savoir et Formation, Série Éducation familiale). Paris: L'Harmattan.

- Beaudry, M., Simard, M. & Jacob, M. (2010). Analyse d'un programme de visites supervisées prescrites dans le cadre de l'application de la loi sur la protection de la jeunesse au Québec: points de vue des jeunes participants. In C. Sellenet (Coord.). *Les visites médiatisées pour des familles séparées: protéger l'enfant* (pp. 71-96). (Collection Savoir et Formation, Série Éducation familiale). Paris: L'Harmattan.
- Bédère, S. (2011). À l'aide de quels concepts lire la clinique? In S. Bédère, M. Lajus, B. Sourou, & l'équipe de Point Rencontre. *Rencontrer l'autre parent: le droit de visite en souffrance* (pp. 61-75). Toulouse: Éditions Érès.
- Bergman, A-S., & Eriksson, M. (2018). Supported visitation in cases of violence: Political intentions and local practice in Sweden. *International Journal of Law, Policy and The Family*, 32, 374-393.
- Birnbaum, R., & Alaggia, R. (2006). Supervised visitation: a call for a second generation of research. *Family Court Review*, 44(1), 119-134.
- Bleger, J. (1980). *Temas de psicologia: entrevista e grupos* (1a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Boisson, M., & Wisnia-Weill, V. (2012). Désunion et paternité. *Note d'analyse n. 294 du Centre d'analyse stratégique*. Recuperado de http://archives.strategie.gouv.fr/cas/system/files/2012-10-16-_desunion-paternite-na294.pdf.
- Boyd-Carpenter, T., Angell, N., Kaplan, C., Simpson, J., Skidmore, D., & Wells, A. (1999). *A Report to the Lord Chancellor on the question of parental contact in cases where there is domestic violence*. Recuperado de <https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/http://www.dca.gov.uk/family/abfla/dvconreport.pdf>.
- Brito, L. M. T., Nery, A. F. M., Gomes, J. D., Carvalho, M. L. M., & Peçanha, R. F. (2002). Que lugar é esse? Sobre psicólogos na Vara de Família. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2, 131-135.
- Brito, L. M. T. (2003). Igualdade e divisão de responsabilidades: pressupostos e consequências da guarda conjunta. In G. C. Groeninga, & R. C. Pereira (Coord.). *Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia* (pp. 325-337). Rio de Janeiro: Imago.
- Brito, L. M. T., Beiras, A., & Oliveira, J. D. G. (2012). Psicologia Jurídica: reflexões críticas sobre demandas emergentes e exigências profissionais. *Quaderns de Psicologia*, 14(2), 25-36.
- Bruno, D. D. (2003). Direito de visita: direito de convivência. In G. C. Groeninga, & R. C. Pereira (Coord.). *Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia* (pp. 311-324). Rio de Janeiro: Imago.
- Buchbinder, E. (2015). Fathers under scrutiny: Nonresidential fathers' perceptions of visitation centers. *Journal of Divorce & Remarriage*, 56(2), 155-169.

- California Rules of Court*, (2019). *Standard 5.20*. Uniform standards of practice for providers of supervised visitation. Recuperado de http://www.courts.ca.gov/cms/rules/index.cfm?title=standards&linkid=standard5_20.
- Care of Children Act 2004*. Recuperado de <http://www.legislation.govt.nz/act/public/2004/0090/latest/DLM317233.html#DLM317642>.
- Castro, L. R. F. (2013). *Disputa de guarda e visita: no interesse dos pais ou dos filhos?* (ed. rev.). Porto Alegre: Artmed.
- Charte Européenne sur des Points de Rencontre pour le maintien des relations enfants-parent*. Recuperado de <http://www.ceprep.org/pages/charte.html>.
- Chetwin, A., Knaggs, T., & Young, P. T. W. A. (1999). The domestic violence legislation and child access in New Zealand. *Ministry of Justice*. Recuperado de <https://www.justice.govt.nz/assets/Documents/Publications/The-Domestic-Violence-Legislation-and-Child-Access-in-New-Zealand-May-1999.pdf>, em 12 março, 2019.
- Children Act, 1989*. An Act to reform the law relating to children; to provide for local authority services for children in need and others; to amend the law with respect to children's homes, community homes, voluntary homes and voluntary organisations; to make provision with respect to fostering, child minding and day care for young children and adoption; and for connected purposes. Recuperado de <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/1989/41/contents>.
- Children's Contact Services Guiding Principles Framework for Good Practice. (2014). *Australian Government. Attorney-General's Department*. Recuperado de <https://www.ag.gov.au/FamiliesAndMarriage/Families/FamilyRelationshipServices/Documents/ChildrensContactServicesGuidingPrinciplesFrameworkforGoodPractice.pdf>.
- Circulaire DGCS/SD2C n. 2013-240, du 28 juin 2013*. Relative à l'organisation et à l'agrément des espaces de rencontre destinés au maintien des liens entre un enfant et ses parents ou un tiers. Recuperado de https://solidarites-sante.gouv.fr/fichiers/bo/2013/13-07/ste_20130007_0000_0091.pdf.
- Clement, D. A. (1998). A compelling need for mandated use of supervised visitation programs. *Family and Conciliation Courts Review*, 36(2), 294-316.
- Code Civil*. Version consolidée au 25 mars 2019. Recuperado de <https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070721>.
- Code de Déontologie – FFER*. (Modifié en 2015). Recuperado de http://www.ffer.org/sites/default/files/Code_d%C3%A9ontologie_FFER_20171019.pdf.
- Code de l'action sociale et des familles*. Version consolidée ao 29 avril 2019. (2019, 29 avril). Recuperado de <https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006074069>.
- “Comment on s’ parle?! L’accueil des adolescentes dans les Services Espaces-Rencontres. Recuperado de <http://www.ceprep.org/pages/realisations.html>.

- Comparer les pratiques des espaces de rencontre en Europe: Compte rendu des travaux de la CEPREP entre 2007 et 2010.* (2009). Réalisé par la FFER. Recuperado de http://www.cephrep.org/documents/cephrep_2009_synthese_comparer_nos_pratiques.pdf.
- Comtois, V. (2013). Observation des comportements d'attachement père-enfant durant les visites supervisées (Doctorat en Psychologie, Université du Québec à Trois-Rivières). Recuperado de <http://depot-e.uqtr.ca/7383/1/030768983.pdf>.
- Confédération Européenne des Points de Rencontre pour le maintien des relations enfants-parent (CEPREP). Recuperado de <http://www.cephrep.org/>.
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988, 05 de outubro). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
- Convenção sobre os Direitos da Criança. *Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)*. Recuperado de <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>.
- Costa, L. F., Penso, M. A., Legnani, V. N., & Sudbrack, M. F. O. (2009). As competências da psicologia jurídica na avaliação psicossocial de família em conflito. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 233-241.
- Coton, P., & Roy, G. (2017). Les conséquences des séparations parentales sur les enfants. *Journal Officiel de la République Française (Avis du Conseil Économique Social et Environnemental)*. Recuperado de https://www.lecese.fr/sites/default/files/pdf/Avis/2017/2017_20_separations_parentales.pdf.
- Crook, W. P., & Oehme, K. (2007). Characteristics of supervised visitation programs serving child maltreatment and other cases. *Brief Treatment and Crisis Intervention*, 7, 291-304.
- Décret n. 2012-1153, du 15 octobre 2012. Relatif aux espaces de rencontre destinés au maintien des liens entre un enfant et ses parents ou un tiers. Recuperado de <https://www.legifrance.gouv.fr/eli/decret/2012/10/15/AFSA1208316D/jo/texte>.
- Décret n. 2012-1312, du 27 novembre 2012. Relatif à la fixation par le juge de l'exercice du droit de visite dans un espace de rencontre. Recuperado de <https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000026701092&categorieLien=id>.
- Décret n. 99.710, du 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm.
- De Paula, V., Monteiro, F. de S.; Lorenzi, G. W.; Vallim, M. C. C., & Gonçalves, V. A. (no prelo). Serviço social e Psicologia na interface com o Direito: Reflexões sobre a experiência no Centro de Visitação Assistida do Tribunal de Justiça de São Paulo – CEVAT. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS). Vitória/ES, Brasil.
- Dias, M. B. (2013) Alienação parental: um crime sem punição. In M. B. Dias (Coord.). *Incesto e Alienação parental: de acordo com a Lei n. 12.318/2010 (Lei de Alienação*

Parental) (3a ed. rev., atual. e ampl., pp. 15-19). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

Documento Marco de Mínimos para Asegurar la Calidad de los Puntos de Encuentro Familiar. *Ministerio de Educación, Política Social y Deporte*. Recuperado de http://www.fedepe.org/pdf/Documento_Marco_Minimos_PEF.pdf.

Dolto, F. (1989). *Quando os pais se separam*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Dunn, J. H., Flory, B. E., & Berg-Weger, M. (2004). An exploratory study of supervised access and custody exchange services: The children's experience. *Family Court Review*, 42(1), 60-73.

Emenda Constitucional n. 65 de 2010. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm.

Eriksson, M. (2003). *In the shadow of Daddy. Family law and the handling of fathers' violence*. (Doctoral thesis, Stehag, Sweden).

Family Law Amendment (Shared Parental Responsibility) Act 2006. An Act to amend the Family Law Act 1975, and for related purposes. Recuperado de <https://www.legislation.gov.au/Details/C2006A00046>.

Federación Nacional de Puntos de Encuentro para el Derecho de Visitas (FEDEPE). Recuperado de <http://www.fedepe.org/>.

Fédération des Services Espaces-Rencontres francophones (FESER). Recuperado de <http://www.feser.be/index.html>.

Fédération Française des Espaces de Rencontre pour le maintien des relations enfants-parents (FFER). Recuperado de <http://www.ffer.org/>.

Ferrari, A. K. (2015). *"Quem conta um conto, aumenta um ponto": Ampliando a discussão das práticas de assistentes sociais e psicólogos nas Varas de Família e Sucessões do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo*. (Dissertação de mestrado, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo). Recuperado de <http://repositorio.ufes.br/handle/10/2967>.

Flory, B. E., Dunn, J., Berg-Weger, M., & Milstead, M. (2001). An exploratory study of supervised access and custody exchange services: The Parental Experience. *Family Court Review*, 39(4), 469-482.

Fondation de France. (1994). Enfants, parents et séparation. Lieux d'accueil pour l'exercice du droit de visite et d'hébergement. *Cahiers* (8).

Frank, J. (1948). *Law and the modern mind*. New York: Anchor Books/Doubleday & Company, Inc.

- Gibbs, A., & McKenzie, M. (2006). Supervised contact: The views of parents and staff at three Barnardos Contact Centres in the Southern region of New Zealand. *University of Otago (Department of Social Work and Community Development)*. Recuperado de <https://thehub.sia.govt.nz/assets/documents/BS-supervised-contact.pdf>.
- Gibbs, A., McKenzie, M., & Dempster, C. (2007). 'It's a bonus, without it I wouldn't even have a visit': Parents' views of supervised contact centres in New Zealand. *Practice*, 19(4), 285-297.
- Glossário de termos jurídicos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª região – São Paulo. Recuperado de <https://www.trtsp.jus.br/consultas/221-pagina-principal/atendimento-e-servicos-trt2/1422-glossario-de-termos-juridicos>.
- Gonzalez, M. R. et al. (1994). Percepciones parentales en niños de familias separadas: una nueva version del Síndrome de Estocolmo? *Anuário de Psicologia Jurídica* (pp. 25-43). Madrid.
- Groeninga, G. C. (2003). O direito a ser humano: Da culpa à responsabilidade. In G. C. Groeninga, & R. C. Pereira (Coord.). *Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia* (pp. 95-106). Rio de Janeiro: Imago.
- Groeninga, G. C. (2011). *Direito à convivência entre pais e filhos: análise interdisciplinar com vistas à eficácia e sensibilização de suas relações no Poder Judiciário*. (Tese de doutorado, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo). Recuperado de www.teses.usp.br.
- Guide relatif aux normes et à l'organisation des services pour les ressources de supervision des droits d'accès. (2018). *Gouvernement du Québec*. Recuperado de <http://publications.msss.gouv.qc.ca/msss/fichiers/2017/17-839-08W.pdf>.
- Guidelines for Court Practices for Supervised Visitation. (2005). *Commonwealth of Massachusetts. The Trial Court. Probate and Family Court Department*. Recuperado de <https://www.mass.gov/files/documents/2018/11/29/supervised-visitation-guidelinesfinal%20%281%29.pdf>.
- Guiding Principles. *Safe Havens: Supervised Visitation and Safe Exchange Grant Program*. (2007). Recuperado de <https://safehavenonline.org/images/ta-provider-publications/ncjfcj/guiding-principles-svp.pdf>.
- Hardesty, J. L., & Chung, G. H. (2006). Intimate partner violence, parental divorce, and child custody: directions for intervention and future research. *Family Relations*, 55, 200-210.
- Heide Ottosen, M. (2004). *Samvær til barnets bedste? Om regler og praksis på samværsområdet*. [Visitation in the Best Interest of the Child? On Rules and Praxis.] *Socialforskningsinstituttet 04* (04), Copenhagen.
- Hunt, J., & Roberts, C. (2004). Child contact with non-resident parents. *Family Poliny Briefing 3*. Oxford University: Department of Social Policy and Social Work. Recuperado de <http://www.spig.clara.net/reports/hunt.pdf>.
- Institute for Family Violence Studies (IFVS). Recuperado de <https://familyvio.csw.fsu.edu/>.

- Jabet, C., & Lussac, M-N. F. (2011). Vingt ans de Point Rencontre à Bordeaux: dispositif et promenade dans les chiffres. Constats et commentaires. In S. Bédère, M. Lajus, B. Sourou, & l'équipe de Point Rencontre. *Rencontrer l'autre parent: le droit de visite en souffrance* (pp. 33-58). Toulouse: Éditions Érès.
- Jenkis, J. N., Park, N. W., & Peterson-Badali, M. (1997). An evaluation of supervised access II: Perspectives of parents and children. *Family and Conciliation Courts Review*, 35(1), 51-65.
- Jenkins, S. (2002). Are children protected in the Family Court? A perspective from Western Australia. *Australian and New Zealand Journal of Family Therapy (ANZJFT)*, 23(3), 145-152.
- Johnston, J. R. (1994). High conflict divorce. *The future of children*, 4(1), Children and Divorce, 165-182.
- Johnston, J. R., & Straus, R. B. (1999). Traumatized children in supervised visitation: what do they need? *Family and Conciliation Courts Review*, 37(2), 135-158.
- Johnson, N. E., Saccuzzo, D. P., & Koen, W. J. (2005). Child custody mediation in cases of domestic violence. *Violence Against Women*, 11(8), 1022-1053.
- Juras, M. M., & Costa, L. F. (2011). Divórcio Destrutivo e Justiça. *Revista de Direito Privado*, 45, 265-297.
- Kafka, F. (2002) À noite. In F. Kafka. *Narrativas do espólio* (1a ed., p. 114). (M. Carone, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Kansas Attorney General's Child Exchange and Visitation Center Guidelines. (2009). *Kansas Attorney General Derek Schmidt*. Recuperado de https://ag.ks.gov/docs/publications/child-exchange-and-visitation-center-guidelines.pdf?sfvrsn=149ec2c5_4.
- Kieffer, L., & Turell, S. C. (2011). Child custody and safe exchange/ visitation: an assessment of marginalized battered parents' needs. *Journal of Child Custody*, 8(4), 301-322.
- Koerner, A. (2002). Justiça consensual e conflitos de família: algumas reflexões. In M. L. Agostinho, & T. M. Sanchez (Orgs). *Família: conflitos, reflexões e intervenções* (pp. 109-114). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Konicheckis, A. (2011). Point de vue. In Ph. Gutton, A. Bagnulo, & F. Jeanblanc (Orgs.). *Les visites médiatisées dans le cadre de la protection de l'enfance* (pp. 15-28). Paris: Les éditions GREUPP.
- Lago, V. M., Amato, P., Teixeira, P. A., Rovinski, S. L. R., & Bandeira, D. R. (2009). Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. *Estudos de Psicologia*, 26(4), 483-491.
- Lago, V. M., & Bandeira, D. R. (2009). A psicologia e as demandas atuais do direito de família. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(2), 290-305.

- Lajus, M. (2011). Introduction. In S. Bédère, M. Lajus, B. Sourou, & l'équipe de Point Rencontre. *Rencontrer l'autre parent: le droit de visite en souffrance* (pp. 7-16). Toulouse: Éditions Érès.
- Le Défenseur des droits. Groupe de travail « Intérêt supérieur de l'enfant ». Rapport d'étape (HF/BD 22.05.12).* (2012). Recuperado de https://www.fondation-enfance.org/wp-content/uploads/2016/10/ddd_maintien_liens_familiaux_choix_residence_separations_parréntales.pdf.
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.* Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm.
- Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.* Institui o Código Civil. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm.
- Lei n. 12.318, de 26 de agosto de 2010.* Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm.
- Lei n. 13.058, de 22 de dezembro de 2014.* Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13058.htm.
- Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015.* Código de Processo Civil. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm.
- Leite, E. O. (2015). *Alienação parental: do mito à realidade*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Lemon, N. K. D. (1999). The legal system's response to children exposed to domestic violence. *The Future of Children (Domestic Violence and Children)*, 9(3), 67-83.
- Loi n. 2007-293, du 5 mars 2007.* Réformant la protection de l'enfance. Recuperado de <https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000823100&categorieLien=id>.
- Maciel, S. K., & Cruz, R. M. (2009a). Avaliação psicológica em processos judiciais nos casos de determinação de guarda e regulamentação de visitas. In S. L. R. Rovinski, & R. M. Cruz (Orgs.). *Psicologia Jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção* (pp. 45-54). São Paulo: Vetor.
- Maciel, S. K., & Cruz, R. M. (2009b). Violência psicológica contra crianças nas interações familiares: problematização e diagnóstico. In S. L. R. Rovinski, & R. M. Cruz (Orgs.). *Psicologia Jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção* (pp. 89-106). São Paulo: Vetor.
- Madaleno, R., & Madaleno, R. (2016). A Responsabilidade Parental. In R. Madaleno, & R. Madaleno. *Guarda compartilhada: física e jurídica*. (pp. 141-171). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

- Mandelbaum, B. (2012). Em busca de um encontro: o método hermenêutico na pesquisa em Psicologia Social. *Temas em Psicologia*, 20(1), 227-234.
- Marques da Silva, E. Z. (2001). Reflexões sobre a avaliação psicológica no âmbito do judiciário. In Conselho Regional de Psicologia – 13ª Região PB/RN. *A diversidade da avaliação psicológica. Considerações teóricas e práticas*. João Pessoa, Ideia.
- Matthews, M. A. (1999). The impact of Federal and State laws on children exposed to domestic violence. *The Future of Children*, 9(3), Domestic Violence and Children, 50-66.
- Maxwell, M. S., & Oehme, K. (2001) Strategies to improve supervised visitation services in domestic violence cases. *Minnesota Center against Violence and Abuse, University of Minnesota*.
- Melo-Santos, P. C. (2013). *A atuação do psicólogo junto às Varas de Família: reflexões a partir de uma experiência*. (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo). Recuperado de www.teses.usp.br.
- Minimum Standards for Supervised Visitation Program Agreements. (1999). *Supreme Court of Florida*. Recuperado de <https://www.floridasupremecourt.org/content/download/239880/2124111/sc99-59.pdf>.
- Ministry of Justice (New Zealand). Recuperado de <https://www.justice.govt.nz/family/care-of-children/when-you-dont-agree/disagreements/supervised-contact/>.
- Miranda Júnior., H. C. (1999). O acompanhamento de visitas nos processos judiciais em varas de família. Trabalho apresentado no III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica. (pp. 168-171). São Paulo/SP, Brasil.
- Miranda Júnior., H. C. (2010). *Um psicólogo no Tribunal de Família: a prática na interface Direito e Psicanálise*. Belo Horizonte: Editora Artesã.
- Model Code on Domestic and Family Violence. (1994). *National Council of Juvenile and Family Court Judges*. Recuperado de https://www.ncjfcj.org/sites/default/files/modocode_fin_printable.pdf.
- Moore, S., & Ford, K. (2006). Supervised visitation: what courts should know when working with supervised visitation programs. *Center for Court Innovation* (Best Practices).
- Morte Barrachina, E., & Lila Murillo, M. (2007). La alternativa al conflicto: Punto de Encuentro Familiar. *Intervención Psicosocial*, 16(3), 289-302.
- National Association of Child Contact Centres (NACCC). Recuperado de <https://naccc.org.uk/>.
- Neirinck, C. (2010). La médiatisation du droit de visite. In C. Sellenet (Coord.). *Les visites médiatisées pour des familles séparées: protéger l'enfant* (pp. 13-29). (Collection Savoir et Formation, Série Éducation familiale). Paris: L'Harmattan.
- Neirinck, C. (2011). L'ambiguïté juridique. In Ph. Gutton, A. Bagnulo, & F. Jeanblanc (Orgs.). *Les visites médiatisées dans le cadre de la protection de l'enfance* (pp. 15-28). Paris: Les éditions GREUPP.

- Oehme, K., Perko, A., Castillo, K., & Lodes, M. (2017). *A Training Manual for Florida's Supervised Visitation Programs*. Recuperado de <https://familyvio.csw.fsu.edu/sites/g/files/upcbnu1886/files/documents/Supervised-Visitation-Manual-2017-Edition.pdf>.
- Oehme, K. (2018). Florida State University's Institute for Family Violence Studies. *Journal of Evidence-Informed Social Work*, 15(1), 71-81.
- Oliveira, C. F. B., & Brito, L. M. T. (2013). Judicialização da vida na contemporaneidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(núm. esp.), 78-89.
- Orgilés, M., Espada, J. P., & Piñero, J. (2007). Intervención psicológica con hijos de padres separados: Experiencia de un Punto de Encuentro Familiar. *Anales de Psicología*, 23(2), 240-244.
- O'Sullivan, C. (2002). Domestic violence, visitations and custody decisions in New York Family Courts. *U.S. Department of Justice. Safe Horizon*, 17p.
- O'Sullivan, C. S., King, L. A., Levin-Russell, K., & Horowitz, E. (2006). Supervised and unsupervised parental access in domestic violence cases: Court orders and consequences. *Final technical report submitted to the National Institute of Justice*, 81p.
- Otoni de Barros, F. (1997). O amor e a lei: o processo de separação no tribunal de família. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 17(3), 40-47.
- Otoni de Barros, F. (1999). "Ali se" visita os pais... Nem sempre tão maravilhosos. *Revista Brasileira de Direito de Família*, 1, 44-51.
- Oxford Advanced Learner's Dictionary*. (2000). Oxford University Press.
- Parker, T., Rogers, K. Collins, M., & Edleson, J. L. (2008). Danger Zone: Battered mothers and their families in supervised visitation. *Violence Against Women*, 14(11), 1313-1325.
- Pearson, J., & Thoennes, N. (2000). Supervised visitation: The families and their experiences. *Family and Conciliation Courts Review*, 37(4), 460-477.
- Pearson, J., Davis, L., & Thoennes, N. (2005). A new look at an old issue: An evaluation of the State Access and Visitation Grant Program. *Family Court Review*, 43(3), 372-386.
- Permigeat, J-M. (2011). Ouverture. In Ph. Gutton, A. Bagnulo, & F. Jeanblanc (Orgs.). *Les visites médiatisées dans le cadre de la protection de l'enfance* (pp. 5-10). Paris: Les éditions GREUPP.
- Perry, A., & Rainey, B. (2007). Supervised, Supported and Indirect Contact Orders: research findings. *International Journal of Law, Policy and the Family*, 21, 21-47.
- Point Rencontre de Bordeaux*. Recuperado de <http://www.point-rencontre-de-bordeaux.fr/>.
- Pond, R., & Morgan, M. (2008). Protection, manipulation or interference with relationships? Discourse analysis of New Zealand lawyers' talk about supervised access and partner violence. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 18, 458-473.

Prado, L. R. A. (2003). Neutralidade e imparcialidade dos juízes? In G. C. Groeninga, & R. C. Pereira (Coord.). *Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia* (pp. 301-309). Rio de Janeiro: Imago.

Praxis International. Integrating Theory and Practice. <https://praxisinternational.org/>.

Provimento n. 1107, de 09 de março de 2006. Cria o Centro de Visitas Assistidas (CEVAT) do TJSP. Recuperado de https://www2.oabsp.org.br/asp/clipping_jur/ClippingJurDetalhe.asp?id_noticias=17907&AnoMes=20063.

Provimento n. 2.403, de 10 de março de 2017. Dispõe sobre a reformulação do Centro de Visitação Assistida de São Paulo - CEVAT e sobre o aprimoramento do serviço prestado. Recuperado de https://www2.oabsp.org.br/asp/clipping_jur/ClippingJurDetalhe.asp?id_noticias=24331.

Pulido, M. L., Forrester, S. P., & Lacina, J. M. (2011). Raising the bar: Why supervised visitation providers should be required to meet standards for service provision. *Family Court Review*, 49(2), 379-387.

Radford, L., Hester, M., Humphries, J., & Woodfield, K-S. (1997). For the sake of the children: The law, domestic violence and child contact in England. *Women's Studies International Forum*, 20(4), 471-482.

Rapport Thématique: “Enfants au coeur des séparations parentales conflictuelles: Plaidoyer pour mieux préserver l'intérêt des enfants”. (2008). *Défenseure des Enfants de la République Française*: Recuperado de <https://www.ladocumentationfrancaise.fr/var/storage/rapports-publics/084000714.pdf>.

Référentiel National des espaces de rencontre. Circulaire CNAF 2015-015. (2015). Recuperado de <https://www.caf.fr/sites/default/files/caf/851/PARTENAIRES/gestionnaire%20structure/ESPACE%20DE%20RENCONTRE/R%C3%A9f%C3%A9rentiel%20national%20espaces%20de%20rencontre%20.pdf>.

Refosco, H. C; & Fernandes, M. M. G. (2018). Entre o afeto e a sanção: uma crítica à abordagem punitiva da alienação parental. *Revista Direito GV*, 14(1), 79-98.

Régner-Loilier, A. (2012). *Présentation, questionnaire et documentation de la troisième vague de l'Étude des relations familiales et intergénérationnelles*. Recuperado de https://www.ined.fr/fichier/s_rubrique/19577/doc.travail.187.fr.pdf.

Régner-Loilier, A. (2013). Quand la séparation des parents s'accompagne d'une rupture du lien entre le père et l'enfant. *Population et Sociétés. Bulletin mensuel d'information de l'Institut national d'études démographiques*, 500. Recuperado de https://www.ined.fr/fichier/s_rubrique/19168/population_societes_2013_500_peres_enfants.fr.fr.pdf.

Resolução CFP n. 6, de 29 de março de 2019. (2019). Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(a) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP n. 15/1996, a Resolução CFP n. 07/2003 e a Resolução CFP n. 04/2019.

- Brasília. Recuperado de <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-6-2019-institui-regras-para-a-elaboracao-de-documentos-escritos-produzidos-pela-o-psicologa-o-no-exercicio-profissional-e-revoga-a-resolucao-cfp-no-15-1996-a-resolucao-cfp-no-07-2003-e-a-resolucao-cfp-no-04-2019?origin=instituicao&q=Resolu%C3%A7%C3%A3o%2006%202019>.
- Roudil, J-L. (2011). Responsabilité civile des espaces de rencontre. In Ph. Gutton, A. Bagnulo, & F. Jeanblanc (Orgs.). *Les visites médiatisées dans le cadre de la protection de l'enfance* (pp. 37-49). Paris: Les éditions GREUPP.
- Rovinski, S. L. R. (2007). *Fundamentos da perícia psicológica forense* (2a ed.). São Paulo: Vetor.
- Sacristán, M. A. (2002). Programa Punto de Encuentro de Aprome: Una propuesta para facilitar las relaciones familiares después de la separación. *Psicopatología Clínica, Legal y Forense*, 2(3), 125-135.
- Safe Havens: Supervised Visitation and Safe Exchange Grant Program (Supervised Visitation Program)*. Recuperado de <https://safehavenonline.org/safe-havens.html>.
- Saini, M., Van Wert, M., & Gofman, J. (2012). Parent-child supervised visitation within child welfare and custody dispute contexts: an exploratory comparison of two distinct models of practices. *Children and Youth Services Review*, 34, 163-168.
- Saini, M., & Birnbaum, R. (2015). The supervised visitation checklist: Validation with lawyers, mental health professionals, and judges. *Family Law Quarterly*, 49(3), 449-476.
- Saini, M., Newman, J., & Christensen, M. (2017). When supervision becomes the only plan: an analysis of long-term use of supervised access and exchange services after separation and divorce. *Family Court Review*, 55(4), 604-617.
- Samalim-Amboise, C. (1996). Parent isolé et enfant seul: relation d'emprise et de dégagement. *Sauvagarde de l'Enfance*, 51(3), 255-265.
- Saunders, D. G., & Oehme, K. (2007). Child custody and visitation decisions in domestic violence cases: legal trends, risk factors, and safety concerns (Revised 2007). *National Online Resource Center on Violence Against Women*, 1-18.
- Saunders, D. G., Faller, K. C., & Tolman, R. (2012). Child custody evaluators' beliefs about domestic abuse allegations: Their relationship to evaluator demographics, background, domestic violence knowledge and custody- visitation recommendations. *U.S. Department of Justice. National Institute of Justice*, 176p.
- Sayn, I. (2010). Les espaces de rencontre: aide à la coparentalité ou atteinte à l'autorité parentale? In C. Sellenet (Coord.). *Les visites médiatisées pour des familles séparées: protéger l'enfant* (pp. 31-52). (Collection Savoir et Formation, Série Éducation familiale). Paris: L'Harmattan.
- Scaia, M., & Conelly, L. (2010). With "Equal Regard": An overview of how Ellen Pence focused the supervised visitation field on battered women and children. *Violence Against Women*, 16(9), 1022-1030.

- Scott, M. W. R., Gaier, E. L., & Thomas, K. B. (1984). Supervised Access: a judicial alternative to noncompliance with visitation arrangements following divorce. *Children and Youth Services Review*, 6(3), 207-217.
- Segura, C., Gil, M. J., & Sepúlveda, M. A. (2006). El síndrome de alienación parental: una forma de maltrato infantil. *Cuad Med Forense*, 12(43-44), 117-128.
- Sellenet, C. (2008). Maintenir les liens parent-enfant en protection de l'enfance: du bon usage des visites médiatisées. *Revista de Cercetare si Interventie Sociala*, 22, 7-26.
- Sellenet, C. (2010). Avant-propos. In C. Sellenet (Coord.). *Les visites médiatisées pour des familles séparées: protéger l'enfant* (pp. 9-12). (Collection Savoir et Formation, Série Éducation familiale). Paris: L'Harmattan.
- Sellenet, C., & Weil-Barais, A. (2010). Échos de la recherche OUFORÉP sur le maintien des liens en protection de l'enfance. In C. Sellenet (Coord.). *Les visites médiatisées pour des familles séparées: protéger l'enfant* (pp. 97-119). (Collection Savoir et Formation, Série Éducation familiale). Paris: L'Harmattan.
- Sellenet, C. (2011). Paroles d'enfants. In Ph. Gutton, A. Bagnulo, & F. Jeanblanc (Orgs.). *Les visites médiatisées dans le cadre de la protection de l'enfance* (pp. 143-150). Paris: Les éditions GREUPP.
- Sheehan, G., Carson, R., Fehlberg, B., Hunter, R., Tomison, A., Ip, R., & Dewar, J. (2007). Divergent expectations and experience: an empirical study of the use children's contact services in Australia. *International Journal of Law, Policy and the Family*, 21, 275-309.
- Sheeran, M., & Hampton, S. (1999). Supervised visitation in cases of domestic violence. *Juvenile and Family Court Journals*, 13-25.
- Shine, S. K., & Castro, L. R. F. (1997). Uma reflexão sobre o Plantão da Sala de Visitas na cidade de São Paulo, Brasil. Trabalho apresentado no *II Congresso Iberoamericano de Psicologia Jurídica*. (pp. 1-17). Havana, Cuba.
- Shine, S. (2002). O conflito familiar transformado em litígio processual. In M. L. Agostinho, & T. M. Sanchez (Orgs.). *Família: conflitos, reflexões e intervenções* (pp. 63-74). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Shine, S. K. (2009). *Andando no fio da navalha: riscos e armadilhas na confecção de laudos psicológicos para a justiça*. (Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo). Recuperado de www.teses.usp.br.
- Shine, S. (2010). *A espada de Salomão: a psicologia e a disputa de guarda de filhos* (2a ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Shine, S. K. (2012). Avaliando a avaliação psicológica. In M. H. S. Patto (Org.). *Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da psicologia* (pp. 23-62). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Silva, D. M. P. (2011). *Guarda compartilhada e síndrome de alienação parental: o que é isso?* (2a ed. rev. e atual.). (Coleção armazém de bolso). Campinas, SP: Armazém do Ipê.

- Silva, D. M. P. (2016). *Mediação e guarda compartilhada: conquistas para a família* (2a ed. rev. e atual.). Curitiba: Juruá.
- Silva, E. Z. M. (2013). Psicologia Jurídica: um percurso nas Varas de Família do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(4), 902-917.
- Silva, M. C. (2011). *Implicações subjetivas da definição biológica e judicial da paternidade: efeitos do psicanalista no Tribunal de Família*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais). Recuperado de http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-8LYK7D/disserta_o_m_nica_campos_silva_implica_es_subjetivas_da_defini_o_biol_gica_e_jur_dica_da_pat.pdf?sequence=1.
- Standards for Children's Contact Services. (2008). *Australian Children's Contact Service Association (ACCSA)*. Recuperado de <http://accsa.org.au/wp-content/uploads/2013/02/ACCSA-Standards.pdf>.
- Standards for Supervised Visitation Practice (2006). *Supervised Visitation Network (SVN)*. Recuperado de <https://www.svnworldwide.org/attachments/standards.pdf>.
- Stern, N., & Oehme, K. (2002). The troubling admission of supervised visitation records in custody proceedings. *Temple Law Review*, 43p.
- Stern, N., & Oehme, K. (2006). Increasing safety for battered women and their children: Creating a privilege for supervised visitation intake records. *University of Richmond Law Review*, 41, 499-534.
- Stern, N., & Oehme, K. (2010). A comprehensive blueprint for a crucial service: Florida's new supervised visitation strategy. *Journal of Law and Family Studies*, 12, 199-220.
- Strauss, R. B. (1995). Supervised visitation and family violence. *Family Law Quarterly*, 29(2), 229-252.
- St-Amand, A., Gauthier, S., Filteau, M-H., Fortin, M-C., & Tessier, M. (2015). "Supervision des droit d'accès au Québec: vers une meilleure collaboration sociojuridique". Recuperado de https://www.arucfamille.ulaval.ca/sites/arucfamille.ulaval.ca/files/droits_dacce768.pdf.
- Suannes, C. A. M. (2008). *A sombra da mãe: um estudo psicanalítico sobre identificação feminina a partir de casos de Vara de Família*. (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15752>.
- Supervised Visitation Network (SVN)*. Recuperado de <https://www.svnworldwide.org/>.
- Supervised Visitation Risk Assessment for Judges. (2005). *Commonwealth of Massachusetts. The Trial Court. Probate and Family Court Department*. Não disponibilizado online.
- Termo de Cooperação MP/002, de 25 de junho de 2012*. Termo de Cooperação Mútua que entre si celebram o Ministério Público do Estado do Espírito Santo, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo e a Associação Feminina Brasileira de Educação e Assistência –

AFBEA – “Pensionato São Luiz”. Recuperado de <http://diario.tjes.jus.br/2012/20120830.pdf>.

The New York Society for the Prevention of Cruelty to Children (NYSPCC). Recuperado de <https://nyspcc.org/>.

Thoennes, N., & Pearson, J. (1999). Supervised visitation: a profile of providers. *Family and Conciliation Courts Review*, 37(4), 460-477.

Tornero, M. E. M., Ruiz, E. M., & López, E. M. (2011). Análisis de la satisfacción de los usuarios/as del Punto de Encuentro Familiar. Trabalho apresentado no *III Congresso Anual de la Red Española de Política Social (REPS)*. Pamplona, Espanha. Recuperado de http://www.unavarra.es/digitalAssets/159/159640_7_p-Medina_Encuentro-1.pdf.

Tortorella, M. (1996). When supervised visitation is in the best interests of the child. *Family Law Quarterly*, 30(1), 199-215.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Recuperado de <https://www.tjsp.jus.br/Especialidade/Especialidade/FamiliaSucessoes>.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Recuperado de <https://www.tjsp.jus.br/Especialidade/Especialidade/InfanciaJuventude>.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª região – São Paulo. Recuperado de <https://www.trtsp.jus.br/consultas/221-pagina-principal/atendimento-e-servicos-trt2/1422-glossario-de-termos-juridicos>.

Trimurti. *Un lieu pour un lien*. Recuperado de <http://www.trimurti.be/>.

Tutty, L., Barry, L., Weaver-Dunlop, G., Barlow, A., & Roy, M. (2006). Supervised Visitation and Exchange Centres for domestic violence: an environmental scan. *Report Prepared for the Alberta Ministry of Children's Services*, 140p.

Wall, N., Boyd-Carpenter, T., Angell, N., Kaplan, C., Skidmore, D., Simpson, J., & Wells, T. (2002). Making contact work. *A report to the Lord Chancellor on the facilitation of arrangements for contact between children and their non-residential parents and the enforcement of court orders for contact*. Recuperado de <https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/+/http://www.dca.gov.uk/family/abfla/mcwrep.pdf>.

Werlang, B. S. G., Sá, S. D., & Borges, V. R. (2009). Violência doméstica contra a mulher e a Lei Maria da Penha. In S. L. R. Rovinski, & R. M. Cruz (Orgs.). *Psicologia Jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção* (pp. 107-116). São Paulo: Vetor.